

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

ALINE EYNG SAVI

**ABRIGO OU LAR? UM OLHAR ARQUITETÔNICO SOBRE OS
ABRIGOS DE PERMANÊNCIA CONTINUADA PARA CRIANÇAS E
ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL**

FLORIANÓPOLIS

2008

ALINE EYNG SAVI

**ABRIGO OU LAR? UM OLHAR ARQUITETÔNICO SOBRE OS
ABRIGOS DE PERMANÊNCIA CONTINUADA PARA CRIANÇAS E
ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo na Área de Concentração Planejamento e Projeto de Arquitetura como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof^ª. Marta Dischinger, PhD.

FLORIANÓPOLIS

2008

ALINE EYNG SAVI

**ABRIGO OU LAR? UM OLHAR ARQUITETÔNICO SOBRE OS
ABRIGOS DE PERMANÊNCIA CONTINUADA PARA CRIANÇAS E
ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL**

Dissertação julgada e aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, em vinte e quatro de junho de dois mil e oito.

Prof^a. Carolina Palermo Szücs, Dra.

Apresentada à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Prof^a. Marta Dischinger, PhD.

Orientadora – Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Vera Helena Moro Bins Ely, Dra.

Membro Interno – Universidade Federal de
Santa Catarina

Prof. Roberto de Oliveira, PhD.

Membro Interno – Universidade Federal de
Santa Catarina

Prof^a. Thêmis da Cruz Fagundes, Dra.

Membro Externo – Universidade Federal
de Santa Catarina

Meritíssimo Juiz Francisco José Rodrigues
de Oliveira Neto, Msc.

Membro Externo

Dedico essa dissertação a todas as pessoas que acreditaram na sua elaboração. Em especial aos meus pais, que sempre confiaram nos meus esforços e apoiaram-me durante toda a trajetória, com muita compreensão e amor e às crianças e aos adolescentes abrigados, que com sorriso no rosto me acolheram.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a Nossa Senhora do Caravaggio, por me iluminarem, abençoarem e protegerem ao longo da minha jornada acadêmica e principalmente, na minha vida.

Obrigada aos meus pais Jair e Anilda e meus irmãos Amanda e Angelo, por todo o carinho, confiança e dedicação demonstrada. A minha irmã em especial, agradeço por todo o suporte nos meses em Florianópolis e nos dias de estudo em Criciúma. Muito obrigada pela dedicação dispensada a mim e ao trabalho.

Às “Meninas do Michel”, obrigada pela amizade incondicional que se estende desde a infância. O carinho de vocês me fez principalmente, sorrir e relaxar ao longo desse trabalho.

Às minhas amigas mestrandas, Carolina e Leonora que vivenciaram comigo todos os desafios e aprendizados proporcionados pela Universidade, muito obrigada. Vocês, muito além de colegas, tornaram-se minhas amigas para a vida.

Meus sinceros e profundos agradecimentos a minha orientadora Professora Marta Dischinger, pela competência e apoio durante o percurso de elaboração deste trabalho, por ouvir minhas inquietações e conduzir meus pensamentos.

Aos professores membros da banca examinadora, Professora Vera Helena Moro Bins Ely, Professora Thêmis da Cruz Fagundes e Professor Roberto de Oliveira, muito obrigada pelas considerações que contribuíram para a evolução do trabalho.

A vocês, professores, eu cito, em agradecimento, Cora Coralina: “Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina”.

Ao Meritíssimo Juiz Francisco José de Rodrigues de Oliveira Neto, muito obrigada pela importante colaboração no desenvolvimento do trabalho, pela participação como membro da banca examinadora e pela atenção dispensada a mim.

À Carmen Nagel, Renata Nagel Garbelotto e Simone Nandi, muito obrigada pela disposição em contribuir para a pesquisa.

Aos colegas de mestrado, demais professores do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PósARQ) e à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), obrigada pela oportunidade de crescimento profissional.

Por fim, sou muito grata a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para que eu pudesse elaborar este trabalho.

A criança é o princípio sem fim, o fim da criança é o princípio do fim. Quando uma sociedade deixa matar as crianças, é porque começou seu suicídio como sociedade. Quando não as ama, é porque deixou de se reconhecer como humanidade.

Afinal, a criança é o que fui em mim e em meus filhos, enquanto eu e humanidade. Ela, como princípio, é promessa de tudo. É minha obra, livre de mim.

Se não vejo na criança uma criança, é porque alguém a violentou antes e o que vejo, é o que sobrou de tudo o que lhe foi tirado.

Mas essa que vejo na rua, sem pai, sem mãe, sem casa, cama e comida; essa, que vive a solidão das noites sem gente por perto, é um grito, é um espanto.

Diante dela, o mundo deveria parar para começar um novo encontro, porque a criança, é o princípio sem fim e o seu fim, é o fim de todos nós (HERBERT DE SOUZA, sociólogo).

RESUMO

SAVI, Aline Eyng. **Abrigo ou lar? Um olhar arquitetônico sobre os abrigos de permanência continuada para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Santa Catarina. 2008. 180 p.

Ao longo da história social brasileira, a infância e a adolescência foram assistidas com princípios baseados na vigilância e repressão. Com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, assegura-se a proteção integral, a fim de viabilizar o desenvolvimento físico, psicológico e social pleno. Para tanto, criaram-se várias modalidades de atendimento, entre elas: a medida de abrigamento. O abrigo assiste crianças e adolescentes de ambos os sexos, entre zero e dezoito anos, não implica em reclusão, salvaguarda o direito à saúde, educação, moradia e alimentação, e assume, temporariamente ou não, o papel da família, porque responde pela transmissão dos valores de cidadania. Assim, faz-se necessário repensar o abrigamento para que, além da assistência às necessidades básicas para o desenvolvimento humano abordadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, haja qualidade de vida, possibilitada pela (re)construção das emoções nascidas das experiências da vida cotidiana num lar. A dissertação investiga, portanto, a problemática da medida de abrigamento de permanência continuada, observando quais aspectos do ambiente interferem na interação e apropriação espacial dos abrigados. O objetivo geral é elaborar critérios e diretrizes para os abrigos de permanência continuada, a partir dos parâmetros legal – prover de assistência básica e lar provisório – e psicossocial – promover recursos para a qualidade de vida. Os procedimentos metodológicos aplicados foram: Revisão de Literatura, Observação, Entrevista e o Jogo de Imagens e Palavras. A Revisão de Literatura e as Entrevistas estruturadas serviram de fundamentação teórica; a Observação e as Entrevistas não-estruturadas resultaram na Leitura Espacial das duas sedes do estudo de caso; e o Jogo coletou informações de fonte primária (crianças e adolescentes em medida de abrigamento nas sedes) acerca do espaço em que viviam. Na revisão de literatura, foram levantados os assuntos relevantes ao ambiente institucional, à importância do contexto ambiental no desenvolvimento humano e à Psicologia Ambiental, para o entendimento do comportamento espacial. O estudo de caso foi fundamentado na avaliação da categoria física (infra-estrutura arquitetônica dos ambientes das sedes da INSTITUIÇÃO do estudo de caso) e das dimensões comportamental (relações sociais promovidas pelas características espaciais) e ambiental (condições de conforto proporcionadas pelo espaço físico, a partir das variáveis: lumínica, térmica e acústica). Assim, a partir da sistematização dos dados obtidos na pesquisa teórica e empírica, são apresentados os critérios e diretrizes projetuais referentes não apenas aos aspectos legais, mas também psicossociais, que visam ambientar o abrigo de permanência continuada conforme a idéia de lugar, livre de barreiras físicas e, principalmente, sociais.

Palavras-chave: Abrigo de permanência continuada. Lar provisório. Qualidade de vida.

ABSTRACT

SAVI, Aline Eyng. **Shelter or home? An architectural look on the continued stay of shelters for children and adolescents in a situation of social vulnerability.** Master's Thesis. Postgraduate Program in Architecture and Urbanism. Federal University of Santa Catarina. 2008. 180 p.

Over the years of Brazilian social history, the infancy and youth were attended with principles based in watchfulness and repression. After the approval of Children and Adolescent Statute, the whole protection is assured in order to make feasible the total psychological, physical and social development. Therefore, a lot of attendance modalities were promoted, such as: shelter. Shelter assists children and adolescents, both male and female, from zero to 18 years old, and it does not imply in confinement, but in health, education, home and food rights, and it assumes temporarily, or not, the role of family, because it is responsible to transmit citizenship values. Thus, it is necessary to think over about shelter because besides providing welfare work to basic necessities for the human development already approached by the Children and Adolescent Statute, it has to provide quality of life, through the (re)structure of emotions brought from home experiences. The dissertation investigates, however, the shelter problem observing which aspects of environment can interfere in children and adolescent's spatial behavior. The general objective was develop standard and guidelines to prolonged permanence shelter, from the legal parameter – provide basic assistance and temporary home – and psycho-social – provide resources for the quality life. The applied methodology was: Literature Review, Observation, Interview and Images and Words Game. The Literature Review and structural Interview were used in theoretical framework, the Observation and non-structural Interview resulted in spatial evaluation of the two sites of case study and Images and Words Game collected primary source information (children and adolescent sheltered in sites of case study). In Literature Review, relevant subjects such as: shelter, the importance of environment context into the human development and Environmental psychology to the understanding of spatial behavior, were brought. The case study was based in evaluation of physical category (architectonical infrastructure of case study sites), behavioral dimension (social relationship promoted by spatial characteristics) and environmental dimension (comfort conditions). Thus, with the systematization from the obtained data of empirical and theoretical research, the projects standard and guidelines, not just related to the legal aspects, but also psycho-social, that has the objective to transform the prolonged permanence shelter as an idea of place, free from physical and mainly social barrier.

Key-words: Prolonged permanence shelter . Temporary home . Quality of life.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 PROBLEMAS E QUESTÕES DE PESQUISA	12
1.2 OBJETIVOS	14
1.2.1 Objetivo Geral	14
1.2.2 Objetivos Específicos	14
1.3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA	15
1.4 DIFICULDADES NA DISSERTAÇÃO	17
1.5 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	18
2 AMBIENTE INSTITUCIONAL	20
2.1 CRIANÇAS E ADOLESCENTES ABANDONADOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS ANTES DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	20
2.2 INSTITUIÇÕES TOTAIS, INSTITUCIONALIZAÇÃO E OS INSTITUCIONALIZADOS	27
2.3 O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E O CONCEITO DE ABRIGO	31
2.3.1 Modalidades de abrigamento	38
2.3.2 Fatores para o abandono e o perfil das crianças e dos adolescentes abrigados .	43
3 DESENVOLVIMENTO HUMANO	48
3.1 TEORIAS DETERMINANTES DO DESENVOLVIMENTO	48
3.2 O SIGNIFICADO DA FAMÍLIA NA SOCIALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	52
3.3 TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECOLÓGICO	53
3.4 ALTERAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NEGLIGENCIADOS	59
3.5 QUALIDADE DE VIDA NO DESENVOLVIMENTO HUMANO	65
4 PSICOLOGIA AMBIENTAL	69
4.1 COMPORTAMENTO HUMANO E AMBIENTE CONSTRUÍDO	69
4.2 A REALIDADE E A PERCEPÇÃO AMBIENTAL	72
4.3 A APROPRIAÇÃO ESPACIAL E OS SEUS REGULADORES	78

4.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESPAÇO E O LUGAR	83
4.5 O AMBIENTE DA CASA	85
5 METODOLOGIA	88
5.1 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	88
5.2 INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS DA DISSERTAÇÃO.....	89
5.2.1 Revisão de literatura	90
5.2.2 Leitura espacial	91
5.2.2.1 Observação direta intensiva assistemática e sistemática	92
5.2.2.2 Entrevista não-estruturada	97
5.2.3 Entrevista estruturada	99
5.2.4 Jogo de imagens e palavras	101
5.2.4.1 Testes pilotos do Jogo de Imagens e Palavras	102
5.2.4.2 Aplicação do Jogo de Imagens e Palavras	105
5.3 DESCRIÇÃO DO TRATAMENTO DOS DADOS	107
6 ESTUDO DE CASO	111
6.1 APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	111
6.2 POLÍTICA DE ATENDIMENTO DA INSTITUIÇÃO	112
6.3 CARACTERIZAÇÃO DOS ABRIGADOS PELA INSTITUIÇÃO	115
6.4 APRESENTAÇÃO DAS SEDES DA INSTITUIÇÃO	117
6.4.1 Sede antiga da INSTITUIÇÃO	117
6.4.2 Sede atual da INSTITUIÇÃO	122
6.4.3 Quadro comparativo da Leitura Espacial	125
6.5 RESULTADO DO JOGO IMAGENS E PALAVRAS	126
7 CRITÉRIOS E DIRETRIZES PROJETUAIS	133
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
8.1 RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS E PROJETOS	146
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	148
APÊNDICES	154
ANEXOS	181

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, as sociedades organizam-se através de instituições, para tentarem solucionar os problemas de inclusão social de grupos que, de alguma forma, não possuem condições de participação social plena (e.g. crianças e idosos abandonados). As características e os objetivos da institucionalização variam conforme as concepções sociais vigentes e as pessoas a quem se destina a assistência.

Na história social brasileira, a infância e adolescência foram tratadas com princípios baseados na vigilância e repressão. As crianças e os adolescentes considerados em situação de vulnerabilidade social eram assistidos, inicialmente, pela Igreja Católica e por profissionais filantropos. Essa visão evolui nas últimas décadas e uma nova concepção do papel do Estado e da sociedade surge com a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990.

A partir do ECA, a forma e o local de atendimento foram, e continuam sendo, remodelados. As grandes instituições de internação foram descartadas e muitos programas, remanejados à assistência em meio aberto. Instituiu-se aos abrigos, a conotação de lares provisórios, conforme o artigo 101, parágrafo único do ECA, “O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade” (BRASIL, 1990).

Nos abrigos, as crianças e os adolescentes permanecem por tempo indeterminado, estipulado pelo andamento do processo na Justiça que pode decidir pelo retorno à família de origem ou pela adoção, mas é priorizada sempre, a menor estada. Esses locais devem prover as crianças e os adolescentes de ambos os sexos, entre zero e dezoito anos, de moradia e alimentação e salvaguardar o direito à educação e ao lazer. Todas as atividades referentes à saúde, educação e lazer devem ser realizadas fora do abrigo, mas esse é usado (e reconhecido) como moradia pelas crianças e adolescentes.

Há diferentes formas de atender como medida de abrigamento, entre elas o abrigo de permanência continuada, modalidade mais comum no Brasil. Esse é caracterizado por assistir em média vinte e cinco abrigados e possuir alta rotatividade de funcionários que cumprem turnos de oito horas diárias.

O abrigo de permanência continuada pode assumir o papel de família no desenvolvimento das relações humanas, ou de vilão, ao privar e excluir o abrigado da convivência familiar. Assim, faz-se necessário repensar, recuperar e investir no universo

institucional, superando os estigmas de depósito e brevidade e permitindo que o ambiente seja repleto de estímulos, acolhedor e afetivo.

Uma das formas de suprir as necessidades do desenvolvimento humano e minimizar o problema psicológico é através da elaboração de ambientes que permitam a construção da identidade do abrigado e a apropriação espacial como num lar, possibilitando a (re)construção dos conceitos e emoções nascidas das experiências vividas no cotidiano.

A presente pesquisa investiga, portanto, a problemática da institucionalização, procurando observar quais aspectos do ambiente físico interferem na apropriação espacial e na interação de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e medida de abrigo. O foco do estudo é a observação e compreensão de como o usuário percebe e experimenta o ambiente.

A abordagem central está, por conseguinte, na percepção da interface homem e ambiente; na constatação de que cada indivíduo percebe e experimenta o mundo de forma individual e única; e nas *dimensões comportamental e ambiental*, que são fundamentais para a relação harmônica entre homem e ambiente. O desenvolvimento da dissertação dá-se em duas etapas interligadas e concomitantes. A primeira é conceitual, com a apresentação do panorama do estado das artes relevantes à pesquisa e a segunda é o estudo de caso, com avaliação e compreensão da imagem dos ambientes físicos de um abrigo de permanência continuada às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e medida de abrigo.

Com base nos resultados obtidos no embasamento teórico e no estudo de caso, são elaborados critérios e diretrizes de projeto para abrigos de permanência continuada, a partir dos parâmetros: legal – prover a criança e o adolescente de um lar provisório – e psicossocial – promover sua qualidade de vida.

1.1 Problemas e questões de pesquisa

A rotina das instituições de abrigo prioriza o atendimento das necessidades básicas (alimentação, educação e saúde), sob a alegação de provisoriedade e excepcionalidade nas decisões judiciais. No entanto, para 55,2% (IPEA; CONANDA, 2003¹) a passagem não é

¹ O Levantamento foi realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e promovido pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República, por meio da Subsecretaria de

transitória e varia entre sete meses e cinco anos de institucionalização. Assim, cabe discutir de que forma os abrigados são atendidos em suas necessidades e especificidades. Afinal, a permanência deve ser pouco agressiva psicologicamente, mesmo que, segundo a Lei, os abrigos sejam provisórios e medidas de exceção.

Aliada à ambigüidade existente entre legislação e realidade, a “santificação institucional” (SOMMER, 1973) apresenta-se como a problemática principal para a coleta de dados da pesquisa. O abrigo possui regras e condutas, que são obedecidas e o tornam adequado funcionalmente. Assim, tanto “[...] os internados quanto os encarregados passam a aceitar a rotina como sagrada e a estabilidade como um valor absoluto” (SOMMER, 1973, p. 100).

O “mal do institucionalizado” (SOMMER, 1973, p. 117), resultado da “santificação institucional”, ocasiona passividade nas interações com o ambiente e dificuldade de verbalização, principalmente acerca do espaço em que se vive.

[...] Não sabemos se a falta de queixas se deve a sentimentos de resignação e impotência, à crença de que as queixas não têm outro efeito senão marcar o internado, ou ao embotamento sensorial depois de longo internamento (SOMMER, 1973, p. 117).

A complexidade do público envolvido e a necessidade de superar as dificuldades de verbalização fazem com que as discussões acerca dos ambientes físicos dos abrigos de permanência continuada tenham a seguinte pergunta: “Qual (is) instrumento (s) utilizar para coletar informações de crianças e adolescentes em medida de abrigamento?”. Essa definição é fundamental para obter respostas válidas para as questões de pesquisa que são: “Quais os aspectos do ambiente físico podem interferir no comportamento espacial por parte das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e medida de abrigamento, e como essas se moldam ou o modificam?” e “Quais decisões projetuais podem ser tomadas para melhorar as condições ambientais nos abrigos de permanência continuada, visando garantir e permitir uma relação harmônica humano-ambiental?”.

Promoção dos Direitos da Criança do Adolescente (SPDCA) e do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Contou com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e do Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef). A pesquisa, seguindo as orientações do Comitê de Reordenamento da Rede Nacional de Abrigos para Infância e Adolescência, buscou conhecer as características, a estrutura de funcionamento e os serviços prestados pelos abrigos beneficiados com recursos do Governo Federal, repassados por meio da Rede de Serviços de Ação Continuada (Rede SAC) do MDS. Com as informações coletadas, pretendeu-se contribuir para a melhoria das políticas públicas voltadas para o ordenamento e o financiamento dos serviços de abrigo para crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Foram pesquisadas 626 instituições, em todas as regiões brasileiras (IPEA; CONANDA, 2003).

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Definir critérios e diretrizes projetuais na concepção de abrigos de permanência continuada, que garantam e permitam às crianças e aos adolescentes em situação de vulnerabilidade social e medida de abrigo, a apropriação espacial harmônica sob os aspectos legal - lar provisório - e psicossocial – qualidade de vida.

1.2.2 Objetivos específicos

Para atender ao objetivo geral, têm-se os seguintes objetivos específicos:

- a) compreender como as estruturas e procedimentos de atendimento às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social influenciam as decisões projetuais;
- b) identificar como o regime de institucionalização afeta o desenvolvimento humano e, principalmente, o comportamento espacial das crianças e dos adolescentes em situação de vulnerabilidade social e medida de abrigo;
- c) indicar, com base nos conceitos da Psicologia Ambiental, quais aspectos do ambiente físico podem interferir na apropriação espacial nos abrigos de permanência continuada pelas crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e medida de abrigo;
- d) levantar, onde sejam possíveis, aspectos arquitetônicos positivos e negativos no estudo de caso, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Psicologia Ambiental;
- e) definir um instrumento, ou instrumentos, para coletar informações de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e medida de abrigo, visando analisar quais aspectos do ambiente físico são mais relevantes na ambiência de um abrigo de permanência continuada como um lar.

1.3 Justificativa e relevância

Em levantamento realizado pelo Ipea e Conanda (2003), 86,7% das crianças e dos adolescentes em medida de abrigo possuem família, com a qual a maioria mantém vínculos (58,2%). Nesses casos, o período de institucionalização varia entre dois e cinco anos para 32,9% dos abrigados. Assim, acreditar na aplicação da medida de abrigo como situação temporária mostra-se errônea.

Ressalva-se, no entanto, que não há parâmetros para estipular quantos dias, meses ou anos correspondem ao período longo de institucionalização. Mas essa dissertação julga que pela instabilidade emocional envolvida na medida de abrigo, qualquer período de tempo pode ser longo.

[...] O abrigo tem que ter um programa, não é simplesmente um corredor de espera. O tempo pode ser curto, mas dois ou três meses na vida de uma criança ou de um adolescente é muito longo [...] imagine-se esperando, com a vida suspensa [...] quais os planos e os sonhos que você pode criar e realizar assim? Nenhum! [...] (DIRETORA, 2007²).

Como visto, as crianças e os adolescentes em medida de abrigo recebem visitas, atenção e afeto de algum membro das suas famílias, mas esse, frequentemente, não possui condições financeiras e/ou psicológicas para retirá-los do abrigo e a medida, muitas vezes, é encarada pelos pais e/ou responsáveis como a alternativa mais segura para o crescimento sem privações, principalmente nos quesitos moradia e alimentação adequadas.

O quadro nacional, indevidamente, viola o Estatuto da Criança e do Adolescente. A medida de abrigo, originalmente de caráter provisório e excepcional, torna-se longa e até mesmo permanente, pois alguns indivíduos permanecem institucionalizados toda a infância e adolescência.

O caráter aparentemente provisório das decisões judiciais, o reflexo de políticas assistencialistas passadas, a escassez de recursos e a ausência de normas específicas que regulamentem o projeto de abrigos, em especial os de permanência continuada, fazem com que a maioria seja instalada em edificações adaptadas ao uso, não sendo exploradas as potencialidades do ambiente.

Prioriza-se, basicamente, o atendimento emergencial (saúde e alimentação),

² Diretora da INSTITUIÇÃO do estudo de caso em Entrevista não-estruturada concedida à pesquisadora em 10 jul. 2007, durante a primeira visita (Apêndice C).

produzindo, muitas vezes, ambientes que desconsideram o comportamento espacial (determinante para as trocas sociais) e aumentam a agressividade e outros tipos de estresses, agravados pela história de vida anterior das crianças e dos adolescentes.

Justifica-se essa dissertação no fato que o abrigo torna-se um momento crítico no universo do usuário. O abrigo de permanência continuada deve substituir os laços de parentesco e o cotidiano familiar. Porém, este não constitui o local ideal para o desenvolvimento psicológico, porque os efeitos da institucionalização prolongada interferem na sociabilidade.

Ressalva-se que, em alguns casos, a institucionalização é a melhor alternativa, por exemplo, em razão do abandono dos pais e/ou responsáveis. Perante essa realidade, é necessário que haja instituições preparadas para atender às necessidades do público, com locais que proporcionem, principalmente, a convivência de um lar.

Em quaisquer dos casos (institucionalização por curto ou longo período), as crianças e os adolescentes precisam interagir efetivamente com pessoas, objetos, símbolos, com um mundo interno e externo acolhedor. Assim, a avaliação da qualidade do ambiente de desenvolvimento dos abrigados é um tópico de investigação relevante para as políticas públicas. O entendimento da contradição existente entre a proteção integral (lar provisório) e os programas de recuperação, (re)socialização e (re)ingresso, de clara conotação reformatória, é fundamental para que a ambiência dos abrigos de permanência continuada tenha características de uma residência. Sejam “lugares para morar” e não educandários.

O abrigo de permanência continuada tem a finalidade de resgatar o ambiente familiar, substituindo a família de origem e oferecendo a oportunidade de uma convivência afetiva, equilibrada e saudável, condições indispensáveis ao desenvolvimento pleno. Ainda, o ambiente em que se convive pode ser extremamente libertador, quando levadas em conta as diferentes competências e restrições da diversidade humana. A eliminação dos obstáculos reais – arquitetônicos - pode contribuir para a diminuição da barreira invisível: o preconceito com que são vistos as crianças e os adolescentes abrigados.

No entanto, não há muitas pesquisas referentes à influência dos fatores ambientais no comportamento espacial de crianças e adolescentes em medida de abrigo. A maior parte ocupa-se das instituições de reclusão para adolescentes infratores ou ainda, da análise psicológica da institucionalização.

As referências bibliográficas ao alcance dos gestores dos abrigos e dos demais órgãos envolvidos nesse processo fazem menção às dimensões legais que devem ser atendidas pela instituição e às diferentes formas de lidar com o comportamento, os conflitos e os

traumas psicológicos das crianças e dos adolescentes abrigados. A carência de material que trace critérios e diretrizes de projeto arquitetônico, a partir dos parâmetros legal e psicossocial, procura ser suprida por essa dissertação.

Ainda, nos abrigos de permanência continuada apenas o ECA e os Códigos de Obras municipais referentes à higiene e salubridade são os parâmetros a serem obrigatoriamente respeitados, sob pena do não funcionamento das instituições. No entanto, essas determinações são limitadas no tocante do desenvolvimento humano, principalmente o psicológico, e abrem um leque para várias interpretações. Assim, essa dissertação visa, através dos conhecimentos espaciais, complementar o artigo 92³ do ECA, agregando critérios e diretrizes projetuais comprometidos com aspectos psicossociais, fundamentais para a promoção da qualidade de vida.

Esses critérios e diretrizes projetuais pretendem contribuir para que haja a padronização de alguns aspectos que são fundamentais ao desenvolvimento de todo o ser humano, inclusive para as crianças e os adolescentes abrigados, que manifestam algumas particularidades comportamentais, frutos das mazelas sofridas anteriores ao abrigo.

A contribuição nos estudos acerca do tema torna a dissertação relevante, mas também, a forma de avaliação do ambiente físico auxilia estudantes e profissionais interessados na elaboração de projetos de abrigos de permanência continuada e locais similares. A dissertação utiliza instrumentos metodológicos tradicionais (observação e entrevistas), mas complementa a coleta de dados com a aplicação do Jogo de Imagens e Palavras, que facilita a coleta de informações de crianças e adolescentes em medida de abrigo.

Por acreditar que o projetista, em especial o arquiteto, deve ouvir e entender o usuário, seja para a elaboração de diretrizes projetuais ou de um projeto executivo, é que a sistematização dos procedimentos para a aplicação do Jogo visa permitir que outras pesquisas o utilizem, sempre que seja necessária a opinião de usuários de difícil acesso (e.g. crianças e idosos).

1.4 Dificuldades na dissertação

³ O artigo 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente aponta as determinações legais a serem cumpridas pelas várias formas de aplicação da medida de abrigo.

A dissertação é limitada pela coleta de material teórico referente à arquitetura institucional de abrigos de permanência continuada para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Poucos são os trabalhos nessa área. A grande maioria restringe-se à avaliação de instituições para adolescentes infratores, que não englobam o universo estudado. A pesquisa trabalha, então, com uma abordagem multidisciplinar, com conceitos das Ciências da Saúde e Humanas, em especial a Psicologia que possui trabalhos significativos na área.

Outra dificuldade é a ausência de padrões nos tipos de abrigos, resultado do grande número de organizações não-governamentais (ONGs) e das diferentes formas de aplicação da medida de abrigo. Essa dissertação opta pelo estudo de caso na realidade brasileira mais comum: o abrigo de permanência continuada. Assim, os critérios e as diretrizes projetuais não podem ser aplicados fielmente em todas as modalidades de abrigo, há a necessidade de adaptações em alguns casos.

1.5 Organização da dissertação

A primeira parte da dissertação é o embasamento teórico e a segunda, o estudo de caso. A partir do capítulo 5, descrevem-se os instrumentos metodológicos utilizados para a obtenção dos dados de interesse e a construção dos resultados. Portanto, a dissertação apresenta-se organizada da seguinte forma.

O capítulo 1 – Introdução - apresenta e situa o tema a ser abordado, levanta o problema e as questões de pesquisa definidas. Expõe a justificativa e relevância, os objetivos gerais e específicos, as dificuldades e por fim, a organização dos capítulos.

O capítulo 2 - Ambiente Institucional - apresenta e situa a história da assistência à criança e ao adolescente no Brasil, desde o colonialismo até a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

No capítulo 3 - Desenvolvimento Humano - são apresentadas algumas teorias acerca do desenvolvimento humano, a importância da convivência familiar, as características e os padrões de comportamento espacial de crianças e adolescentes negligenciados e em medida de abrigo. Tudo embasado pela Teoria do Desenvolvimento Ecológico.

No capítulo 4 - Psicologia Ambiental - são discutidos os fatores ambientais que interferem no comportamento espacial e na percepção da realidade, e como os reguladores espaciais influenciam essa percepção. Por fim, são feitas considerações sobre o espaço e o

lugar, para destacar a importância simbólica da casa no desenvolvimento humano e de alguns dos fatores que condicionam a qualidade de vida.

No capítulo 5 – Metodologia - são apresentados a delimitação da pesquisa e os instrumentos metodológicos utilizados na dissertação para obter respostas às questões levantadas no problema de pesquisa.

O capítulo 6 - Estudo de Caso - apresenta a INSTITUIÇÃO do estudo de caso, através de uma breve descrição do histórico, da política de atendimento e do perfil das crianças e dos adolescentes abrigados. Apresenta-se também, o resultado das leituras espaciais das duas sedes: antiga (alugada) e atual (própria), e da aplicação do Jogo de Imagens e Palavras.

O capítulo 7 – Critérios e Diretrizes Projetuais - contempla os critérios e diretrizes para a concepção de projetos para abrigos de permanência continuada para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e medida de abrigo. Esses são baseados nos conhecimentos adquiridos nos capítulos anteriores.

O capítulo 8 - Considerações Finais - trata das conclusões da dissertação e recapitula os conceitos abordados para responder aos objetivos geral e específicos. Nesse capítulo, constam também, as recomendações para futuras pesquisas relacionadas com o tema.

Por fim, as referências bibliográficas, os apêndices e os anexos são apresentados.

2 AMBIENTE INSTITUCIONAL

O capítulo anterior apresentou a dissertação e este discorre sobre a evolução do *locus* assistencial brasileiro, desde as instituições religiosas até as determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente, demonstrando que o programa de atendimento era ora repressor e correccional, ora de proteção integral. Apresenta-se também, o perfil atual das crianças e dos adolescentes em medida de abrigo.

2.1 Crianças e adolescentes abandonados e as políticas públicas antes do Estatuto da Criança e do Adolescente

O infanticídio ou o abandono eram considerados, nos primórdios da civilização, meios de eliminar os que nasciam com anomalias, uma forma de equilíbrio demográfico ou ainda, um direito dos pais de reconhecer ou não a vida do filho. Em resposta, a sociedade e o Estado criaram medidas de assistência aos desvalidos, fundamentadas em raízes histórico-culturais.

No Brasil, apesar da “descoberta” em 1500, as terras foram povoadas somente a partir de 1530. Nas embarcações lusitanas que atracavam, eram escassas as mulheres e as crianças. Estas, quando subiam a bordo, eram nas condições de grumetes⁴, pajens, órfãs do Rei⁵ enviadas para se casarem com os súditos da Coroa ou como passageiras, embarcadas na companhia dos pais ou parentes (CHAMBOULEYRON, 2000).

Numa época em que as meninas de onze anos eram consideradas aptas para casar e os meninos de nove capacitados ao trabalho pesado, o cotidiano a bordo das naus quinhentistas portuguesas era penoso, não havia espaço para o universo infantil. Poucos, das crianças e dos adolescentes embarcados, chegavam vivos ou ilesos ao destino. Dos que sobreviviam à insalubridade, à inanição, às doenças e aos abusos físicos e psicológicos, não

⁴ Praça da Marinha de graduação inferior ao marinheiro e superior ao aluno marinheiro (HOUAISS, 1995).

⁵ “Dada à falta de mulheres brancas nas possessões portuguesas, a Coroa procurou reunir mulheres pobres de 14 a 30 anos nos orfanatos de Lisboa e Porto [...] no Brasil a prática de amancebar-se com nativas suavizava o problema da constituição de famílias, prática comum principalmente a partir da segunda metade do século XVI. Eram estranhamente consideradas como órfãs até mesmo as meninas que tinham apenas o pai falecido. Assim, podemos supor que existiu uma espécie de seqüestro de meninas pobres, principalmente menores de 16 anos, em Portugal” (CHAMBOULEYRON, 2000, p. 32-33).

há registro de abandono quando em terras brasileiras, apenas fugas, fruto da insatisfação às condições de vida. A grande maioria, no entanto, casava ou trabalhava em casas de famílias (CHAMBOULEYRON, 2000).

Junto à população nativa, a Companhia de Jesus⁶ liderada pelo padre Manuel da Nóbrega desembarcou no Brasil em 1549, com o intuito de converter os “gentios” e ensinar as crianças e os adolescentes a lerem e orarem. Esta preocupação era compartilhada pelo rei Dom João III, que acreditava no ensinamento cristão para imprimir a doutrina do trabalho sem contestações (CHAMBOULEYRON, 2000).

A ordem nascida como missionária, transformou-se em docente, à medida que se descobria na Europa, a infância como período essencial para a formação da personalidade humana. Com isso, a Companhia orientou seus esforços para formar nas letras e nos valores cristãos, as crianças e os adolescentes. Segundo Chambouleyron (2000, p. 56), “Colégios modernos constituíam uma ‘instituição complexa’, não apenas de ensino, mas de vigilância e enquadramento da juventude”.

Nesse sentido, justificava-se a opção da Companhia pelo ensino de crianças nativas (indígenas) consideradas papéis em branco, aptos a serem escritos. Na documentação jesuítica quinhentista, há referências ao desejo dos índios de entregarem seus filhos para serem ensinados pelos padres, pois se acreditava que essa era a forma ideal de inserção na sociedade que surgia (CHAMBOULEYRON, 2000).

Para viabilizar a educação de novos jesuítas e a catequização de “gentios”, principalmente crianças e adolescentes, foram fundadas as casas das vilas e os colégios. Ambos eram lugares onde se “[...] ministrava o ensino dos rudimentos, muitas vezes serviam de padrões para estudos mais avançados, como a gramática e o latim [...] serviam como centros de formação [...]” (CHAMBOULEYRON, 2000, p. 75). Era comum, nas casas das vilas e nos colégios, que os órfãos ou os abandonados acompanhassem os padres nas visitas de evangelização e trabalhassem com os jesuítas ao longo da vida.

Ainda no período colonial brasileiro, houve diferentes ritmos de crescimento socioeconômico, repercutindo em menores índices de abandono de crianças e adolescentes nas áreas rurais e maiores nas urbanas. Nas rurais, era comum que as crianças e os adolescentes permanecessem juntos às famílias de origem, independente da qualidade do tratamento (DEL PRIORE, 2000).

⁶ Ordem religiosa fundada em 1534 por um grupo de estudantes da Universidade de Paris, liderados por Íñigo López de Loyola e contrários à Reforma Protestante. Conseguiram grande influência na sociedade européia nos séculos XVI e XVII e trabalharam na América do Sul, entre os séculos XVI e XVIII, como missionários com o intuito de catequizar os nativos (DEL PRIORE, 2000).

No entanto, nas grandes cidades, como Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro, o crescimento da população livre e pobre fez a natalidade subir e por consequência, o abandono de crianças e adolescentes nas ruas.

Por conta disso, Marcílio (1998) intitula o período colonial até meados do século XIX, de fase caritativa. Nela, o atendimento era emergencial e sem pretensões de mudanças de cunho social, privilegiando a caridade e a beneficência, pelos quais os mais ricos tentavam minimizar o sofrimento das crianças e dos adolescentes desvalidos, com o objetivo de salvarem suas próprias almas. A fase caritativa, além da continuação das ações jesuíticas, apresentava outras três formas de atuação: o acolhimento em casas de famílias, as Câmaras Municipais e as confrarias das Santas Casas de Misericórdia. A primeira era informal e as duas últimas eram legais.

As famílias afortunadas recebiam as crianças e os adolescentes sob os valores religiosos de caridade e estes faziam os trabalhos domésticos, sem partilharem dos mesmos direitos e regalias dos “filhos de sangue”. Os “filhos de criação”, como eram chamados, trabalhavam em troca de moradia e alimento (MARCÍLIO, 1998). A prática, apesar da informalidade, perdurou durante todo o histórico brasileiro de assistência à criança e ao adolescente.

As Câmaras tinham o dever de auxiliar na manutenção financeira das instituições. No entanto, foram, quase sempre, omissas ou parciais quanto à responsabilidade em relação às crianças e aos adolescentes sem família, não os assistindo com totalidade. Assim, durante a fase caritativa, o atendimento institucional foi, basicamente, de responsabilidade dos religiosos e de doações da sociedade (MARCÍLIO, 1998).

As primeiras instituições organizadas de proteção à infância e adolescência foram as Rodas dos Expostos ou dos Enjeitados⁷, nas Santas Casas de Misericórdia, no século XVIII (Figuras 01 e 02).

As Rodas serviam para garantir o anonimato dos pais no abandono e assim, tentarem reduzir o número de infanticídios e abortos induzidos, além de salvaguardarem a honra das famílias, em casos de gravidez fora dos padrões sociais da época (BRANT DE CARVALHO, 1993). Pelas características religiosas, as Santas Casas tinham preocupação imediata com o batismo para a salvação da alma, visto que a maioria eram crianças recém-nascidas. O

⁷ A denominação provém do mecanismo composto por um tambor cilíndrico, que girava em torno de um eixo vertical e estava localizado, na maior parte dos casos, no muro de divisa da instituição de acolhimento. O procedimento consistia em colocar a criança no tabuleiro externo, girar o tambor e tocar a sineta para alertar a presença. Os responsáveis pelo acolhimento aguardavam alguns minutos para que o expositor (como era chamada a pessoa que abandonava a criança) deixasse o local sem ser identificado (MARCÍLIO, 1998).

atendimento era prover de alimento e moradia. Não havia nenhum programa de assistência às famílias dos abandonados, para a preservação dos vínculos e o possível retorno ao convívio familiar (MARCÍLIO, 1998).

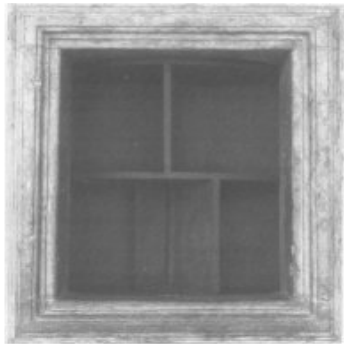


Figura 01: Roda dos Expostos do Convento de Santa Clara do Desterro, Salvador, Bahia, Brasil.
Fonte: ARAÚJO, 2007. Disponível em: <<http://www.klepsidra.net>>. Acesso em: 28 ago. 2007.

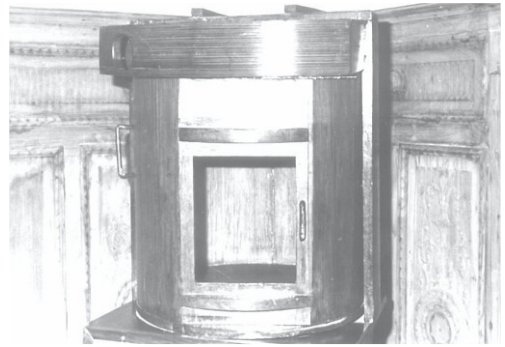


Figura 02: Roda dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, São Paulo, Brasil.
Fonte: O GLOBO, 2007. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com>>. Acesso em: 11 dez. 2007.

No Brasil, houve Rodas nas seguintes cidades: Salvador (BA), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Porto Alegre (RS), Rio Grande (RS), Pelotas (RS), Desterro (SC), Campos (RJ), Cuiabá (MT), Vitória (ES), Cachoeira (BA), Olinda (PE), São João Del Rei (MG) e São Luís (MA). Em 1734, na capital baiana, a primeira foi instalada e a última a ser extinta foi em São Paulo, em 1951. Em Santa Catarina, instituiu-se a prática em 1828, na capital Desterro, aos cuidados da Irmandade do Senhor Bom Pastor dos Passos. Os serviços, na capital catarinense, encerraram-se em 1841, devido à escassez de verbas do governo da província.

Segundo Marcílio (1998), a Roda foi um recurso tardio, urbano e pontual e a falta de recursos resultava em altas taxas de mortalidade infantil. Logo, a pressão da classe médica gerou o abandono gradativo da prática. A assistência nas Santas Casas de Misericórdia passou então, para o sistema de Casas de Expostos, com admissão aberta. As crianças assistidas eram mais velhas, não somente recém-nascidos, e os asilos passaram a ter um caráter temporário, funcionando analogamente às creches.

O abandono dessa prática e as mudanças de cunho socioeconômico, como a abolição da escravidão, a queda da Monarquia, a separação da Igreja e do Estado e a quebra do monopólio religioso na assistência social, deram início à segunda fase de assistência à criança e ao adolescente, intitulada Fase Filantrópica e que perdurou do século XIX até meados da década de 60 do século passado (MARCÍLIO, 1998).

Nesse período, nas grandes cidades brasileiras cresceram paulatinamente a indústria, o comércio, o mercado de serviços e, conseqüentemente, a exclusão social de vastas camadas

populacionais (e.g. índios, imigrantes europeus e negros recém-libertos). Com isso, cresceu o número de crianças abandonadas em instituições, para que se garantissem a vida dos pequenos através da misericórdia cristã e das ações do Estado.

No entanto, o regime democrático da proclamação da República não resultou em ações políticas voltadas ao bem-estar do cidadão, mas em medidas para coibir a formação de criminosos e ativistas políticos. A filantropia deu continuidade à obra da fase anterior, mas com uma nova concepção de assistência, voltada à reintegração social dos “desajustados”. Era a fase da intervenção da Medicina e das Ciências Jurídicas influenciadas pelo Iluminismo⁸. As atuações assistencialistas eram baseadas não apenas na cura da alma, mas também do corpo (MARCÍLIO, 1998).

Despontaram, então, os estabelecimentos privados e religiosos especializados na reclusão e internação. Supunha-se que a criança e o adolescente abandonado deveriam ser preparados para o trabalho e essas instituições visavam, “[...] corrigir, disciplinar, reformar – um contingente que não se ajustava aos padrões de conduta da época” (BRANT DE CARVALHO, 1993, p. 13).

O Estado, até a década de 20 do século passado, pouco participou das ações. Na filantropia, ele deveria atuar na assistência e proteção à infância e adolescência abandonada e transgressora, mas as maiores ações foram de iniciativa privada. Segundo Brant de Carvalho (1993), o Estado assumiu tardiamente o atendimento à criança e ao adolescente e somente em 1922, no Rio de Janeiro, fundou o primeiro estabelecimento público para atendimento dos abandonados. Assim, “[...] a caridade misericordiosa e privada praticada prioritariamente por instituições religiosas [...] cede lugar às ações governamentais como políticas sociais” (PASSETTI, 2000, p. 350).

Para legalizar o papel do Estado e substituir a legislação portuguesa, foi elaborado, em 1927, o primeiro Código de Menores. A legislação perpetuou o conceito de pobreza como causa à marginalidade e generalizou a idéia de que: lugar de criança e adolescente pobre é em instituição.

Foi com o Código de Menores (decreto nº17.343/A, de 12 de outubro de 1927), que o Estado respondeu pela primeira vez com internação, responsabilizando-se pela situação de abandono e propondo-se a aplicar os corretivos necessários para suprimir o comportamento delinqüencial (PASSETTI, 2000, p. 355).

⁸ O Iluminismo foi um movimento sócio-cultural que se desenvolveu, principalmente na Inglaterra, Holanda e França, entre os séculos XVII e XVIII. As principais características eram: a valorização da razão, a crença nas leis naturais para regerem o comportamento humano, a liberdade política e econômica e a igualdade de todos perante as leis (ROUANET, 1998). Fonte: ROUANET, Sérgio Paulo. **As razões do iluminismo**. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 349 p. (Original de 1987).

O Código previu a averiguação das condições familiares e quaisquer desvios dos “padrões” eram passíveis de recolhimento em prisões e internatos. Era considerado desvio de conduta familiar: os pais que não possuíssem moradia fixa, fossem falecidos ou declarados incapazes, estivessem presos há mais de dois anos, exercessem trabalhos proibidos ou fossem economicamente incapazes de suprir a necessidade de seus filhos (PASSETTI, 2000).

Conforme o Código, os abandonados tornaram-se objeto da ação do Estado pela inibição do poder familiar, remoção da família e tutela. O juiz poderia deixar de aplicar a suspensão do poder familiar se o pai (ou responsável) se comprometesse a internar o filho em estabelecimento de educação ou garantisse, sob fiança, que o filho seria bem tratado. A política de tutela pública, por sua vez, partiu do pressuposto que a família poderia não ser adequada e então, seria substituída pelo internamento em hospital, asilo, instituto de educação, oficina, escola de preservação ou de reforma (PASSETTI, 2000).

Para viabilizar os conceitos estabelecidos pelo Código foi criado o Serviço de Assistência aos Menores (SAM), em 1941 no Rio de Janeiro (então capital federal). Ligado ao Ministério da Justiça, a finalidade do SAM era “[...] sistematizar e orientar os serviços de assistência a menores desvalidos e delinquentes, internados em estabelecimentos oficiais e particulares” (PASSETTI, 2000, p. 362). Em 1954, tendo o SAM como modelo, surgiu em São Paulo, o Recolhimento Provisório de Menores (RPM), que “Destinava-se a abrigar também os acusados da prática de atos considerados infracionais, até que fosse estabelecida a sua situação definitiva” (PASSETTI, 2000, p. 362).

Durante a fase caritativa, a prisão e o internato eram em nome da educação para o convívio social e a correção do comportamento. Ambos existiam como imagem disciplinar – “nela os supostos desajustados deverão ser enquadrados” (PASSETTI, 2000, p. 355) – e ameaçadora – o lugar para onde as crianças e os adolescentes não queriam ir. Ao escolher essa política de assistência, o Estado brasileiro propôs educar pelo medo, tornou absoluta a autoridade dos funcionários das instituições e vigiou o comportamento com base num código de condutas dividido entre “normal” e “anormal”.

Desde o Código de Menores de 1927 até a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, que ficou consagrada com o Código de Menores de 1979 e marcou a terceira fase de assistência intitulada Fase do Estado do Bem-Estar Social (MARCÍLIO, 1998), foram mais de sessenta anos da prática de internação. Por vezes, enfatizou-se a correção do comportamento de crianças e adolescentes através do atendimento especializado, e noutras, a educação para a integração social, através da assistência interdisciplinar.

As ações do Estado, na terceira fase de assistência, concretizaram-se pela criação da

Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem) e as Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor (Febem), em 1964. A Funabem era integrante do Ministério da Justiça e tinha como função supervisionar as Febems. A maior parte destas instituições, entretanto, já existia e funcionava desde o fim do século XIX, tendo sido apenas repassada para os governos estaduais, sob a supervisão das políticas gerais estabelecidas pela Funabem (MARCÍLIO, 1998).

A partir da adoção da metodologia de atendimento interdisciplinar, fundamentada no conhecimento “biopsicossocial”, a missão de ambas as instituições era romper com a prática repressiva anterior, criando um sistema que considerasse as condições de vida das crianças e dos adolescentes abandonados e infratores. “[...] A nova política de atendimento pretendia mudar comportamentos não pela reclusão do infrator, mas pela educação em reclusão” (PASSETTI, 2000, p. 357).

Em decorrência, as instituições para os “menores” reuniam, num só espaço, os infratores, os abandonados e as vítimas de maltrato, tendo como pressuposto que todos estariam na mesma condição de “situação irregular”. Desse modo, as crianças e os adolescentes eram vistos a partir da mesma perspectiva patológica de anomalia social.

Apesar do grande número de pais que “entregaram” seus filhos ao cuidado do Estado, vislumbrando um futuro promissor após o término do período de internação nas unidades das Febems, este período, marcado pelo Estado interventor e pela Lei de Segurança Nacional⁹, converteu o tratamento “biopsicossocial” em cultura da violência. Nele, conseguiu-se apenas, estigmatizar ainda mais as crianças e os adolescentes pobres, não atingindo as metas pretendidas para os internos. As tentativas de fuga tornaram-se freqüentes e atingiram dimensões de rebeliões. Por fim, a educação das crianças e dos adolescentes carentes e/ou abandonados foi deixada de lado.

[...] a reforma não impediu a disseminação de violências praticadas em seu interior entre internos e pelas autoridades sobre os internos. Reiterou o estigma que associa pobreza e miséria a abandono e delinqüência e fez do seu espaço uma ‘escola para o crime’ sempre atualizada (PASSETTI, 2000, p. 359).

Nas fases de assistência à criança e ao adolescente citadas, as práticas tinham forte vínculo com o sistema prisional, mediante a generalização da figura do delinqüente e de seu

⁹ A Constituição brasileira de 1967 entrou em vigor durante o regime militar e, segundo Aguiar (1986), ela instaura, juridicamente, a doutrina de segurança nacional. Isso significava, legalmente, que todas as pessoas deveriam estar vigilantes contra os atentados à segurança, ao mesmo tempo em que poderiam ser responsabilizadas por sua ação ou omissão (AGUIAR, 1986). Fonte: AGUIAR, Roberto A. R. de. **Os militares e a Constituinte**: poder civil e poder militar na constituição. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1986. 88 p.

controle rígido. O regime disciplinar de opressão dos direitos e as normas disciplinares infringíveis eram característicos das “instituições totais”, como caracterizou Goffman (1996). Algumas particularidades desse tipo de instituição são abordadas a seguir.

2.2 Instituições totais, institucionalização e os institucionalizados

A institucionalização vem sendo utilizada como estratégia auxiliar na garantia de sobrevivência das famílias brasileiras. As Rodas dos Expostos, as Febems e recentemente, os abrigos têm cumprido a mesma função de lugar de socorro temporário para famílias sem condições de criarem seus filhos. O acolhimento dos enjeitados cumpria, e continua cumprindo, um duplo papel: evitar o infanticídio ou o aborto e salvaguardar a vida de crianças e adolescentes, possibilitando um presente, e até mesmo um futuro, com menos privações.

Conforme a realidade brasileira apresentada, é coerente caracterizar as fases históricas de assistência e institucionalização como práticas com forte estereótipo na criança ou no adolescente ideal, obediente e sem vícios. Para alcançar tal modelo, os profissionais e os órgãos envolvidos acreditavam na institucionalização, porque o confinamento permitia a criação de mecanismos, onde a criança ou o adolescente “não ideal” era moldado aos princípios sociais.

Goffman¹⁰ (1996) desconsidera os orfanatos (e afins) da lista de “instituições totais”. Para ele, os internos desses ambientes por serem abandonados a maioria recém-nascidos, não possuíam a personalidade formada no seio familiar assim, não tinham o “eu mortificado” pela institucionalização e sim, construído por ela. No entanto, a realidade brasileira é diferente e torna fundamental o enquadramento como “instituições totais”. Muitos das crianças e dos adolescentes eram, e continuam sendo, conduzidos às instituições ao longo da infância ou adolescência pelas próprias famílias. Isso justifica a descrição e avaliação da institucionalização e das “instituições totais” na vida do interno.

Foucault (2003) também abordou a “mortificação do eu”, mas a denominou de “disciplinarização”. Nesses locais, segundo o autor, o controle disciplinar da atividade humana é fator bastante evidente e a disciplina é imposta com o objetivo de fazer crescer a

¹⁰ Este subcapítulo considera Goffman como a principal referência porque o autor aborda, essencialmente, o caráter de fechamento das “instituições totais”, fundamentais para responder aos objetivos geral e específicos dessa dissertação.

“docilidade” e a “utilidade” dos indivíduos.

As “instituições totais” podem ser definidas como locais de residência, em alguns casos também de trabalho, onde um grande número de indivíduos com situações semelhantes é separado da sociedade por considerável período de tempo e levam uma vida fechada, formalmente administrada.

Para Goffman (1996), a característica central das “instituições totais” pode ser descrita pela ruptura de quatro aspectos da esfera de vida humana que resultam na “mortificação do eu”. A primeira delas é a realização de todas as atividades num mesmo local e sob uma única autoridade. A segunda é que cada uma das rotinas diárias (e.g. banho) é realizada na companhia obrigatória de um grupo de pessoas relativamente grande, onde todos são tratados da mesma forma. Em terceiro, a realização das atividades em horários rigorosamente estabelecidos. Finalmente, as várias atividades realizadas são reunidas em um plano racional único, supostamente planejado para atender os objetivos da instituição com eficiência. Assim, o controle de muitas das necessidades humanas é burocrático, visando à funcionalidade na prestação dos serviços.

As “instituições totais” perturbam e alteram as ações que na sociedade civil têm o papel de atestar autonomia ao ator. A impossibilidade de manter esse tipo de competência pode provocar no internado, a sensação de rebaixamento no sistema de graduação da idade e isso “mortifica o eu” (GOFFMAN, 1996). As obrigações - como não poder exprimir mau humor - ou a perda de “comodidades” - como dormir num ambiente silencioso, com a luz apagada ou acesa - podem refletir em perda da sensação de escolha pessoal.

É necessário ressaltar que tais aspectos da vida humana estão presentes em várias instituições, até mesmo numa família, seja ela numerosa ou não. No entanto, segundo Goffman (1996), essas pessoas não são coletivamente arregimentadas e não realizam as atividades diárias (e.g. higiene pessoal) na companhia imediata de um grupo semelhante, podendo gerar desconforto, apatia, constrangimento e outros comportamentos negativos.

Nas “instituições totais”, a divisão organizacional é entre um grupo controlado - os internos - e uma pequena equipe de supervisão. Geralmente, os internos (no caso crianças e adolescentes) têm pouco contato com ambiente externo e a equipe torna-se esse vínculo. Os internos não possuem conhecimento das decisões quanto ao seu destino e presumivelmente, essas restrições de contato ajudam a conservar os estereótipos negativos. As barreiras, que as “instituições totais” colocam entre o interno e o mundo externo, assinalam uma das “mortificações do eu”. Em muitos estabelecimentos são proibidas, inicialmente, as visitas e as saídas, assegurando uma ruptura inicial profunda. Inclui-se como barreira também, o esquema

físico através de portas fechadas, paredes altas e arame farpado (GOFFMAN, 1996).

No processo de admissão há também, em alguns estabelecimentos, a substituição do nome do interno por nomenclaturas que representam uma numeração de série ou características físicas e psíquicas. A posse do nome, segundo Goffman (1996), é uma das possessões mais significativas ao ser humano e a perda é a maior das “mortificações do eu”.

Outra característica comum em “instituições totais” é a ausência de bens. O conjunto de bens individuais tem relação muito forte com o *eu*. Então,

[...] ao ser admitido numa instituição total, é muito provável que o indivíduo seja despido de sua aparência usual, bem como dos equipamentos e serviços com os quais a mantém, o que provoca desfiguração pessoal (GOFFMAN, 1996, p. 28).

Roupas e cosméticos, por exemplo, podem ser negados, confiscados ou guardados em locais inacessíveis e só disponibilizados sob supervisão. Conforme Goffman (1996), o resultado disso pode ser a perda da segurança pessoal e um motivo para angústias.

A rotina diária rígida, uma das características principais das “instituições totais”, é outro fator que culmina na “mortificação do eu”. A execução de uma rotina que considere estranha, com a não identificação de papéis, pode resultar em apatia e desinteresse nas atividades. Assim,

Onde se espera entusiasmo, haverá apatia; onde se espera afeição, há indiferença; onde se espera freqüência, há faltas; onde se espera robustez, há algum tipo de doença; onde as tarefas devem ser realizadas, há diferentes formas de inatividade. Encontramos inúmeras histórias comuns, cada uma das quais é, ao seu modo, um movimento de liberdade. Sempre que se impõem mundos, se criam submundos (GOFFMAN, 1996, p. 246).

A “mortificação do eu” pode ocorrer também, através do contato interpessoal imposto. Nela, indivíduos são estimulados a interagir com pessoas, as quais não possuem afinidades (GOFFMAN, 1996). Em “instituições totais”, é comum que sejam realizadas atividades para interação dos grupos, desrespeitando as características particulares de cada interno e estimulando os sentimentos de coletividade, em detrimento à individualidade, como se esse sentimento fosse totalmente maléfico.

Outra perturbação comum aos internos e que resulta em “mortificação do eu” é chamada de “circuito” por Goffman (1996). Ela consiste na descoberta que determinada atitude ou resposta de defesa diante de um ataque ao “eu” é falha e, não podendo defender-se da maneira usual, o interno “[...] tem certa margem de expressão de reação para salvar as aparências – mau humor, omissão dos sinais comuns de deferência, palavrões resmungados,

ou expressões de desprezo, ironia e sarcasmo” (GOFFMAN, 1996, p. 40).

O internado é envolvido numa rede de coerção. Nela, as regras difusas ocorrem num sistema de autoridade, onde qualquer pessoa da classe dirigente possui algum direito de impor disciplina a qualquer interno. Nessa aplicação disciplinar, este vive em permanente angústia quanto à desobediência das regras e às conseqüências disso. Assim, para evitar possíveis incidentes, o interno renuncia a certos níveis de sociabilidade com seus companheiros.

Outra característica dos internos com longos períodos de institucionalização é o cumprimento incontestável das regras institucionais em troca de regalias e, freqüentemente, na fantasia da libertação. Essa adaptação é chamada por Goffman (1996) de “ajustamentos secundários” e “[...] dão ao internado uma prova evidente de que é um homem autônomo, com certo controle do ambiente” (GOFFMAN, 1996, p. 54). No entanto, para a instituição serve, exclusivamente, como recurso cooperativo.

No “mundo externo”, o indivíduo mantém objetos pessoais fora do contato com contextos que podem “contaminá-los” e “profaná-los”. Contudo, nas “instituições totais” esses territórios do “eu” são violados. A fronteira entre o espaço pessoal, a privacidade e a instituição é invadida e há a “mortificação do eu” (GOFFMAN, 1996).

A restrição da liberdade e a limitação do espaço pessoal, da privacidade e da posse de objetos fazem aflorar comportamentos para confirmar a própria existência do interno. Trata-se, enfim, de modos de comunicação e expressão, os quais são também, formas de autoafirmação. Segundo Goffman (1996), os comportamentos rechaçados pelas “instituições totais” são expressões de alguém que tenta separar-se do local em que foi colocado.

Conforme Brant de Carvalho (1993, p. 14),

[...] a infância, como fase fundamental de experimentação, prazer e descobertas, não acontecia jamais. Desde o processo de admissão [...] (realizado por unidades de recepção e triagem) iniciava-se a (de)formação da sua identidade – o despojamento de seus bens, a numeração, a rotulação diagnóstica, a vivência com reguladores [espaciais], hierarquia rígida e funcionários “agressores” ou “protetores” [demais].

Nas “instituições totais”, a “mortificação do eu” pode resultar em “desculturamento”, que significa perda dos hábitos e costumes derivados do contexto socioeconômico anterior à institucionalização (GOFFMAN, 1996). Assim, o longo período internado em “instituições totais” torna o indivíduo, temporariamente ou não, incapaz de enfrentar os aspectos da vida diária.

Nas “instituições totais”, a “colonização” é uma tática utilizada para que o interno se adapte ao ambiente e conviva sem se importar ou perceber a “mortificação do eu”. Nela, o

pouco do mundo externo fornecido, é considerado como o todo pelo interno, e uma existência estável e satisfatória é estabelecida entre ambos. A experiência do “mundo externo” é usada como ponto de referência para demonstrar como a vida no interior da instituição é desejável (GOFFMAN, 1996). Assim, a usual tensão entre os dois mundos tende a diminuir com o passar do tempo e o indivíduo assimila a instituição como lar.

Todavia, conforme Goffman (1996, p. 22), as “instituições totais” são incompatíveis com a família ou com o lar,

Independentemente do fato de determinada instituição total agir como força boa ou má na sociedade civil, certamente terá força, esta depende em parte da supressão de um círculo completo de lares reais ou potenciais. Inversamente, a formação de lares dá uma garantia estrutural de que as instituições totais não deixarão de enfrentar resistências. A incompatibilidade entre essas duas formas de organização social esclarece algo a respeito das funções sociais mais amplas de ambas.

A “instituição total” é, portanto, um híbrido social, visto que trabalha sob a trilogia: moradia - alimentação – saúde e é onde residem pessoas que, teoricamente, não se ajustam ao quadro social. “Em nossa sociedade, são as estufas para mudar pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se quer fazer do eu” (GOFFMAN, 1996, p. 22).

A institucionalização total e prolongada cria, para a criança ou o adolescente, um quadro de referências que permeia toda vida cognitiva, afetiva e emocional, norteia as relações e dita as respostas comportamentais.

A falência do sistema de atendimento das “instituições totais” - Roda dos Expostos, SAM, RPM, Funabem e Febems - é constatada na sua concepção repressiva e na apresentação dos dados concretos sobre a situação de pobreza e, sobretudo, de maltrato.

Por esse viés, a resposta, que a sociedade brasileira deu no enfrentamento da questão, foi ancorada por um novo ordenamento no campo jurídico. Em meio ao processo de redemocratização política brasileira, aprovou-se o ECA e alterou-se a maneira de tratar, atender e gerir a infância e a adolescência. A seguir, apresentam-se algumas características do ECA.

2.3 O Estatuto da Criança e do Adolescente e o conceito de abrigo

O processo de mobilização em defesa dos direitos das crianças e adolescentes foi

paralelo ao processo de redemocratização da política, vivenciado pela sociedade brasileira a partir de meados da década de 70 do século passado e que transformou o país num palco de significativas mudanças sociais, contrapondo-se ao modelo vigente de repressão.

No início dos anos 80 do século passado, houve reintrodução do multipartidarismo, reconquista do direito ao voto e maior liberdade para as críticas sociais, inclusive com reivindicações para o fim das “instituições totais” de assistência à criança e ao adolescente e revisão de diretrizes da política nacional de atendimento aos mesmos.

A partir disso, fortaleceram-se os debates e movimentos em defesa da infância e adolescência. Nesse período destacaram-se: a criação da Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, por dirigentes municipais; a campanha nacional “Diga Não à Violência”, pelo Governo Federal e Unicef; a criação do Fórum Nacional de Dirigentes Governamentais de Entidades Executoras da Política de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (FONACRIAD), por dirigentes e profissionais dos órgãos executores da Febems; a criação da Associação Nacional dos Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (ANCED); e as campanhas: “Criança e Constituinte” e “Criança - Prioridade Nacional”, que contaram com o apoio do Unicef e do Conselho Nacional de Propaganda (CNP) (DOS SANTOS, 1992).

O processo de mudança das leis referentes à criança e ao adolescente ocorreu entre embates de defensores da proteção integral e setores conservadores (defensores da manutenção dos princípios do Código de Menores de 1979).

Mesmo com opiniões antagônicas, foi possível a união das emendas: “Criança e Constituinte” e “Criança prioridade” e a criação de um Fórum Nacional de Defesa da Criança e do Adolescente (Fórum DCA). O Fórum tornou-se o principal interlocutor da sociedade civil junto ao Congresso Nacional e articulador na ampla mobilização social pela inclusão dos direitos da criança e do adolescente na Constituição (DOS SANTOS, 1992).

Com a aprovação dos artigos 227 e 228 da Constituição Federal de 1988, o Fórum DCA adotou uma postura de abertura em relação à cooperação de setores do Estado e articulou a elaboração do anteprojeto de Lei: “Normas Gerais de Proteção à Infância e à Juventude”. A partir do qual houve debates, sugestões e propostas e elaborou-se outro projeto de Lei ao Congresso Nacional, agora com um grupo composto por membros do Ministério Público, Juizado de Menores do estado de Santa Catarina, Unicef e Funabem (DOS SANTOS, 1992).

Antes da aprovação no Senado e na Câmara dos Deputados, o Fórum DCA mobilizou, durante cerca de um ano, diversos atores sociais e realizou: debates, seminários e

estudos, negociações políticas, articulação com os setores jurídicos e campanhas na mídia. Com esse amplo processo de conscientização social e a realização de audiências públicas no Congresso Nacional, o projeto de Lei foi votado, aprovado nas duas Casas Legislativas e sancionado pelo Presidente da República em 13 de julho de 1990, constituindo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (DOS SANTOS, 1992).

Os aspectos fundamentais abordados pelo ECA foram três: a definição dos direitos das crianças e adolescentes, a redefinição dos deveres do Estado e da sociedade civil e a reorganização das atribuições e competências do poder público federal, estadual e municipal, em virtude da tendência à municipalização do atendimento (DOS SANTOS, 1992).

Com tais modificações, regularizou-se o conceito de “proteção integral”. Nela, crianças (entre zero a 12 anos incompletos) e adolescentes (entre 12 a 18 anos) passaram a ser definidos como cidadãos, em condição peculiar de desenvolvimento, mas possuidores de direitos. Assim, almejou-se a garantia do direito ao desenvolvimento físico, mental, psíquico, moral, espiritual, afetivo e social, em condições de liberdade e dignidade.

Com o ECA, o atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, que antes ocorria nas Febems, foi substituído por programas descentralizados de atendimento em meio aberto. Nesses locais, viveriam os que precisassem de orientação, escola e trabalho ou estivessem em processo de adoção. Para os infratores, porém, a situação continuou inalterada, a exceção da recomendação da internação como um recurso extremo aos juízes.

Com a descentralização da assistência às crianças e aos adolescentes, o ECA instituiu diferentes formas de acolhimento, foram elas: orientação e apoio sócio-familiar, apoio sócio-educativo em meio aberto, colocação familiar, abrigo, liberdade assistida, semi-liberdade e internação. A definição do tipo de assistência era, e continua sendo, feita após averiguação individual dos casos pelos órgãos de proteção (e.g. Conselho Tutelar e Juizado da Infância e da Juventude) e pela decisão judicial.

Na constatação da situação de vulnerabilidade social, ocasionada por: omissão do Estado; falta, omissão ou abuso dos pais (ou responsáveis); ou em razão da própria conduta da criança ou do adolescente, os órgãos de proteção devem tentar a reestruturação familiar pela medida de orientação e apoio sócio-familiar, encaminhando todos os membros da família aos programas de apoio social (e.g. Bolsa Família), ajuda mútua (e.g. Alcoólicos Anônimos) e profissional (e.g. Centro de Atenção Psicossocial).

Oliveira Neto¹¹ (2007) diz que o ideal é diminuir a permanência das crianças e dos adolescentes nos abrigos. Contudo, para ele, mais importante do que fixar prazos, é tentar todos os recursos para reaproximar pais e filhos.

Havendo condições de retorno, deve-se trabalhar para isso. Não se deve violar o direito daquela criança de ser criada por uma família. Não havendo essa condição, deve-se encaminhar essa criança para um processo de destituição e uma família substituta (OLIVEIRA NETO, 2007).

Caso não haja êxito nessas ações, os juízes devem aplicar a medida de família ampliada, que concede guarda (definitiva ou não) aos irmãos, avós ou tios. Durante a definição do quadro, que pode ser de acolhimento ou não pela família ampliada, a criança ou o adolescente deve permanecer sob custódia do Estado, em abrigos. Essa medida é aplicada também, para crianças e adolescentes que tiveram a guarda destituída dos pais ou da família ampliada, e estão em processo de adoção (colocação em família substituta). Ressalva-se que a adoção é o último recurso, usado quando falharam todas as demais medidas e apenas com autorização da família de origem e/ou ampliada (OLIVEIRA NETO, 2007).

O abrigo é executor, portanto, de uma das medidas de proteção previstas e segundo o parágrafo único do artigo 101 do ECA, “O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade” (BRASIL, 1990).

Conforme Oliveira Neto (2007),

[...] a provisoriedade e a excepcionalidade remetem e estão ligadas à idéia de tempo e de motivo para a aplicação da medida drástica [...] É necessário que se construam condições para que crianças e adolescentes retornem ao lar, porque o abrigamento é realmente uma medida excepcional, não é regra.

O abrigamento, outrora considerado solução para a infância e adolescência, agora é reconhecido como um “mal” que se não puder ser evitado, deve se estender pelo menor tempo possível. Assim, o abrigo não é a solução do problema, mas uma das etapas nos casos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e pressupõe um contínuo empenho dos órgãos de proteção no restabelecimento do convívio da criança ou do adolescente com a família, seja de origem, ampliada ou substituta.

O procedimento judicial instaurado para resolver tal situação, portanto, deve tramitar

¹¹ Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto é juiz da Vara da Infância e da Juventude de Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, e coordenador nacional da campanha “Mude um Destino”, em favor das crianças e adolescentes que vivem em abrigos. Ele concedeu a entrevista à pesquisadora em 22 ago. 2007 (Apêndice E).

de forma célere, embora deva respeitar os prazos necessários para a realização do trabalho de “resgate” familiar, a ser tentado junto à família de origem da criança ou adolescente ou com a busca e adaptação a uma família substituta.

Para contrapor a solução do abrigamento como definitiva e tratá-la como medida de exceção, o ECA enumera no artigo 92, uma série de incisos a serem cumpridos pelas instituições que desenvolvam esse tipo de atividade, sejam elas públicas ou privadas. Esse artigo é a legislação a ser seguida pelos abrigos e é fiscalizada pelo Ministério Público, com auxílio dos demais órgãos protetores envolvidos. Os incisos são gerais e abrem uma gama de avaliações e interpretações, influenciadas fundamentalmente por quem avalia o ambiente. Não há critérios ou diretrizes específicas acerca do espaço, da gerência do atendimento, entre outros. Assim, as considerações após cada inciso são, basicamente, espaciais e legais, a partir das informações coletadas na entrevista com Oliveira Neto (2007).

Ressalva-se que foram elaboradas cartilhas para orientação das direções dos abrigos, por órgãos de classe (e.g. Associação de Magistrados do Brasil, em campanha Mude um Destino) e públicos (e.g. Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas), mas essas não são documentos legais.

A seguir são abordadas as determinações dos incisos do artigo 92.

No inciso I do artigo 92 do ECA, a “[...] preservação dos vínculos familiares” (BRASIL, 1990) ocorre através do estímulo e viabilização de visitas dos pais e da família ampliada ao abrigo. Para Oliveira Neto (2007), é obrigação do abrigo “[...] ir à casa do pai e/ou da mãe, chamá-los com certa frequência e assim, fazer com que eles não percam o contato com o filho”. Evidentemente, há exceções, onde o desligamento é necessário e autorizado judicialmente.

O inciso II do artigo 92 do ECA - “[...] integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem” (BRASIL, 1990) - reforça a importância da recolocação familiar das crianças e dos adolescentes abrigados através da adoção, reforçando a provisoriedade da medida de abrigamento.

O inciso III do artigo 92 do ECA cita a importância do “[...] atendimento personalizado e em pequenos grupos” (BRASIL, 1990). O abrigo deve se configurar, portanto, em unidades pequenas, com poucos integrantes (não há definição exata do número de abrigados) e estimular a participação em atividades comunitárias.

A extinção dos grandes complexos de internação e a construção de unidades menores, que mais se assemelham às condições de um ambiente familiar, são medidas com o pano de fundo na compreensão da erradicação das condições institucionais, que favorecem o

florescimento de identidades negativas.

Quanto à infra-estrutura espacial, os abrigos devem dispor de espaços de convivência, funcionais nos serviços, acolhedores e simples em seus aspectos arquitetônicos e, essencialmente educativos. A residência deve ser segura, adequada para receber crianças e adolescentes com diferentes necessidades e restrições, e não deve possuir identificação ou emblema oficial na fachada (BRANT DE CARVALHO, 1993).

Os programas personalizados de atendimento também, respondem pelo apoio e ação na construção do projeto de vida de cada abrigado. Isso inclui atividades especializadas no tratamento de distúrbios físicos e psicológicos.

O inciso IV faz referência ao “[...] desenvolvimento de atividades em regime de co-educação” (BRASIL, 1990) que, segundo Brant de Carvalho (1993), é a indicação de programa de atendimento misto. Isso não significa quartos mistos, mas a convivência de crianças e adolescentes de ambos os sexos e com diferentes condições físicas e psicológicas.

No entanto, alguns abrigos, por razão da infra-estrutura disponível, estipulam regras para admissão e outros atendem em regime especializado. Nesses, o encaminhamento ocorre em circunstâncias especiais, freqüentemente, porque a criança ou o adolescente possui alguma restrição ou deficiência, que exija ações especializadas para sua proteção e tratamento. Ressalva-se que apesar de não permitido pelo ECA, muitos dos abrigos estipulam essas regras pela falta de recursos financeiros para adaptação física do espaço e/ou contratação de profissionais especializados, e poucos são reprimidos pela prática.

Os incisos V - “[...] não-desmembramento de grupos de irmãos” (BRASIL, 1990) – e VI - “[...] evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados” (BRASIL, 1990) - afirmam a importância de preservar os vínculos familiares e a permanência no mesmo abrigo, para que a criança ou o adolescente crie identidade com o ambiente em que vive, mesmo que provisoriamente.

O inciso VII do artigo 92 do ECA cita a “[...] participação na vida da comunidade local” (BRASIL, 1990). As determinações apontam para a inserção da casa num bairro dotado de infra-estrutura urbana, com escola, creches, hospitais, postos de saúde, transporte urbano, locais para lazer e prática de esportes. Todavia, “A implementação dessas casas está relacionada com a realidade e a problemática de cada município” (BRANT DE CARVALHO, 1993, p. 31).

No inciso VIII do artigo 92 do ECA, a “[...] preparação gradativa para o desligamento” (BRASIL, 1990) pode ocorrer com o retorno à família de origem, ampliada ou substituta. “A partida da criança [ou do adolescente] deve ser preparada com responsabilidade

e competência [...] Em qualquer mudança existe sempre um componente de natural insegurança e ansiedade” (BRANT DE CARVALHO, 1993, p. 50). As ações para minimizar a separação da instituição devem abranger conversas do psicólogo do abrigo com a criança ou o adolescente e com os pais ou responsáveis que o acolherão, e visitas periódicas dos profissionais do abrigo (e.g. assistente social e psicólogo) à família, antes, durante e depois da ida do abrigado.

Por fim, o ECA no inciso IX do artigo 92 determina a “[...] participação de pessoas da comunidade no processo educativo” (BRASIL, 1990). A realização de visitas e o trabalho voluntário nas instituições são essenciais para a inclusão social dos abrigados, contribuindo para a erradicação da idéia de depósito, mas essa participação não significa a invasão da privacidade do abrigo e, principalmente, das crianças e dos adolescentes.

Há ainda no artigo 91 parágrafo único do ECA, as seguintes determinações: “[...] condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança [...]” (BRASIL, 1990). Para Oliveira Neto (2007), “[...] Este conceito de habitabilidade é extremamente amplo e aberto, mas o que se quer é um ambiente sadio”. Todavia, por não haver normas específicas que regulamentem o projeto de abrigos, as tipologias utilizadas são adaptadas dos Códigos Municipais de Obras e das determinações do Ministério Público referentes à higiene, salubridade e segurança dos ambientes.

Os abrigos foram criados, portanto, para acabar com os prisioneiros sociais existentes nas grandes instituições de internação anteriores ao ECA. A mudança no atendimento passou de um modelo assistencialista para um educativo, como sintetiza o Quadro 01 a seguir.

MODELOS BRASILEIROS DE ASSISTÊNCIA	
Assistencialista	Educativo
Surgiu como resposta às necessidades da sociedade.	Surgiu como respostas às necessidades das crianças e dos adolescentes.
Nas intervenções, não considerava as necessidades das crianças e dos adolescentes.	Nas intervenções, tenta intervir a partir das necessidades das crianças e dos adolescentes.
Atuava sobre a criança e o adolescente.	Atua sobre a criança e o adolescente e o contexto no qual eles vivem.
Mantinha a marginalização social.	Procura preparar para a competência social.
Não utilizava um modelo interdisciplinar.	Parte de um modelo interdisciplinar.

Quadro 01: Resumo dos modelos de assistência à criança e ao adolescente em situação de vulnerabilidade social. Fonte: adaptação de Arola (2002, p. 118).

O intuito da medida de abrigamento é que crianças e adolescentes não sejam privados de liberdade por motivos socioeconômicos e culturais. O abrigo deve, então, possibilitar um “espaço para morar”, até que a vida das crianças ou dos adolescentes seja

reestruturada, e ser uma instituição aberta, uma segunda casa que não aniquila, nem distorce idéias e metas.

Ressalva-se que, apesar do ECA regulamentar genericamente os abrigos, a medida de abrigo pode ser aplicada das seguintes formas: abrigo de permanência continuada, casas-lares, família acolhedora, casa de passagem, casa de acolhida, casa transitória ou albergue e as repúblicas. A seguir descrevem-se cada uma delas, com suas próprias características e particularidades.

2.3.1 Modalidades de abrigo

Para caracterização da modalidade de abrigo, foram utilizados os índices da pesquisa do Ipea e Conanda citada anteriormente e realizada em 2003. Essa representa o quadro mais real e significativo já levantado.

Como resultados, cerca da metade dos abrigos atendidos pela Rede SAC localiza-se na região sudeste (49,1%), seguida pelas regiões sul (20,7%) e nordeste (19,0%). O norte e centro-oeste correspondem juntos por menos de 12,0% do universo (IPEA; CONANDA, 2003). Esse baixo índice das duas regiões não é indicativo que não haja abandono de crianças e adolescentes, mas que muitos deles sofram maus-tratos ou estejam nas ruas, como afirmou Oliveira Neto (2007).

Como reflexo das práticas históricas, a maioria dos abrigos é não-governamental (ONG) (65,0%) e há significativa influência religiosa (67,2%). Enquanto os abrigos públicos representam apenas 30,0%, sendo 21,7% municipais e 8,3% estaduais (IPEA; CONANDA, 2003). Essa maior parcela municipal está em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que possuem como diretriz a municipalização do atendimento à infância e adolescência (ENID ROCHA; MELLO, 2004).

Como visto, a partir do final do século XX, o Estado contou com as parcerias de ONGs para atender crianças e adolescentes. Passetti (2000) intitulou essa fase de “nova filantropia” que, diferente do século XIX, ocorre entre Estado e terceiro setor, em especial o empresariado, e não somente pela caridade, mas pelos incentivos fiscais.

É importante destacar que o ECA reserva às ONGs o papel estratégico, ao incluí-las no bojo da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente. Segundo o artigo 86 do ECA, “A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á

através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios” (BRASIL, 1990).

Confirmando a “nova filantropia”, dos 589 abrigos levantados, a maioria não é antiga, mais da metade (58,6%) foi fundada a partir de 1990, ano da promulgação do ECA e que redefiniu os princípios orientadores das instituições de atendimento e proteção às crianças e aos adolescentes em situação de vulnerabilidade social (IPEA; CONANDA, 2003).

Ainda, dos abrigos pesquisados, 85,9% não possuem especialidades no atendimento, acolhendo quaisquer crianças e adolescentes. Essa característica é fundamental, porque evita a segregação dos grupos, que ocorria nas fases de atendimento anteriores ao ECA. Todavia, apenas 12,6% do universo pesquisado possuem instalações físicas acessíveis e esse número limita crianças e adolescentes com algum tipo de deficiência ou restrição (IPEA; CONANDA, 2003). O que ocorre, então, é o acolhimento, mas sem a participação e autonomia do abrigado na instituição.

Respeitando o inciso IV do artigo 92 do ECA, 78,1% dos abrigos do universo pesquisado atendem em regime de co-educação, acolhendo ambos os sexos e mais da metade (53,0%) trabalha com faixa etária ampliada, acolhendo crianças e adolescentes entre zero e dezoito anos.

Por conta da análise anterior desses dados, optou-se pelo estudo de caso numa instituição de abrigamento de permanência continuada, não-governamental, com atendimento de faixa etária ampliada e capacidade em torno de 25 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, sem restrições ao atendimento de portadores de deficiências ou doenças. Pela logística na execução da pesquisa e pela disponibilidade da INSTITUIÇÃO de cooperar, a escolha deu-se num abrigo sediado na região sul do país e sem orientação religiosa declarada, mas com todos os funcionários católicos e praticantes. Assim, a INSTITUIÇÃO do estudo de caso, apesar de ser uma amostra não-probabilística intencional, corresponde ao universo mais comum à medida de abrigamento, conforme a pesquisa realizada pelo Ipea e o Conanda e considerada nessa dissertação.

Como visto na pesquisa, a existência de programas governamentais ou não resulta em diferentes formas de operacionalizar o programa de abrigo. Estes são descritos a seguir, conforme a divisão do ECA e a descrição de Carreirão (2004):

- a) o abrigo de permanência continuada é a modalidade mais comum (78,4%) no quadro nacional brasileiro e pode ser governamental ou não (IPEA; CONANDA, 2003). Esse tipo de abrigo atende entre 20 e 25 crianças e adolescentes (em média) e, por isso, possui dificuldades de proporcionar-lhes atendimento individualizado e em

pequenos grupos, como indicado no artigo 92 do ECA. Observa-se, nessa modalidade, o distanciamento dos abrigados da vida comunitária, a crescente fragilidade ou rompimento dos vínculos com a família de origem ou ampliada. É comum também, que os abrigados apenas estudem fora da casa, mas realizem as demais atividades no abrigo.

b) a casa-lar é segundo artigo 3 da Lei n° 7.644,

[...] a unidade residencial sob responsabilidade de casal social, pais sociais, mães sociais¹², que abrigue até 10 (dez) menores; § 1º - As casas-lares serão isoladas, formando, quando agrupadas, uma aldeia assistencial ou vila de menores; § 2º - A instituição fixará os limites de idade em que os menores ficarão sujeitos às casas-lares; § 3º - Para os efeitos dos benefícios previdenciários, os menores residentes nas casas-lares e nas Casas da Juventude são considerados dependentes da mãe social a que foram confiados pela instituição empregadora (BRASIL, 1987).

A casa-lar é mantida, exclusivamente, com rendas próprias, doações, legados, contribuições e subvenções de entidades públicas ou privadas. A instituição possui estrutura de residência privada, com imóvel próprio ou não, e deve estar inserida no contexto urbano. A idéia é a implantação de um lar substituto, que reproduza as condições convencionais de uma residência, educando num ambiente familiar.

As Aldeias Infantis SOS¹³ são os exemplos mais reconhecidos do modelo de casa-lar e considerados por vários órgãos de proteção à criança e ao adolescente como os ideais para o acolhimento em regime de abrigo.

Com o nome de “Casa da Paz”, a primeira Aldeia foi construída por Hermann Gmeiner, em 1949, na Áustria, para acolher quarenta órfãos da grande guerra mundial. Os meninos e as meninas de diferentes idades podiam viver numa das cinco casas-lares, sob a tutela de uma “mãe” (ALDEIAS INFANTIS SOS, 2007). O programa foi reconhecido como inovador e de certo modo, ainda é para a realidade assistencialista brasileira.

A primeira Aldeia instalada no Brasil foi em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, em 1967. Atualmente, são vinte e oito Aldeias em todo o território nacional, acolhendo mais de

¹² Profissão regulamentada pela Lei 7.644, de 18 de dezembro de 1987, com obrigações segundo artigo 4 da Lei referida: propiciar o surgimento de condições próprias de uma família, orientando e assistindo os menores colocados sob seus cuidados; administrar o lar, realizando e organizando as tarefas a ele pertinentes; dedicar-se, com exclusividade, aos menores e à casa-lar que lhes forem confiados. O trabalho desenvolvido pela mãe social é de caráter intermitente, realizando-se pelo tempo necessário ao desempenho de suas tarefas. A candidata ao exercício da profissão de mãe social deverá submeter-se a seleção e treinamento específicos, a cujo término será verificada sua habilitação. São condições para admissão como mãe social: idade mínima de 25 (vinte e cinco) anos; boa sanidade física e mental; curso de primeiro grau, ou equivalente; ter sido aprovada em treinamento e estágio exigidos por esta Lei; boa conduta social; aprovação em teste psicológico específico (BRASIL, 1987).

¹³ Disponível em: <<http://www.aldeiasinfantis.org.br>>. Acesso em: 21 dez. 2007.

1.500 crianças e adolescentes no programa de casas-lares e mais de 3.500 crianças e adolescentes no programa de prevenção ao abandono (ALDEIAS INFANTIS SOS, 2007).

O modelo de casa-lar das Aldeias é baseado em quatro princípios: a mãe, os irmãos, a casa e a Aldeia. A mãe cria uma estreita relação com cada criança e adolescente, respeitando as origens familiares, culturais e religiosas. Os laços de irmandade (mesmo quando não consangüíneos) são cultivados e preservados. A casa, por sua vez, é o centro da vida familiar, onde se desfruta o verdadeiro sentido de segurança e pertencimento. Juntas, as casas formam uma Aldeia e criam um ambiente de ajuda mútua (ALDEIAS INFANTIS SOS, 2007).

Os abrigados das casas-lares das Aldeias, independente de raça, cultura ou religião, convivem em ambiente familiar pelo tempo necessário e recebem apoio individualizado para seu desenvolvimento integral. Os irmãos biológicos não são separados e permanecem numa mesma família e casa. As Aldeias são formadas por dez a quinze casas-lares, onde vivem as famílias compostas pela mãe social e até dez crianças e adolescentes em idades diversas (ALDEIAS INFANTIS SOS, 2007).

No processo de acolhida é elaborado, pela mãe social, um “plano de desenvolvimento individual”, que registra informações sobre a situação atual do abrigado e as metas para seu desenvolvimento. Esse documento serve de apoio nas decisões em relação às necessidades individuais (ALDEIAS INFANTIS SOS, 2007).

c) a família acolhedora trata-se de pessoa(s) física(s) que recebe(m) em sua casa uma criança ou adolescente, assumindo, sob termo de responsabilidade, as atribuições relativas ao guardião, expressas nos artigos 33¹⁴ (definição da função) e 92 (determinações para a estrutura e ações dos abrigos) do ECA. Essa modalidade pode representar, para a criança ou o adolescente, a possibilidade de continuidade da convivência familiar e comunitária, porque permite o atendimento individualizado. No entanto, abrigar a criança ou o adolescente provisoriamente não significa integrá-lo como filho, mas assumir papel de parceiro no atendimento e na preparação para a reintegração familiar ou a adoção. A família assume as funções de uma instituição de abrigo e muitas vezes, recebe ajuda financeira para isso (CARREIRÃO, 2004).

Por isso, Oliveira Neto (2007) afirma,

¹⁴ Segundo o artigo 33 do ECA, “A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais. § 1º A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros. § 2º Excepcionalmente, deferir-se-á a guarda, fora dos casos de tutela e adoção, para atender a situações peculiares ou suprir a falta eventual dos pais ou responsável, podendo ser deferido o direito de representação para a prática de atos determinados. § 3º A guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários” (BRASIL, 1990).

[...] é necessário ressaltar na aplicação da medida, para que não retornemos ao passado de acolhimento de filhos de criação e exploração deles como mão de obra nas residências. A escolha criteriosa da família e o acompanhamento constante dos órgãos protetores são as formas eficazes de evitar que a medida seja falha no objetivo principal: acolher em regime familiar [...].

Em cidades onde não há modalidade de abrigamento ou que haja grande demanda de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, é comum que os órgãos protetores organizem esse tipo de assistência. Há também ONGs que recrutam famílias e ajudam-nas no trabalho de família acolhedora. A fundação suíça *Terre des hommes* [Terra dos Homens, tradução nossa], com atuação em todo o Brasil, e a ONG Recriar, no estado do Paraná, são os exemplos mais conhecidos. As famílias recrutadas, segundo essas organizações, possuem a guarda, mas sem o compromisso de adoção ou o recebimento de ajuda financeira.

d) a casa de passagem, casa de acolhida, casa transitória ou albergue trata-se de uma estrutura governamental ou não destinada, sobretudo, às crianças e aos adolescentes com vivência de rua e, geralmente, dirigida por profissionais educadores que realizam abordagens urbanas. Essa modalidade de abrigamento busca construir uma relação de confiança e afeto entre a instituição e a criança ou o adolescente para, posteriormente, estudar o encaminhamento a outras modalidades de abrigamento ou a viabilidade de colocação na família de origem, ampliada ou substituta. Esses locais oferecem proteção, alimentação, cuidados básicos com higiene e orientação de profissionais habilitados (e.g. assistentes sociais, psicólogos e pedagogos). No entanto, apesar da classificação pelo ECA, Carreirão (2004) não os considera uma modalidade de abrigamento e justifica,

[...] dada sua característica de flexibilidade quanto aos atendimentos para adultos, as muitas entradas e saídas, por vezes diárias, ou semanais, de uma mesma criança ou adolescente da casa, constituindo-se mais como um projeto vinculado a programa sócio-educativo em meio aberto (CARREIRÃO, 2004, p. 313).

O programa Novo Amanhecer, desenvolvido pela Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente do município de Itajaí, proporciona atendimento imediato às crianças e aos adolescentes de ambos os sexos em situação de rua. A metodologia de trabalho consiste em, através de rondas noturnas, detectar os locais onde crianças ou adolescentes pernoitam e encaminhá-los à casa de passagem. No dia seguinte, profissionais do abrigo conduzem a criança ou o adolescente à sua casa de origem, onde são feitas entrevistas com a família e o

cadastro da mesma em programas sociais (SECAD¹⁵, 2007).

e) a república é uma residência direcionada ao jovem maior de 18 anos que não possui condições de retorno à família de origem e a quem não foi propiciado, até o momento, uma família substituta. O programa de atendimento, na grande maioria ONGs, visa desligar o jovem da institucionalização através da sua inserção no mercado de trabalho. Diferente das demais modalidades de abrigamento, o jovem é incentivado a contribuir na manutenção da casa, tanto financeiramente quanto nas tarefas domésticas, e não há educadores residindo, apenas intervenções periódicas para mediação, facilitação e apoio no planejamento dos projetos de vida. Ressalva-se que o ECA abrange os cidadãos até os 18 anos, mas esse serviço surgiu para orientar os jovens que permaneceram longos períodos institucionalizados e, após a idade limite, não possuíam expectativas de vida e nem onde morar.

A organização não-governamental Aldeias Infantis SOS também trabalha com a modalidade de república, que é chamado de residência assistida. Os jovens maiores de 18 anos e desligados do programa de casas-lares, mas com ganhos regulares e em processo de organização do próprio lar, recebem moradia, assistência pedagógica e financeira por até três anos. O apoio financeiro é analisado criteriosamente, considerando o plano de desenvolvimento individual e um termo de compromisso do jovem na aplicação dos recursos para itens como alimentação, transporte e educação (ALDEIAS INFANTIS SOS, 2007).

Por fim, é importante ressaltar que, mesmo protegido por qualquer modelo de abrigamento, a criança e o adolescente possuem um direito constitucional violado - a convivência familiar - e por mais que o programa tenha a formatação aproximada de uma família, não é a de origem ou, ainda que acolhedora, não é a família substituta.

Numa análise mais profunda do quadro atual brasileiro, constata-se que a provisoriedade e excepcionalidade - fundamentais para o retorno da criança e do adolescente ao convívio familiar - não são realidade na medida de abrigamento. Alguns motivos disso e o perfil das crianças e dos adolescentes atendidos são descritos a seguir.

2.3.2 Fatores para o abandono e o perfil das crianças e dos adolescentes abrigados

¹⁵ Secretaria da Criança e do Adolescente (SECAD) do município de Itajaí, Santa Catarina, Brasil. Disponível em: <<http://secad.itajai.sc.gov.br/>>. Acesso em: 21 dez. 2007.

Conforme o censo de 2000, as crianças e os adolescentes representam 34,0% da população brasileira, significando um contingente de 57,1 milhões de pessoas. Cerca da metade desses - 48,8% das crianças e 40% dos adolescentes - é considerada pobre ou miserável, nascendo e crescendo em domicílios cuja renda *per capita* não ultrapassa meio salário mínimo ¹⁶.

Numa análise mais profunda do quadro, constata-se que os artigos fundamentais do ECA não são cumpridos pelas famílias e pelos órgãos protetores. Ignora-se a proteção à vida, saúde, educação e cidadania, que permitiria o nascimento e o desenvolvimento sadio e em condições dignas. De acordo com Enid Rocha (2004), os principais violadores desses direitos fundamentais à infância e adolescência são pessoas ligadas à família de origem. Até o ano de 2002, do total de violências físicas, psicológicas e sociais computadas, 57,0% foram cometidas pelos pais ou outras pessoas detentoras da guarda ¹⁷.

O fenômeno da relação entre a criança ou o adolescente e a violência no cotidiano familiar refere-se às conseqüências da desigualdade social e da pobreza. Essa situação vulnerável consolida o argumento desencadeador da agressão física e/ou psicológica e, por conseqüência, deteriora as relações humanas, em especial a familiar.

A realidade mostra, no entanto, que a carência de recursos financeiros não é suficiente para explicar com profundidade o fenômeno de violação dos direitos. A violência cometida não ocorre apenas nas famílias pobres e nem as classes sociais com rendas mais altas estão livres dos maus-tratos à criança ou ao adolescente. É necessário elucidar, conforme classificação de Enid Rocha (2004), outros fatores de risco para a incidência da violência contra crianças e adolescentes no âmbito familiar, são eles:

- a) histórico familiar de violência doméstica;
- b) famílias cujos membros sofrem de perturbações psicológicas, tais como: baixa tolerância às frustrações, baixo controle dos impulsos, dependência de drogas (incluindo o álcool), ansiedade e depressão crônicas, comportamento suicida, baixa auto-estima e desordens de personalidade;
- c) despreparo para a maternidade e/ou paternidade;
- d) responsáveis que adotam práticas de educação rígidas e autoritárias, com o uso de castigos psicológicos e físicos ou o contrário, quando desenvolvem práticas

¹⁶ Informações coletadas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada em 2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2007.

¹⁷ Enid Rocha (2004) citando dados coletados junto aos Conselhos Tutelares nacionais, através do Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (SIPIA), em 2002.

negligentes;

e) fatores situacionais como a depressão pós-parto, a separação abrupta, as expectativas distorcidas e irreais entre pais e filhos ou o estresse por crise econômica ou conjugal.

Com a elucidação de outros fatores de risco, reforça-se que a pobreza é insuficiente para justificar todas as manifestações de violência, todavia influencia direta ou indiretamente. As carências materiais sofridas pelas famílias de baixa renda impõem dificuldades adicionais para a sobrevivência do grupo, ampliando as chances de crianças ou adolescentes pobres sofrerem de negligência e abandono e passarem por períodos de institucionalização.

A decretação da falência da instituição familiar pode resultar nas seguintes formas de abandono:

- a) precoce: nessa situação encontram-se os recém-nascidos abandonados e, geralmente, desconhece-se o paradeiro dos pais biológicos;
- b) tardio: geralmente, a criança ou o adolescente é institucionalizado porque sua família de origem ou ampliada está incapacitada de criá-lo e provê-lo por razões diversas;
- c) por desinteresse: é o caso da criança ou do adolescente que é internado pelos seus pais ou responsáveis e “esquecida” no abrigo. Por vezes, os pais manifestam o desejo de reaver a guarda e reintegrá-lo à família, mas isso não acontece. Na maior parte desses casos, não há consentimento para a adoção, o que condena a criança ou o adolescente a passar toda a infância e/ou a adolescência em medida de abrigo, pois legalmente não está abandonado, embora o esteja de fato.

O quadro nacional brasileiro confirma que 24,1% das crianças e adolescentes são abrigados por carência de recursos materiais (IPEA; CONANDA, 2003). Mesmo em contrariedade com a disposição do artigo 23 parágrafo único do ECA, “[...] a falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo de suspensão do pátrio poder” (BRASIL, 1990).

Todavia, o fato dos pais ou responsáveis não proverem as próprias famílias pode dar margem a uma série de violações de direitos (e.g. exploração do trabalho infantil), que resultam nos motivos para o ingresso nos abrigos. Ainda, a incapacidade de prover de bens necessários para a sobrevivência faz com que os pais ou responsáveis vislumbrem na institucionalização a garantia dos direitos básicos dos filhos, especialmente moradia e alimentação.

Entre os principais motivos do abrigo das crianças e dos adolescentes pesquisados estão também: o abandono pelos pais ou responsáveis (18,8%); a violência

doméstica (11,6%); a dependência química de pais ou responsáveis (11,3%); a vivência de rua (7,0%); a orfandade (5,2%); a prisão dos pais ou responsáveis (3,5%) e o abuso sexual praticado pelos pais ou responsáveis (3,3%) (IPEA; CONANDA, 2003).

Nessa situação miserável, o reconhecimento dos abrigados como vítimas de violência socioeconômica e cultural gera questionamentos de como cumprir o princípio da brevidade da medida de abrigo. Afinal, se o empobrecimento das famílias é a raiz da situação, é difícil supor que intervenções pontuais na vida da criança ou do adolescente possam sanar os problemas que resultaram no abrigamento.

Assim, a passagem por uma instituição de abrigo não é transitória para 55,2% dos abrigados e varia de sete meses a cinco anos. Desse total, 32,9% vivem abrigados de dois a cinco anos (IPEA; CONANDA, 2003). Essa ambigüidade entre ECA (medida provisória e excepcional) e quadro nacional (permanência prolongada) demonstra que, embora todo o empenho deva ser ao encaminhamento à família de origem, ampliada ou substituta, a realidade socioeconômica e cultural inviabiliza ou retarda o desfecho.

Outro dado que comprova a tentativa dos pais de proporcionarem uma vida menos miserável aos filhos e reforça a importância de medidas que reestruturem toda a família da criança ou do adolescente, é que 80,0% dos abrigados possuem família e desses 58,0% preservam os vínculos. Apenas 11,2% não possuem ou é considerada desaparecida, e 10,7% são adotáveis (IPEA; CONANDA, 2003).

Todos esses fatores são responsáveis pelo grande número de crianças e adolescentes abrigados e pelo não cumprimento da provisoriedade nos abrigos. Ainda,

Os números do Ipea e do Conanda provam que não é falta de afeto o principal motivo para o abrigamento. Eles [crianças ou adolescentes] são abrigados por motivos de carência [...] Muitos deles não estão disponíveis para adoção porque têm família e recebem visitas constantes [...] estão lá para viverem com dignidade [...] Eles [crianças ou adolescentes] querem voltar para a família de origem, mesmo sendo vítimas de violência. [...] Desde 1988, quando se reconheceu na Constituição o direito à convivência familiar, ficou estabelecido que não é direito apenas da família estar com a criança ou o adolescente, é um direito dele [criança e adolescente] estar inserido em um lar. Para os pais, é um direito, mas também, um dever provê-los e educá-los, uma obrigação imposta pela Lei [...] (OLIVEIRA NETO, 2007).

Esse fenômeno de entrega dos filhos para serem criados em instituições não é novo. No Brasil Colônia, o regime de internato era utilizado tanto para os filhos dos ricos, na busca de uma educação de excelência, quanto para os dos pobres, em associação às medidas de assistência. Com o tempo, esse modelo educacional desapareceu nas famílias abastadas, mas perdurou nas pobres e atualmente, as razões para o abrigamento são semelhantes às passadas.

Os motivos alegados para a institucionalização de crianças e adolescentes com vínculo familiar aparentemente saudável, ainda figuram no desejo de ver os filhos com uma condição de vida melhor.

O perfil dessas crianças e adolescentes abrigados são na maioria meninos (58,5%), com idades entre sete e quinze anos, negros (63,0%) e pobres (renda familiar *per capita* de até um quarto de salário mínimo) (IPEA; CONANDA, 2003).

Conforme Enid Rocha (2004), esse perfil etário pode ser resultado das dificuldades das famílias de baixa renda de acesso aos serviços públicos de apoio (e.g. creches, escolas de período integral). O número maior de meninos pode ser justificado porque as meninas são, historicamente, consideradas mais úteis para realizarem os serviços domésticos e, com isso, são menos abandonadas. Quando abrigadas, contudo, são adotadas mais facilmente, retornam mais rápido às famílias de origem, ou ainda, conseguem meios para viabilizar a própria sobrevivência com maior facilidade. Por fim, o número elevado de abrigados da raça negra pode refletir o preconceito social com raízes históricas, que dificulta a adoção e concentra crianças ou adolescentes negros nos abrigos.

O maior número de crianças entre sete e quinze anos se deve também, ao preconceito social em relação à entrega de um filho à adoção após o nascimento. A dificuldade em decidir pela entrega, conseqüentemente, dificulta futuras adoções, visto que a procura é por crianças recém-nascidas ou com até três anos. Por isso, muitas crianças e adolescentes são abrigados depois da primeira infância, apenas para o desenvolvimento e educação no abrigo, e passam parte de suas vidas institucionalizados, afastados das famílias de origem e incapacitados para adoção, uma vez que não houve a destituição do poder familiar (ENID ROCHA, 2004).

Afastado da provisoriedade e excepcionalidade, o abrigamento torna-se um modelo de assistência de caráter institucionalizante, condenando crianças e adolescentes a uma infância e adolescência privada de vínculos familiares saudáveis, que lhe proporcionariam o desenvolvimento pleno. A institucionalização, incluindo a medida de abrigamento, cria espaço para a construção de uma categoria de criança e adolescente duramente castigada pelo infortúnio da vulnerabilidade social, econômica, familiar e psíquica.

Assim, as razões que levam uma criança ou um adolescente à institucionalização são muitas e variadas, mas há, entre todas as histórias, um ponto comum: a negligência. As características e as conseqüências para o desenvolvimento humano desse denominador comum são mostradas a seguir.

3 DESENVOLVIMENTO HUMANO

O capítulo anterior mostrou o quadro da assistência à criança e ao adolescente no Brasil. Neste, o desenvolvimento humano é apresentado e definido como mudanças ordenadas e relativamente duradouras, que ocorrem ao longo do tempo e afetam as estruturas físicas e neurológicas, os processos de pensamento, as emoções, as interações sociais, e outras formas de comportamento (em especial para essa dissertação, o comportamento espacial) (NEWCOMBE¹⁸, 1999).

O estudo do desenvolvimento é baseado em como e por que o organismo humano cresce e se modifica no decorrer da vida e busca compreender as mudanças universais que ocorrem em todas as pessoas, não interessando a cultura em que cresçam ou as experiências que tenham tido. Outro objetivo é explicar as diferenças individuais, importantes para a identificação das particularidades de cada indivíduo. Um terceiro é entender como o comportamento espacial é influenciado pelo contexto ambiental (NEWCOMBE, 1999).

Esses três grupos citados – padrões universais, diferenças individuais e influências contextuais – são fundamentais para o entendimento completo do que é o desenvolvimento humano e apesar de interligados, porque a maioria dos traços de desenvolvimento é multifatorial e depende dos fatores genéticos e ambientais, a ênfase maior nessa dissertação será ao último grupo.

Este capítulo apresenta, então, algumas teorias de desenvolvimento, em especial, a Teoria do Desenvolvimento Ecológico, avaliando a importância do contexto ambiental no desenvolvimento humano. Aborda-se ainda, a importância da instituição familiar na socialização e como a negligência à infância e adolescência influencia o desenvolvimento humano.

3.1 Teorias determinantes do desenvolvimento

Uma das questões básicas com que se deparam os estudiosos do desenvolvimento

¹⁸ Há muitas definições acerca do que é o desenvolvimento humano e classificações das teorias, por isso, e como não é o âmbito dessa dissertação estudá-las profundamente e nem de competência da pesquisadora a classificação de quais são as teorias mais importantes, que Newcombe (1999) tornou-se a principal referência. A autora aborda o desenvolvimento infantil, centrando seus estudos no desenvolvimento espacial.

são os determinantes biológicos e ambientais. O determinismo biológico argumenta que o comportamento (inclusive o espacial) e as diferenças individuais são conduzidos pela carga genética, pela maturação fisiológica e pelo desenvolvimento neurológico (NEWCOMBE, 1999). Assim, caminhar e falar, por exemplo, são resultados de fatores biológicos inatos.

Conforme o determinismo biológico, a aprendizagem emerge universalmente e em períodos semelhantes. Então, o fato de algumas crianças aprenderem a falar mais cedo que o previsto, por exemplo, é resultado de diferenças na carga genética e na maturação neurológica e não há relação com os fatores ambientais (NEWCOMBE, 1999).

Contrário a isso, o determinismo ambiental argumenta que ambientes físicos e sociais são as principais influências no desenvolvimento humano. Essa corrente acredita que as crianças respondem às pessoas e aos objetos com os quais interagem. Os ambientalistas explicam as diferenças entre as crianças como algo relacionado à oportunidade delas de interagirem com o contexto no qual convivem (NEWCOMBE, 1999).

Ainda acerca das teorias do desenvolvimento humano, há cientistas que consideram as crianças receptoras passivas de experiências e outros as analisam ativas na organização, estruturação e criação do seu próprio ambiente (NEWCOMBE, 1999). Um cientista que acredita nas crianças como passivas, normalmente não as considera apáticas, mas “De acordo com esse ponto de vista, as crianças são moldadas por estímulos no ambiente externo e conduzidas por necessidades internas, sobre as quais elas têm pouco controle” (NEWCOMBE, 1999, p. 27).

Uma das mais notáveis teorias do desenvolvimento é a teoria da aprendizagem¹⁹, que procura analisar o desenvolvimento infantil em termos de estímulo-resposta. Esse tipo de aprendizagem equivale à aquisição de conexões e associações entre os eventos ambientais (estímulos) e o comportamento espacial das crianças (respostas), conforme descreveu Newcombe (1999) acerca dos estudos de Watson.

Posteriormente, a teoria social da aprendizagem²⁰ adicionou uma outra dimensão aos

¹⁹ Teoria desenvolvida por John Watson (1878-1958), psicólogo americano e fundador da corrente behaviorista ou comportamentalista na Psicologia. Watson desenvolveu sua teoria utilizando animais e humanos em suas experiências. Sua pesquisa se contrapôs às abordagens introspectivas, pois entendia a Psicologia como sendo a parte das Ciências Naturais (NEWCOMBE, 1999).

²⁰ A Teoria Social é de autoria de Albert Bandura (1925), psicólogo canadense da linha behaviorista. Bandura procurou confirmá-la utilizando o brinquedo “João-bobo”. Segundo ele, no momento em que o brinquedo é apresentado à criança, esta não tem quaisquer atitudes hostis com o boneco. Porém, após observar o adulto tendo comportamento agressivo com o brinquedo, a criança também passa a agredi-lo. Bandura foi presidente da Associação Americana de Psicologia em 1973 e, atualmente, é professor na Universidade de Stanford (BANDURA, 1978).

estudos de Watson, reconhecendo que as crianças são formadas não apenas pelos prêmios e punições recebidos, mas também pelas observações do que os outros fazem. Segundo a teoria, os atos dos indivíduos produzem as condições ambientais que afetam os comportamentos, inclusive o espacial. Esse fenômeno, chamado de aprendizagem por observação, demonstra que o ambiente afeta a pessoa, mas, nele, ela é mera absorvedora do conhecimento disponibilizado (BANDURA, 1978).

Uma visão contrária aos behavioristas é adotada por Jean Piaget²¹. Nela, a criança interpreta ativamente seu ambiente. Segundo Piaget (1996), há dois princípios básicos que guiam o desenvolvimento humano: organização e adaptação. As crianças organizam suas experiências em estruturas cognitivas e ao interagir com o ambiente, adaptam-nas para responder às novas expectativas. Essa teoria pressupõe que as pessoas possuem tendência inata à curiosidade e exploração e que a organização das experiências vividas resulta em arcabouços mentais. Então, as formas como as crianças interagem com o ambiente são determinadas por seus estágios correntes de compreensão. Assim, bebês possuem entendimentos muito diferentes de crianças mais velhas.

Por outro lado, a psicologia sócio-histórica, com base na teoria de Vygotsky²², acredita no desenvolvimento humano a partir das relações sociais que a pessoa estabelece ao longo da vida. Nesse referencial, o processo de ensino-aprendizagem se constitui dentro dos diferentes contextos sociais e inclui o indivíduo que aprende, aquele que ensina e a relação entre eles (VYGOTSKY, 1994).

Para Vygotsky (1994), da mesma forma que o homem transforma o ambiente para atender às suas necessidades, transforma a si mesmo. A teoria trabalha com a importância do meio cultural e das relações entre os indivíduos. Desde o nascimento, o ser humano é envolto num contexto de símbolos, normas e padrões que estabelecem significados ao comportamento humano, inclusive ao espacial. Assim, ao apreender o contexto, o desenvolvimento é inerente

²¹ Jean Piaget (1896-1980), biólogo e psicólogo suíço, estudou a evolução do pensamento da criança até a adolescência, procurando entender os mecanismos mentais que o indivíduo utiliza para captar o ambiente no qual interage. Sua teoria do Desenvolvimento Cognitivo pressupõe que os seres humanos passam por uma série de mudanças ordenadas e previsíveis. Através de várias observações com seus filhos e com outras crianças, Piaget deu origem à Teoria Cognitiva, onde demonstra que existem quatro estágios de desenvolvimento cognitivo no ser humano: Sensório-motor, Pré-operacional, Operatório concreto e Operatório formal (PIAGET, 1996).

²² Lev Semenovich Vygotsky (1896-1934), russo e contemporâneo de Piaget, foi professor e pesquisador. A partir de 1924, dedicou-se à Psicologia Evolutiva, Educação e Psicopatologia. Devido a vários fatores, inclusive a tensão política da Guerra Fria, o trabalho de Vygotsky permaneceu desconhecido durante décadas. Um dos conceitos mais importantes é o de Zona de Desenvolvimento Proximal, que se relaciona com a diferença entre o que a criança consegue aprender sozinha e aquilo que consegue aprender com a ajuda de um adulto. A Zona de Desenvolvimento Proximal é, portanto, tudo o que a criança pode adquirir em termos intelectuais, quando lhe é dado o suporte educacional devido (VYGOTSKY, 2001).

a ele, mas não dependente.

Há, ainda, a teoria biológica de Montessori²³. Nela, a evolução mental acompanha o crescimento biológico e pode ser identificada em fases definidas. O indivíduo é sujeito e objeto do desenvolvimento. Nessa teoria, os ambientes são cuidadosamente preparados para permitirem movimentos livres das crianças, facilitando o desenvolvimento da independência e da iniciativa pessoal. Assim como o ambiente, as atividades sensoriais e motoras desempenham função essencial na teoria. A autora defendia que o caminho do intelecto passava pelas mãos, por meio do movimento e do toque que explora e decodifica o mundo ao seu redor. Por isso, a ambiência dos espaços objetiva chamar a atenção para as propriedades dos objetos (e.g. tamanho, forma, cor, textura, peso, cheiro e barulho). Dessa forma, a autora visou assegurar que crianças e adolescentes, em todos os níveis de desenvolvimento e independente do contexto no qual vivam, preparassem-se, através da interação com espaços estimulantes, para participar da sociedade (MONTESSORI, 199-).

Por conta das experiências com o ambiente, os pesquisadores discordam quanto à estabilidade do comportamento, inclusive o espacial, no decorrer do tempo. “Uma razão para a diferença de interpretação é que alguns comportamentos e alguns períodos do desenvolvimento [humano] são mais estáveis do que outros” (NEWCOMBE, 1999, p. 45). Outra razão é que as mesmas características podem ser expressas de formas diferentes em idades diferentes (NEWCOMBE, 1999).

Portanto, há muitas abordagens para explicar o desenvolvimento humano e as conseqüências no comportamento, especialmente para essa dissertação, o espacial. Dado que as teorias são construídas para explicar comportamentos e mudanças específicas, a grande maioria é melhor compreendida no contexto da discussão. Assim, as abordagens comportamentais dessa dissertação compilam várias teorias, considerando que o desenvolvimento é produto de transações entre determinantes biológicos e ambientais.

O comportamento (inclusive o espacial) é apreciado, então, em função da história do desenvolvimento humano e dos esquemas exclusivos de maturação biológica. A personalidade humana é produto do crescimento lento e gradual e todas as capacidades da pessoa, incluindo as morais, estão sujeitas às leis de desenvolvimento. A tarefa de educar,

²³ Maria Montessori (1870-1952) foi educadora, médica e feminista. Iniciou os estudos com crianças portadoras de deficiências na Universidade de Roma. Ali, empregou conceitos de aprendizagem onde a criança era induzida a observar e avaliar as interações que realizava, tanto com o ambiente, quanto com as pessoas. Montessori pôs suas idéias em prática na *Casa dei Bambini* (Casa de Crianças, tradução nossa), aberta no centro de Roma. Em 1922, o governo italiano nomeou-a inspetora-geral das escolas da Itália. Porém, com a ascensão do regime fascista, ela decidiu deixar o país e continuar os trabalhos na Espanha, no Ceilão (atual Sri Lanka), na Índia e na Holanda. Disponível em: <<http://www.montessori.org>>. Acesso em: 15 dez. 2007.

portanto, não é moldar o ser humano a qualquer imagem pré-determinada, mas ajudá-lo, passo a passo, guiando-o no seu desenvolvimento. Nesse papel, a família é a personagem principal, como é visto a seguir.

3.2 O significado da família na socialização de crianças e adolescentes

A socialização é o processo pelo qual se adquirem habilidades, valores e convicções que são característicos, apropriados e desejáveis. As reações sociais a serem aprendidas modificam-se de uma cultura para outra, mas os agentes promotores, que participam e influenciam o processo de desenvolvimento humano, são sempre os mesmos: os indivíduos e as instituições.

Embora cada agente influencie e seja importante de forma diferente para o desenvolvimento humano, a família é o mais saliente. Por essa razão, o ambiente familiar é considerado agente primário mais significativo na socialização, possuindo o papel de moldar a personalidade, as características e as motivações, guiar o comportamento social e transmitir os valores e as noções de cidadania.

Ressalva-se que a instituição familiar, ao longo da história humana e nas diferentes culturas, assumiu várias formas de composição, ficando mais ampla ou reduzida e incluindo pessoas com laços consangüíneos ou não. Contudo, manteve a característica de ser uma organização baseada no cuidado e na emoção básica que Maturana (1995) chama de “amor”. Esse não é um valor moral, nem uma virtude, mas uma ação, uma atitude de aceitação do outro como uma pessoa legítima. É o respeito a cada indivíduo e às suas características (MATURANA, 1995). Nos abrigos de permanência continuada, essa estrutura familiar é definida, basicamente, pelos funcionários (na maioria do sexo feminino) e pelos abrigados.

Conforme Newcombe (1999), os fatores que influenciam as práticas para a socialização de crianças e adolescentes enquadram-se em três categorias principais:

- a) as expectativas e as convicções que emanam do pai, da mãe ou de outro responsável;
- b) os atributos da criança ou do adolescentes (e.g. características da personalidades, capacidades cognitivas);
- c) o contexto social no qual está inserida a relação pais (ou responsáveis) e filhos, inclusive as relações conjugais e sociais. Por exemplo, uma relação segura e

satisfatória entre pai e mãe (casados ou não) está associada com a educação com vínculos afetivos estáveis dos filhos. Porque pais emocionalmente maduros “[...] tendem a reagir com sensibilidade e aconchego aos sinais e necessidades de seus filhos [...] promovem segurança emocional, independência, competência social [...]” (NEWCOMBE, 1999, p. 339).

As inferências dos pais ou responsáveis sobre o comportamento dos filhos são determinantes significativas das práticas e técnicas disciplinares utilizadas na educação, mas as formas de educação podem alterar-se conforme a resposta da criança ou do adolescente. As técnicas mais usadas na educação são: a recompensa, a punição e o raciocínio ou indução. A recompensa (reforço) pode ser de natureza social (e.g. elogio) ou não (e.g. brinquedo). Se essa técnica falhar, a alternativa mais comum é a punição, que pode ser: verbal (e.g. crítica ou xingamento), a perda de privilégio ou, até mesmo, a punição física. Estratégias disciplinares não-punitivas – chamadas de técnicas de raciocínio ou indutivas – incluem apontar e ponderar sobre os atos realizados e as conseqüências. A aplicação bem sucedida das técnicas depende da boa comunicação entre pais (ou responsáveis) e filhos (NEWCOMBE, 1999).

As crianças e os adolescentes não são educados apenas com as técnicas diretas de treinamento, mas também através de imitação e identificação. Imitar é copiar as características específicas de alguém (e.g. atitudes de algum cantor) e identificar-se é um processo mais sutil, no qual uma pessoa incorpora padrões de comportamento (inclusive o espacial), posturas, valores, interesses e maneirismos. Para que haja identificação, é necessária a presença de vínculo emocional, ao contrário da imitação (NEWCOMBE, 1999).

Os estilos de educação para socialização variam conforme o contexto socioeconômico e cultural da família, além do histórico de vida do responsável. Identificam-se quatro padrões gerais de controle: autorizado, autoritário, permissivo e negligente. O padrão autorizado combina altos níveis de exigência com altos níveis de afeto e parece ser o que mais possui resultados positivos. Os autoritários costumam ser altamente exigentes, mas pouco atenciosos. Os permissivos são pais ou responsáveis que não estipulam regras, nem padrões para o comportamento da criança ou do adolescente. Os pais ou responsáveis negligentes, um dos motivos principais para o abrigo, têm baixas expectativas sobre o relacionamento com os filhos e as tentativas de disciplinar são erráticas. A ameaça, punição física, crítica, desaprovação, raiva e ironia são características das reações dos pais ou responsáveis negligentes (NEWCOMBE, 1999).

É importante destacar que uma educação amorosa, em que se vê, escuta e acolhe, promove o respeito por si e pelas outras pessoas envolvidas na interação. No caso das

famílias, o fundamento do prazer “de estar” onde está a confiança, seja pelo contexto ou pela presença das pessoas, é centralizado na relação da criança e do adolescente com a sua mãe (pai ou responsável) e seu entorno familiar (MATURANA, 1998). Maturana (1998) afirma, ainda, que se observadas as histórias de vida de crianças ou adolescentes chamados anti-sociais, descobre-se que sempre há enredos de negação do “amor” e de educação com violação da identidade, falta de respeito e negação do eu.

As primeiras conseqüências dessa negligência podem ser vistas nas interações esquivas do recém-nato. As crianças maiores são resistentes e desobedientes, desconfiam das pessoas, podem ameaçá-las e atacá-las, “[...] um padrão que elas podem vir a manter e utilizar quando se tornarem pais e mães” (NEWCOMBE, 1999, p. 358).

Conforme Newcombe (1999, p. 350) essas,

Relações íntimas e afetuosas entre irmãos promovem o desenvolvimento de características e reações desejáveis, inclusive de encenação de papéis e comunicação, sensibilidade social, cooperação e compreensão de regras e papéis sociais.

A interação entre irmãos pode também, auxiliar na compreensão da criança ou do adolescente acerca das capacidades que possui. Outro efeito positivo é a disponibilidade de conforto em momentos difíceis. Então, o abrigo de permanência continuada, no estímulo da interação entre irmãos consangüíneos ou não, é capaz de fornecer a possibilidade de crianças e adolescentes se desenvolverem sócio e emocionalmente saudáveis, na medida em que interagem com relações que significam vínculos essenciais.

Nessa troca, as crianças e os adolescentes experimentam uma variedade de atitudes sociais, reproduzem práticas observadas nos adultos e aprendem a importância das relações entre os humanos e, sobretudo, o viver em sociedade. Uma criança envolvida numa brincadeira de faz-de-conta, por exemplo, usa a imaginação para brincar de papai, mamãe e filhos, podendo experimentar significados e realizar um tipo de interação social que é de suma importância para a formação delas enquanto pessoas, realizando trocas variadas quando riem, desentendem-se, choram ou trocam carinhos.

Já a ausência masculina na criação dos filhos - caso mais comum no histórico de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e nos abrigos de permanência continuada – pode produzir efeitos negativos. A literatura sobre a ausência paterna mostra uma variedade de repercussões, tanto nos aspectos comportamentais, quanto nas vivências

emocionais relacionadas com o complexo de Édipo²⁴. Conforme Muza (1998), as crianças e os adolescentes que não convivem com a figura masculina podem desenvolver problemas de identificação sexual, dificuldades de reconhecer limites e aprender regras de convivência social. Tal falta pode se manifestar de diversas maneiras, entre elas uma maior propensão à delinquência.

Num enfoque sistêmico, cada membro da família é considerado participante ativo em vários subsistemas que interagem entre si. Para entender o desenvolvimento de uma criança ou adolescente individualmente, todo o sistema familiar e seus subsistemas devem ser levados em consideração e investigados. A partir dessa perspectiva, a construção do desenvolvimento ocorre em negociações dinâmicas, permeadas de significações concretas (ambiente) e subjetivas (comportamento) que são distintas, mas interligadas. O desenvolvimento significa atuar no espaço e criar nele, como é visto a seguir.

3.3 Teoria do desenvolvimento ecológico

O desenvolvimento humano ocorre num cenário complexo, vivo, dinâmico e intenso, onde o ambiente assume, fundamentalmente, duas funções. A primeira delas é de contexto ou campo para aplicação de condutas. A segunda é de condição, recurso e instrumento para o desenvolvimento. Nesse sentido, os elementos que compõem o ambiente encontram-se interligados numa rede de significações. A cada situação, essa rede estrutura um meio que captura e recorta o fluxo de comportamentos (inclusive o espacial) dos sujeitos, tornando-os significativos naquele contexto e constituindo o mediador do desenvolvimento.

A avaliação sistêmica desse quadro, proposta pela Teoria do Desenvolvimento Ecológico desenvolvida por Bronfenbrenner²⁵ em 1979, permite a compreensão do desenvolvimento humano inserido em diferentes ambientes - próximos ou distais. Assim, investigar ecologicamente o desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados

²⁴ O Complexo de Édipo, pesquisado por Sigmund Freud (1856-1939), é verificado, na segunda infância, quando a criança atinge o período sexual fálico. Nesse período, a criança dá-se conta da diferença de sexos, tendendo a fixar a sua atenção nas pessoas do sexo oposto, no ambiente familiar. Freud baseou-se na tragédia de Sófocles para intitular a teoria (MUZA, 1998).

²⁵ Urie Bronfenbrenner (1917-2005) fez doutorado na Universidade de Michigan, em 1942. Proeminente ecologista humano, ele buscou o equilíbrio entre homem e ambiente e lutou para que os direitos humanos atentassem para a gravidade das condições ecológicas de vida, principalmente, de crianças e adolescentes institucionalizados (BRONFENBRENNER, 1996).

significa entendê-los como pessoas em desenvolvimento e considerar esse processo no contexto onde ocorre. A teoria ecológica possibilita que as particularidades vivenciadas pelas crianças e pelos adolescentes sejam enfatizadas e não os *déficits*, encontrados em função da comparação com crianças e adolescentes que se desenvolvem em contextos culturalmente esperados (BRONFENBRENNER, 1996).

A teoria destaca o papel ativo da pessoa em seu desenvolvimento, através da capacidade de interagir com as propriedades do ambiente, descobrindo-as, mantendo-as e/ou alterando-as. A pessoa influencia o ambiente onde se encontra, quando inicia uma atividade nova ou quando começa a estabelecer algum tipo de vínculo com outras pessoas. “Diferentes tipos de ambientes dão origem a padrões distintivos de papéis, atividades e relações para as pessoas que se tornam participantes nestes ambientes” (BRONFENBRENNER, 1996, p. 87).

Na teoria, o indivíduo é uma entidade em constante crescimento psicológico, a partir das relações de reciprocidade, sentimento positivo e equilíbrio de poder criadas entre ele e os diferentes ambientes onde convive (BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998). A teoria ressalta a importância de se considerar as características do indivíduo em desenvolvimento, como as suas convicções, temperamento, metas e motivações. Afinal, essas características possuem considerável impacto na maneira pela qual se escolhe os contextos ambientais a serem vivenciados. As características físicas e pessoais, como o gênero, a cor da pele e as deficiências físicas ou cognitivas, também devem ser consideradas porque podem influenciar na maneira como os outros lidam com a pessoa em desenvolvimento.

As interações pessoais, segundo a Teoria do Desenvolvimento Ecológico, estão alicerçadas em três características: a reciprocidade, o equilíbrio de poder e a relação afetiva. A reciprocidade é o *feedback* mútuo na interação entre duas ou mais pessoas, e o resultado motiva padrões de interação subseqüentemente mais complexos. Entretanto, mesmo havendo reciprocidade, um dos integrantes da relação pode ser mais influente do que o outro. Assim, o equilíbrio de poder é importante para auxiliar a pessoa em desenvolvimento a lidar com relações diferenciais. No ambiente institucional, por exemplo, os funcionários devem possuir mais poder do que as crianças e os adolescentes, embora essa distribuição deva ser alterada, gradativamente, com o amadurecimento dos abrigados. Por fim, à medida que as relações afetivas são positivas e recíprocas, possivelmente há crescimento no ritmo do desenvolvimento psicológico humano (BRONFENBRENNER, 1996).

Na teoria, o contexto ambiental é onde o indivíduo está inserido. É a junção da dimensão física e cultural. Assim, o ambiente é um elemento concreto, mas atua, também, de forma não-verbal, sendo “[...] o conjunto de processos através dos quais as particularidades da

peessoa e do ambiente interagem para produzir constância e mudança nas características da pessoa no curso de sua vida” (BRONFENBRENNER, 1996, p. 191).

Para Bronfenbrenner (1996), o ambiente é constituído de uma série de estruturas concêntricas interconectadas, que sofrem influências internas e externas. Esses sistemas ambientais compreendem: o comportamento dos indivíduos, inclusive o espacial; as interações sociais; a natureza dos vínculos; e a influência direta ou indireta dos contextos onde se habita e atua.

Os vários ambientes subdivididos abrangem tanto os mais imediatos, nos quais vivem as pessoas, quanto os mais remotos, que se relacionam e têm o poder de influenciar o curso do desenvolvimento. Todos esses têm influência na construção da identidade e, devido à complexidade e abrangência, são organizados em quatro diferentes níveis: microssistema, mesossistema, exossistema e macrosistema (Figura 03) (BRONFENBRENNER, 1996).

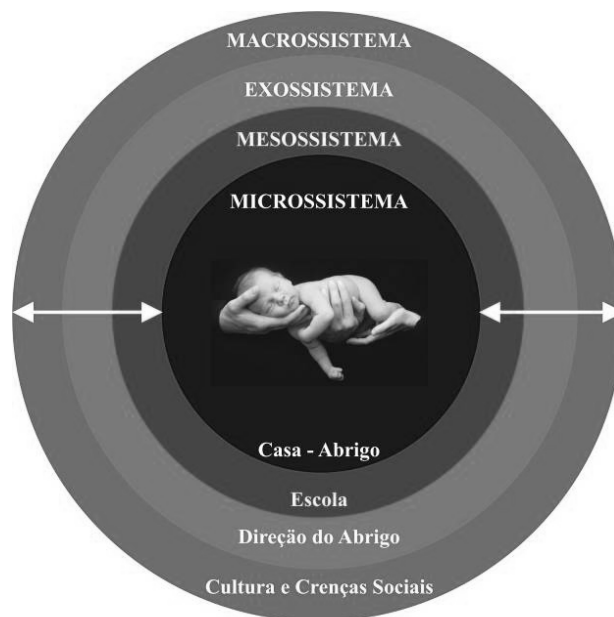


Figura 03: Esquema da Teoria Desenvolvimento Ecológico aplicada às crianças e adolescentes abrigados. Fonte: adaptação de Bronfenbrenner (1996).

O nível interno, chamado de microssistema, é compreendido, primordialmente, pela família, mas pode se estender para outros contextos. É um sistema inicial, dinâmico e interativo, que envolve aspectos físicos, sociais e simbólicos das primeiras relações humanas (BRONFENBRENNER, 1996). É composto de “[...] um padrão de atividades, papéis e relações interpessoais experienciados pela pessoa em desenvolvimento num dado ambiente com características físicas e materiais específicas” (BRONFENBRENNER, 1996, p. 18). A abordagem ecológica atribui papel central ao microssistema, pois a complexidade dessas

relações opera ao longo de todo o desenvolvimento humano. Na teoria, a análise do microsistema deve partir da descrição e compreensão do sistema familiar ou do seu equivalente, dos aspectos físicos do ambiente e das interações entre os membros (BRONFENBRENNER, 1996).

Assim, o abrigo de permanência continuada consiste num ambiente ecológico de extrema importância para crianças e adolescentes em abrigamento, configurando o microsistema central do ambiente ecológico. É onde eles realizam grande número de atividades, funções e interações, como também, é um ambiente com potencial para o desenvolvimento de relações recíprocas de poder e afeto.

O crescimento faz a criança ou o adolescente interagir com vários microsistemas (principal e secundário) e o conjunto deles forma o mesossistema. Esse conjunto é constantemente ampliado ao longo do desenvolvimento e sempre haverá sobreposição dos microsistemas (BRONFENBRENNER, 1996).

A análise do mesossistema produz dados acerca das interações sociais. Na infância e adolescência, os ambientes onde se brinca aparecem no mesossistema ancorados numa diversidade de interações entre as faixas etárias. Assim, o mesossistema das crianças e dos adolescentes em abrigamento é tanto quanto, ou mais afetado que o microsistema, porque depende das relações sociais estabelecidas principalmente fora da instituição.

O exossistema, ao contrário, está relacionado aos ambientes nos quais as crianças ou os adolescentes não possuem participação ativa, mas que, de alguma maneira, os influenciam (BRONFENBRENNER, 1996). No que tange à institucionalização, a direção do abrigo de permanência continuada e o Conselho Tutelar são exemplos de exossistemas. Constata-se que nos abrigos, o meso e exossistema influenciam-se mutuamente a partir das dinâmicas de funcionamento e por isso, devem dispor de total comunicação e integração.

Por fim, o macrosistema é mais amplo e abrange os valores, as ideologias e a organização das instituições sociais comuns a uma determinada cultura. Esse sistema afeta os demais, porque caracteriza padrões generalizados e determina propriedades específicas dos micro, meso e exossistemas (BRONFENBRENNER, 1996).

Na análise do macrosistema, observa-se a influência dos aspectos socioeconômicos e culturais no desenvolvimento humano. A situação financeira precária em que vivem as famílias, por exemplo, afeta diretamente o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes. Siqueira e Dell'aglio (2006, p. 72) destacam também,

[...] o estigma social, carregado de valor pejorativo e depreciativo, associado aos

valores culturalmente esperados podem ser considerados elementos integrantes do macrossistema que envolve estas crianças e adolescentes em medida de abrigo.

Ressalva-se que os sistemas ecológicos se modificam no decorrer da vida. Essa variação é o que Bronfenbrenner (1996) denomina de transição ecológica e consiste no processo de mudança humana ou do contexto ambiental, para que haja acomodação e convivência mais equilibrada e sadia.

Para o ser humano se desenvolver intelectual, emocional, social e moralmente, é necessária a participação ativa e recíproca com pessoas, objetos e símbolos no ambiente. O ser humano é agente atuante do seu próprio desenvolvimento, quando seleciona e interage com o mundo que o cerca, mas é também, influenciado por este, que se apresenta como facilitador ou não. Logo, o contexto ambiental onde a criança e o adolescente crescem e se desenvolvem é crucial nas causas e manifestações dos problemas, especialmente, nas questões do desenvolvimento humano e do comportamento espacial.

Sob essa perspectiva, a acolhida num abrigo de permanência continuada constitui uma transição ecológica e a criança ou o adolescente passa a assumir um novo papel, modificando sua posição em relação às pessoas com quem convive e aos contextos nos quais interage, e produzindo reações físicas e mentais, que são abordadas a seguir.

3.4 Alterações no desenvolvimento de crianças e adolescentes negligenciados

A instituição familiar é considerada como o contexto mais importante para o desenvolvimento humano. Sabe-se, no entanto, que mesmo nesse ambiente considerado propício ao desenvolvimento de vínculos afetivos, a negligência pode ocorrer. É principalmente por isso, que crianças e adolescentes são encaminhados aos abrigos de permanência continuada.

Nessas instituições, no que concerne às necessidades básicas (alimentação, moradia, higiene e cuidados com a saúde), as crianças e os adolescentes são, na maioria das vezes, atendidos. Todavia, o mesmo não ocorre quanto ao amparo afetivo, e esse descompasso pode gerar reações maléficas ao desenvolvimento.

Os efeitos da institucionalização prolongada têm sido apontados na literatura, por interferirem no desenvolvimento e por conseqüência, na sociabilidade, na manutenção de

vínculos afetivos na vida adulta e no comportamento espacial. Conforme Guirado (1986, p. 40),

Pensar a instituição como um conjunto de práticas ou de relações sociais que se repetem e se legitimam e não como um estabelecimento, é, sem dúvida, o primeiro passo para se afirmar que a entrada na instituição – a internação – não significa apenas mudança de espaço e de ambiente físico, mas, principalmente, uma alteração possível nas pautas de relação.

Afinal, o ambiente institucional não se constitui no melhor ambiente para o desenvolvimento humano. O atendimento padronizado, o alto índice de internos por funcionários, a falta de atividades planejadas e a fragilidade nos vínculos afetivos são alguns dos aspectos relacionados aos prejuízos que a vivência institucional pode operar no indivíduo. A validade de estudar a institucionalização está, então, em entender como se formam as diversas facetas do desenvolvimento da criança ou do adolescente submetido a esse sistema.

Alguns estudos têm sugerido que as possíveis alterações no desenvolvimento de crianças e adolescentes adotados podem ser estudadas com as alterações que sofrem os abrigados. Ainda, há quem compare as alterações observadas no desenvolvimento desses, com os distúrbios de crianças e adolescentes que vivem com as famílias, mas que são vítimas de negligência. A dissertação considera essa teoria e apresenta as características das crianças e dos adolescentes em situação de vulnerabilidade social, em especial, negligenciadas, independente de estarem na condição de abrigamento ou no convívio familiar.

A situação de vulnerabilidade social é compreendida num complexo sistema de interações. Todos os significados atribuídos aos eventos vividos pela criança ou pelo adolescente e refletidos na interação dele com os outros e com o ambiente são considerados conseqüência da vulnerabilidade social. A negligência, por sua vez, é entendida, moral e juridicamente, como conseqüência da situação de vulnerabilidade social. É um tipo de violência onde o agressor é passivo e a agressão ocorre pela falta de ação. O responsável negligente é culpado pela omissão, pelo que não fez ao negligenciado.

A Negligência Precoce (denominação médica) é a situação onde não há uma interação satisfatória entre os pais (ou responsáveis) e a criança recém-nata. Essa ocorrência caracteriza uma das condições capazes de interferir no desenvolvimento e, dependendo da dimensão psicológica ou neurológica, os danos causados podem ser permanentes, mesmo que a criança tenha recebido cuidados materiais e físicos adequados. Por isso, as alterações no desenvolvimento conseqüentes à negligência não são devido apenas, à falta de nutrição ou higiene, mas principalmente, à falta de estímulos e contatos afetivos (BALLONE, 2003).

Entre os casos que podem ser considerados negligência precoce, o abandono é a forma mais grave e são vários os estudos sobre os seus efeitos deletérios. No abandono, a criança é privada das necessidades básicas para seu desenvolvimento pleno. Em fases precoces da vida, o efeito nocivo é a Depressão Anaclítica²⁶, descrita por um quadro de perda gradual de interesse, ações passivas e apáticas, choro, isolamento, retardo do desenvolvimento psicomotor, perda de apetite, comportamentos estereotipados (e.g. balanceios) e, eventualmente, a morte (BALLONE, 2003).

Ressalva-se que o René Spitz, pesquisador que identificou e classificou a depressão anaclítica, sofreu críticas quando sugeriu que o quadro resultava em severo retardo do desenvolvimento, mas essa conclusão não será observada na dissertação (BALLONE, 2003). Afinal, não compete à pesquisadora, a análise médica e psicológica do caso e sim, a postulação mais importante da pesquisa de Spitz, que é: a perda do objeto amado - interação com os pais ou responsáveis - resulta em sofrimento à criança e ao adolescente. Ainda, a depressão anaclítica é citada, pois o conceito persiste na área médica.

Conforme Ballone (2003), em crianças recém-natas e nos primeiros anos de vida, há uma sucessão de eventos que ocorrem depois do abandono, denominadas de Reações de Abandono ou, por alguns autores, de Reação de Aflição Prolongada. Essa reação é fruto da falta de interação com uma figura adulta e responsável pela educação. O processo não é necessariamente seqüencial, mas possui algumas das manifestações comportamentais:

- a) a criança ou o adolescente chora, chama e busca o responsável ausente, recusando quaisquer tentativas de consolo;
- b) retraimento emocional, que se manifesta por letargia, expressão facial de tristeza e falta de interesse nas atividades próprias da idade;
- c) desorganização dos horários de comer e dormir;
- d) regressão ou perda de hábitos já adquiridos (e.g. perda temporária do controle dos esfíncteres e retorno ao uso de fraldas);
- e) desinteresse paradoxal que se manifesta por indiferença às recordações da figura do responsável (e.g. não menção do nome e não reconhecimento de fotos);
- f) como comportamento alternativo, a criança ou o adolescente pode se tornar extremamente sensível a qualquer recordação da família e sentir mal-estar agudo, diante de qualquer estímulo que lembre pessoas importantes.

A fragilidade e vulnerabilidade humana nos primeiros anos de vida ocorrem porque,

²⁶ Em 1953, René Spitz (1887-1974) apresentou uma pesquisa onde descrevia a “Depressão Anaclítica”, como resultado da privação afetiva.

ao nascer, há a formação da habilidade sensorial, física, cognitiva e emocional (BOWLBY, 1984). Por isso, bebês precocemente negligenciados e institucionalizados podem desenvolver respostas comportamentais para expressar o seu desagrado e a carência afetiva que sofrem, tais como: recusa em receber alimentação, engasgo com o próprio vômito, dificuldade para respirar e choro (NEWCOMBE, 1999).

Ressalva-se que nem sempre o diagnóstico citado é percebido e definido claramente pelas classificações internacionais (CID.10 e DSM.IV²⁷). Muitas crianças e adolescentes possuem um somatório de distúrbios provocados pela negligência precoce, pelas reações de abandono, enfim, por problemas ligados a Teoria do Vínculo. Alguns psicológicos diagnosticam esse conjunto de distúrbios como Desordem do Vínculo, não listado pelo CID.10, mas não menos significativo para essa dissertação.

A Teoria do Vínculo ou da Ligação Afetiva diz respeito à necessidade de amor materno, ou algo similar, para que as crianças e os adolescentes se desenvolvam emocional e cognitivamente saudáveis. Para eficácia, essa ligação precisa ser continuamente preservada. Logo, as satisfações exclusivas das necessidades biológicas e dos cuidados materiais são insuficientes para garantir o desenvolvimento humano sadio (BALLONE, 2003).

O vínculo é fundamental para a identificação de uma rede de apoio social. Tal rede corresponde ao aprofundamento dos relacionamentos, permitindo que a criança ou o adolescente obtenha melhores condições para se desenvolver e tornar-se capaz de enfrentar as situações adversas, ajustando-se a elas com mais facilidade.

Uma criança ou um adolescente que possui pais afetivos e vive em um lar bem-estruturado, no qual encontra conforto e proteção, consegue desenvolver sentimentos de segurança e confiança em si mesmo e em relação àqueles com quem convive (MATURANA, 1995). Do contrário, se uma criança ou um adolescente cresce em situação irregular (afastado do convívio familiar), pressupõe-se que sua base de segurança tende a desaparecer, prejudicando suas relações com os outros e causando prejuízos nas demais funções de seu desenvolvimento.

A criança ou o adolescente, que vive institucionalizado e sem a presença de uma pessoa significativa, pode ser prejudicado, foi privado total ou parcialmente do vínculo

²⁷ A Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde é também, conhecida como Classificação Internacional de Doenças (CID-10) e foi instituída pela Organização Mundial de Saúde (OMS), padronizando a codificação de doenças e outros problemas de saúde. Disponível em: <<http://www.who.int/en/>>. Acesso em: 14 jan. 2008.

O Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders - Fourth Edition (DSM-IV) (Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais - Quarta Edição, tradução nossa) foi publicado pela Associação Psiquiátrica Americana (APA). É a principal referência de diagnóstico psiquiátrico para os profissionais. Disponível em: <<http://www.psych.org/>>. Acesso em: 14 jan. 2008.

afetivo que lhe oferece apoio, proteção e cuidados. Assim, o Quadro 02 sistematiza as necessidades e os possíveis distúrbios frutos da negligência à criança e ao adolescente.

NECESSIDADES E DISTÚRBIOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
Necessidades de Crianças e Adolescentes para o Desenvolvimento Sadio	Distúrbios no desenvolvimento provocados pela Negligência
Necessidades físico-biológicas (e.g. alimentação, higiene, sono e saúde).	Perdas físicas e materiais através da interação com o ambiente e as outras pessoas.
Necessidades cognitivas (e.g. estimulação sensorial, exploração e compreensão da realidade).	Perdas psicossociais pela separação das pessoas significativas e a perda dos vínculos.
Necessidades emocionais e sociais (e.g. segurança emocional, rede de relações sociais e autonomia no contexto ambiental).	Perdas socioculturais, através do receio de enfrentar novos hábitos, rotinas, valores e costumes.

Quadro 02: Resumo das necessidades e dos distúrbios no desenvolvimento de crianças e adolescentes.
Fonte: AUTORA, 2008.

É importante salientar que a privação materna, não necessariamente, conduz aos quadros psicopatológicos. As variáveis ambientais e os fatores como: idade, gênero, temperamento, natureza da relação anterior com a mãe (ou o responsável) e experiências prévias e posteriores à separação devem ser ponderados (BOWLBY, 1984). Guirado (1986) lista também: a proporção adulto e crianças, a quantidade e a variedade de brinquedos e de recursos de higiene, saúde e alimentação. Por conseguinte, “[...] afirma-se a carência afetiva [de crianças e adolescentes institucionalizados] ora como decorrente das carências materiais da instituição, ora como decorrente da ausência de contato da criança com a mãe [ou responsável]” (GUIRADO, 1986, p. 23).

Assim, pela carência de estímulos, vínculos afetivos e atenção emocional, as crianças e os adolescentes podem apresentar: passividade, inércia ou relação conflituosa com as pessoas e o ambiente em que convivem, deficiências cognitivas, problemas de integração sensorial, dificuldade em processar a linguagem no ritmo em que é falada e, conseqüentemente, prejuízo no processo de aprendizado (BALLONE, 2003).

Victor Groza (1998) afirma que crianças e adolescentes, com longos períodos de internação em “instituições totais” ou em instituições que guardem algumas dessas características, terão, provavelmente, distúrbios emocionais e de desenvolvimento, até mesmo após o retorno à família de origem ou substituta. Todavia, quando o afeto e a atenção são suficientes, crianças e adolescentes tendem a não sofrer quaisquer prejuízos com a institucionalização.

Observa-se que a transgressão é a forma possível e mais utilizada pelas crianças e adolescentes negligenciados para manterem suas condições de sujeitos. A transgressão apresenta-se como contraposição à invisibilidade que caracteriza a negligência. É a forma que

crianças e adolescentes encontram de denunciarem suas insatisfações e expressarem suas necessidades (GUIRADO, 1986).

Outra seqüela da desordem de vínculo é o nível em que se estabelecem os vínculos íntimos entre as pessoas. Algumas crianças ou adolescentes, por um padrão de vínculo inseguro, costumam ser exageradamente amigáveis, como se tentassem atrair a companhia de alguém que lhes desse segurança. Outras, ao contrário, parecem evitar qualquer aproximação mais calorosa, com medo da decepção. Essas crianças ou adolescentes parecem sentir a falta de pessoas particularmente ligadas a eles (BALLONE, 2003).

Conforme Siqueira e Dell’Aglío (2006), estudos constatam que o atraso intelectual de anos de negligência tende a diminuir e inexistir, dependendo da semelhança da instituição com o sistema familiar e a proporção adequada de responsáveis ou monitores. Então, os efeitos prejudiciais da negligência e da institucionalização são condicionados à qualidade das interações entre homem-homem e homem-ambiente.

Análises de estudos apontaram também, resultados semelhantes no nível intelectual entre crianças e adolescentes abrigados e os que viviam com as famílias em lares estruturados. Níveis diferentes foram encontrados apenas nos índices de depressão, que foram mais altos entre os institucionalizados. No entanto, os dados não são interpretados como indicação de que haja alguma relação causal entre institucionalização e depressão, pois há o histórico de eventos traumáticos anteriores ao ingresso no abrigo (SIQUEIRA; DELL’AGLIO, 2006).

Para Bronfenbrenner (1996), há duas hipóteses importantes acerca do ambiente institucional: a primeira se refere ao aumento do prejuízo, quando o ambiente oferece poucas possibilidades de interação entre funcionários e internos e quando existe restrição à autonomia da criança ou do adolescente; e a segunda, corresponde ao prejuízo no desenvolvimento de crianças separadas do convívio familiar nos primeiros anos de vida. Nessas duas hipóteses, há prejuízo quando a instituição não fornece um equivalente adequado aos seus internos.

Como visto, os abrigos de permanência continuada devem se mostrar eficientes nos cuidados básicos (higiene, alimentação e moradia), mas é essencial o entendimento de que a privação e morada afastado da família (seja de origem, ampliada ou substituta) podem implicar (Quadro 03), dependendo do histórico anterior ao abrigamento, em interferência no desenvolvimento saudável da criança ou do adolescente e afetar nas relações com os iguais e com o ambiente.

Os efeitos da institucionalização podem causar, então, passividade ou relação conflituosa com as pessoas e com o contexto ambiental em que se vive, prejudicando a qualidade de vida, que é abordada a seguir.

CARACTERÍSTICAS DO ATENDIMENTO – SOCIALIZAÇÃO	
Abrigo de Permanência Continuada	Lar
Admissão com protesto, desespero ou desapego;	Adaptação rápida;
Difícil identificação com o ambiente e as pessoas;	Identificação com os membros da família;
Distribuição por faixa etária dificulta o contato pessoal;	Convivência entre grupo de irmãos;
Afastamento da vivência em ambiente familiar e comunitário;	Vivência num ambiente familiar e comunitário;
CARACTERÍSTICAS DO ATENDIMENTO – EMOCIONAL	
Abrigo de Permanência Continuada	Lar
Carência afetiva;	Recebem afeto;
Baixa auto-estima;	Elevada auto-estima;
Semblante triste e olhar perdido;	Estabilização do humor;
Desejo de sair e possuir uma família;	Medo de retornar ao abrigo;
CARACTERÍSTICAS DO ATENDIMENTO – TRATAMENTO	
Abrigo de Permanência Continuada	Lar
Ambiente grande e frio;	Ambiente familiar e aconchegante;
Coletivo e massificante;	Individualizado e personalizado;
Horários estabelecidos e rígidos;	Horários flexíveis;
Vestuário coletivo e padronizado;	Vestuário individualizado e apropriado;
Sem direito a escolhas e gostos;	Respeito aos gostos e escolhas;
CARACTERÍSTICAS DO ATENDIMENTO – TRATAMENTO	
Abrigo de Permanência Continuada	Lar
Atraso no desenvolvimento biopsicomotor;	Desenvolvimento adequado;
Saúde fragilizada;	Melhora do quadro de saúde;
Dificuldade de ganhar peso;	Aumento de peso;
Linguagem reduzida;	Aumento do vocabulário;
Dificuldade de compreender acontecimentos comuns do cotidiano.	Riqueza nas experiências do cotidiano.

Quadro 03: Representação das diferenças no atendimento do abrigo de permanência continuada e do ambiente familiar.

Fonte: adaptação de Carreirão (2004, p. 319).

3.5 Qualidade de vida no desenvolvimento humano

As investigações de diferentes áreas do conhecimento sobre o desenvolvimento humano e por consequência, o comportamento espacial, estabelecem uma forte dependência entre o ambiente em que vive o homem e a sua saúde. A literatura tem demonstrado que os cuidados prestados ao homem, em especial às crianças e aos adolescentes, são consequências de muitos fatores, incluindo o contexto cultural, o nível socioeconômico, a estrutura familiar e as características próprias da pessoa. Assim, pesquisadores de várias áreas, incluindo a Psicologia Ambiental, passaram a considerar a organização do ambiente físico como indicador para o ótimo desenvolvimento, para a qualidade de vida.

O conceito de qualidade de vida é amplo e complexo. Numa visão polissêmica, a qualidade de vida é aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida pessoal, social e

ambiental. Pressupõe a capacidade de cada indivíduo de efetuar uma síntese positiva dos elementos envolvidos na sua vida, a partir do que a sociedade considera como padrão de conforto e bem-estar. Ressalva-se que, em todas as abordagens feitas sobre a qualidade de vida, valores não materiais como: amor, felicidade, liberdade, solidariedade e inserção social, compõem a concepção.

Para o ser humano, o valor da vida está intimamente ligado às oportunidades dadas. Assim, a qualidade de vida é uma representação social, através dos elementos subjetivos e de incorporação cultural, e é também, uma representação quantitativa com alguns parâmetros materiais na construção dessa noção.

O patamar material mínimo e universal para se falar em qualidade de vida diz respeito à satisfação das necessidades mais elementares da vida humana, que são: alimentação, acesso à água potável, habitação, trabalho, educação, saúde e lazer. Esses elementos materiais, e outros tantos, têm como referência noções relativas de conforto, bem-estar e realização individual e coletiva. No mundo ocidental, por exemplo, é possível dizer que o desemprego, a exclusão social e a violência são reconhecidos como a negação da qualidade de vida. Para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, a história de vida de abandono, negligência e maus-tratos e, até mesmo, o abrigo são aspectos de negação da qualidade de vida.

Entre os primeiros instrumentos de medida quantitativa e qualitativa da qualidade de vida, o mais conhecido e difundido é o Índice de Desenvolvimento Humano²⁸ (IDH). O IDH foi criado com a intenção de deslocar o debate sobre desenvolvimento humano de aspectos puramente econômicos (e.g. nível de renda, produto interno bruto e nível de emprego) para aspectos de natureza social e cultural. Encontra-se nesse indicador a concepção de que a renda, a saúde e a educação são elementos fundamentais da qualidade de vida de uma população (ONU, 2008).

Assim, a noção de qualidade de vida transita através das condições e estilos de vida; inclui, atualmente, as idéias de desenvolvimento sustentável e ecologia humana; relaciona-se ao campo da democracia, do desenvolvimento e dos direitos humanos e sociais; e no que concerne à saúde, une-se à construção coletiva dos padrões de conforto e tolerância que determinada sociedade estabelece como parâmetros.

²⁸ O IDH, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é um indicador sintético de qualidade de vida, que soma e divide por três os níveis de renda, saúde e educação da população. Na média, a renda é avaliada pelo PIB real *per capita*; a saúde, pela esperança de vida ao nascer; e a educação, pela taxa de alfabetização de adultos e taxas de matrículas nos níveis primário, secundário e terciário combinados. Renda, educação e saúde são atributos com igual importância como expressão das capacidades humanas, segundo o Índice (ONU, 2008).

É importante ressaltar que alguns aspectos quantitativos de qualidade de vida são abordados e fiscalizados nos abrigos de permanência continuada. No entanto, acredita-se que a medida de abrigamento deve oferecer, além do patamar material mínimo e universal, condições para que os abrigados possam desenvolver o máximo de suas potencialidades, sejam elas: viver, amar, brincar, trabalhar e principalmente, sentir-se feliz. Por conta disso, os conceitos qualitativos de qualidade de vida devem ser abordados para que o desenvolvimento humano seja pleno, em especial nos abrigos de permanência continuada, pela situação anômala de abrigar e substituir, provisoriamente ou não, os vínculos afetivos e a família.

A felicidade, também conhecida como bem-estar subjetivo, é o grau em que cada pessoa julga favorável a qualidade de sua vida como um todo. A sensação de bem-estar, felicidade ou satisfação com a vida é intimamente ligada à forma como o indivíduo é capaz de lidar e absorver as ocorrências dos episódios de vida, alguns desses inerentes ao próprio curso da mesma. Uma ruptura na sensação de sentir-se psicologicamente bem pode estar associada a um mau manejo de eventos estressantes nas esferas pessoal, social ou cultural (MATURANA, 1995). Entre os eventos estressantes capazes de influenciar a sensação de bem-estar psicológico estão: a morte, o desemprego, a separação conjugal e as doenças. Para as crianças e os adolescentes abrigados, os maus-tratos, a separação familiar e a institucionalização são eventos que alteram a sensação de bem-estar, a qualidade de vida.

O bem-estar pode, também, favorecer a maneira como a pessoa se vê e compreende as outras, resultando em maior prazer de vivenciar as situações cotidianas. Na felicidade, o afeto positivo está relacionado à sociabilidade. Confirmando, evidências experimentais indicam que as pessoas tendem a apresentar sofrimento quando não fazem parte de nenhum tipo de grupo ou quando têm relações sociais pobres nos grupos aos quais pertencem. Verificou-se que participar de grupos de amigos, trabalho ou apoio é um fator favorável ao bem-estar subjetivo (PASSARELI; SILVA, 2007).

Aplicado aos abrigos de permanência continuada, reforça-se a importância do espaço possuir atributos que promovam a sociabilidade, favoreçam o estabelecimento dos primeiros conceitos de cidadania e respeito às diferenças humanas e ainda, incluam a criança e o adolescente na rotina da instituição. Afinal, o contexto ambiental onde a criança ou o adolescente cresce e se desenvolve é crucial nas causas e manifestações dos problemas, especialmente na socialização. Um ambiente em que há condições qualitativas e quantitativas para o bem-estar oferece condições para o usuário participar e interagir, desenvolvendo novas competências cognitivas e sociais.

Há, portanto, dados quantitativos e qualitativos referentes à qualidade de vida. Os

quantitativos (denominados *categoria física* e *dimensão ambiental* nessa dissertação) são: a infra-estrutura do ambiente construído (e.g. *layout*, mobiliário e acabamentos) e as condições de conforto lumínico, térmico e acústico. Ambos costumam ter alguns aspectos fiscalizados e, portanto, cumpridos pelos abrigos de permanência continuada. Contudo, os qualitativos (fenômenos comportamentais interligados às particularidades dos ambientes e aos grupos de usuários e aqui denominado *dimensão comportamental*), não são abordados. Nesses, estão os reguladores espaciais que influenciam no esquema de conduta, na apropriação espacial, na legibilidade do espaço, bem como na autonomia e no seu controle.

Para análise dessa influência que o ambiente exerce sobre comportamento espacial humano, o capítulo a seguir aborda as contribuições da Psicologia Ambiental.

4 PSICOLOGIA AMBIENTAL

O capítulo anterior apresentou a importância do contexto ambiental no desenvolvimento humano, abordando a influência da família na socialização da criança e do adolescente. Neste, busca-se o entendimento da inter-relação entre comportamento espacial humano e ambiente.

As primeiras pesquisas acerca desse tema surgiram na década de 50, nos Estados Unidos da América, com as publicações sobre a Psicologia Ambiental. Entre as linhas de pesquisa, estava a análise de como o indivíduo percebe o ambiente, adotando como princípio a idéia da relação bidirecional entre ambos.

Então, a Psicologia Ambiental é definida como “[...] o estudo do comportamento espacial humano e do bem-estar em relação ao ambiente [...]” (STOKOLS; ALTMAN, 1987, p. 01, tradução nossa), onde os indivíduos modificam o ambiente e sofrem troca mútua, com alteração de seus comportamentos.

Bell, Greene e Fisher (1976) sublinham seis aspectos característicos da Psicologia Ambiental, são eles: a *Gestalt* (abordagem holística, onde o efeito do ambiente é analisado incluindo o contexto); a inter-relação (em que ambiente e comportamento influenciam mutuamente); a Psicologia Social (estuda aspectos das relações humanas); a interdisciplinaridade (porque requer a visão de várias áreas do conhecimento); o uso de vários métodos de investigação; e a pesquisa-ação (modelo de pesquisa mais comum, porque trabalha e contribui para a teoria e a prática do conhecimento).

O ambiente, na Psicologia Ambiental, é um conjunto de influências que se impõe sobre o comportamento, os juízos e as emoções humanas. Nessa medida, modela parcialmente a personalidade e, inversamente, o homem possui artifícios para modificá-lo (LEE, 1976). Por conseguinte, a percepção e os mecanismos reguladores da apropriação ambiental são fundamentais para a compreensão das conseqüências da interação homem-ambiente, e isso é abordado a seguir.

4.1 Comportamento humano e ambiente construído

O homem sempre planejou, moldou ou construiu o espaço para as atividades de

abrigar e sociabilizar, com o intuito de suprir suas necessidades vitais. Esses ambientes foram conceituados como “construídos” e reformulados com o passar dos anos.

O “ambiente construído” pode ser definido também, como “[...] a criação do espaço vivencial, tanto para o indivíduo quanto para o meio social, onde se está em permanente deslocamento de uma atividade para outra” (OKAMOTO, 2002, p. 149).

Ao abordar o ambiente sob a ótica da Psicologia Ambiental, esse ambiente é definido como um sistema de influência para as atividades humanas. O ambiente construído aparece como um modelo social de organização da atividade humana, operando ao mesmo tempo como instrumento funcional e contexto cultural. Essa função numa moradia, por exemplo, não equivale apenas ao abrigo, mas à expressão das emoções e da vivência desenvolvida pelo sentimento “de estar e sentir-se em casa”.

O ambiente construído como o arranjo de características físicas e construtivas é indissociável do ambiente social. Por isso, é considerado espaço de vida, sujeito à ocupação, leitura, re-interpretação e/ou modificação pelos usuários. O ambiente construído interage com o ambiente social, cultural e psicológico. É fruto do comportamento humano e resultado de uma série de padrões e normas sociais que, por consequência, influenciarão as atividades ali realizadas (OKAMOTO, 2002).

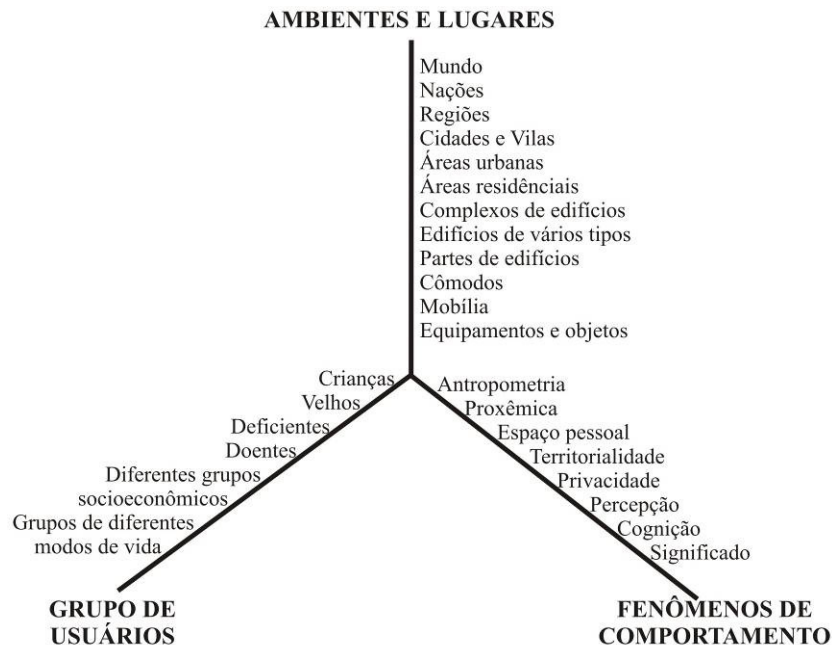
No espaço, as necessidades do homem variam em função do contexto. Por isso, num projeto, atividades e ações do ambiente social devem ser consideradas e avaliadas na elaboração do ambiente construído, como afirma Bins Ely (2003),

Toda a atividade exige um determinado ambiente físico para a sua realização. Portanto, se considerarmos tanto a diversidade de atividades quanto a diversidade humana – diferenças nas habilidades, por exemplo – podemos entender que as características do ambiente podem dificultar ou facilitar a realização das atividades. [...] Quando um ambiente físico responde às necessidades dos usuários tanto em termos funcionais (físicos/cognitivos) quanto formais (psicológicos), certamente terá impacto positivo na realização das atividades.

Afinal, “A pessoa tem propriedades ambientais tanto quanto propriedades psicológicas individuais. O homem é ele mesmo um componente ambiental e, como ele interage com seu meio, ajuda a determinar a natureza do meio e seus efeitos sobre suas ações” (ITTELSON; PROSHANSKY; RIVLIN; WINKEL, 1974, p. 12).

Segundo Altman (1980), há três componentes principais que interferem no comportamento humano frente ao ambiente, são eles: os fenômenos comportamentais, os grupos de usuários e os ambientes. Aqueles são aspectos diferentes de comportamento em relação ao ambiente físico. Os fenômenos de comportamento espacial são importantes porque

estão interligados e resultam em considerações e particularidades sobre o ambiente construído. Os grupos de usuários e os diversos padrões de uso são afetados de modo diferente pelas características do meio. Os ambientes construídos, por fim, resultam numa escala de espaços significativos, por exemplo: a casa para as crianças, a rua para os adolescentes e o trabalho para os adultos (Esquema 01).



Esquema 01: O escopo da informação do comportamento espacial humano.
Fonte: SYNDER; CATANESE, 1984, p. 69.

Portanto, acredita-se, nessa dissertação, que o ambiente é singular, formado por complexos espaços próximos e distais, psicologicamente arranjados numa hierarquia, onde cada um pode ser subdividido em outros menores.

Ornstein (1995), por sua vez, aborda a relação ambiente e comportamento espacial nos aspectos relativos ao conforto ambiental (Figura 04). Para a autora, a influência mútua pode ser reunida em quatro grupos:

- a) o ambiente construído abrange as relações entre o comportamento e o ambiente físico, composto pelo projeto, a construção, o uso e a operacionalização;
- b) as condições de conforto correspondem às relações entre o conforto ambiental (lumínico, térmico e acústico) e às respostas do comportamento a essas condições;
- c) os tipos de atividade relacionam as reações de comportamento;
- d) os aspectos socioeconômicos e culturais que influenciam o comportamento espacial.

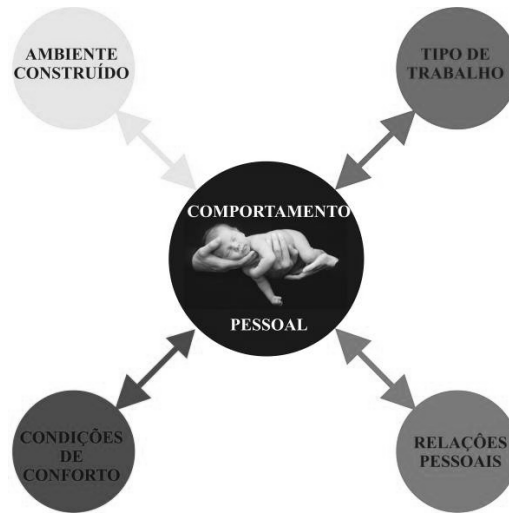


Figura 04: Relações biunívocas entre comportamento espacial.
Fonte: adaptação de Ornstein (1995).

A partir desses raciocínios, afirma-se que a análise do comportamento espacial abrange uma larga faixa que vai da antropometria à semiótica. Alguns fenômenos como os dados antropométricos, referem-se às condições humanas e, na maioria, são mensuráveis e concretos. Enquanto outros se referem aos efeitos ambientais, efêmeros e camuflados.

Se essa gama de componentes do ambiente está em harmonia com o comportamento espacial, haverá ajuste entre ambos, mas se houver obstáculos ao comportamento espacial, pode-se comprovar o desajuste entre ambiente e o padrão de comportamento. Assim, o processo para se conseguir um bom ajuste entre o ambiente e o comportamento é o processo de remover os desajustes ou neutralizar aquilo que os provoca (SYNDER, CATANESE, 1984). Por exemplo, num abrigo de permanência continuada para crianças e adolescentes, os quartos podem incentivar o sentimento de irmandade ao reunir vários internos, mas dificultar a privacidade. Uma das possibilidades para desfazer esses desajustes é diminuir o número de ocupantes e permitir a personalização do ambiente.

A relação entre indivíduo e contexto ambiental tem sido objeto de questionamentos para a formação do comportamento espacial, porque o homem é constituído de dois universos: um exterior – em constante adaptação ao meio – e outro interior – que se exterioriza em comportamento como resposta à interpretação da realidade. Assim, faz-se necessário analisar como o homem percebe o ambiente, e isso é abordado a seguir.

4.2 A realidade e a percepção ambiental

Conforme apresentado, a interação entre homem e ambiente, em especial o construído, determina uma série de condutas e posturas. Essas reações comportamentais são resultantes da percepção *a priori* da realidade ambiental. Nesse sentido, considera-se fundamental a compreensão desta e do seu processo de percepção. No esforço de entender essas relações, diferentes disciplinas estudam-nas sob vários pontos de vista, o que justifica alguns conceitos básicos aqui adotados.

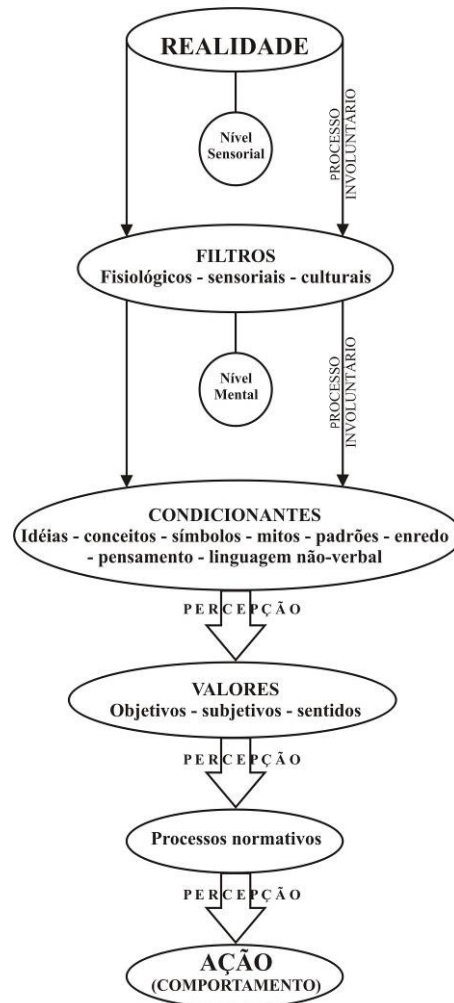
A percepção começa, então, a ser organizada através dos sentidos (sensações), organizando os impulsos conforme eles ascendem ao cérebro. Os sentidos fazem parte do aparelho perceptual, porque estabelecem o elo e acionam o sistema nervoso (BINS ELY, 2003). O corpo humano recebe um bombardeio de estímulos energéticos de toda ordem e pelos receptores especializados (sentidos), selecionam aspectos de interesse ou que tenham chamado atenção, ocorrendo a percepção (formação da imagem) e a consciência (formação do pensamento e sentimento). Ambos resultam numa resposta: comportamento, para essa dissertação, o comportamento espacial (OKAMOTO, 2002) (Esquema 02).

Hall (1986, p. 13) completa,

A seleção dos dados sensoriais consiste em admitir certos elementos ao mesmo tempo que são eliminados outros; assim, a experiência será percebida de modo muito diferente de acordo com a diferença de estrutura dos filtros perceptivos [...].

Os filtros, que selecionam os dados ambientais, podem ser: sensoriais, fisiológicos e culturais (OKAMOTO, 2002). Uma vez que os estímulos alcançam uma pessoa, o filtro sensorial trabalha com variáveis de aptidões ou deficiências. Por exemplo, pessoas daltônicas não enxergam determinadas cores, enquanto fumantes possuem sensibilidade reduzida ao olfato e ao paladar. O filtro fisiológico é relacionado à faixa etária. Uma família, por exemplo, com pais e filhos em idades distintas, quando assistem ao mesmo programa de televisão destacam episódios diferentes, resultando em mais de uma versão. Por fim, as culturas ocidentais e orientais vislumbram os dados do ambiente de maneiras distintas. Nessa dissertação, os filtros fisiológicos e, principalmente, os culturais são considerados. Afinal, as crianças e os adolescentes abrigados convivem numa realidade onde o contexto socioeconômico determina o comportamento espacial e obviamente, o desenvolvimento.

A partir da influência dos filtros, “[...] pode-se dizer que o comportamento humano é um comportamento simbólico: o homem age em função dos significados que imprime à realidade [...]” (OKAMOTO, 2002, p. 70-71).



Esquema 02: Processo de observação da realidade até o comportamento humano.
Fonte: OKAMOTO, 2002, p. 53.

A realidade humana é, portanto, fruto da percepção do que se quer “ver”. É parcial e diferenciada, conforme o universo específico de pensamentos, crenças e atitudes motivacionais. É o mundo percebido e vivenciado. Os estímulos selecionados provocam imagens e sensações de experiências vividas anteriormente e, mediante comparações e justaposições com relação ao contexto, ocorre a interpretação da realidade. As informações comunicadas são registradas sob a forma de mensagens pelos sentidos, formando mundos perceptivos diferentes, conforme o quadro sociocultural de cada indivíduo (HALL, 1986).

A percepção ambiental, por sua vez, é considerada o ponto de partida de todo o comportamento espacial humano, como afirma Bins Ely (2003),

[...] recebemos informações do meio-ambiente ou das demais pessoas através dos nossos sistemas de percepção [...] Estas informações são tratadas através das atividades mentais. [...] Representações são adquiridas a partir do conhecimento, atribuindo significado aos elementos resultantes da análise perceptiva. Como resultado, tem-se a decisão de ação, traduzidas no comportamento.

Pode-se concluir então, que a realidade é tudo o que existe, em oposição ao que é mera ilusão, imaginação e idealização, e a percepção não significa a verdadeira realidade, porque ocorre sob a influência de conceitos, símbolos e crenças dos contextos em que se vive.

A percepção ambiental é particular e há uma variedade de elementos envolvidos, e não implica apenas o que pode ser percebido, mas igualmente o que pode ser eliminado. Conforme os filtros, os indivíduos aprendem desde a infância, e sem o saberem, a eliminar ou conservar com atenção tipos de informação muito diferentes, através da identificação ativa de elementos objetivos e subjetivos no processo perceptivo (OKAMOTO, 2002).

No ambiente construído, esses elementos objetivos são: forma, função, cor, textura, aeração, temperatura ambiental, iluminação, sonoridade (Figura 05). Cada um desses valores resulta no espaço dimensionado, funcional e significativo. “Por meio deles, sentimos o ambiente e os fatos e eventos que nos chamam a atenção ou que selecionamos como de interesse, quando, então, temos a percepção da realidade de forma consciente [...]” (OKAMOTO, 2002, p. 106).



Figura 05: Elementos objetivos que influenciam a percepção do ambiente.
Fonte: adaptação de Okamoto (2002, p. 105).

Os elementos subjetivos, conforme Okamoto (2002), são classificados nessas seis categorias: sentido perceptivo/sensorial, espacial, proxêmico (abordado no subcapítulo 4.3 pela importância para a dissertação), sentido do pensamento, da linguagem e do prazer (Quadro 04). Cada um dos valores é descrito a seguir.

Há várias classificações para os sentidos, mas Okamoto (2002) os define a partir dos Aristotélicos (visão, audição, tato, olfato e paladar). Com eles, o corpo participa ativamente no processo de conhecimento, principalmente pela constante adaptação ao meio em que vive e interage. É importante ressaltar que essa dissertação não abordou a influência da *dimensão sensorial* para o desenvolvimento infantil, porque a complexidade do tema requer uma

pesquisa exclusiva.

VALORES SUBJETIVOS	
Sentido Perceptivo	Visão, audição, tato, olfato e paladar;
Sentido Espacial	Movimento, cinestesia e vestibular (equilíbrio e gravidade);
Sentido Proxêmico	Espaço pessoal, territorialidade, aglomeração e privacidade;
Sentido Pensamento	Abdução (símbolo, mito, metáfora, alegoria, arte, estética, poesia, religião e enredo);
Sentido da Linguagem	Não-verbal;
Sentido do Prazer	Princípio afetivo.

Quadro 04: Valores subjetivos que influenciam na percepção ambiental.

Fonte: adaptação de Okamoto (2002, p. 107).

A percepção do espaço físico pelos elementos do sentido espacial possibilita a leitura do espaço simbólico, cujo significado orienta as atividades e dá sentido à vivência humana. Ela ocorre pelos sentidos do movimento, da cinestesia e vestibular.

No sentido espacial, o movimento é essencial para a manutenção da vida. Por meio da motricidade, descobre-se o ambiente e, também, determina-se o comportamento espacial humano. A atitude, a postura e os próprios movimentos expressam o que experimenta um indivíduo na situação total. No plano subjetivo, implica uma determinada emoção e traduz a maneira como o sujeito vive e se relaciona com o mundo (OKAMOTO, 2002).

A fim de que haja movimento, é necessário espaço mínimo em torno dos objetos e das pessoas, chamado de espaço cinestésico. A não previsão desse espaço pode ocasionar restrições aos movimentos do indivíduo, provocando vários tipos de estresses e desgastes. Todavia, as dimensões variam conforme a cultura. Povos orientais, por exemplo, são mais tolerantes ao espaço reduzido, do que os ocidentais (OKAMOTO, 2002).

O sentido vestibular é composto pelo gravitacional e pelo equilíbrio (ambos classificados por Gibson²⁹ como sistema de orientação). Aquele é responsável pela percepção da posição e dos movimentos do corpo no espaço tridimensional. O equilíbrio, por sua vez, está intimamente ligado à audição. Ao se movimentar, o homem, apesar de utilizar todos os sentidos, destaca o equilíbrio, quando coordena músculos e posturas (OKAMOTO, 2002).

Os estímulos ambientais são selecionados conforme o sentido dos pensamentos que

²⁹ A definição é baseada na teoria da *Affordance* (teoria dos Recursos, tradução nossa), de James Jerome Gibson (1904-1979), publicada em 1966. O autor define as *Affordance* como os recursos que o ambiente providencia ou fornece à pessoa, sejam benéficos ou não. O observador pode ou não perceber ou atender aos recursos, conforme as suas necessidades. No entanto, o recurso é invariável e sempre está ali para ser percebido. Essa teoria não é baseada apenas em sofrer as sensações, mas em percebê-las. Essas informações são detectadas pelos seguintes canais sensoriais: sistema de orientação, auditivo, háptico, olfato-paladar e visual. O sistema de orientação é responsável por identificar as forças da gravidade e a disposição de todo o corpo, garantindo equilíbrio, e por sentir a posição do corpo no espaço tridimensional, coordenando a posição corporal (abaixo e acima, à esquerda e à direita, à frente e atrás) com as direções externas do espaço. O sistema de orientação coopera com os demais canais sensoriais, servindo de base para a localização espacial e temporal (GIBSON, 1983).

povoam a mente do usuário. Esta funciona de acordo com esquemas, diferenciando e classificando os estímulos que mais chamam atenção. A abdução é um dos mecanismos utilizados para entender os eventos e as ações novas e inusitadas (OKAMOTO, 2002).

O homem ostenta uma capacidade altamente desenvolvida para o comportamento simbólico, através da linguagem não-verbal. A linguagem por símbolos e sinais, por exemplo, é própria da espécie humana. Com ela, os homens constroem mundos mentais para se relacionarem entre si e com a realidade externa. A linguagem verbal oferece subsídios de qualidade para a análise da natureza dos problemas, pois expressa as atitudes do homem e os sentimentos com relação àqueles que o cercam (TUAN, 1980).

Praticamente todos os pensamentos e as ações humanas são baseados no par prazer e desprazer. Conscientemente ou não, evita-se tudo o que pode ocasionar desprazer, afetar o físico ou causar insatisfação mental. O sentido do prazer, depois da consciência da percepção, terá influência como ação conseqüente. Porque a cada percepção, esse sentido é consultado com base nos conhecimentos primários de dor e prazer (OKAMOTO, 2002).

Esse sentido é o que nos faz dar sentido à vida, por meio das relações entre nós e o ambiente em que vivemos. É ele sem dúvida o mais importante nas escolhas, conscientes ou inconscientes, do comportamento humano (OKAMOTO, 2002, p. 240).

A percepção ambiental dá-se por meio desses múltiplos estímulos sensoriais e, mesmo inconscientemente, o homem percebe e interpreta-os, apreendendo o meio físico e social. Assim, a todo instante o ambiente atua sobre o modo como se apreendem os fatores contextuais. Pessoas e redes de significações sofrem mútuas e contínuas transformações, combinando fragmentos de experiências passadas, percepções presentes e expectativas futuras com as características físicas e sociais do contexto vivencial. A percepção ambiental, nessa situação, busca compreender os conceitos de construção do comportamento humano e a sua interação com o ambiente, através da apropriação espacial.

A percepção ambiental influencia diretamente a legibilidade espacial. Um ambiente é legível quando as suas partes são facilmente percebidas, reconhecidas e organizadas num todo compreensível. Para as crianças e os adolescentes abrigados, não vivenciar experiências em ambientes legíveis pode gerar dificuldade de adaptação ao abrigo e sentimento de frustração, prejudicando, principalmente, o desenvolvimento cognitivo.

Muito importantes ao desenvolvimento psicológico e cognitivo humano, a percepção, a legibilidade e o controle do ambiente proporcionam sentimentos de independência e

realização. Assim, os reguladores espaciais são indispensáveis para que a criança e o adolescente abrigados tenham o domínio ambiental e melhorem a sua auto-estima (TRANCIK; EVANS, 1995).

De acordo com essa visão holística entre homem e ambiente, é fundamental o estudo da interação espacial – a relação entre o homem e seu ambiente – e da relação interpessoal no espaço social. Para tanto, utilizam-se os reguladores espaciais, que são abordados a seguir.

4.3 A apropriação espacial e os seus reguladores

A apropriação espacial faz parte do esquema de conduta desenvolvido na relação entre indivíduo e ambiente. É um processo psicológico de ação e intervenção sobre um espaço, a fim de transformá-lo e personalizá-lo. Enquanto prática social do espaço, a apropriação é na verdade um código de linguagem da realidade apreendida, revelando uma parte do mundo interior (FISCHER, 19--). Ainda, a sensação de equilíbrio entre capacidades e desafios ambientais, na apropriação espacial, influencia os níveis de estresse e o bem-estar, principalmente em pessoas fragilizadas física ou psicologicamente.

Então, no projeto de ambientes para crianças e adolescentes, é preciso avaliar cuidadosamente vários aspectos espaciais. Os ambientes bem projetados, segundo Trancik e Evans (1995), podem aumentar a competência dos usuários na apropriação ambiental, permitindo que façam uso das suas capacidades, ao mesmo tempo em que são estimulados a desenvolver habilidades mais complexas, além do nível de desenvolvimento em que estejam. Afinal, a criança e o adolescente têm necessidades de dominarem o ambiente, ao contrário de serem intimidados ou dominados. Eles precisam de liberdade para explorar e testar suas habilidades (MALKIN, 1991).

Para uniformizar os estudos das interações espaciais entre as pessoas, quatro reguladores espaciais são destaques: o espaço pessoal, a territorialidade, a privacidade e a aglomeração. Cada um deles é abordado resumidamente a seguir.

O espaço pessoal refere-se a uma área com limites invisíveis, que cerca o corpo humano e impede o acesso de pessoas sem permissão. Esses limites se ajustam, conforme a situação e o contexto no qual se está inserido, e costumam desaparecer com a intimidade (FISCHER, 19--). O espaço pessoal é, então, dinâmico, varia em dimensão e se houver intrusões, pode provocar tipos variados de estresse à pessoa “invadida”. Ele não possui

necessariamente forma esférica, nem se estende igualmente por todas as direções.

[...] o espaço pessoal, é também descrito como território portátil, pois o indivíduo o leva consigo onde quer que vá, embora sob certas condições – por exemplo, excesso de pessoas – possa desaparecer (SOMMER, 1973, p. 35).

As características individuais (personalidade, estado de espírito, sexo e idade) afetam o espaço pessoal, assim como as normas culturais associadas aos diferentes contextos ambientais. Também, o espaço pessoal aumenta até a velhice, quando passa a decrescer (SNYDER; CATANESE, 1984). As crianças, por exemplo, demonstram maior necessidade de espaço pessoal quando estão entre outras do sexo oposto, do que com crianças de etnias e grupos diferentes ao seu, embora aconteça o contrário na adolescência.

Esses diversos aspectos do espaço pessoal fornecem uma espécie de repertório cultural, no qual os indivíduos se servem para preservarem a intimidade e estabelecerem interações (HALL, 1986). “[...] todos os animais têm necessidade de um mínimo de espaço, sem o qual a sobrevivência é impossível: este é o espaço crítico” (HALL, 1986, p. 26).

Hall (1986) estudou essas reações e as classificou em quatro categorias, são elas: distância íntima, pessoal, social e pública. A distância íntima próxima (entre 0 e 15 centímetros) é aquela usada para demonstrações de afeto (e.g. abraçar) ou de raiva (e.g. lutar). Nessa distância, as pessoas envolvidas são conscientes da presença do companheiro e a falta de intimidade torna o contato embaraçoso. A distância íntima afastada (entre 15 e 45 centímetros) é assumida em ambientes como os elevadores. Quando não há intimidade entre as pessoas, essa distância provoca comportamento imóvel e impassível, uma espécie de abstração da presença alheia. A distância pessoal (entre 45 e 120 centímetros) corresponde às relações sociais entre pessoas amigas. É a distância presente na maioria das interações cotidianas. A distância social (entre 120 e 220 centímetros) e social afastada (entre 120 e 365 centímetros) são utilizadas para assuntos impessoais, sociais ou negócios. É o maior contato visual que possibilita continuar trabalhando, sem permitir assuntos pessoais. Nessa distância, o contato é visual e deixar de olhar corresponde ao isolamento ou à exclusão do outro. A distância pública (entre 365 e 750 centímetros) é uma distância que permite a ação de fuga ou defesa, se houver ameaça. Acima de 750 centímetros, são necessárias ações mais exageradas para serem vistas e compreendidas.

A territorialidade pode ser definida como um ambiente que as pessoas reconhecem, personalizam, demarcam, possuem e defendem. Também,

[...] são possuídos ou controlados por uma pessoa ou por um grupo; satisfazem alguns motivos ou necessidades, como *status* ou uniões; são marcados, quer simbolicamente, quer concretamente; e as pessoas os defenderão ou pelo menos se sentirão desconfortáveis se eles forem violados de qualquer forma por estranhos (SNYDER; CATANESE, 1984, p. 72).

A partir das características gerais, Sommer (1973) define quatro formas de territórios:

- 1) territórios públicos, onde há liberdade de acesso ao homem, mas não necessariamente liberdade de ação, por exemplo, as praças e os parques;
- 2) territórios domésticos, que são áreas públicas invadidas por grupos ou indivíduos, onde os freqüentadores sentem domínio do ambiente, por exemplo, as mesas para os jogos de tabuleiro nas praças;
- 3) territórios de interação, que são áreas onde ocorrem reuniões sociais, por exemplo, as arenas esportivas;
- 4) territórios corporais que são as fronteiras, que demarcam o corpo e constituem o espaço humano mais íntimo.

As pessoas visam ocupar os melhores lugares e exercer influência de dominação para regular as interações sociais. Para isso, utilizam objetos concretos, chamados de demarcadores territoriais. “A defesa do território se liga a fronteiras e marcos visíveis, mas a defesa de espaço pessoal, cujas fronteiras são invisíveis, é uma questão de gesto, postura e escolha de uma localização que revele um sentido claro para os outros” (SOMMER, 1973, p. 56).

Quando esses demarcadores não são suficientes ou eficientes, podem ocorrer três tipos de invasões territoriais: a violação (uso não autorizado do território), a invasão propriamente dita (presença física do intruso dentro dos limites do território) e a contaminação (tornar o território impuro com relação ao uso e a definição) (SOMMER, 1973).

Fischer (19--) ressalva que, principalmente em grupo, o homem pode alterar as regras de domínio territorial, apropriando-se do espaço de maneira imprevista e por isso, controlá-lo conduz ao sentimento de independência e o descontrole, à sensação de incapacidade.

A privacidade, segundo Snyder e Catanese (1984, p. 75), “[...] pode ser definida como o desejo de pessoas, grupos ou instituições de controlar o acesso a si mesmo e determinar quanto, como e quanta informação sobre elas mesmas será fornecida”. É o mecanismo de controle que regula o isolamento ou distanciamento dos outros (ALTMAN, 1980).

As crianças possuem pouca necessidade de privacidade, especialmente para os comportamentos espaciais de solidão, reserva e anonimato. Com o crescimento, no entanto, as necessidades aumentam. A privacidade torna-se reivindicação a partir da pré-adolescência. As crianças entre quatro e sete anos pouco mencionam a privacidade, e as mais velhas (entre oito e dezessete anos) já demonstram meios de regulá-la. A maneira mais comum é permanecer num ambiente, em especial o quarto, com a porta fechada (ALTMAN, 1980).

Nos quartos individuais, é bem mais fácil promover a privacidade, porque o sentimento de domínio do território predispõe habilidade para regular a interação social (MALKIN, 1991). Nos quartos compartilhados por dois ou mais usuários, por sua vez, é importante que outras características sejam enfatizadas para amenizar a falta de privacidade, tais como: a personalização espacial, a propriedade das camas e de espaços nos armários.

Ainda, a escolha entre espaços sociais ou privados é importante para fornecer mecanismos de regulação das interações sociais e permitir que as atividades sejam desenvolvidas sem estresse (e.g. espaços de recreação devem ser distantes ou possuírem mecanismos de controle que os separem de locais para atividades intelectuais, de grupos pequenos ou individuais).

É importante reforçar que a dinâmica da institucionalização é a supressão da privacidade, colocando a criança ou o adolescente num meio onde ele nunca será sujeito e muitas das dimensões de vida serão administradas do ponto de vista da conveniência da instituição. “Quando a sociedade constrói instalações especiais para classes de não-pessoas [...] tais instituições são planejadas em função dos interesses da sociedade, e não dos interesses dos indivíduos” (SOMMER, 1973, p. 187).

De acordo com Alexander (1981), há um esquema de seis domínios de privacidade e interação social, desde o espaço particular e individual, até o público e urbano. Conforme o autor, esse esquema pode ser aplicado à análise da habitação, bem como a outros ambientes. Os domínios são os seguintes:

- a) áreas privadas individuais, relacionadas somente à pessoa, ao seu corpo;
- b) áreas privadas familiares ou de pequenos grupos, relacionadas ao grupo primário, por exemplo, um quarto numa residência;
- c) áreas privadas de grandes grupos, relacionadas ao grupo secundário, por exemplo, o *hall* de entrada de edifícios residenciais;
- d) áreas públicas de grandes grupos, relacionadas à interação de um grande grupo com o público, tais como: o passeio público semi-controlado;
- e) áreas urbanas semi-públicas, que podem ser controladas por instituições ou

pelo Estado e possuem acesso restrito para determinados fins (e.g. escola);

f) áreas urbanas públicas, relacionadas com o acesso público irrestrito, tais como: praças e ruas.

Contrário à privacidade, está a aglomeração. Diferente da densidade, que é uma medida matemática referente ao número de pessoas por unidade de espaço, a aglomeração é um conceito de comportamento ambiental ou psicológico que se refere à sensação de bloqueio, desgaste e incômodo pela presença excessiva de pessoas. Ela é fruto da densidade percebida e isso é sujeito à pessoa e ao contexto (GIFFORD, 1987).

A experiência da aglomeração é acentuada por fatores pessoais (personalidade, expectativas e sexo), fatores sociais (ações das outras pessoas e qualidade dos relacionamentos interpessoais) e fatores físicos (Arquitetura). A aglomeração pode prejudicar a saúde, o desempenho em atividades e a interação social (GIFFORD, 1987).

A familiaridade com o ambiente diminui o estresse causado em situações de grande aglomeração. No entanto, ela é muito mais prejudicial em ambientes primários (e.g. residências). Por exemplo, em dormitórios com três pessoas, geralmente, duas se unem e uma fica isolada, e conseqüentemente, com sinais de estresse. Também, nos grandes alojamentos, as pessoas podem sentir-se aglomeradas e nos pequenos, sós. Ao contrário, se a dimensão for suficiente, os quartos menores tendem a incentivar relações em par, quando os maiores podem promover interações de grupo (TRANCIK; EVANS, 1995).

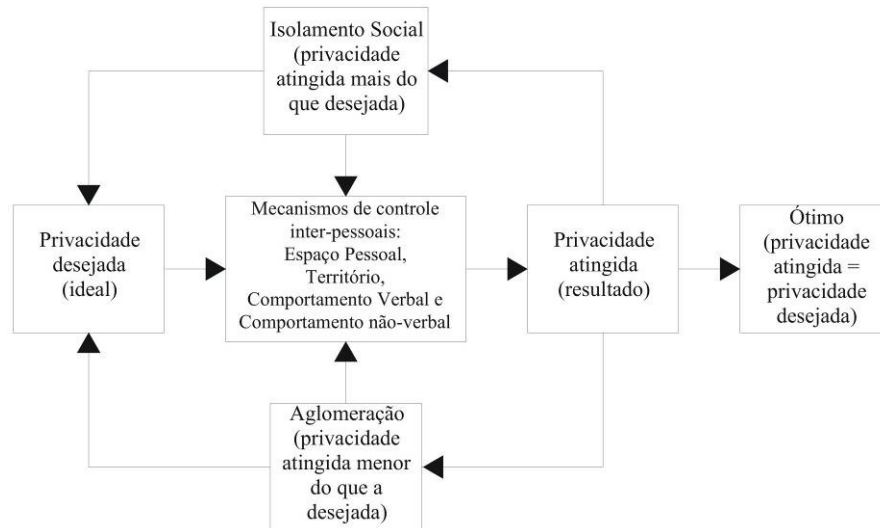
A densidade do abrigo é importante, também, para que crianças e adolescentes não se sintam oprimidos pelo número de abrigados ou pela equipe de funcionários, descaracterizando o atendimento personalizado.

De modo geral, os estudos têm verificado que o aumento da densidade percebida de crianças em áreas sociais contribui, substancialmente, para comportamentos espaciais agressivos ou passivos, tais como observar e vagar. Nesses ambientes, as relações tornam-se angustiantes porque há maior contato físico (GIFFORD, 1987).

Por fim, Altman (1980) desenvolveu um esquema reunindo espaço pessoal, territorialidade, privacidade e aglomeração. Nele, o autor argumenta que defender o espaço pessoal e o território são dois mecanismos que as pessoas utilizam para conseguir privacidade em situações de aglomeração, a fim de evitar algum tipo de estresse (Esquema 03).

Segundo Trancik e Evans (1995) há, ainda, três características espaciais que influenciam na apropriação ambiental, são elas: comportamentos espaciais restritos, manipulação e gradientes de desafio. Aqueles são os fatores físicos que limitam a maneira como um espaço é utilizado (e.g. localização de um ponto fixo de luz para leitura). A

manipulação é referente à escala ambiental (antropometria), que limita o uso quando imprópria. Os gradientes de desafio, por fim, acomodam os níveis de independência, impedindo que as pessoas se tornem oprimidas pela dificuldade na realização de atividades num ambiente (e.g. ambiente informatizado).



Esquema 03: Relações entre espaço pessoal, territorialidade, privacidade e aglomeração.
Fonte: adaptação de Altman (1980).

A apropriação ambiental para crianças e adolescentes requer também, que o ambiente disponha de complexidade num nível adequado ao desenvolvimento e regulado pelos tipos de objetos, espaço disponível, grau de manipulação e mistério (e.g. as divisórias móveis e o rearranjo do mobiliário podem variar a complexidade espacial). Os ambientes com níveis apropriados de complexidade incentivam as experiências de aprendizagem (TRANCIK; EVANS, 1995). A variedade de estímulos pode ser conseguida com diferentes objetos, materiais de acabamento, cores, evitando assim, que o ambiente se torne monótono.

Privacidade e territorialidade são os reguladores espaciais mais afetados pela institucionalização. Ambos são afetados, principalmente, pelo número de crianças e adolescentes atendidos e pela coletividade.

Ainda, embora os reguladores espaciais tenham sido tratados separadamente, eles estão relacionados e possuem impacto no desenvolvimento humano. A série de padrões de comportamento espacial, resultado da interação e apropriação ambiental, determina os ambientes como espaço e lugares de vivência humana. Essa diferenciação é abordada a seguir.

4.4 Considerações sobre o espaço e o lugar

Os estudos arquitetônicos e, principalmente, da Psicologia Ambiental referentes às relações humano-espaciais ora têm foco no indivíduo, com seus diversos comportamentos espaciais, ora no ambiente, sob a forma dos contextos. As relações existentes estão condicionadas à percepção ambiental e ao modo como o homem reage aos estímulos. A partir disso, o indivíduo expressa ou não laços afetivos com os locais, determinando o que é espaço e lugar.

A princípio, uma questão básica que envolve a noção de espaço é a informação. Espaço e informação são elementos interdependentes. O espaço de informação é, então, a reunião do ambiente físico, social, econômico e cultural para agasalhar um tipo de comportamento decorrente de um modo de vida (FERRARA, 1999).

Para apreender a informação nesse espaço, é necessário fragmentá-la, transformando-a em lugar informado. Assim, de um espaço de informação evolui-se para um lugar informado. Conforme Ferrara (1997), o espaço se concretiza e adquire a especificidade de lugar sob o impacto funcional das características do ambiente construído, das instituições e dos homens.

Quando fragmentado, o espaço abandona a homogeneidade que o faz ilegível e se transforma em lugar, um ambiente de percepção e leitura, e fonte de informação.

Usos e hábitos constituem a manifestação concreta do lugar urbano, na mesma medida em que o lugar é manifestação concreta do espaço. Usos e hábitos, reunidos, constroem a imagem do lugar (FERRARA, 1999, p. 153).

O significado de espaço, freqüentemente, se funde ao lugar. No entanto, todo local, construído ou não, ordenado e dominado por uma estrutura lógica é um espaço, mas quando há atração, identificação, personificação, ele se torna um lugar (RELPH, 1980). Ainda, lugares “[...] são a fusão da ordem humana e natural e o significado central é dado pelas nossas experiências com o mundo” (RELPH, 1980, p. 141, tradução nossa).

Ressalta-se que um mesmo lugar pode transmitir diferentes experiências aos indivíduos. Por exemplo, uma pessoa que freqüenta um ambiente como visitante vislumbra-o de maneira diferente de um freqüentador assíduo, para aquela o ambiente é um espaço informado e para esta é um lugar. Ainda, uma casa pode, repentinamente, adquirir outro significado com a morte de um ente querido ou a chegada de mais um ocupante. Por isso, a percepção do espaço e do lugar é determinada por uma série de fatores físicos e psicológicos do usuário e do ambiente.

Segundo Norberg-Schulz (1998), são nos lugares que se experimentam os

acontecimentos mais significativos da existência. O lugar não é apenas compreendido pelas necessidades humanas, mas é resultado da interação recíproca entre homem e contexto.

Assim, possuir “o seu lugar” é uma necessidade inerente ao ser humano, quer esteja ligada à noção de abrigo e proteção, ou relacionada à sua posição dentro da sociedade. Possuir a imagem do “seu espaço habitado” serve para afirmar a identidade (HEIDEGGER, 1997). Em abrigos de permanência continuada, por exemplo, há a necessidade de resgatar o ambiente familiar e o sentido de lugar, substituindo a família de origem pela oportunidade de convivência afetiva equilibrada e saudável - condição indispensável ao desenvolvimento humano.

A ligação a um lugar é componente principal para o aconchego. Esse sentimento é criado por objetos que possuem significado pessoal para o usuário. Assim, permitir a personalização do ambiente encoraja o indivíduo a reivindicar propriedade e a familiarizar-se com o lugar.

As pessoas criam as suas identidades de lugar conforme procuram semelhanças entre o novo ambiente conhecido e tudo o que foi experimentado anteriormente. Para a criança e o adolescente não é diferente, e tudo que é novo gera certa expectativa. Por isso, é fundamental criar ambientes que tenham a atmosfera aconchegante e segura.

O local do abrigo de permanência continuada, os acessos aos recursos da comunidade, o envolvimento de membros da família de origem e a criação de uma atmosfera interior aconchegante, com ambientes personalizados, podem facilitar o desenvolvimento da identidade de lugar e resultar nessa familiaridade.

A entidade fundamental para o desenvolvimento sadio de crianças e adolescentes, como visto, é a família, e o lugar é a casa. A partir da importância da casa no desenvolvimento humano, apresentam-se a seguir alguns significados dados a ela.

4.5 O ambiente da casa

Para viabilizar a vivência, o homem interfere no meio, modificando-o conforme suas necessidades. Por isso, a qualidade da obra arquitetônica está ligada à função para qual foi criada. Se uma obra arquitetônica é “para habitar”, por exemplo, ela deve oferecer habitabilidade - sua característica essencial. Habitar e, por consequência, a habitabilidade estão relacionadas à sensação de segurança no espaço (HEIDEGGER, 1997).

Habitar uma casa constitui o arquétipo mais rico de significados ao ser humano. É símbolo de todas as “peles” que o envolvem: o seio materno, a família e o universo. “Estar em casa” significa dispor de um espaço que, por um lado, se pode assinalar com uma marca e, por outro, delimita um território inviolável sobre o qual se exerce um direito (FISCHER, 19--).

A expressão “minha casa” possui duas vertentes principais: a proteção contra o mundo exterior e o apego a um lugar como fator de identidade. Todo o alojamento é, antes de tudo, um abrigo no interior do qual o indivíduo se sente protegido. A casa representa, portanto, uma espécie de barreira às intromissões externas, porque limita e controla o número de interações e na sua construção, separa-se o mundo externo – inseguro e ameaçador – do interno – protegido (FISCHER, 19--).

A casa é construída pelo homem e aparece como representativa dos elementos fundamentais do ser, “[...] de sua natureza mais profunda, inteira, e como tal, de alguma forma, a pedra angular da personalidade humana” (GRUBITS, 2003, p. 99). Por isso, ela é carregada de ressonância afetiva capaz de desencadear lembranças (e.g. casa da infância) e cada uma possui particularidades, estímulos e sensações diferentes. É resumo das aquisições efetuadas, ao longo das diferentes etapas do desenvolvimento humano. Essa imagem, positiva ou não, acompanha o homem por toda a vida (GRUBITS, 2003).

A casa natal grava no habitante a hierarquia das diversas funções de habitar. É o centro dos sonhos e, não raro, traz lembranças ao adulto. A casa serve de cenário às experiências humanas. Ela é uma das maiores forças de integração entre os pensamentos e os sonhos humanos (BACHELARD, 1998).

Reconfortamo-nos ao reviver lembranças de proteção. Algo fechado deve guardar as lembranças, conservando-lhes seus valores de imagens. As lembranças do mundo exterior nunca hão de ter a mesma tonalidade das lembranças da casa (BACHELARD, 1998, p. 25-26).

A casa, a primeira vista, é um objeto rigidamente geométrico, visível e tangível. Por isso, o primeiro impulso é avaliá-la racionalmente, mas a transposição para o humano ocorre assim que se encara a casa como um espaço de conforto e intimidade. A forma física da casa, com os inúmeros refúgios, permite que as lembranças e vivências humanas sejam melhores caracterizadas (BACHELARD, 1998). A casa é, portanto, formada de vários abrigos encaixados uns nos outros. Nessa interação dinâmica entre homem e casa, o espaço habitado transcende o geométrico.

Na casa, o armário e suas prateleiras, a escrivaninha e suas gavetas, e outros tantos

móveis são elementos fundamentais para a preservação da privacidade. Sem esses objetos, a vida íntima não teria um modelo de identidade. O espaço interior do armário, por exemplo, é um espaço de intimidade, que não se abre para qualquer um (BACHELARD, 1998). Ainda,

Guardar uma coisa qualquer, de qualquer maneira, em um móvel qualquer, indica uma enorme fraqueza da função de habitar. No armário vive um centro de ordem que protege toda a casa contra uma desordem sem limite. [...] A ordem não é simplesmente geométrica. A ordem recorda nele a história da família (BACHELARD, 1998, p. 92).

Os cantos de uma casa são refúgios que asseguram um dos primeiros valores do ser: a imobilidade. Eles são locais seguros, onde é possível encontrar a paz. Certamente, fugindo do espaço real da casa e refugiando-se no canto, o ser humano toma consciência de existir (BACHELARD, 1998). Assim, os pormenores numa casa podem ser os signos de um contexto e conter atributos importantes do todo.

A casa, enquanto lugar de apego, intimidade protegida, carregada de significados e lembranças, é capaz de confortar o homem. É um lugar onde a hierarquia dos espaços corresponde às necessidades. É um local onde uns se preocupam com os outros. É um espaço fechado e humanizado, dotado de valores e sentimentos.

Assim, comprova-se a importância da vivência numa casa para o desenvolvimento humano. Para descobrir quais particularidades espaciais são indispensáveis numa casa que acolhe em medida de abrigo crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, o capítulo a seguir descreve a metodologia usada na dissertação, em especial no estudo de caso.

5 METODOLOGIA

Nos capítulos anteriores, foram abordados alguns conceitos considerados fundamentais para o embasamento teórico dessa dissertação. Neste capítulo, são definidos os instrumentos metodológicos, que visam direcionar a execução e conclusão da pesquisa, com precisão na coleta de informações e análise rigorosa dos dados obtidos.

5.1 Delimitação da pesquisa

O tema em estudo é fruto de seleção pessoal da pesquisadora, do que se desejou ver, sentir e vivenciar a partir de visitas aos abrigos de permanência continuada para atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Em 2005, durante a execução do Trabalho Final de Graduação (TFG) para o curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), tornou-se impossível para a pesquisadora, o não envolvimento com a causa e o vislumbre de um ambiente mais comprometido com a qualidade de vida. Assim, ao término dessa etapa da graduação, o mestrado tornou possível o aprofundamento no tema e a produção de uma pesquisa que contribui para a elaboração de projetos de abrigos de permanência continuada, preocupados com as questões legais e, principalmente, com os aspectos psicossociais promotores de qualidade de vida.

Visto que o ambiente físico e contextual onde o indivíduo cresce é determinante para o seu desenvolvimento pleno e sadio, a dissertação se propõe a analisar o assunto da institucionalização em abrigos de permanência continuada pela interface homem e ambiente construído, aplicando alguns dos conceitos da Psicologia Ambiental.

A amostra de um (1) abrigo de permanência continuada para o estudo de caso é uma parcela do universo e foi escolhida a partir de visitas exploratórias nas instituições da região sul de Santa Catarina. O propósito das visitas foi selecionar um abrigo de permanência continuada disposto a cooperar com a pesquisa. A amostragem utilizada é, portanto, a “não-probabilística intencional” (MARCONI; LAKATOS, 1990), que surge a partir da necessidade de investigar uma parte da população escolhida, por motivos intencionais. A pesquisadora estava interessada na opinião de determinados elementos dessa população, em especial das crianças e dos adolescentes em medida de abrigamento.

A abordagem do estudo de caso é qualitativa e descritiva. Qualitativa porque envolve valores, representações, hábitos, atitudes e opiniões, e descritiva porque estuda as relações entre as variáveis sem manipulá-las.

A partir do envolvimento da pesquisadora com o tema e posteriormente, com os sujeitos do estudo de caso, opta-se pela “pesquisa não-experimental” (MARCONI; LAKATOS, 1990). Não houve manipulação de situações e todos os fatos e eventos estudados foram reais, presenciados pela pesquisadora. Por isso, a pesquisa não possui hipótese explicitada e nem variáveis, todas essas chegaram como estavam – prontas – à pesquisadora no decorrer da aplicação dos instrumentos metodológicos no estudo de caso.

A pesquisa delinea-se, então, como teórica e empírica, realizada através de revisão de literatura e estudo de caso. A revisão de literatura serviu de base teórica para a coleta de informações no estudo de caso.

Visto que são escassas as contribuições da Arquitetura ao tema, a pesquisadora desde a graduação e, principalmente, no mestrado, opta pela pesquisa normativa, onde define critérios e diretrizes para mudar uma situação existente. A pesquisadora vislumbra a possibilidade de contribuir para que arquitetos e outros profissionais, ligados ao tema da institucionalização de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e medida de abrigo, pudessem utilizar o conjunto de critérios e diretrizes arquitetônicos, que consideram os aspectos legais e psicossociais, promotores de qualidade de vida.

Segundo a aplicação dos resultados, essa pesquisa caracteriza-se como aplicada, com interesse prático e aproveitamento imediato pela INSTITUIÇÃO do estudo de caso e também, por quaisquer outros abrigos de permanência continuada. É uma pesquisa do tipo interdisciplinar, utilizando diversos ramos da ciência para a sua realização.

5.2 Instrumentos metodológicos da dissertação

A coleta de dados é uma seqüência de instrumentos metodológicos para a obtenção dos resultados da dissertação, que variam conforme a circunstância e o tipo de investigação. Os fatores considerados devem ser: a natureza dos fenômenos, o objeto da pesquisa, a equipe humana (pesquisadores e pesquisados) e os elementos extras que surgem no desenrolar da pesquisa. A estratégia consiste, então, em combinar ações, informações e teoria, procurando respostas para as indagações de pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 1990).

Nessa dissertação, o plano de desenvolvimento para a obtenção dos objetivos geral e específicos baseou-se na combinação dos seguintes instrumentos metodológicos: Revisão de Literatura, Observação, Entrevista e o Jogo de Imagens e Palavras. A Revisão de Literatura e as Entrevistas estruturadas serviram para a fundamentação teórica, as Observações e as Entrevistas não-estruturadas resultaram na Leitura Espacial e o Jogo serviu para coletar informações de fonte primária (internos) acerca das suas impressões sobre o ambiente construído e das suas necessidades nos abrigos de permanência continuada. Todos os instrumentos metodológicos são descritos a seguir.

Contudo, a pesquisadora estende-se na descrição do Jogo de Imagens e Palavras (item 5.2.4), porque esse instrumento requer a aplicação de uma série de procedimentos, desde os testes pilotos até a aplicação final do instrumento, e a sua descrição detalhada visa auxiliar outros estudos onde seja necessária a opinião de usuários de difícil acesso.

5.2.1 Revisão de literatura

Os dados de documentação indireta têm o intuito de recolher informações prévias acerca do estado da arte na área de interesse da pesquisa. Nessa dissertação, convencionou-se chamar de revisão de literatura esta atividade, porque não se limita ao estudo de livros e publicações impressas, mas ao meio eletrônico, em *sites* e portais de publicações científicas. Ressalva-se que foram utilizados apenas artigos de mídia eletrônica indicados pelo orientador e colaboradores da dissertação, para garantir a confiabilidade dos dados.

A revisão realizada buscou aprofundar o tema específico dos abrigos, em especial os de permanência continuada, avaliando os aspectos legais que regem o programa de atendimento e as características arquitetônicas. Na história da assistência, o intuito foi mostrar a evolução das instituições, as formas de atendimento e o perfil das crianças e dos adolescentes abrigados. No estudo do desenvolvimento humano, avaliaram-se os seguintes itens: a importância do contexto ambiental no desenvolvimento humano; a importância da instituição familiar na socialização da criança e do adolescente; como os abrigados relacionam-se com um ambiente transitório na teoria, e de longa permanência na prática; e quais as consequências físicas e simbólicas da institucionalização. A Psicologia Ambiental serviu para o entendimento das relações entre homem e ambiente.

É importante salientar que a interdisciplinaridade intencional da revisão de literatura

permitiu a interpretação e análise dos resultados, a partir do entendimento dos fenômenos relacionados ao comportamento espacial das crianças e dos adolescentes abrigados. Essa compreensão era necessária para apoiar todas as aplicações dos instrumentos metodológicos. Na Leitura Espacial, a revisão de literatura auxiliou na compreensão do ambiente construído, através das Observações e das aplicações das planilhas e na elaboração das entrevistas. No Jogo de Imagens e Palavras, serviu para escolha e calibragem das imagens utilizadas no instrumento. A revisão de literatura permitiu, ainda, a elaboração de critérios e diretrizes projetuais para os abrigos de permanência continuada, que garantem e permitem a apropriação espacial harmônica de crianças e adolescentes sob os aspectos legal e psicossocial.

5.2.2 Leitura espacial

Após a revisão de literatura e a primeira visita ao objeto de estudo, fez-se necessária a Leitura Espacial, que teve como função: identificar e registrar os aspectos arquitetônicos da edificação do estudo de caso, avaliando as características qualitativas positivas e negativas. A Leitura foi realizada a partir dos instrumentos metodológicos de Observação direta intensiva (assistemática e sistemática) e Entrevista não-estruturada. Para auxiliar, foram utilizadas as técnicas de registro fotográfico e medição *in loco*.

A seqüência dos instrumentos iniciou com as seguintes questões a serem respondidas: “Quais atividades eram desenvolvidas no abrigo de permanência continuada e em cada ambiente que o compunha?”; “Qual o período de permanência dos usuários no abrigo de permanência continuada e em cada ambiente?” e “Quais as características espaciais marcantes em cada ambiente?”.

Visto que, no início da pesquisa, a INSTITUIÇÃO do estudo de caso era sediada numa casa alugada e no decorrer mudou-se para uma sede por eles projetada e executada, a Leitura Espacial ocorreu nos dois locais (sede antiga e atual). Em ambas, seguiram, rigorosamente, o mesmo cronograma: as Observações diretas intensivas assistemática e sistemática, a aplicação da planilha e as Entrevistas, respectivamente.

No entanto, na sede antiga, as informações das Observações foram ratificadas com trechos das Entrevistas não-estruturadas feitas com os dez funcionários que monitoram os abrigados na INSTITUIÇÃO. Na sede atual, os dados colhidos foram ratificados com a Entrevista não-estruturada realizada com o arquiteto responsável pelo projeto da

INSTITUIÇÃO, durante uma visita monitorada ao abrigo de permanência continuada. Optou-se por essa abordagem porque a mudança para a sede atual era recente e as considerações dos funcionários acerca do ambiente, pouco substanciais.

5.2.2.1 Observação direta intensiva assistemática e sistemática

A Observação não consiste apenas em ver e ouvir, mas em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar. O instrumento auxilia nas identificações e obtenções de dados, cujos indivíduos não têm consciência, mas que orientam suas ações e comportamentos espaciais. Nessa dissertação, utilizaram-se as Observações assistemática e sistemática (MARCONI; LAKATOS, 1990).

Conforme Rudio (2002), o que caracteriza a observação assistemática é o conhecimento ser obtido de maneira casual, sem que se tenha determinado previamente quais os aspectos relevantes a serem observados e que meios utilizar para isso. É um instrumento comumente empregado em estudos exploratórios, contudo, não é totalmente espontâneo e sempre há o mínimo de intencionalidade. A observação assistemática, nessa pesquisa, foi utilizada na primeira visita, que ocorreu após a aprovação da pesquisa no Comitê de Ética da Universidade Federal de Santa Catarina³⁰. Essa serviu para o reconhecimento da rotina do abrigo de permanência continuada e o direcionamento das observações sistemáticas seguintes.

Visto que a primeira aproximação ocasionou muitas perguntas dos abrigados à pesquisadora, optou-se por participar, na semana seguinte à observação assistemática (primeira visita), de algumas atividades cotidianas (e.g. almoço e horas de brincar) nos períodos da manhã e da tarde. Esse período serviu para a pesquisadora se habituar à rotina e as crianças e os adolescentes à presença da pesquisadora. Nenhum instrumento metodológico foi aplicado nessa semana.

A Observação sistemática, por sua vez, ocorre em condições controladas, para responder a propósitos pré-estabelecidos (RUDIO, 2002). Nessa dissertação, a condição de controle foi a periodicidade. As observações ocorreram a partir da segunda semana, após a Observação assistemática, duas vezes por semana, com uma hora e meia de observação a cada dia, e em períodos alternados entre manhã e tarde. O propósito da aplicação do instrumento

³⁰ Projeto número 217/07, com parecer consubstanciado em 31 jul. 2007.

foi o registro, em relatórios escritos e diários, de todos os fatos e fenômenos referentes à *dimensão comportamental* (interações entre usuário-ambiente e usuário-usuário) e das atividades realizadas pelos abrigados e funcionários que os guardavam. As observações ocorreram em todos os cômodos de ambas as sedes da INSTITUIÇÃO. Não havia uma ordem de quais ambientes observar. As escolhas eram feitas conforme os eventos ocorriam. Comumente, eram feitas nos ambientes em que havia maior número de crianças ou adolescentes reunidos.

No segundo mês de observações sistemáticas, em ambas as sedes da INSTITUIÇÃO, a presença da pesquisadora não mais interrompia ou incomodava a rotina de atividades e as informações fornecidas a partir de então, foram consideradas verdadeiras e relevantes. O período total de observações teve a duração de três meses e meio.

No início do segundo mês, foram aplicadas, concomitantemente, as planilhas de observação arquitetônica. As planilhas, adaptação de Vasconcelos³¹ (2004), foram previamente confeccionadas, a fim de sistematizar e otimizar o tempo de levantamento das características dos ambientes das sedes da INSTITUIÇÃO estudo de caso (Quadro 05 e apresentação de uma planilha preenchida no Apêndice A).

PLANILHA DE OBSERVAÇÃO ARQUITETÔNICA (continua)	
SEDE:	
AMBIENTE:	
1 – Categoria Física	
a) Função:	
b) Área:	
c) Características:	
c.1) Acabamento:	
c.2) Mobiliário:	
d) Segurança:	
Localização do ambiente na planta-baixa	Croqui da planta com <i>layout</i>
2 – Dimensão Comportamental	
a) Privacidade:	

³¹ A planilha é baseada no recurso desenvolvido por Renata Thaís Bomm Vasconcelos, em sua dissertação de mestrado no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PósARQ) da Universidade Federal de Santa Catarina, em 2004. Segundo Vasconcelos (2004), o objetivo geral de sua pesquisa foi “analisar o contato que as características arquitetônicas de integração interior/exterior - ambientes e/ou elementos construtivos - promovem entre o paciente internado e o ambiente externo nas anatomias hospitalares atuais e quais os benefícios proporcionados por esta relação”. As Leituras Espaciais basearam-se na planilha de observação do espaço, confeccionada a partir das informações colhidas na revisão de literatura. A planilha serviu para levantar as informações gerais do edifício hospitalar e avaliar as características de cada ambiente, relacionando-as com as dimensões de análise (ambiental, sensorial e comportamental) (VASCONCELOS, 2004).

PLANILHA DE OBSERVAÇÃO ARQUITETÔNICA (conclusão)	
b) Informação:	
b.1) informação do exterior (fenômenos meteorológicos, dia/noite e fatos corriqueiros do entorno):	
b.2) distinção da temperatura externa:	
b.3) mecanismos de controle da entrada de estímulos visuais, olfativos e/ou auditivos:	
<hr/>	
c) Territorialidade:	
<hr/>	
3 – Dimensão Ambiental	
a) Condições de Iluminação:	
<hr/>	
b) Condições de Conforto Térmico:	
<hr/>	
c) Condições de Conforto Acústico:	
<hr/>	
OBSERVAÇÕES	

Quadro 05: Planilha de observação arquitetônica.
Fonte: AUTORA, 2007.

A escolha dessas foi porque elas basearam a Leitura Espacial no levantamento das informações gerais do edifício (abrigo de permanência continuada) e nas *dimensões comportamental e ambiental*, fundamentais para que o abrigo de permanência continuada seja ambientado nos aspectos legais e, principalmente, psicossociais que promovem e potencializam a qualidade de vida, indispensáveis ao desenvolvimento humano pleno e saudável.

A escolha dos ambientes da sede antiga da INSTITUIÇÃO onde foram aplicadas as planilhas levou em conta, a partir das Observações sistemáticas, os cômodos de maior relevância para os abrigados na *dimensão comportamental* (interações entre usuário-ambiente e usuário-usuário). Os ambientes escolhidos foram:

- a) o quarto das adolescentes, porque no ambiente eram permitidas e incentivadas as demarcações do território, havia cuidados com relação à privacidade e o quarto era o ambiente de maior permanência das adolescentes;
- b) o quarto das meninas, porque elas são o perfil de abrigados mais comum na INSTITUIÇÃO e, no quarto, quaisquer manifestações de privacidade e territorialidade eram coibidas;
- c) o banheiro, pela localização espacial, falta de privacidade e dimensões pequenas para atender os abrigados e funcionários.
- d) a cozinha, pela localização na planta, que limitava a circulação sem supervisão e não permitia a permanência dos abrigados de quaisquer idades;

- e) o refeitório/sala de estar, porque era o local de maior permanência da maior parte dos abrigados e onde se realizavam diferentes atividades;

Para fins comparativos, a aplicação das planilhas na sede atual da INSTITUIÇÃO ocorreu nos mesmos ambientes da antiga. Isso permitiu que se avaliassem os mesmos fatores num abrigo de permanência continuada instalado numa edificação já existente e adaptada a esse novo uso (sede antiga) e noutra projetado (sede atual).

As planilhas orientaram na descrição dos seguintes itens: *categoria física, dimensão comportamental e ambiental*. É importante frisar que cada item compreendeu a avaliação de aspectos específicos, que foram definidos durante a pesquisa pela revisão de literatura, e esses foram considerados pré-requisitos a serem atendidos.

Na *categoria física* - fundamental para Leitura Espacial e constatação ou não do atendimento às questões legais determinadas principalmente, pelo ECA - são avaliadas:

- a) a infra-estrutura do mobiliário existente e seu estado de conservação;
- b) a qualidade dos materiais de acabamento (piso, parede e teto) e do *layout*;
- c) a adequação do mobiliário e dos elementos arquitetônicos, nos espaços internos e externos, para o uso sem provocar injúrias e restrições. Os ambientes devem ser seguros, para permitir que as crianças e os adolescentes os explorem e se apropriem. Afinal, para que a vigilância seja mínima e a independência encorajada, é importante que o projeto seja seguro, pois ambientes ameaçadores podem impedir o desenvolvimento de habilidades, provocando a evasão de valiosas interações com os recursos do espaço (MALKIN, 1991).

O ambiente influencia diretamente o comportamento espacial dos usuários, a partir da forma, disposição e combinação de elementos. De acordo com essa definição, a *dimensão comportamental* refere-se às interações promovidas pelas características arquitetônicas entre a criança ou o adolescente abrigado e o abrigo de permanência continuada e entre dois ou mais abrigados – relações sociais.

Nos abrigos de permanência continuada, as características espaciais devem proporcionar uma atmosfera aconchegante e segura para oferecer oportunidade de convivência tranqüila, condição indispensável ao desenvolvimento humano. Por isso, as planilhas consideraram os seguintes itens para a *dimensão comportamental*:

- a) a privacidade, para avaliar a atratividade do elemento de integração (dimensão e conforto) e a existência de reguladores espaciais que possibilitem a escolha entre a interação social ou não. É importante ressaltar que as crianças possuem pouca necessidade de privacidade, especialmente para os comportamentos de solidão,

reserva e anonimato. As necessidades infantis são ligadas às diferenças entre os sexos, por exemplo, no banho ou na troca de roupa, as meninas preferem relacionar-se apenas com o sexo feminino e os meninos, o contrário. No entanto, a partir da adolescência, as necessidades aumentam e os adolescentes demonstram meios de regulá-la, seja através de mecanismos que envolvem o próprio corpo (e.g. uso de determinadas roupas) e atitudes comportamentais (e.g. timidez) ou através do espaço, com a escolha de ambientes preferenciais (e.g. fechar-se no quarto);

b) informação, para avaliar a possibilidade de informação do exterior (fenômenos meteorológicos, identificação do dia e da noite e de fatos corriqueiros do entorno), distinção da temperatura externa e a existência de elementos que possibilitem controlar a entrada dos estímulos visuais, olfativos e/ou auditivos provenientes do interior (portas, cortinas e mobiliário) ou do exterior (*brise soleil*, persianas e janelas). Tal fator é importante para que na medida de abrigo não haja quaisquer conotações de privação de liberdade e da convivência social, princípios fundamentais do ECA. Assim, ao perceber o ambiente interno e externo, o abrigado participa como sujeito ativo no seu desenvolvimento, selecionando e assimilando o contexto em que vive;

c) territorialidade, para avaliar a presença ou não de mecanismos e atributos espaciais que permitam ou destaquem a personalização e demarcação do território. Nos abrigos de permanência continuada, a territorialidade contribui para a participação das crianças e dos adolescentes nas diversas atividades e, por conseguinte, resgata os sentimentos de lugar e lar, perdidos pela institucionalização e pelo afastamento do convívio com a família de origem. Afinal, segundo Relph (1980), o afastamento, voluntário ou compulsório, do lugar com o qual o homem possui extrema ligação sentimental e a não identificação com um novo lugar (no caso, com o abrigo de permanência continuada) podem desencadear até mesmo reações físicas como melancolia, depressão, sentimento de perda e doenças provocadas pelos sintomas anteriores.

A *dimensão ambiental*, por sua vez, refere-se às condições de conforto proporcionadas pelo espaço físico, e que são fundamentais para minimizar o “efeito da institucionalização”. A partir das três variáveis: lumínica, térmica e acústica, foram analisados os seguintes itens:

a) conforto lumínico, referente à orientação solar do ambiente, quantidade e dimensão das aberturas versus dimensões dos ambientes, ao nível de transparência

do material de vedação (transparente/translúcido/opaco), à existência de elementos de proteção para controle da iluminação e ao tipo de controle possibilitado;

b) conforto térmico, nível de insolação do ambiente (orientação da fachada), existência de isolamento térmico no material de vedação do ambiente e possibilidade de controle da ventilação natural;

c) conforto acústico, nível de ruído do entorno (orientação da fachada), existência de isolamento acústico no material de vedação do ambiente e possibilidade de controle do ruído.

Cada particularidade durante a aplicação foi registrada, mesmo quando não fazia parte do *check-list* pré-estabelecido. As técnicas de medição *in loco* e registro fotográfico foram aplicadas para complementarem as informações colhidas.

Ainda, para evitar transtornos à rotina dos abrigados, não foi permitida a observação no período noturno, nem a participação nos atendimentos individuais com a terapeuta. No entanto, é importante destacar o apoio oferecido por todo o corpo de funcionários da INSTITUIÇÃO, que se mostrou disponível antes mesmo de ser divulgada a aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética. Esse apoio facilitou a aplicação desse e dos demais instrumentos metodológicos.

5.2.2.2 Entrevista não-estruturada

As entrevistas não-estruturadas são perguntas abertas e respondidas numa conversação informal. Há um roteiro de tópicos para serem seguidos, mas não há formulação de perguntas seqüenciais (MARCONI; LAKATOS, 1990). Nessa dissertação, elas foram aplicadas com os funcionários presentes durante as observações (dez monitoras que cuidavam dos abrigados), para complementar a Leitura Espacial. As perguntas eram referentes à *categoria física* e às *dimensões comportamental e ambiental*, avaliadas pela planilha (Quadro 06 e transcrição de uma das entrevistas no Apêndice B). Essas entrevistas foram realizadas durante os meses de Observações sistemáticas e foram coletadas opiniões acerca de todos os ambientes da sede antiga da INSTITUIÇÃO. Com a Diretora da INSTITUIÇÃO, a entrevista foi referente à política de atendimento do abrigo de permanência continuada (Quadro 07 e transcrição da entrevista no Apêndice C) e teve como base o questionário aplicado na Rede SAC, em pesquisa do Ipea e Conanda (2003).

Posteriormente, pela mudança de sede, foi entrevistado o arquiteto responsável pelo projeto arquitetônico da sede atual (Quadro 08 e transcrição da entrevista no Apêndice D). As perguntas foram referentes ao partido geral do projeto arquitetônico e a todos os ambientes da INSTITUIÇÃO e realizadas durante a visita monitorada à sede atual.

Após a assinatura do consentimento livre e esclarecido (Anexo A), as entrevistas não-estruturadas foram gravadas, transcritas e tratadas por análise do conteúdo, para a utilização como recurso justificativo na Leitura Espacial. Assim, evitou-se que as análises dos aspectos relacionados ao conforto ambiental, por exemplo, fossem superficiais, visto que não foram utilizados equipamentos de medição específicos. Obteve-se uma análise crítica real, mas sem dados quantitativos. As entrevistas ocorreram em local escolhido pelo entrevistado, houve algumas interrupções, mas não comprometeram o resultado. A duração média foi de trinta minutos.

ROTEIRO DA ENTREVISTA NÃO-ESTRUTURADA COM OS FUNCIONÁRIOS

ENTREVISTADO: _____

LOCAL DA ENTREVISTA: _____

DATA: __/__/__ Início da entrevista: __:__ Término da entrevista: __:__

→ Não esquecer:

- assinar o termo de consentimento livre e esclarecido;
 - gravar a entrevista.
-

1) Dimensão Comportamental:

- 1.a) apropriação do cômodo;
 - 1.b) perfil dos freqüentadores (quem, quanto tempo e por quê);
 - 1.c) atividades realizadas (por quê);
 - 1.d) há restrição de acesso (quem e por quê);
 - 1.e) informação externa ou de outro cômodo (conflito, barreiras físicas e psicológicas);
 - 1.f) personalização (permitida, quem faz, onde, por quê, com o que).
-

2) Dimensão Ambiental:

- 2.a) iluminação natural (boa ou ruim, por quê);
 - 2.b) iluminação artificial (suficiente ou insuficiente, por quê);
 - 2.c) conforto térmico (bom ou ruim, por quê, usam ventilador ou ar-condicionado);
 - 2.d) ventilação natural (suficiente ou insuficiente, por quê);
 - 2.e) conforto acústico (controle e isolamento).
-

3) Aspectos do ambiente:

- 3.a) dimensões (suficiente ou insuficiente, por quê);
 - 3.b) estética do ambiente (cores e acabamentos, bons ou ruins, por quê);
 - 3.c) *layout* (barreiras, inadequação);
 - 3.d) mobiliário (adequado, fatores de risco, o que falta, por quê).
-

O que mais lhe agrada e o que mais lhe desagrada nesse cômodo? Por quê?

O que você considera indispensável nesse cômodo? Por quê?

Quadro 06: Roteiro da entrevista não-estruturada com os funcionários.
Fonte: AUTORA, 2007.

ROTEIRO DA ENTREVISTA NÃO-ESTRUTURADA COM A DIRETORA

LOCAL DA ENTREVISTA: _____

DATA: __/__/__ Início da entrevista: __:__ Término da entrevista: __:__

→ Não esquecer:

- assinar o termo de consentimento livre e esclarecido;
 - gravar a entrevista.
-

Perfil do programa da INSTITUIÇÃO

- a) natureza do programa (federal, estadual, municipal, ONG);
 - b) tipo de programa de abrigo (casa de passagem, albergue, casa-lar, institucional de permanência continuada, pensionato);
 - c) vinculação/orientação religiosa;
 - d) regime de permanência (podem visitar as famílias, realizam atividades fora, quais, por quê);
 - e) atividades que a INSTITUIÇÃO realiza (apoio/acompanhamento aos egressos e ex-abrigados, capacitação e aperfeiçoamento dos recursos humanos do abrigo; preparação gradativa das crianças/adolescentes para o desligamento institucional, programa personalizado de atendimento para cada criança/adolescente, providência de documentação civil para crianças/adolescentes que não a possuem, relatórios periódicos sobre as crianças/adolescentes para a Justiça da Infância e da Juventude);
 - f) voluntários (como procedem, o que fazem);
 - g) capacidade (regime misto, passa do limite, por quê);
 - h) faixa etária de atendimento (por quê);
 - i) restrição para o atendimento (idade, características físicas ou psicológicas, deficiências ou restrições);
 - j) motivo do abrigo (por quê);
 - k) quem encaminha para a INSTITUIÇÃO (conselho tutelar, juizado, Ministério Público);
 - l) convivência familiar (como é preservada, visitas, formas de contato).
-

Quadro 07: Roteiro da entrevista não-estruturada com a Diretora da INSTITUIÇÃO do estudo de caso.

Fonte: AUTORA, 2007.

ROTEIRO DA ENTREVISTA NÃO-ESTRUTURADA COM O ARQUITETO

LOCAL DA ENTREVISTA: _____

DATA: __/__/__ Início da entrevista: __:__ Término da entrevista: __:__

→ Não esquecer:

- assinar o termo de consentimento livre e esclarecido;
 - gravar a entrevista.
-

- a) utilização de referencial de teórico para a pesquisa;
 - b) partido arquitetônico (aspectos marcantes do projeto - pontos focais);
 - c) materiais utilizados;
 - d) estratégias para acessibilidade e segurança (material auxiliar);
 - e) *dimensão comportamental* (privacidade, interação, controle);
 - f) *dimensão ambiental* (conforto térmico, acústico e iluminação).
-

Quadro 08: Roteiro da entrevista não-estruturada com o arquiteto responsável pelo projeto da sede atual da INSTITUIÇÃO.

Fonte: AUTORA, 2007.

5.2.3 Entrevista estruturada

A entrevista estruturada, por sua vez, é aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido. Tais entrevistas foram aplicadas com pessoas-chave para a obtenção de informações e dados essenciais ao estudo. O instrumento foi escolhido para

minimizar o tempo dispensado pelos entrevistados. O agendamento ocorreu com antecedência média de dez dias, com data e hora a cargo do entrevistado. O tempo de cada entrevista foi, aproximadamente, quarenta minutos. Após a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (Anexo A) as entrevistas foram gravadas, transcritas e tratadas por análise do conteúdo.

Foram realizadas entrevistas com profissionais que trabalham diretamente com o tema em questão, sendo eles: juiz da vara da infância e juventude (Quadro 09 e transcrição da entrevista no Apêndice E) e psicóloga da INSTITUIÇÃO do estudo de caso (Quadro 10 e transcrição da entrevista no Apêndice F). O intuito foi situar e compreender melhor como os abrigados se apropriavam do espaço e quais as características desta apropriação, além da relação existente entre a missão dos abrigos de permanência continuada e os programas de atendimento. Trechos das entrevistas foram colocados junto à fundamentação teórica e aos resultados da pesquisa, como recurso justificativo para ratificar ou não as idéias abordadas.

ROTEIRO DA ENTREVISTA ESTRUTURADA COM O JUIZ DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

LOCAL DA ENTREVISTA: _____

DATA: __/__/__ Início da entrevista: __:__ Término da entrevista: __:__

→ Não esquecer:

- assinar o termo de consentimento livre e esclarecido;
- gravar a entrevista.

-
- 1) Se o abrigo é, por lei, um medida provisória e excepcional, como se explica a permanência média de um ano das crianças e adolescentes nestas instituições?
 - 2) Quais serviços o abrigo pode e/ou deve delegar ao poder público?
 - 3) No parágrafo único do artigo 91, cita-se que será negado o registro à entidade que “não ofereça instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança”. O que se entende por habitabilidade?
 - 4) No artigo 92, faz-se referência ao abrigo adotar o princípio de “desenvolvimento de atividades em regime de co-educação”. O que isto quer dizer?
 - 5) Há algum responsável pela vistoria, estudo e possíveis melhorias arquitetônicas nos abrigos?
 - 6) Quais recursos o senhor considera indispensáveis num abrigo?

Quadro 09: Roteiro da entrevista estruturada com o Juiz da Vara da Infância e da Juventude.

Fonte: AUTORA, 2007.

ROTEIRO DA ENTREVISTA ESTRUTURADA COM A PSICÓLOGA (continua)

LOCAL DA ENTREVISTA: _____

DATA: __/__/__ Início da entrevista: __:__ Término da entrevista: __:__

→ Não esquecer:

- assinar o termo de consentimento livre e esclarecido;
- gravar a entrevista.

-
- 1) Como é a rotina da instituição? Há horários rígidos a serem cumpridos?
 - 2) Quais os procedimentos quando a criança ou o adolescente chega à INSTITUIÇÃO?
 - 3) Como são as avaliações? As terapias são individuais?
 - 4) Quais as características observadas quando a criança brinca, o adolescente conversa, enfim, as pessoas interagem?
-

ROTEIRO DA ENTREVISTA ESTRUTURADA COM A PSICÓLOGA (conclusão)

- 5) Quais os elementos que você acha indispensáveis num ambiente de convivência?
 - 6) Quando as crianças brincam num grupo maior, como elas se separam, por idade, afinidade?
 - 7) Tem alguma espécie de demarcação de território, quando elas brincam?
 - 8) Como ocorrem os relacionamentos entre os abrigados (relação de apego)?
-

Quadro 10: Roteiro da entrevista estruturada com a Psicóloga da INSTITUIÇÃO do estudo de caso.
Fonte: AUTORA, 2007.

5.2.4 Jogo de imagens e palavras

Para superar a dificuldade de verbalização das crianças e dos adolescentes abrigados acerca do ambiente em que vivem e assim, obter informações de fonte primária (abrigados) acerca de quais as necessidades espaciais, para que o abrigo torne-se um lar provisório, com atributos que promovam qualidade de vida, foi necessária a aplicação do instrumento Jogo de Imagens e Palavras, desenvolvido pelo arquiteto argelino Saddek Rehal³² (2002).

O instrumento consiste na reflexão das idéias dos participantes sobre suas experiências de vida e o que é possível mudar e/ou melhorar nos ambientes por eles vivenciados. O instrumento utiliza imagens (e.g. ilustrações e gravuras) para auxiliar os participantes na expressão de sentimentos e na discussão do assunto abordado. Essa reunião para avaliar conceitos e identificar percepções e expectativas permite que se obtenham respostas e opiniões mais detalhadas acerca dos temas de interesses às pesquisas (REHAL, 2002). O Jogo utiliza os seguintes instrumentos metodológicos: entrevistas e observações (registros escritos de fatos ou fenômenos significativos), com o auxílio visual das imagens.

Segundo Rehal (2002), o Jogo deve ter duração máxima de duas horas e ser conduzido pelo pesquisador, cuja função é administrar o grupo e evitar desvios do foco da pesquisa. O local de aplicação deve permitir que os participantes tenham contato visual entre si. A aplicação possui três etapas. Na primeira, são feitas perguntas instigantes ao grupo e relevantes ao tema. Na segunda, os participantes escolhem as imagens que possuem relação à pergunta lançada. Por fim, respondem às indagações referentes ao porquê das escolhas feitas. Durante o Jogo, as falas são gravadas, para serem tratadas por análise do conteúdo.

Para evitar desvios na coleta dos dados, foram feitos três testes pilotos antes da aplicação do instrumento. Um deles na INSTITUIÇÃO, antes da qualificação da dissertação,

³² Nascido em Argel, na Argélia em 1950, formou-se na Escola de Belas Artes em Argel e estudou no *College of Art and Design*, em Paris. Desde 1986, trabalha na *Chalmers University of Technology* na Suécia. Em 2004, apresentou sua tese pela *Chalmers*. Trabalha com o desenvolvimento de métodos e ferramentas para a comunicação entre os participantes da pesquisa e os pesquisadores nas fases iniciais de projeto (REHAL, 2002).

e os outros dois, após a qualificação, numa organização não-governamental que trabalha com famílias em situação de vulnerabilidade social e é sediada na mesma cidade da INSTITUIÇÃO. Essa ONG realiza atividades de assistência psicológica aos adultos e são disponibilizadas atividades extracurriculares, como aulas de dança, artesanato e reforço escolar para as crianças e os adolescentes. A escolha da ONG foi porque as crianças e os adolescentes que a freqüentam possuem o mesmo perfil socioeconômico e cultural dos abrigados. A escolha da aplicação dos testes pilotos na ONG foi para evitar o desgaste do Jogo com as crianças e os adolescentes da INSTITUIÇÃO.

Os testes pilotos e a aplicação do Jogo são descritos a seguir.

5.2.4.1 Testes pilotos do Jogo de Imagens e Palavras

Para os três testes pilotos, uma série de imagens foi escolhida em meio eletrônico, impressa (dimensão: 9 x 13 centímetros) e colada em papel tipo cartão. As imagens evocavam a *dimensão comportamental*, sob os mesmos fatores de análise citados no instrumento de Observação sistemática. Essa dimensão é determinante na apropriação espacial e fundamental para o desenvolvimento humano sadio, mas muitas vezes desconsiderada na Arquitetura, em especial na institucional. Algumas imagens, com referências à *dimensão ambiental*, também foram selecionadas. Visto que, apesar de normatizadas, são critérios pouco ou erroneamente utilizados.

A partir da escolha pela pesquisadora, as imagens, uma a uma e nos três testes pilotos, foram classificadas em quadros, conforme as características particulares (exemplo, Quadro 11). Os quadros fizeram uma leitura da imagem, caracterizando as *dimensões* mais evidentes. No entanto, não impediram que os participantes avaliassem algumas sob outros parâmetros. Os quadros não foram apresentados aos participantes, apenas serviram de material de apoio à pesquisa, para o gerenciamento dos debates posteriores pela pesquisadora.

É importante destacar que algumas imagens foram alteradas ao longo da aplicação dos testes (o porquê será abordado a seguir). Contudo, os procedimentos de seleção e elaboração dos quadros foram os mesmos para todas.

Para a aplicação do primeiro teste piloto, o local escolhido foi o refeitório na sede antiga da INSTITUIÇÃO, e para os outros dois, uma sala de aula da ONG. Ambos os espaços possuíam infra-estrutura ideal para a atividade. A identificação de todos os participantes foi

através de crachás, com o número do jogador, o nome e a idade (Quadro 12). Esse recurso serviu, apenas, para o controle dos dados na transcrição das conversas. Antes de iniciarem os testes, a pesquisadora explicou como eles seriam desenvolvidos e respondeu às perguntas dos participantes. Esse procedimento foi rigorosamente igual nos três testes pilotos.

DESCRIÇÃO DA IMAGEM DO JOGO DE IMAGEM E PALAVRAS	
	Ambiente Interno – Aglomeração Dimensão Comportamental: Relação Social (refeição, crianças sorrindo e adultos auxiliando as crianças); Contexto Ambiental (bem conservado). Dimensão Ambiental: Aparência de conforto lumínico e térmico, e possibilidade de barulho, porque as crianças estão reunidas.

Figura 06. Fonte: BANANA STOCK, 2008.
Disponível em: <<http://www.fotosearch.com.br>>.
Acesso em 25 jan. 2008.

Quadro 11: Representativo de uma das imagens utilizadas e as *dimensões* evocadas.
Fonte: AUTORA, 2007.

PARTICIPANTES – Teste Piloto 01 - Categoria: CRIANÇAS ABRIGADAS

Data de aplicação: 23/10/2007 – Hora de início: 09h15min – término: 10h20min

Jogador	Idade	Sexo
Jogador 01	6 anos	Feminino
Jogador 02	6 anos	Feminino
Jogador 03	7 anos	Masculino
Jogador 04	7 anos	Feminino
Jogador 05	9 anos	Feminino
Jogador 06	12 anos	Feminino

PARTICIPANTES – Teste Piloto 02 - Categoria: CRIANÇAS ASSISTIDAS PELA ONG

Data de aplicação: 03/12/2007 – Hora de início: 15h15min – término: 16h05min

Jogador	Idade	Sexo
Jogador 01	8 anos	Feminino
Jogador 02	8 anos	Feminino
Jogador 03	8 anos	Masculino
Jogador 04	9 anos	Feminino
Jogador 05	9 anos	Masculino

PARTICIPANTES – Teste Piloto 03 - Categoria: CRIANÇAS ASSISTIDAS PELA ONG

Data de aplicação: 14/12/2007 – Hora de início: 14h15min – término: 14h55min

Jogador	Idade	Sexo
Jogador 01	8 anos	Feminino
Jogador 02	8 anos	Feminino
Jogador 03	9 anos	Masculino
Jogador 04	9 anos	Feminino

Quadro 12: Descrição dos participantes dos testes pilotos.
Fonte: AUTORA, 2007.

As conclusões do primeiro teste serviram para definir as três perguntas a serem feitas na aplicação do Jogo, e para concluir que não era possível aplicar o Jogo com crianças abaixo dos sete anos e com idades muito diferentes (seis e doze anos), porque havia dificuldade de

verbalização e condicionamento às respostas dos participantes mais velhos.

Concluiu-se, também, no primeiro teste piloto, que a aplicação do Jogo deveria ser com menos imagens - não sessenta como foi o teste piloto 01 - e não exceder uma hora, adaptando o instrumento metodológico de Rehal (2002), que estipula duas horas de aplicação. Isso porque os participantes perderam o interesse e responderam às perguntas finais com pouca atenção, sem verbalizar muito.

Com relação às imagens, os testes pilotos serviram para calibrá-las. Essas deveriam ser mais explícitas nas suas intenções. Foram descartadas as imagens conceituais (e.g. Figura 07), porque os participantes não entenderam o significado e perguntaram à pesquisadora. Foi constatado, ainda, que as imagens onde as crianças apareciam sozinhas ou apenas partes dos seus corpos (e.g. Figura 08) não foram escolhidas. Indagadas do porquê, responderam: “[...] não gosto de imagens onde não vejo o rosto, o corpo, não entendo quem é [...]” (JOGADOR 04, teste piloto 01) e “[...] o importante é ver o rosto, entender o quê a pessoa está fazendo [...] E criança sozinha não pode, tem que ficar junto, seja rica ou pobre [...]” (JOGADOR 03, teste piloto 01).



Figura 07: Imagem conceitual. Fonte: GLOW, 2007. Disponível em: <<http://www.gettyimages.com>>. Acesso em: 30 ago. 2007.



Figura 08: Imagem onde não é possível ver as faces das crianças. Fonte: ALTREND0 IMAGES, 2007. Disponível em: <<http://www.gettyimages.com>>. Acesso em: 30 ago. 2007.

Os testes pilotos resultaram em novos critérios para a seleção das imagens, porque foi constatado que os participantes as escolhiam conforme o seguinte modelo: cenas com crianças ou adolescentes, em que era possível ver os seus rostos ou grande parte do corpo (cabeça, tronco e membros superiores), independente da cor da pele, do sexo e do *status* social da criança ou do adolescente. Assim, as imagens selecionadas para o Jogo deveriam, obrigatoriamente, respeitar esse modelo, evitando discussões vagas acerca da cena e focando nas *dimensões comportamentais e ambientais* que se gostaria de discutir.

Essas *dimensões*, conforme se constatou nos testes pilotos, deveriam ser padrões antagônicos (e.g. ordem e desordem, quente e frio, cheio e vazio), porque os participantes reconheciam facilmente essas imagens e conseguiam responder às perguntas da pesquisadora.

Os participantes do Jogo viam duas imagens, por exemplo, uma com um equipamento de um parque infantil cheio de crianças (Figura 09) e outra do mesmo contexto com apenas uma criança (Figura 10), e quando indagados do que achavam, as conversas focavam-se na preferência ou não e nos porquês da escolha do ambiente cheio ou vazio, e não nos aspectos secundários da cena. Isso porque o padrão infantil reconhecido como preferencial, era comum às duas imagens.



Figura 09: Ambiente cheio. Fonte: MAEERS, 2007.
Disponível em: <<http://www.gettyimages.com>>.
Acesso em: 30 ago. 2007.



Figura 10: Ambiente vazio. Fonte: GP, 2007.
Disponível em: <<http://www.gettyimages.com>>.
Acesso em: 30 ago. 2007.

5.2.4.2 Aplicação do Jogo de Imagens e Palavras

A aplicação do Jogo com os grupos na INSTITUIÇÃO ocorreu após a avaliação dos testes pilotos e a descoberta de padrões suficientes (Quadro 13). Foram realizadas cinco aplicações, sempre com a mesma série de vinte e seis imagens selecionadas. A escolha dos grupos considerou uma faixa etária homogênea e com períodos de internação variados. Os procedimentos descritos a seguir foram, rigorosamente, os mesmos para todos os grupos.

Para a aplicação do Jogo de Imagens e Palavras, o local escolhido foi a sala da psicóloga na sede nova da INSTITUIÇÃO, porque era um local calmo e possuía infraestrutura adequada. A identificação dos participantes foi, como nos testes pilotos, através de crachás, com o número, o nome e a idade (Quadro 14). Ressalva-se que esse recurso serviu, apenas, para o controle dos dados na transcrição das conversas e nos registros das ações durante a aplicação do Jogo. Antes de iniciarem os Jogos, a pesquisadora explicou seu desenvolvimento e respondeu às perguntas dos participantes.

Como nos testes pilotos, a série de imagens escolhidas foi catalogada uma a uma em quadros, conforme as características particulares (*dimensões comportamental e ambiental*) e os padrões escolhidos (Apêndice G). Após, foram impressas (dimensão: 9 x 13 centímetros), coladas em papel tipo cartão e plastificadas para que permitissem o uso nos cinco grupos

diferentes.

CARACTERÍSTICAS ABORDADAS PELAS IMAGENS DO JOGO DE IMAGENS E PALAVRAS	
<i>Comportamental</i>	<i>Ambiental</i>
Ambiente calmo x Ambiente agitado; Adulto ajuda criança x Criança ajuda adulto; Ambiente cheio (aglomeração) x Ambiente vazio (poucas pessoas); Ambiente acessível x Ambiente não acessível; Atividade de contemplação x Atividades esportivas; Ambiente de estar espaço x Ambiente de estar pequeno; Ordem x Desordem	Ambiente interno x Ambiente externo; Ambiente aberto para área externa x Ambiente fechado para área externa; Ambiente com muita informação (mobiliário e decoração) x Ambiente com pouca informação; Ambiente com iluminação natural x Ambiente com iluminação artificial; Dimensão de mobiliário adulto x Dimensão de mobiliário infantil; Condições ambientais adversas x Condições ambientais de conforto;

Quadro 13: Padrões antagônicos evocados nas imagens do Jogo de Imagens e Palavras.

Fonte: AUTORA, 2007.

PARTICIPANTES DOS JOGOS DE IMAGENS E PALAVRAS (continua)

PARTICIPANTES – Jogo de Imagens e Palavras 01

Categoria: **CRIANÇAS ABRIGADAS**

Data de aplicação: 03/02/2008 – Hora de início: 09h00min – término: 09h35min

Jogador	Idade	Sexo
Jogador 01	6 anos	Feminino
Jogador 02	6 anos	Feminino
Jogador 03	6 anos	Masculino

PARTICIPANTES – Jogo de Imagens e Palavras 02

Categoria: **CRIANÇAS ABRIGADAS**

Data de aplicação: 15/01/2008 – Hora de início: 09h00min – término: 09h45min

Jogador	Idade	Sexo
Jogador 01	7 anos	Feminino
Jogador 02	7 anos	Feminino
Jogador 03	7 anos	Masculino
Jogador 04	8 anos	Masculino

PARTICIPANTES – Jogo de Imagens e Palavras 03

Categoria: **CRIANÇAS ABRIGADAS**

Data de aplicação: 30/01/2008 – Hora de início: 14h30min – término: 15h05min

Jogador	Idade	Sexo
Jogador 01	8 anos	Feminino
Jogador 02	8 anos	Feminino
Jogador 03	8 anos	Masculino
Jogador 04	9 anos	Masculino

PARTICIPANTES – Jogo de Imagens e Palavras 04

Categoria: **CRIANÇAS ABRIGADAS**

Data de aplicação: 07/02/2008 – Hora de início: 14h15min – término: 14h55min

Jogador	Idade	Sexo
Jogador 01	9 anos	Feminino
Jogador 02	9 anos	Feminino
Jogador 03	10 anos	Feminino
Jogador 04	10 anos	Masculino

PARTICIPANTES – Jogo de Imagens e Palavras 05

Categoria: **CRIANÇAS ABRIGADAS**

Data de aplicação: 21/02/2008 – Hora de início: 10h15min – término: 11h10min

Jogador	Idade	Sexo
----------------	--------------	-------------

PARTICIPANTES DOS JOGOS DE IMAGENS E PALAVRAS (conclusão)		
Jogador 01	10 anos	Feminino
Jogador 02	11 anos	Feminino
Jogador 03	11 anos	Feminino
Jogador 04	12 anos	Feminino

Quadro 14: Descrição dos participantes dos Jogos de Imagens e Palavras.
Fonte: AUTORA, 2007.

O início das atividades deu-se com a pergunta que foi definida no teste piloto 01: “O que vocês mais gostam de fazer?”. Após, foi feita a segunda pergunta: “Vocês podem fazer o que gostam aqui na INSTITUIÇÃO?”. Conforme a resposta afirmativa ou não, perguntas acerca do porquê eram feitas. Posteriormente, eram colocadas sobre a mesa todas as imagens do Jogo e feita a seguinte indagação: “Qual dessas imagens lembra o que vocês fazem aqui na INSTITUIÇÃO?”. Os participantes eram incentivados a escolherem as imagens em grupo e separá-las em duas pilhas, uma onde a imagem recordava a INSTITUIÇÃO e outra onde não havia ligação. Posteriormente, as vinte e seis imagens escolhidas eram objetos de perguntas e discussões, mediadas pela pesquisadora. Todas as falas dos participantes do Jogo foram gravadas, transcritas e tratadas por análise do conteúdo.

5.3 Descrição do tratamento dos dados

As entrevistas, estruturadas ou não, e as transcrições das falas no Jogo de Imagens e Palavras foram tratadas por análise do conteúdo. Como se buscou uma análise qualitativa, houve a adaptação dos procedimentos de Bardin (2004). Isso porque o autor utiliza-os para uma análise quantitativa e o intuito dessa dissertação é tratar os dados para que sirvam de justificativa ou não das informações obtidas pelos demais instrumentos metodológicos aplicados. Os procedimentos realizados seguiram o autor, apenas, na primeira etapa intitulada por ele de pré-análise. São esses os seguintes procedimentos:

- a) leitura dinâmica, que consiste no primeiro contato com os documentos;
- b) escolha dos documentos, que constitui na demarcação do universo de documentos a serem analisados. Ressalva-se que todas as entrevistas e Jogos realizados foram aproveitados;
- c) preparação do material, que constitui em novos documentos.

A partir da execução desses procedimentos, as entrevistas não-estruturadas com os

funcionários da INSTITUIÇÃO resultaram em quadros (Apêndice B), onde consta: a localização do cômodo na sede antiga da INSTITUIÇÃO, cada funcionário identificado por um número de 0 (zero) a 10 (dez) e a transcrição da fala sobre as *dimensões comportamental e ambiental* e a *categoria física* (Quadro 15).

TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS COM OS FUNCIONÁRIOS	
Sede Antiga - 02 – QUARTO DAS ADOLESCENTES	
Dimensão Comportamental	
Funcionário 01	<i>“[...] aqui ficam as meninas maiores [...] aqui, elas conversam, estudam, brincam, dançam, assistem à televisão, fazem as tarefas da escola. Nós colocamos um videogame para elas também. Elas se divertem juntas, nesse quarto [...] tem vezes que impedimos as crianças pequenas de entrar aqui, porque as adolescentes têm miudezas que são de estimação e perigosas para os pequenos [...] não gosto da porta de vidro. A segurança é ruim e a privacidade das meninas também, elas sempre se trocam num cantinho. A janela tem cortina, mas na porta não tem nada disso”.</i>
Funcionário 02	<i>“As meninas maiores adoram esse quarto. Aqui elas fazem muitas atividades [...] brincam, conversam, jogam videogame, vêem televisão, fazem as tarefas e até dormem [risos]. A entrada das crianças menores é controlada porque as adolescentes têm enfeites e outras coisinhas que podem ser perigosas ou as crianças menores podem simplesmente desarrumar. Então para evitar conflitos, nós deixamos a porta fechada e os pequenos não entram [...] Essa porta eu acho um problema. Porque as meninas ficam com receio de se trocar perto dela, por causa do vidro. Prejudica a privacidade”.</i>
Dimensão Ambiental	
Funcionário 01	<i>“[...] aqui é o melhor lugar da casa. É bem iluminado e fresquinho, fica longe do quarto dos menores e dos agitos do refeitório [...]”.</i>
Funcionário 02	<i>“Aqui é muito iluminado pelo sol. Só se usa luz em dias muito nublados ou de chuva [...] é fresquinho também, porque é alto [...] é o lugar mais calmo da casa, porque é longe dos quartos dos pequenos”.</i>
Categoria Física	
Funcionário 01	<i>“O quarto tem um tamanho bom, é o maior que temos na INSTITUIÇÃO. [...] Os armários estão ruins e as camas não deveriam ser beliches [...] o restante é útil e considero em bom estado. As meninas conservam com carinho o quarto. Deixam-no muito bonito”.</i>
Funcionário 02	<i>“As meninas arrumam o quarto com enfeites que elas ganharam. Isso deixa o ambiente do jeito que elas gostam e não do nosso jeito. O tamanho é bom, mas acho os móveis ruins. A cama não deveria ser beliche e os armários estão ruins!”.</i>

Quadro 15: Quadro resumido do tratamento de dados das entrevistas não-estruturadas com os funcionários da INSTITUIÇÃO.

Fonte: AUTORA, 2007.

Com as demais entrevistas não-estruturadas – Diretora da INSTITUIÇÃO (Apêndice C) e arquiteto responsável pelo projeto da sede atual da INSTITUIÇÃO (Apêndice D) – e estruturadas – Juiz da Vara da Infância e Juventude (Apêndice E) e psicóloga da INSTITUIÇÃO (Apêndice F) – os dados, após os procedimentos da pré-análise, foram apresentados na estrutura de perguntas e respostas.

Todas as entrevistas, como citado, servem de recursos justificativos e são apresentados trechos ao longo de toda a dissertação. As Entrevistas com os funcionários da INSTITUIÇÃO e com o Arquiteto são apresentadas nos quadros de Leitura Espacial das

sedes, com a Diretora apresentam a INSTITUIÇÃO. Trechos das Entrevistas estruturadas com o Juiz da Vara da Infância e Juventude são utilizados na revisão de literatura e com a psicóloga da INSTITUIÇÃO, para caracterizar os abrigados.

Na Leitura Espacial das sedes, são apresentados um panorama geral de ambas, realizado a partir do preenchimento dos quadros (Quadro 16 e preenchidos no Apêndice H). Esses são resultados das planilhas e neles contam: localização na planta-baixa da edificação, planta-baixa com *layout*, a *categoria física* (função, dimensão/área, características de acabamento/mobiliário, segurança), a *dimensão comportamental* e a *ambiental*. A cada *dimensão*, ratifica-se ou não as informações colhidas com as entrevistas não-estruturadas. Na sede antiga, foram entrevistados os funcionários e na atual, o Arquiteto responsável pelo projeto da INSTITUIÇÃO.

A compilação das informações, colhidas pelas Leituras Espaciais com a revisão de literatura, permite que cada *dimensão* seja avaliada segundo o sistema adaptado de Vasconcelos (2004), que consiste em:

- (☺) positivo, atende a maioria dos requisitos/parâmetros pré-estabelecidos;
- (☹) negativo, não atende a maioria dos requisitos/parâmetros pré-estabelecidos;
- (☺ ☹) conflito, atende um ou mais requisitos/parâmetros, mas interfere negativamente nos outros aspectos analisados.

CÔMODO (continua)				
Sede Antiga (Planta-baixa)				
Sede Atual (Planta-baixa)				
		Sede	Avaliação ☺ ☹	Análise
CATEGORIA FÍSICA	Função	Antiga	☺	
		Atual	☹	
	Área e <i>Layout</i>	Antiga	☺ ☹	
		Atual		
	Acabamentos e mobiliário	Antiga		
		Atual		
	Segurança	Antiga		
		Atual		
	Funcionários ou Arquiteto	Antiga		
		Atual		
COMPORTAMENTAL	Privacidade	Antiga		
		Atual		
	Informação	Antiga		
		Atual		
	Territorialidade	Antiga		
		Atual		
	Funcionários ou Arquiteto	Antiga		
		Atual		


CÔMODO (conclusão)			
AMBIENTAL	Conforto lumínico	Antiga	
		Atual	
	Conforto térmico	Antiga	
		Atual	
	Conforto acústico	Antiga	
		Atual	
	Funcionários ou Arquiteto	Antiga	
		Atual	

Quadro 16: Quadro resultado dos cômodos onde foram aplicadas as planilhas.

Fonte: AUTORA, 2008.

No Jogo de Imagens e Palavras, após ser realizada a pré-análise de conteúdo segundo os procedimentos citados, cada aplicação do método do Jogo é apresentada em quadros, onde constam: a identificação do Jogo (data, hora, local em que ocorreu), a imagem que foi analisada, o número do jogador e a sua fala acerca da imagem observada e escolhida (Quadro 17). Esses quadros serviram, apenas, para a pesquisadora.

Na aplicação do Jogo de Imagens e Palavras, o tratamento dos dados é através da associação dessas falas às imagens utilizadas na dinâmica. Os tópicos de maior abordagem, nas conversas dos grupos, são apresentados como resultados, junto à transcrição dos comentários mais significativos. Ressalva-se que o tratamento das informações obtidas é de caráter puramente interpretativo e não teve como objetivo a realização de generalizações.

TRANSCRIÇÃO DAS FALAS DOS PARTICIPANTES DOS JOGOS DE IMAGENS E PALAVRAS		
PARTICIPANTES – Jogo de Imagens e Palavras 01 - Categoria: CRIANÇAS ABRIGADAS		
Data de aplicação: 03/02/2008 – Hora de início: 09h00min – término: 09h35min		
	Jogador 01 (6 anos, Feminino)	<i>“[...] assim que é legal brincar! Todos juntos. Um monte de crianças, algumas se ajudando. É assim que gosto de ficar [...]”.</i>
	Jogador 02 (6 anos, Feminino)	<i>“[...] oba! Isso que é brincadeira. Todo mundo junto [...] não acho apertado [...] legal é brincar assim!”.</i>
	Jogador 03 (6 anos, masculino)	<i>“[...] tem bastante gente, mas é bom que a brincadeira seja cheia [...] a gente pode se ajudar, conversar, formar grupinho [...] gosto de lugar cheio, principalmente com muita criança [...]”.</i>

Quadro 17: Quadro resumido do tratamento de dados dos Jogos de Imagens e Palavras aplicados.

Fonte: AUTORA, 2008.

A seguir são apresentados os resultados obtidos na aplicação desses instrumentos metodológicos apresentados.

6 ESTUDO DE CASO

No capítulo anterior, delinearão-se as técnicas e os instrumentos metodológicos seguidos nessa dissertação.

Este capítulo descreve o estudo de caso numa INSTITUIÇÃO, que acolhe crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e localiza-se na região sul do estado de Santa Catarina, Brasil. São descritos a política de atendimento, o perfil dos abrigados e as Leituras Espaciais das duas sedes. A escolha da INSTITUIÇÃO considerou a disponibilidade dessa em cooperar com a pesquisa e a sua representatividade no contexto das políticas sociais da região na qual está instalada. Por fim, apresentam-se os resultados obtidos na aplicação do Jogo de Imagens e Palavras com os abrigados da INSTITUIÇÃO.

6.1 Apresentação da INSTITUIÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente, como apresentado anteriormente, redimensionou o papel do Estado em relação às políticas sociais. Em âmbito nacional, este permanece orientando e supervisionando as ações, mas reduz sua atuação na esfera do atendimento, facilitando o aparecimento de ações do terceiro setor. A INSTITUIÇÃO é representativa dessa realidade brasileira. Foi fundada como pessoa jurídica, de natureza filantrópica não-governamental, por um grupo comunitário, em maio de 1999. A inauguração da infra-estrutura foi em setembro do mesmo ano.

A INSTITUIÇÃO possui vínculo com a Prefeitura Municipal da cidade onde está instalada, e recebe doações da comunidade, provenientes de contribuições de campanhas vinculadas pelos meios de comunicação, sempre que há necessidade.

A INSTITUIÇÃO funciona em regime de abrigamento de permanência continuada, onde a criança ou o adolescente possui liberdade para participar do cotidiano social – educação e saúde, freqüentemente, e lazer, ocasionalmente - mas a INSTITUIÇÃO é a moradia.

A missão da INSTITUIÇÃO é:

Atender e abrigar crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social ou

familiar em suas necessidades básicas - físicas, psicológicas e emocionais - para que continuem vivendo dignamente, através do resgate de suas histórias de vida e do oferecimento de um lar temporário, até o encaminhamento judicial para a família de origem ou substituta (INSTITUIÇÃO, 2007).

A INSTITUIÇÃO realiza atividades voltadas à proteção, ao desenvolvimento e à socialização da criança e do adolescente abrigado. Com ações internas e externas junto à comunidade, buscam-se parcerias para a prática da educação integral, que corresponde ao zelo pela saúde, à promoção da sociabilidade e do lazer e à orientação para “[...] a participação como sujeito ativo, protagonista da sua própria história” (DIRETORA, 2007).

Assim, fazem parte do programa e são realizadas regularmente, as seguintes atividades: programa personalizado de atendimento psicológico, considerando as diferentes necessidades e características do desenvolvimento; preparação psicológica para o desligamento institucional gradativo; e o apoio e acompanhamento dos egressos à família de origem ou substituta.

A INSTITUIÇÃO não possui vínculo religioso, mas a crença católica da maior parte dos funcionários faz com que muitos dos abrigados optem por essa orientação, participando dos ritos da religião, como afirmou a Diretora (2007). Ainda, durante os tratamentos psicológicos são usadas referências bíblicas como conforto e esperança às crianças e aos adolescentes.

6.2 Política de atendimento da INSTITUIÇÃO

Depois de fracassadas todas as medidas para manter a criança ou o adolescente na família de origem ou na ampliada, por determinação judicial via Fórum (Vara da Infância e da Juventude e Ministério Público) e Conselhos Tutelares da comarca local e das cidades vizinhas, as crianças e os adolescentes são encaminhados para a medida de abrigamento na INSTITUIÇÃO. Ali permanecem até a decisão judicial pelo retorno à família de origem ou o encaminhamento à família ampliada ou substituta.

É norma para o ingresso na INSTITUIÇÃO, que as crianças e as adolescentes do sexo feminino possuam entre zero e doze anos e do sexo masculino, entre zero e seis anos. No entanto, uma vez abrigados, as meninas permanecem até os dezoito anos e os meninos, após os dez anos, são encaminhados para outro abrigo de permanência continuada, que acolhe

apenas o sexo masculino. No entanto, essas regras, muitas vezes, são alteradas pela demanda de abrigados e falta de locais de acolhida.

Na INSTITUIÇÃO, as crianças e os adolescentes são atendidos, na primeira visita, pela Diretora, Psicóloga e Assistente Social, individualmente. Esse momento é crucial porque,

[...] é preciso conversar, perguntar e principalmente saber ouvir [...] É preciso investir nas crianças, pois este momento será benéfico para todos os envolvidos, atenuando marcas negativas que irão acompanhar a criança pelo resto da vida. É necessário carinho, afago, criando uma relação de confiança entre educadores, técnicos e demais abrigados da casa (PSICÓLOGA, 2007³³).

Após o atendimento inicial, as crianças e os adolescentes são apresentados à infraestrutura da INSTITUIÇÃO, aos demais abrigados, funcionários e colaboradores.

Os funcionários possuem contato contínuo e direto com as crianças e os adolescentes. Por isso, são indispensáveis no processo de socialização e adaptação. Eles recebem treinamentos mensais, disponibilizados pela INSTITUIÇÃO, para o aperfeiçoamento dos recursos humanos em relação à convivência mútua e com os abrigados. Fazem parte desse grupo, dez monitoras e duas cozinheiras. Os funcionários trabalham em regime de plantão de doze horas, folgando por um dia, e são responsáveis pelos cuidados de alimentação e higiene das crianças e dos adolescentes, além de quaisquer outros tipos de assistência. A manutenção doméstica diária também fica a cargo dos funcionários. No entanto, a prioridade é o atendimento às crianças e aos adolescentes. O quadro de funcionários completa-se com os prestadores de serviços gerais (jardineiro e auxiliar de limpeza) contratados esporadicamente, conforme a necessidade.

No quadro de funcionários e colaboradores, a exemplo da realidade nacional, não há figuras paternas. A ausência do convívio familiar e da presença masculina representativa pode resultar em problemas de sociabilidade, como citado no capítulo 3. A figura masculina poderia ser suprida com um quadro de voluntários fixos, mas a INSTITUIÇÃO não possui quaisquer formas de inscrição e seleção. Outra solução seria a contratação de “mães e pais sociais”, citados no capítulo 2.

Os cidadãos julgados e condenados às penas alternativas³⁴ também prestam serviços

³³ Psicóloga da INSTITUIÇÃO em Entrevista estruturada concedida à pesquisadora em 12 jul. 2007 (Apêndice F).

³⁴ Na reforma do Código Penal de 1984, a Lei 7.209/84 introduziu penas restritivas de direitos no ordenamento jurídico pátrio, entre elas: a prestação de serviço à comunidade ou entidades públicas. Essas penas são substitutivas e a sociedade as apelidou de “Penas Alternativas” (OLIVEIRA, 2001). Fonte: OLIVEIRA, Cláudio Márcio de. O fundamento de punir e os fins da pena. In: **Jus Navigandi**. Teresina, a. 5, n. 51, out. 2001.

na INSTITUIÇÃO. Eles trabalham oito horas semanais, realizando trabalhos determinados pela Justiça, a partir das necessidades imediatas da INSTITUIÇÃO. As atividades mais comuns são referentes à manutenção e ao conserto da infra-estrutura do abrigo. Esses sentenciados não possuem contato direto com as crianças e os adolescentes.

Há também uma rede de colaboradores que prestam, voluntariamente, serviços jurídicos e de saúde e atendem em seus locais de trabalho. São eles: dentista, advogado, contador, enfermeiro, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, médico clínico e pediátrico, nutricionista e pedagogo.

A Universidade da mesma cidade da INSTITUIÇÃO disponibiliza, semestralmente, estagiários pelo artigo 170³⁵ dos cursos de Ciências Biológicas, Humanas e Sociais, para auxiliarem nos serviços técnicos. Cada estagiário trabalha quatro horas semanais, divididas conforme a demanda da INSTITUIÇÃO. Os trabalhos mais comuns são: atividades lúdicas e esportivas, e aulas de reforço escolar.

A INSTITUIÇÃO recebe, também, visitas eventuais de escolas e entidades de classe. Esses grupos são mais freqüentes em datas comemorativas (e.g. Natal), quando o volume de entrega de doações é maior.

Os cidadãos sentenciados às penas alternativas, os voluntários e os estagiários são recebidos, na primeira visita, pela Diretora. Ela apresenta a INSTITUIÇÃO, as normas que a regem e, por fim, distribui as tarefas e funções a serem cumpridas por cada um.

É objetivo da INSTITUIÇÃO que haja convívio dos abrigados com as respectivas famílias de origem. Para tanto, faz-se a localização e o contato com os pais ou responsáveis, avalia-se o caso em conjunto com o Juizado e o Conselho Tutelar e então, permite-se ou não a visita dos familiares em horários pré-estabelecidos (horário comercial). Em casos específicos, autoriza-se o regresso às famílias de origem para visitas, monitoradas pela Psicóloga ou Assistente Social da INSTITUIÇÃO.

Para que haja regresso definitivo à família de origem [conclusão de caso ideal para a Justiça] são feitas visitas domiciliares periódicas pela Psicóloga ou Assistente Social, para a avaliação das condições físicas da residência e psicológicas dos pais ou responsáveis. Conforme os casos, as famílias são encaminhadas aos programas de apoio social (e.g. Bolsa Família), ajuda mútua (e.g. Alcoólicos Anônimos) e profissional (e.g. Centro de Atenção

35 O artigo 170 é oferecido na forma de bolsa de estudos aos alunos economicamente carentes pelo Estado de Santa Catarina, Brasil, de acordo com as Leis complementares nº 281/2005 e nº 296/2005. O Governo repassa os recursos às universidades privadas e estas organizam e divulgam os critérios do processo seletivo (AMPESC, 2008). Fonte: Associação de Mantenedoras Particulares de Educação Superior de Santa Catarina (AMPESC). Disponível em: <<http://www.ampesc.com.br>>. Acesso em: 14 jan. 2008.

Psicossocial). Para agilizar esse processo, há o cadastro de uma rede social de colaboradores do setor privado. Eles gerenciam a resolução de problemas de infra-estrutura e/ou carência de recursos materiais da família e auxiliam com cesta básica, material escolar e medicamentos.

Há um grande número de pessoas que freqüentam a INSTITUIÇÃO, sejam funcionários, estagiários ou visitantes, que distribuem carinho e atenção às crianças e aos adolescentes, mas a grande maioria não o faz com freqüência, resultando em inexistência de vínculo afetivo, indispensável aos abrigados. Essa alta rotatividade de pessoas na INSTITUIÇÃO resulta também em desordem de vínculo, comentado no capítulo 3.

A seguir são caracterizados as crianças e os adolescentes acolhidos em medida de abrigo pela INSTITUIÇÃO.

6.3 Caracterização dos abrigados pela INSTITUIÇÃO

A INSTITUIÇÃO, por aceitar uma faixa etária maior de crianças e adolescentes do sexo feminino, possui número maior de internas. No entanto, há variáveis no fluxo entre crianças e adolescentes,

[...] há períodos de grande número de crianças em idade de alfabetização, entre cinco e sete anos, outros em que recebemos muitos bebês [...] depende da demanda judicial e dos trabalhos dos Conselhos Tutelares, não há um fluxo contínuo, é difícil prever quando, quantos e como serão os abrigados (DIRETORA, 2007).

Segundo o ECA, as crianças e os adolescentes têm o direito de serem criados pela família de origem e a falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo para a perda ou suspensão do poder familiar. Porém, a pobreza, articulada a outros fatores determinantes da violação de direitos, como apresentado no capítulo 2, é a principal motivação das sentenças judiciais favoráveis ao abrigo.

Na INSTITUIÇÃO, o quadro não é diferente: “A pobreza faz com que os pais não tenham expectativas para as crianças, muitos deles se envolvem com as drogas e ignoram a presença e as necessidades infantis” (DIRETORA, 2007). Em levantamento realizado nos arquivos da INSTITUIÇÃO, cerca de 20% dos abrigados, desde a fundação até o segundo semestre de 2007, foram por motivos ligados à carência material dos pais ou responsáveis e desses, 35% permaneceram longos períodos abrigados (mais de um ano).

Nesse levantamento, constatou-se também que 80% das crianças e dos adolescentes abrigados possuíam família e desses, cerca de 45% recebiam visitas periódicas de pais, responsáveis ou parentes próximos.

No quadro de internos e ex-internos da INSTITUIÇÃO, das 510 crianças e adolescentes abrigados desde a fundação até o segundo semestre de 2007, cerca de 65% retornaram às famílias de origem por determinação judicial. No entanto, muitos deles voltaram à INSTITUIÇÃO pouco tempo depois, perpetuando um ciclo chamado por Brant de Carvalho (1993, p. 09) como “[...] processo de triangulação: casa-rua-instituição. Neste vai e vem os vínculos familiares perdem o seu significado e estas crianças e adolescentes deslocam totalmente das suas raízes: a família e a comunidade”.

Mesmo com a rede de colaboradores para sanar os problemas de infra-estrutura e a carência material das residências das famílias dos abrigados, não há eficácia no retorno das crianças e dos adolescentes para as famílias de origem na maioria dos casos da INSTITUIÇÃO. Problemas, como pais dependentes químicos, fazem com que não haja condições de retorno, independente de solucionadas as questões de moradia.

Nesses casos, a Justiça trabalha para a destituição do poder familiar, mas a lentidão nos processos (realidade nacional) perpetua a estada das crianças e dos adolescentes na INSTITUIÇÃO. O privilégio legal permite que se tente o retorno familiar sempre que os pais mostrem indícios significativos de mudança de vida. Justo ou não, a criança e o adolescente retornam para família. A grande maioria, logo após, volta à INSTITUIÇÃO. Esse círculo vicioso não pode ser rompido pelo abrigo. Às instituições, cabe prover as crianças e os adolescentes de moradia e cuidados com a saúde, a educação e o lazer.

Tal fator confirma a importância da medida de abrigamento como proposta de atendimento em pequenos grupos, e reforça a importância da ambiência das instituições como lares. Pois a longa permanência faz com que, mesmo havendo a preservação dos vínculos familiares através de visitas, muitas crianças e adolescentes vivenciem o espaço físico do abrigo de permanência continuada como “sua casa” e procurem construir ali vínculos afetivos mais estáveis.

Vale ressaltar que essa dissertação não pretende, de forma alguma, desqualificar a INSTITUIÇÃO, que mesmo não adequada em vários critérios aqui avaliados, foi aprovada segundo a legislação de obras e edificações existente no município e é registrada no conselho municipal de direitos das crianças e dos adolescentes, da maneira como está estruturada. Isso indica que as alterações propostas nessa dissertação não dependem da iniciativa isolada dessa ou daquela entidade, mas do envolvimento de todos os órgãos do processo.

6.4 Apresentação das sedes da INSTITUIÇÃO

Uma vez que a INSTITUIÇÃO, durante a pesquisa, mudou-se de uma sede alugada para outra por ela projetada e executada, fez-se necessário a Leitura dos dois espaços físicos. As descrições e as leituras espaciais das sedes antiga (alugada) e atual (própria) estão a seguir.

6.4.1 Sede antiga da INSTITUIÇÃO

A INSTITUIÇÃO permaneceu oito anos (de 1999 até 2007) numa área central da cidade. A localização num bairro com infra-estrutura urbana (água, luz, rede de esgoto e internet), escola pública e particular, praça com parque infantil e quadra de esportes, hospital e posto de saúde, transporte público e comércio vicinal, facilitou a promoção da participação na vida comunitária e contribuiu para a preservação dos vínculos familiares. Ressalva-se que não é o foco dessa dissertação o estudo aprofundado da relação da INSTITUIÇÃO com o entorno urbano, afinal, isso requer uma pesquisa a parte.

A sede antiga da INSTITUIÇÃO localizava-se num terreno de 1.225 m² (Figura 11), com área construída aproximada de 210 m² e o restante, ajardinada, com um parque infantil (orientação nordeste). A edificação tinha como partido arquitetônico uma planta térrea (Figura 12), adaptada para atender um abrigo de permanência continuada, priorizando, basicamente, o atendimento emergencial (moradia e alimentação).



Figura 11: Vista aérea, com o destaque da sede antiga da INSTITUIÇÃO.
Fonte: GOOGLE EARTH, 2008.

Havia na edificação o que Alexander (1982) intitula de “padrões” de residências

unifamiliares, com o setor íntimo, social e de serviço. No entanto, ainda que fosse dado destaque à semelhança residencial e as dimensões dos cômodos fossem semelhantes, o atendimento de 20 abrigados (em média) resultava em ambientes diferentes dos padrões “tradicionais”. Assim, hábitos cotidianos, como a higiene pessoal e as refeições, eram coletivos e com horários controlados.

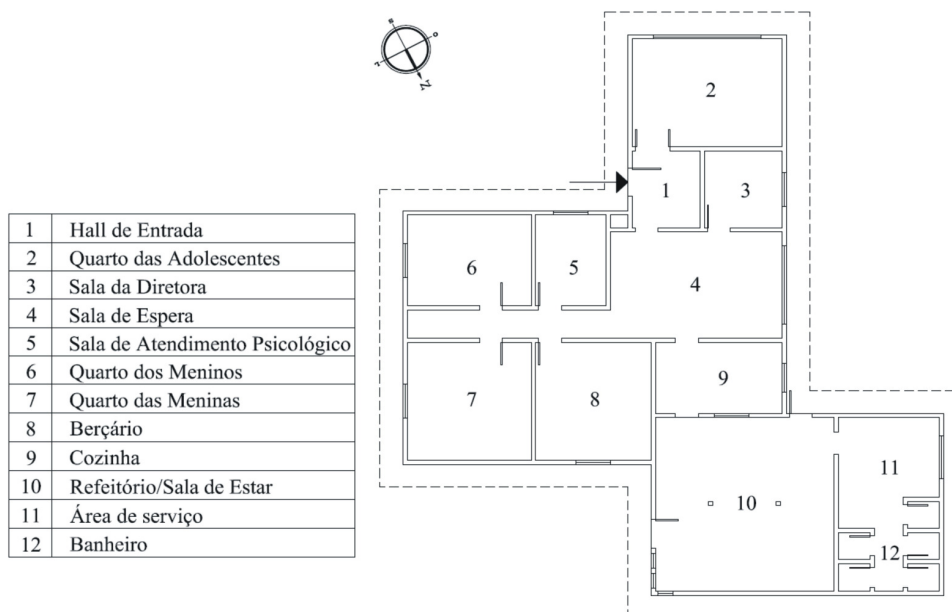


Figura 12: Planta-baixa da sede antiga da INSTITUIÇÃO, com a denominação dos cômodos.
Fonte: AUTORA, 2007.

Na sede antiga da INSTITUIÇÃO, os cômodos eram facilmente identificados pelas funções que desempenhavam. No setor íntimo, os quartos infantis eram reconhecidos como ambientes apenas para dormir, porque as crianças não permaneciam nos quartos sem a permissão dos funcionários. Tal procedimento visava à manutenção da ordem e evitava possíveis acidentes domésticos. Para que essa permanência não fosse incentivada, notou-se a falta de referências infantis em objetos de decoração e brinquedos. Ainda, esses quartos não possuíam nenhuma decoração diferenciada quanto ao sexo dos ocupantes (Figuras 13 e 14). Segundo a Diretora, a alta rotatividade e a variedade no perfil dos abrigados resultavam, algumas vezes, no acolhimento de ambos os sexos num mesmo ambiente.

No quarto das adolescentes (Figura 15), entretanto, as atividades realizadas eram: brincar, conversar, dançar. Enfim, funções que os adolescentes comumente atribuem aos seus quartos. Nesse caso, as atividades eram permitidas e incentivadas pela INSTITUIÇÃO, como forma de amenizar sentimentos de revolta pelo abrigamento ou pela história de vida anterior.

No setor social, a sala de espera era onde os abrigados recebiam as visitas de

familiares (Figura 16). Esse ambiente não possuía quaisquer mecanismos para controle de privacidade e, pela localização na planta, servia de circulação para outros cômodos, resultando, muitas vezes, em constrangimentos durante os encontros.



Figura 13: Quarto das meninas na sede antiga, com nenhuma identificação feminina.
Fonte: AUTORA, 2007.



Figura 14: Quarto dos meninos na sede antiga, nenhuma identificação masculina.
Fonte: AUTORA, 2007.



Figura 15: Nota-se a personalização no quarto das adolescentes.
Fonte: AUTORA, 2007.



Figura 16: Vista da sala de espera.
Fonte: AUTORA, 2007.

O refeitório/sala de estar era o local de maior permanência da INSTITUIÇÃO. Ali os abrigados eram incentivados a realizarem atividades em grupo, como: ver televisão, fazer as refeições, brincar, dançar e estudar.

No setor de serviço, todos os ambientes eram reconhecidos pelos abrigados como locais de acesso restrito e supervisionado. Os conflitos presenciados foram na cozinha, que além de local para preparo dos alimentos, tinha função de circulação.

Referente à área e ao *layout* foram constatados que todos os ambientes possuíam dimensões reduzidas e a disposição do mobiliário restringia o uso e a acessibilidade de alguns usuários. Conforme a Diretora (2007),

[...] todos os ambientes dessa casa são pequenos [...] falta espaço para as questões práticas, como guardar mantimentos e objetos e para as crianças [e adolescentes] [...] precisamos de local calmo para estudarem e brincarem em segurança, sem móveis atravancando [...] espaço para dormirem em segurança, sem beliches [...].

É importante ressaltar que, segundo o Código de Obras municipal (instrumento utilizado pela Prefeitura Municipal para fiscalização), todos os ambientes estavam adequados.

Os acabamentos (piso, parede e teto) estavam em boas condições, à exceção do

refeitório/sala de estar, que possuía pontos de umidade nas paredes e deteriorações no forro. No setor íntimo, o piso era de madeira, favorecendo o conforto térmico e no refeitório/sala de estar, era cerâmico, que é de fácil manutenção, mas prejudicial ao conforto. Nas áreas molhadas (lavanderia e banheiro), o piso cerâmico era escorregadio, requerendo cuidados extras dos funcionários, especialmente durante os banhos.

Nas paredes, as pinturas eram nas cores amarelo ou azul, mas a escolha de quais paredes pintar era aleatória. No hall de entrada e na sala de espera, havia papel de parede com referências infantis (Figuras 17 e 18). Segundo um dos funcionários,

[...] o papel de parede nesses dois ambientes nos convida a entrar numa casa onde moram crianças [...] acho que deveria ser em todos os cômodos ou naqueles onde as crianças ficam, porque o papel de parede serve para decorar, alegrar [...] assim parece uma sinalização, um alerta aos visitantes [...] e não uma decoração a quem realmente importa: os abrigados [...] (FUNCIONÁRIO 07).



Figura 17: Hall de entrada, papel de parede e quadro com motivos infantis.
Fonte: AUTORA, 2007.



Figura 18: Sala de espera, papel de parede e quadro com motivos infantis.
Fonte: AUTORA, 2007.

O mobiliário, a maioria doações, estava em bom estado de conservação. No entanto, era insuficiente para armazenar os utensílios domésticos. Observou-se, ainda, que não havia mobiliário com dimensões infantis. Quando indagados da necessidade ou não de móveis infantis, os abrigados unânimes respondiam não ser preciso e “[...] casa não tem tudo pequeno [dimensões infantis], casa é assim, grande [...]” (PARTICIPANTE 02 DO JOGO 02).

Quanto à decoração dos ambientes, havia poucos objetos e a maioria eram itens de escritório. Nos quartos, a decoração resumia-se às roupas de camas e cortinas, sem nenhuma referência infantil. A exceção estava no quarto das adolescentes, onde havia bibelôs, bichos de pelúcia e fotos.

A segurança dos ambientes apresentou vários pontos fracos. O mobiliário não possuía quinas arredondadas, não era preso à parede, no caso de armários e estantes, e possuía gavetas e portas de fácil acesso e sem travas de segurança. Os beliches não possuíam grades laterais, nem escadas para auxiliarem o acesso às camas superiores. Os poucos objetos decorativos eram compostos por materiais frágeis e cortantes, e de fácil acesso às crianças

menores. Os pontos elétricos e fios dos aparelhos eletrônicos, na maioria dos cômodos, estavam em fácil acesso e desprotegidos. Nas janelas, apenas o quarto das adolescentes possuía rede de segurança.

Na *dimensão comportamental*, é preciso ressaltar que a privacidade é um conceito em formação até a pré-adolescência. Assim, a privacidade requerida pelos abrigados e disponibilizada pelos funcionários era referente aos horários distintos de banho para meninos e meninas. Nos quartos infantis, havia portas (mecanismo regulador da privacidade), mas raramente eram fechadas, conforme afirmaram os funcionários. No quarto das adolescentes, porém, fechar a porta era permitido e havia cortinas na janela para regular a privacidade. Nos setores social e serviço, não foi considerado esse aspecto, mas há uma mesa de estudo na sala de espera subutilizada pela falta de controle da interação social.

A obtenção de informação interna ou externa ocorria com boas condições em todos os ambientes. Tal aspecto é fundamental para a saúde física e, principalmente, mental das crianças e dos adolescentes. Afinal, além de regular o ritmo circadiano, faz com que o abrigado não se sinta preso e excluído do convívio social.

A territorialidade, fundamental para que se permita a formação do sentido de lugar, era permitida e incentivada no quarto das adolescentes. No entanto, nos demais ambientes do setor íntimo, não havia atributos espaciais que a encorajassem. Quaisquer atitudes das crianças pequenas de atribuírem “propriedade”, seja por um objeto ou um ambiente, eram repreendidas. Notou-se que os funcionários acreditavam que o compartilhamento era mais benéfico à socialização e à formação de vínculos afetivos, do que quaisquer atos de posse.

Contudo, mesmo repreendida, havia demarcação do território no setor social (refeitório/sala de estar e parque infantil). Nesses ambientes, foram observadas demarcações psicológicas exercidas pelas crianças mais velhas e/ou com maior tempo de internação. As atitudes de domínio eram na elaboração e condução das brincadeiras, nas escolhas dos equipamentos do parque infantil e dos lugares à mesa e no sofá.

Na *dimensão ambiental*, a iluminação natural e artificial eram suficientes em todos os ambientes. No setor de serviço, a orientação oeste causava desconforto térmico e eram usados ventiladores de teto e portáteis, mesmo não sendo seguros às crianças menores. O desconforto acústico, por fim, prejudicava as atividades dos abrigados, que não possuíam um ambiente calmo para a realização das tarefas escolares, e da Diretora, que recebia colaboradores e outros profissionais para reuniões.

6.4.2 Sede atual da INSTITUIÇÃO

A sede atual da INSTITUIÇÃO foi inaugurada em dezembro de 2007 e localiza-se num bairro distante quatro quilômetros do centro da cidade. Esse possui infra-estrutura urbana similar à sede antiga, com: água, luz, rede de esgoto, internet, escola pública, praça com parque infantil e quadra de esportes, posto de saúde, transporte público e comércio vicinal.

A edificação está situada num terreno plano, doado pela Prefeitura Municipal, com 1.019 m² e área construída de 465 m² (Figura 19). O restante do lote é ajardinado e possui um parque infantil (orientação sul). Há ainda, o projeto de um centro de apoio às famílias dos abrigados, com escola profissionalizante para o lote vizinho à INSTITUIÇÃO.



Figura 19: Vista aérea, com destaque para a sede atual da INSTITUIÇÃO.
Fonte: GOOGLE EARTH, 2008.

Na elaboração do projeto dessa sede, o Arquiteto considerou apenas o programa de necessidades estipulado pela Diretora da INSTITUIÇÃO. Não houve consulta às crianças e aos adolescentes em medida de abrigo. Novamente, priorizou-se o atendimento emergencial (moradia e alimentação).

A lista de exigências da INSTITUIÇÃO foi a referência que tive. Nessa constavam: considerar aspectos de segurança (os quartos deveriam ser afastados do acesso principal da casa); ter espaço para armazenar os equipamentos e demais objetos (roupa de cama, roupas dos internos, mantimentos); ter banheiros separados por sexo e um para o berçário; ter uma sala de estudos para as crianças maiores, onde fosse possível a colocação de computadores; ter espaço suficiente para a área de serviço (manutenção da casa); ter uma sala para audiências e outra, central na planta, para a Diretora [...] Posso considerar o Código de Obras outra literatura que consultei (ARQUITETO, 2007)³⁶.

³⁶ Arquiteto responsável pelo projeto arquitetônico e execução da sede atual da INSTITUIÇÃO em Entrevista não-estruturada concedida à pesquisadora em 22 out. 2007 (Apêndice D).

A edificação também possui como partido arquitetônico uma planta térrea e setorizada (Figura 20). Segundo o Arquiteto (2007), “[...] a planta é setorizada para priorizar a segurança - pedido principal. Era necessário que a recepção das pessoas ocorresse longe dos quartos e das áreas sociais [...]”.

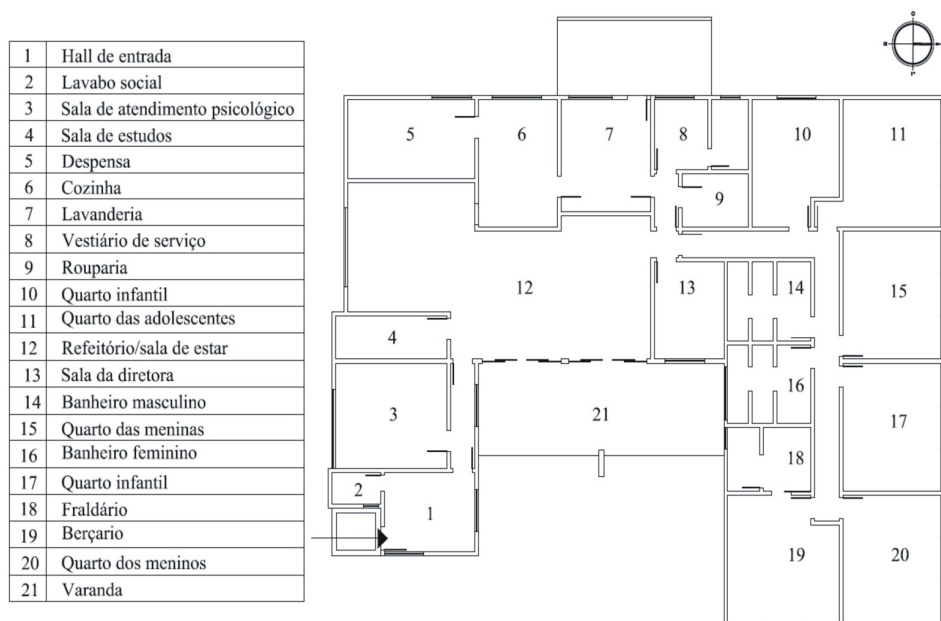


Figura 20: Planta-baixa da sede atual da INSTITUIÇÃO, com a denominação dos cômodos.
Fonte: AUTORA, 2007.

Similar à sede antiga, os cômodos são reconhecidos pelas funções que desempenhavam. O setor social é o local de maior permanência, onde várias atividades são realizadas. O setor de serviço continua sendo de acesso restrito e supervisionado. O setor íntimo é reconhecido como local exclusivamente de repouso. As adolescentes, ao contrário da sede antiga, usam o quarto apenas para dormir, as demais atividades são realizadas na sala de estudos. Tal comportamento é justificado também, porque no quarto, não há mobiliário e equipamentos adequados para o estudo, assistir televisão e ouvir música, atividades que ocorriam anteriormente.

Os quartos, à exceção do berçário, possuem o mesmo *layout* e mobiliário, confundindo principalmente as crianças menores. A diferenciação ocorre apenas pela cor utilizada nas paredes e colchas. Diferente da sede antiga, há um quarto para as adolescentes (Figura 21), para as meninas (Figura 22), para os meninos (Figura 23) e outro neutro (decoração na cor verde), caso seja necessário o uso por ambos os sexos.



Figura 21: Vista do quarto das adolescentes.

Fonte: AUTORA, 2008.



Figura 22: Vista do quarto das meninas.

Fonte: AUTORA, 2008.



Figura 23: Vista do quarto dos meninos.

Fonte: AUTORA, 2008.

Ao contrário da sede antiga, todos os ambientes possuem dimensões suficientes. Segundo o Arquiteto (2007), essa foi uma das principais exigências da INSTITUIÇÃO. Todavia, a disposição do mobiliário prejudica a circulação nos quartos e nos banheiros, as cabines não permitem que um adulto auxilie uma criança sem que a porta fique aberta, prejudicando a privacidade e a circulação. É importante ressaltar que, assim como na sede antiga, esses aspectos foram considerados adequados segundo o Código de Obras municipal.

Os acabamentos (piso, parede e teto) estão em boas condições, afinal, a sede foi recém-construída. No setor social, o desconforto térmico do piso cerâmico é amenizado com tapetes. Enquanto os quartos recebem pinturas diferentes conforme o sexo dos ocupantes, no berçário há papel de parede com motivos infantis (Figura 24).



Figura 24: Vista do berçário, detalhe para o papel de parede e mobiliário idêntico.

Fonte: AUTORA, 2008.

O mobiliário, doação à INSTITUIÇÃO, está em bom estado de conservação e, à exceção de duas mesas de quatro lugares para refeições, não possui dimensões infantis. Quanto à decoração, há poucos objetos. Nos quartos, há prateleiras com bichos de pelúcia colocados pelos funcionários, porque o mobiliário não é acessível aos abrigados.

Como ocorria na sede antiga, a segurança dos ambientes apresenta pontos negativos no mobiliário (sem quinas arredondadas e travas de segurança nas portas e gavetas), nos pontos elétricos (fios aparentes e tomadas de fácil acesso e sem proteções) e nas janelas sem redes de proteção.

Na *dimensão comportamental*, percebeu-se que os aspectos observados tiveram os mesmos resultados da sede antiga. Um dos porquês pode estar na preferência administrativa

pelo controle coletivo dos abrigados. Com isso, a territorialidade e privacidade, que atribuem condicionantes comportamentais individuais, são descartadas em prol do atendimento emergencial eficiente (moradia e alimentação).

Na *dimensão ambiental*, o banheiro masculino, que possui ventilação indireta, é o único ambiente com pontos negativos.

6.4.3 Quadro comparativo da Leitura Espacial

Ao compararmos as Leituras Espaciais realizadas nas duas sedes, percebe-se que: se medida a eficiência da sede antiga e da atual em metros quadrados e bem-feitorias arquitetônicas, a sede atual terá, obviamente, mais aspectos qualitativos positivos. No entanto, numa visão mais detalhada, aspectos da *dimensão ambiental* e, principalmente, *comportamental*, ainda são ignorados.

Essa constatação é fruto das observações realizadas e apresentadas anteriormente, e da aplicação das planilhas de observação arquitetônica, que resultaram nos quadros de Leitura Espacial dos quartos das adolescentes, quartos das meninas, banheiros, refeitórios/sala de estar e das cozinhas nas duas sedes da INSTITUIÇÃO. Esses quadros são apresentados em detalhes no Apêndice H e a seguir (Quadro 18), no resumo das duas sedes.

COMPARATIVO DAS LEITURAS ESPACIAIS (continua)			
		Sede ANTIGA	Sede ATUAL
CATEGORIA FÍSICA	Função	☺ Todos os ambientes possuíam suas funções facilmente reconhecidas. - Setor íntimo: repousar, e no quarto das adolescentes múltiplas atividades; - Setor social: diversão e atividades em grupo; - Setor de serviço: acesso restrito e supervisionado.	☺ Todos os ambientes possuem suas funções facilmente reconhecidas. - Setor íntimo: repousar; - Setor social: diversão e atividades em grupo; - Setor de serviço: acesso restrito e supervisionado.
	Área e <i>Layout</i>	☹ Dimensões insuficientes para as atividades.	☺ Dimensões suficientes para as atividades.
	Acabamentos e Mobiliário	☹ Acabamento e mobiliário em mal estado de conservação.	☺ Acabamento e mobiliário em bom estado de conservação.
	Segurança	☺ ☹ Cuidados paliativos.	☺ ☹ Cuidados paliativos.
DIMENSÃO COMPORTAMENTAL	Privacidade	☹ Funcionários restringiam o fechamento das portas, à exceção do quarto das adolescentes. No banheiro, havia horários de banho distintos para cada sexo.	☹ Funcionários restringem o fechamento das portas, à exceção do quarto das adolescentes. Há banheiros divididos por sexo.
	Informação	☺ ☹ Ocorria com boas condições, mas os responsáveis pelo controle eram os funcionários.	☺ ☹ Ocorre em boas condições, mas os responsáveis pelo controle são os funcionários.

COMPARATIVO DAS LEITURAS ESPACIAIS (conclusão)			
		Sede ANTIGA	Sede ATUAL
	Territorialidade	⊗ Não era permitida a posse de objetos ou espaços, à exceção do quarto das adolescentes. No setor social, a demarcação territorial era reprimida, mas ocorria.	⊕ ⊗ Nos quartos há prateleiras e camas com gavetas para apropriação do espaço. No setor social, não é permitida, mas ocorre.
DIMENSÃO AMBIENTAL	Conforto lumínico	⊕ Boas condições.	⊕ ⊗ Boas condições, à exceção do banheiro masculino.
	Conforto térmico	⊗ Ambientes pequenos e abafados.	⊕ Boas condições.
	Conforto acústico	⊗ Comprometido.	⊕ Setores íntimo e social são separados, amenizando o desconforto.

Quadro 18: Resumo comparativo entre as leituras espaciais das sedes antiga e atual da INSTITUIÇÃO.
Fonte: AUTORA, 2008.

6.5 Resultado do Jogo Imagens e Palavras

A seguir, são transcritas as falas mais significativas obtidas na aplicação do instrumento Jogo de Imagens e Palavras. A ordem de apresentação é a mesma seguida para a Leitura Espacial: *categoria física* e as *dimensões comportamental e ambiental*.

Para os participantes do Jogo, o ambiente deve ter a função a que se destina facilmente reconhecida, através do *layout* e do mobiliário comum às residências. Por exemplo, vários participantes afirmaram que a Figura 25 para ser uma sala, faltavam sofás e outros objetos típicos de decoração. Segundo eles, “[...] essa foto é ou não é uma sala? [...] parece ser, mas falta sofá, mesinha [...] sala é assim com sofá. Não desse jeito que aparece na foto!” (JOGADOR 04, JOGO 02) e “[...] isso parece sala, mas faltam alguns móveis, e vaso, quadro [...]” (JOGADOR 03, JOGO 03).



Figura 25. Fonte: DIGITAL VISION, 2008.
Disponível em: <<http://www.fotosearch.com.br>>. Acesso em 25 jan. 2008.

O reconhecimento da função pareceu essencial para que se criasse identidade com o lugar. A relação com o ambiente mostrou definir, muitas vezes, a vida do abrigado. Segundo um das participantes,

[...] aqui na sala [sala de estar da sede atual da INSTITUIÇÃO] tem os sofás, onde ficam os mais velhos, a área de brincar, tem as mesas onde comemos e fazemos as tarefas da escola. Cada coisa e atividade têm o seu lugar, a sua função [...] (JOGADOR 02, JOGO 04).

Durante o Jogo, a identificação das imagens com a realidade dos participantes estava condicionada à coletividade (característica principal de um abrigo de permanência continuada) e à frequência ou não do abrigado naquele ambiente. Assim, os cômodos onde era impedida a entrada sem supervisão, não eram sequer citados nas conversas (e.g. sala da diretora).

Para os participantes, a vida pareceu não existir como conceito. Nas conversas, houve apenas dados de experiências vividas e concretas. A vida ficou ligada ao espaço como lugar físico, discriminado, diferenciado e conhecido. Assim, quando feitas perguntas sobre como ocorria determinada ação, a resposta era onde ocorria. O espaço era identificado e identificava. No entanto, não era uma indicação de posse, mas de referência.

Com relação à área dos ambientes, os participantes não se importaram com dimensões grandes ou pequenas (Figuras 26 e 27), independente da função à que se destinavam. Os comentários feitos foram referentes, apenas, aos cuidados que os funcionários tinham para evitar acidentes nos ambientes pequenos. Conforme alguns participantes,

[...] na casa velha [sede antiga da INSTITUIÇÃO], os ambientes eram bem pequenos, não me incomodava, mas as tias [funcionários] passavam o dia dizendo para termos cuidado, não esbarrarmos em nada, não nos machucarmos [...] era chato, não podíamos brincar direito na sala, porque não tinha espaço (JOGADOR 03, JOGO 04).

[...] aqui [sede atual da INSTITUIÇÃO] é maior do que na casa velha [sede antiga da INSTITUIÇÃO] [...] não que eu me importe [...] mas com mais espaço, as tias [funcionários] ficam mais tranquilas, param de chamar nossa atenção (JOGADOR 03, JOGO 02).

No Jogo 05, todavia, os participantes referiram-se aos ambientes sociais espaçosos como mais adequados. Essa preferência pode ser explicada pela idade dos participantes (entre 10 e 12 anos). Nessa faixa etária, é comum a necessidade de mais privacidade, mesmo em ambientes sociais. Segundo os participantes, o ambiente pequeno apresentado na Figura 27 e presente na maioria dos cômodos da sede antiga da INSTITUIÇÃO prejudicava as atividades individuais e, algumas vezes, era motivo de discussão. Como afirmaram, “[...] aqui vivemos como se fosse numa casa, mas são muitas pessoas e falta de espaço para ficar só” (JOGADOR 01, JOGO 05) e “[...] a falta de espaço é muito ruim. Para quem cuida das crianças pequenas,

tem que tomar mais cuidado para que elas não se machuquem [...] e para nós, que somos maiores, não há lugares só nossos [...]" (JOGADOR 03, JOGO 05).



Figura 26. Fonte: BUILDING INCLUSIVE, 2006. Disponível em: <<http://www2.northampton.edu>>. Acesso em 12 jun. 2006.



Figura 27. Fonte: P. CLARK, 2007. Disponível em: <<http://www.gettyimages.com>>. Acesso em: 30 ago. 2007.

Diferente da realidade da INSTITUIÇÃO, os participantes dos Jogos não consideram necessários o mobiliário infantil (Figura 28). Segundo afirmou um dos participantes, “[...] acho que numa casa não deve ter móveis de criança, porque aqui não é escola, é casa [...] como uma tia [funcionário] sentaria se tudo fosse do tamanho de criança? [...]” (JOGADOR 03, JOGO 01).

Os participantes do Jogo 05 referiram-se também aos utensílios domésticos, que na INSTITUIÇÃO alguns são plásticos para evitar acidentes. Segundo um dos participantes, “[...] acho que essa mesa é a ideal [Figura 29], porque não tem nada de plástico, é tudo igual ao de casa [...] os objetos de plástico a gente usa na escola, não numa casa [...] e aqui é uma casa [...]” (JOGADOR 02, JOGO 05).



Figura 28. Fonte: IMAGE SOURCE, 2008. Disponível em: <<http://www.fotosearch.com.br>>. Acesso em 25 jan. 2008.



Figura 29. Fonte: ASIA STOCK, 2008. Disponível em: <<http://www.fotosearch.com.br>>. Acesso em 25 jan. 2008.

Outra imagem apresentada referia-se à possibilidade do mobiliário permitir que as crianças participassem da rotina da INSTITUIÇÃO. Algumas considerações foram: “[...] seria interessante termos alguns armários só nossos [referente à Figura 30]” (JOGADOR 03, JOGO 02); “[...] eu gostaria de aprender a cozinhar, ajudar a lavar a louça, mas aqui não pode fazer isso [...] temos que ficar longe da cozinha, dizem que é por segurança [indicativo das Figuras 31 e 32]” (JOGADOR 02, JOGO 02); “[...] acho importante participar das coisas da casa

[INSTITUIÇÃO], mas não fazemos nada! Apenas devemos guardar os brinquedos depois de brincar” (JOGADOR 01, JOGO 04); e “[...] na minha casa [casa de origem] eu sempre ajudava. Sinto falta aqui! Não precisa ser sempre, mas seria legal [...] assim ficaria mais parecido com uma casa [...]” (JOGADOR 03, JOGO 05).



Figura 30. Fonte: STOCKBYTE, 2008.

Disponível em: <<http://www.gettyimages.com>>. Acesso em: 25 jan. 2007.



Figura 31. Fonte: DIGITAL VISION, 2007.

Disponível em: <<http://www.gettyimages.com>>. Acesso em: 30 ago. 2007.



Figura 32. Fonte: DIGITAL VISION, 2008.

Disponível em: <<http://www.gettyimages.com>>. Acesso em: 30 jan. 2008.

Para a maioria das participantes do sexo feminino, o trabalho doméstico mostrou-se uma atividade da qual elas devem gostar porque, provavelmente, precisarão disso quando adultas. Conforme uma das meninas,

[...] trabalhar em casa é obrigação da mulher. Todos devem trabalhar, em casa ou na rua, mas o trabalho dentro de casa, eu devo aprender, senão fica difícil casar e cuidar dos meus filhos [...] e esse é um dos motivos de eu estar aqui, ninguém sabe fazer as tarefas de casa direito na minha família [família de origem] [...] por isso gostaria de aprender a limpar e cozinhar (JOGADOR 04, JOGO 05).

Referente à *dimensão comportamental*, os participantes do Jogo 05 abordaram a necessidade de ambientes onde pudessem ficar sozinhos ou escolhessem as companhias. Todavia, unânimes reconheceram que a INSTITUIÇÃO, apesar de ser considerada por eles uma casa, possui particularidades que impedem quartos e banheiros individuais, por exemplo. Segundo afirmou um deles, “[...] eu adoraria um quarto só para mim, mas não é possível aqui. Isso só numa outra casa, não nessa onde eu vivo! Aqui tem tanta criança, como seria possível? [relativo à Figura 33]” (JOGADOR 03, JOGO 05).

Nos Jogos 01, 02 e 03, os participantes observaram a Figura 34 e confirmaram o

incômodo em dividir o banheiro com crianças do sexo oposto. Conforme os participantes, “[...] não gosto de dividir o banheiro com os meninos [...] e isso as tias [funcionários] evitam” (JOGADOR 03, JOGO 03) e “[...] aqui tudo é feito com um monte de gente. Não me incomoda, mas atrapalha se tem meninos e meninas” (JOGADOR 02, JOGO 04).



Figura 33. Fonte: ROYALTY FREE, 2008.
Disponível em: <<http://www.fotosearch.com.br>>.
Acesso em 25 jan. 2008.



Figura 34. Fonte: IMAGE BANK, 2008.
Disponível em: <<http://www.gettyimages.com>>.
Acesso em: 25 jan. 2008.

Os participantes dos Jogos 04 e 05 demonstraram necessidade de reserva. As imagens de atividades de contemplação foram consideradas importantes (Figuras 35 e 36). Conforme afirmaram, “[...] seria ótimo ter um lugar para chamar de seu e principalmente, ficar sozinha ou com poucas pessoas que escolhemos e não aquelas que nos mandam ficar” (JOGADOR 02, JOGO 04) e “[...] aqui privacidade não existe [...] sinto falta de ter um tempo só para mim [...]” (JOGADOR 02, JOGO 05).



Figura 35. Fonte: STOCKBYTE, 2008.
Disponível em: <<http://www.gettyimages.com>>.
Acesso em: 25 jan. 2007.



Figura 36. Fonte: PRIOR, 2007.
Disponível em: <<http://www.gettyimages.com>>.
Acesso em: 30 ago. 2007.

Apesar da necessidade de alguns ambientes privativos, muitos participantes expressaram que o setor social deveria ser integrado, permitindo a permanência coletiva, mesmo realizando atividades diferentes (Figuras 37 e 38). Segundo alguns participantes,

[...] é assim que as famílias de verdade são! Você tem espaço para ficar só, mas numa sala, todos estão juntos! Não precisa nem conversar ou fazer coisas juntos, mas só estando no mesmo lugar, a sensação é de apoio [...] (JOGADOR 04, JOGO 04).

[...] essa mesa cheia, isso é uma família! Um lugar onde estão todos juntos, é um lugar onde todos são donos [...] cada um pode fazer o que quiser [...] mas todos juntos, como numa família de verdade [...] (JOGADOR 01, JOGO 05).



Figura 37. Fonte: BANANA STOCK, 2008.
Disponível em: <<http://www.fotosearch.com.br>>.
cesso em 25 jan. 2008.



Figura 38. Fonte: C. E., 2007.
Disponível em: <<http://www.gettyimages.com>>.
Acesso em: 12 dez. 2007.

Outro tópico relevante das discussões foi a territorialidade. Os participantes, independente da faixa etária e do sexo, expressaram a necessidade de possuir objetos pessoais e locais para depositá-los e assim, personalizar. Alguns afirmaram: “[...] aqui nada é de ninguém [...] tem muito brinquedo, mas não posso dizer que é só meu [...]” (JOGADOR 02, JOGO 02); e “[...] sinto falta de ter um cantinho com as minhas coisas [...] seria legal eu ter uma mesinha, um lugar só meu [referente à Figura 39]” (JOGADOR 01, JOGO 04).



Figura 39. Fonte: DIGITAL VISION, 2008.
Disponível em: <<http://www.fotosearch.com.br>>. Acesso em 25 jan. 2008.

Ainda referente à *dimensão comportamental*, a passagem do tempo surgiu com confusão, mesmo quando os participantes possuíam idade suficiente para identificá-lo. Houve dificuldade em planejar o futuro e novamente, o espaço foi usado como parâmetro. Por exemplo, “[...] irei para a escola de manhã e no resto do dia, fico aqui [INSTITUIÇÃO]. No outro dia é igual [...] futuro é assim, vai se repetindo” (JOGADOR 03, JOGO 03). O presente foi, então, confundido com a rotina da INSTITUIÇÃO (e.g. comer, tomar banho, estudar) e futuro, com a sucessão dessas atividades.

A *dimensão ambiental* - única das dimensões dessa dissertação que foi considerada no projeto da INSTITUIÇÃO pelo Arquiteto - foi abordada pelos participantes dos Jogos 01, 02 e 03 como uma circunstância do dia (Figuras 40 e 41), Segundo alguns participantes, “[...] tem dia quente e outros frios, não tem como a gente escolher” (JOGADOR 01, JOGO 01) e “[...] essas imagens são iguais em qualquer lugar, não tem como dizer se é bom ou ruim, o dia pode ter chuva ou sol, não se pode escolher” (JOGADOR 03, JOGO 03).



Figura 40. Fonte: DIGITAL VISION, 2008.
Disponível em: <<http://www.gettyimages.com>>.
Acesso em: 30 jan. 2008.



Figura 41. Fonte: BURCHAM, 2007.
Disponível em: <<http://www.gettyimages.com>>.
Acesso em: 30 ago. 2007.

No entanto, os participantes dos Jogos 04 e 05 expressaram considerações acerca do desconforto acústico e lumínico. No que diz respeito ao acústico, houve queixas da sala de estar, para assistir à televisão e dos quartos, para estudar. Quanto ao lumínico, a iluminação pontual dos quartos costuma causar divergências. Segundo um deles, “[...] às vezes, discutimos por causa da luz no quarto. Porque algumas querem ler, outras estudam até tarde e outras querem dormir” (JOGADOR 03, JOGO 05).

7 CRITÉRIOS E DIRETRIZES PROJETUAIS

Na realidade atual brasileira, não se sabe precisamente quantas crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social vivem institucionalizados, em especial nos abrigos de permanência continuada. As respostas para: “Como vivem?” e “Por que estão longe da família?”, ninguém as possui com clareza, mas é fácil reconhecer o quê precisam: um lar e uma família.

Entende-se que é necessário reconsiderar a perspectiva institucional, investindo num processo de transformação que trabalha sobre os preconceitos instituídos, sobretudo nos estigmas de depósito e instituição fadada ao fracasso na educação dos internos. Afinal, a institucionalização, aqui apresentada no abrigo de permanência continuada, muitas vezes é a única alternativa temporária para crianças e adolescentes e isso determina a necessidade de ações de superação desses trágicos estereótipos.

Como substitutos da família, os abrigos de permanência continuada absorvem as problemáticas causadoras do afastamento das crianças e dos adolescentes do convívio familiar e lidam com um feixe de questões vivenciais extremamente difíceis e expressadas nos mais diversos traços comportamentais indicativos de sofrimento.

Nessas instituições, as crianças e os adolescentes são internos numa casa provisória e o atendimento é essencialmente uma relação de trabalho entre funcionários e abrigados, por mais que haja vínculos afetivos. Isso predispõe uma diferença significativa: o ato de cuidar, nas instituições de abrigamento, não se insere no conjunto de práticas naturais, mas profissionais.

Essa realidade induz a um fator fundamental e considerado para elaborar os critérios e diretrizes projetuais: deve-se pensar que o abrigo de permanência continuada jamais substituirá os vínculos familiares, porque não se enquadra e nem coloca o abrigado em posição semelhante a de possuir uma família. É um outro tipo de cuidado e relação. Para melhor ou para pior, é impossível prever sem que haja um estudo aprofundado e individualizado da história de vida anterior e posterior ao abrigamento. Em contrapartida, o ambiente familiar e o sentimento de lar podem, em alguns aspectos, aparecer no espaço físico do abrigo de permanência continuada.

Esse deve ser, então, um lugar de apego e intimidade protegida, carregado de significados e lembranças, capaz de tornar-se um instrumento positivo ao desenvolvimento humano, guardando, nos ambientes, particularidades e características para permitir que a

institucionalização seja pouco maléfica e não se torne um período de suspensão da vida. É importante que o abrigo se caracterize como um lar provisório de atendimento individual e assim, descarte a coletividade, que afasta o abrigado da participação na rotina e transforma a instituição literalmente num abrigo e não num lar.

Para que isso seja possível, os abrigos de permanência continuada devem contar não apenas com os aspectos legais determinados pelo ECA - através dos incisos do artigo 92 - e pelos Códigos de Obras municipais. É preciso que haja critérios e diretrizes projetuais que abordem aspectos psicossociais, como vistos ao longo da dissertação.

Obviamente, os aspectos legais devem ser respeitados (e acredita-se que sejam), sob pena do não funcionamento das instituições. No entanto, prover crianças e adolescentes de moradia e alimentação, e salvaguardar o direito à saúde e à educação não são as únicas condições para que haja qualidade de vida e desenvolvimento pleno.

Então, os critérios e as diretrizes projetuais, resultados da revisão de literatura e do estudo de caso, contemplam aspectos legais e psicossociais e, alguns deles, misturam considerações arquitetônicas e administrativas. Porque nota-se que as sugestões arquitetônicas só serão colocadas em prática, se houver total comprometimento do corpo administrativo. As diretrizes, em especial, serão eficazes se for alterado o tratamento coletivo para o individual, com entendimento do quão importante é essa filosofia de atendimento.

Assim, os critérios sugeridos seguem a visão adotada ao longo da dissertação e apresentada pela Teoria do Desenvolvimento Ecológico. Como visto na Figura 42, o centro corresponde aos incisos do artigo 92 do ECA, que é a legislação em vigência e obrigatoriamente cumprida. Os círculos concêntricos a seguir correspondem aos complementos do ECA, que visam acrescentar aspectos psicossociais.

O círculo intermediário apresenta critérios baseados na *categoria física e dimensão comportamental*. Esses visam permitir que a criança e o adolescente participem das suas próprias vidas e consideram o abrigo de permanência continuada não apenas um ambiente construído, mas um contexto simbólico, fisiológico e cultural. Os critérios projetuais são:

- a) *categoria física*, com os critérios de dimensão do ambiente compatível com a função desempenhada, mobiliário acessível e seguro, *layout* compatível com as atividades do abrigo, segurança interna e externa ao abrigo e Acessibilidade, permitindo que os abrigados com condições físicas e psicológicas adequadas participem e tenham acesso livre a todos os ambientes do abrigo, que não haja acesso restrito;
- b) *dimensão comportamental*, com os critérios de privacidade e territorialidade.

O círculo externo corresponde à *dimensão ambiental*, adotada ao longo da dissertação. O conforto ambiental é considerado como valor qualitativo, principalmente para auxiliar no sentimento de liberdade e participação social.

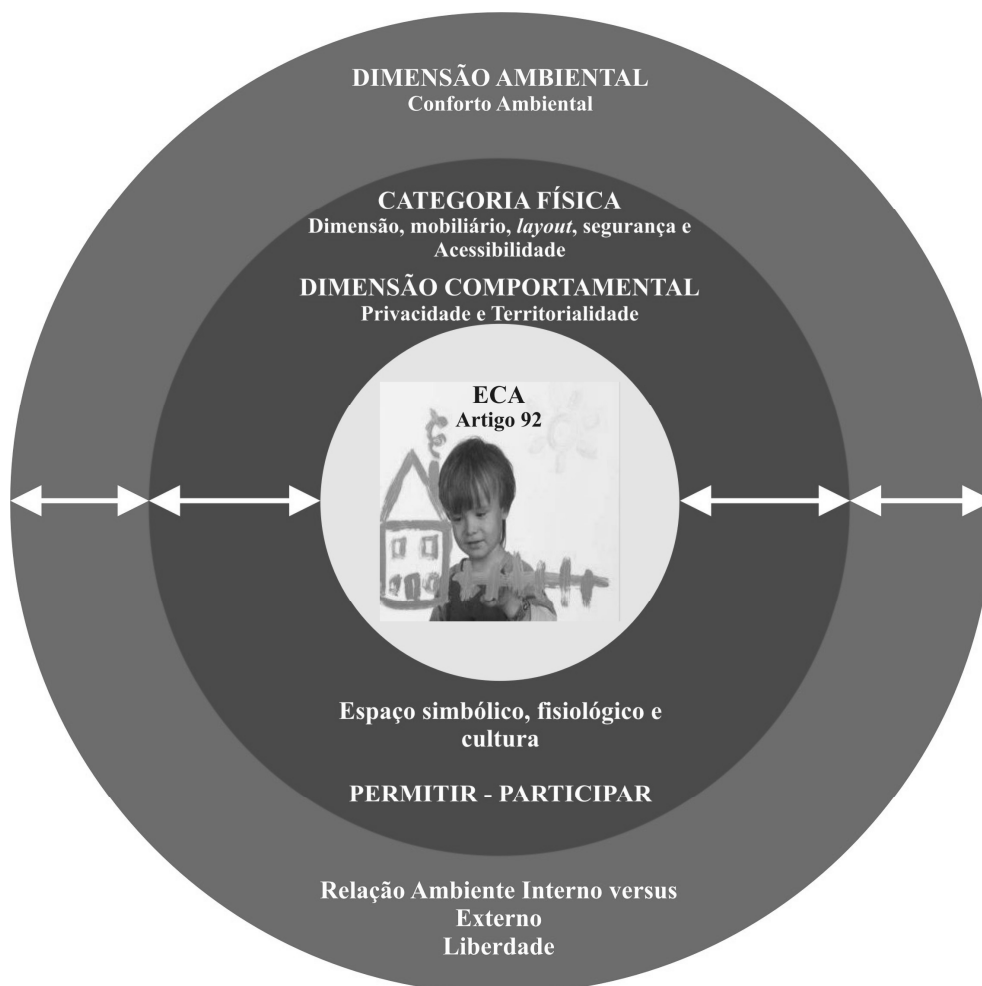


Figura 42: Critérios projetuais.
Fonte: AUTORA, 2008.

É importante destacar que a organização dos critérios projetuais visa evitar a classificação prioritária dos mesmos. Porque se entende que todos os critérios são importantes e se influenciam. Ainda, essa organização busca iniciar as pesquisas referentes ao tema e abrir caminho para que outros círculos sejam acrescentados, e tornem os abrigos de permanência continuada, realmente lares provisórios.

As diretrizes projetuais, como dito, foram sugeridas para complementarem aqueles incisos do artigo 92 do ECA, nos quais a Arquitetura pode contribuir com aspectos psicossociais promotores de qualidade de vida. As diretrizes são baseadas nos critérios sugeridos, mas esses não são explicitados. A apresentação ocorre com o inciso e posteriormente as diretrizes projetuais que o complementam. Aqueles incisos, nos quais não

há diretrizes sugeridas, são apenas citados. Ressalva-se que essa dissertação não esgota a questão e ainda há muito o quê pesquisar. A seguir estão as diretrizes projetuais sugeridas.

Artigo 92. As entidades que desenvolvam programas de abrigo deverão adotar os seguintes princípios:

I - preservação dos vínculos familiares;

São as visitas que, durante o período de abrigamento, preservam os vínculos familiares, mas segundo a Diretora da INSTITUIÇÃO, não há espaço físico na maior parte dos abrigos para que a visita ocorra sem constrangimentos ou receios. E em alguns casos, é necessário que se “ensine” como devem ocorrer esses reencontros. Então, é necessário que o abrigo de permanência continuada disponha de mecanismos, entre eles, espaço físico, para acolher os abrigados e suas famílias durante os encontros.

É fundamental que haja semelhança com um lar, porque a casa remete à sensação de aconchego e não intimida, como abordou o subcapítulo 4.5. Assim, a decoração não deve possuir quaisquer indicações de ordem administrativa. O espaço deve ser integrado e possuir dimensão suficiente para uma pequena cozinha, sala de estar e um banheiro. O *layout* deve ser versátil, com mobiliário confortável e convidativo às atividades terapêuticas longas ou a períodos de reunião, brincadeiras e realização, inclusive, de tarefas escolares e refeições. Na sala, é necessário mobiliário adequado para acomodação dos familiares e de seus pertences durante as visitas e para que atividades coletivas e individuais ocorram simultaneamente. A cozinha deve ser equipada para refeições rápidas, com eletrodomésticos básicos. Isso permitiria a recuperação ou o ensino de ações cotidianas fundamentais para a preservação dos vínculos familiares, tais como o companheirismo e a ajuda mútua, como visto no capítulo 3.

Essa infra-estrutura pode ser separada ou não do abrigo de permanência continuada, mas é necessário que seja um ambiente calmo, com pouca ou nenhuma circulação de pessoas e que disponha de mecanismos para privacidade, evitando o constrangimento que ocorre na maior parte das visitas familiares, como foi observado durante o estudo de caso realizado.

No entanto, para a segurança das crianças e dos adolescentes, é importante que a privacidade seja vigiada. Assim, sugere-se a colocação de portas à meia altura, com visores de vidro transparente e que haja janelas de vidro espelhado, para que o corpo psicopedagógico possa acompanhar as visitas sem serem vistos. Este mecanismo é muito comum em atendimentos psicológicos. Também, esses ambientes não devem ser afastados das áreas sociais e de serviço.

É importante ressaltar que esse ambiente auxiliaria no retorno da criança ou do adolescente abrigado à família de origem - conclusão ideal dos casos de vulnerabilidade social

- e minimizaria o processo de triangulação “casa-rua-instituição”, apresentado nessa dissertação. Visto que, muitos dos abrigados retornam para as famílias de origem e logo após, ao abrigamento, pela falta de preparo da família para acolher novamente a criança ou o adolescente. Ainda, essa infra-estrutura seria utilizada apenas nos períodos matutino e vespertino e mediante autorização judicial e psicopedagógica, como já ocorre nas visitas familiares.

II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;

III - atendimento personalizado e em pequenos grupos;

Como visto ao longo da dissertação e principalmente no capítulo 4, é importante que as crianças e os adolescentes em medida de abrigamento sintam-se em casa ou, pelo menos, numa casa. Uma das maneiras é através do ambiente físico como instrumento para o abrigado participar da rotina doméstica.

Essa sensação de lugar e aconchego é criada pela disponibilidade de possuir objetos pessoais com algum significado, por exemplo, bibelôs e fotografias. Assim, é importante que nos abrigos de permanência continuada se permita a propriedade individual, e que haja locais próprios e de fácil acesso para que esses objetos sejam depositados. Sugere-se a colocação de prateleiras ou cômodas no setor privado da casa e, no setor social, estantes abertas com nichos em alturas variadas, varais, quadros imantados ou similares, para a colocação de desenhos e fotografias.

Conforme avaliado na revisão de literatura e nas observações do estudo de caso, o número ideal para atendimento é de, no máximo, dez crianças, como ocorrem nas casas-lares. Assim, haverá um funcionário para cada grupo de quatro ou cinco crianças, tornando o atendimento mais próximo da realidade familiar. Caso isso não seja possível e o abrigo continue com o atendimento de até vinte e cinco crianças e adolescentes, sugere-se que seja respeitada a proporção de um funcionário para cada quatro ou cinco abrigados. Essa diminuição no número de assistidos, reflete-se na Arquitetura com dimensões menores e mais próximas das encontradas nas demais casas, minimizando a coletividade e favorecendo o atendimento individual e a sensação de “pertencer ao lugar”.

Outra sugestão importante, é que os ambientes internos e externos do abrigo de permanência continuada tenham acessibilidade plena, para que crianças e adolescentes com deficiências ou restrições não enfrentem, em função da inadequação do espaço físico, recusas

sucessivas para o abrigo. Assim, é importante que se respeite a NBR 9050³⁷ na adaptação dos ambientes.

Para que a ambiência seja realmente de um lar, é importante prever que o abrigo de permanência continuada tenha sua manutenção planejada e executada na própria edificação. A alimentação, a manutenção do vestuário e outras atividades cotidianas devem ser gerenciadas e realizadas pelo próprio abrigo, evitando o recebimento de refeições prontas, por exemplo. Esse procedimento, contudo, não deve resultar na adaptação do setor de serviço para a escala industrial. É importante que as lavanderias e as cozinhas respeitem os “padrões” das residências unifamiliares, tanto no mobiliário, quanto nos equipamentos. Para isso, reforça-se a necessidade do atendimento de um número menor de abrigados.

A cozinha deve ser um ambiente para promoção de sociabilidade, porque a possibilidade das crianças e dos adolescentes participarem e se interessarem pela rotina da instituição é muito grande. Assim, recomenda-se que o *layout* e o mobiliário prevejam a participação deles nessas atividades, principalmente no preparo das refeições e na limpeza do ambiente. É importante que haja bancada de serviço com acessibilidade aos abrigados, ou recursos paliativos, como a colocação de tabladros. Recomenda-se a colocação de grades removíveis de segurança à meia altura nas portas, apenas para limitar o acesso de bebês.

Ainda, para minimizar a coletividade dos abrigos de permanência continuada e os ambientar como lares provisórios, não é recomendado que haja padronização de ambientes, mobiliário ou objetos. Se possível, a criança e o adolescente devem escolher as roupas que usarão, os lugares que ocuparão na mesa, as camas em que dormirão, as roupas de cama e os objetos de decoração do seu próprio espaço.

Para incluir as crianças e os adolescentes na rotina do abrigo de permanência continuada e assim, permitir que (re)construam vínculos afetivos com as pessoas e o lugar, outra medida é privilegiar o contato entre abrigados em idades variadas, através da realização conjunta de atividades cotidianas. Todavia, é importante que a convivência em grupo seja uma escolha e não imposição. O abrigado com capacidade física e psicológica deve dispor de autonomia para ir e vir, sem acesso restrito. É importante que, além da acessibilidade plena já citada, haja espaço físico para que os adolescentes auxiliem as crianças em atividades de higiene pessoal, refeições (com a possibilidade de todos sentarem numa mesma mesa) ou atividades escolares. Em contrapartida, é importante que haja espaços internos (no quarto ou

³⁷ A NBR 9050, cujo título é Acessibilidade a Meios, Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos, é uma norma brasileira publicada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Criada em 1983, a última revisão da norma foi em 2004.

num canto da sala, por exemplo) ou externos (um banco sob uma árvore) para que o abrigado escolha a permanência só ou em grupo reduzido, evitando a coletividade.

Nos quartos, é importante que se incentive a realização de outras atividades além de repousar. Porque o quarto, como citado, é um dos primeiros territórios de domínio da criança e do adolescente e no abrigo de permanência continuada, é o ambiente no qual a coletividade pode ser menos latente. Para isso, cada abrigado deve dispor de leito individual, local para guardar roupas e objetos pessoais e para vestir-se. É importante que haja penteadeira, prateleira, cômoda e/ou criado-mudo individual e ao lado dos leitos, permitindo a apropriação e personalização com objetos pessoais. É interessante, também, uma mesa de estudos ou escrivaninha para que algumas atividades escolares sejam realizadas no quarto. Sugere-se a colocação de espelhos para preservação da imagem. Evitando a padronização, é interessante que os cômodos tenham cores de acabamentos e decoração variadas, conforme o sexo e a faixa etária. Ainda, na ausência de recomendações acerca do número de usuários por cômodo, recomenda-se, baseado nas pesquisas realizadas, a acomodação máxima de quatro pessoas por dormitório, com a separação por sexo e idade.

Para evitar que se estipulem horários rigorosos para a higiene pessoal, os banheiros devem ser divididos por sexo e compartimentados, com o vaso sanitário separado da pia. A privacidade é desejada, mas a vigilância é necessária porque usar o toalete, por exemplo, é uma prática recém-aprendida pela maioria dos abrigados. Assim, devem ser instaladas portas curtas nas cabines sanitárias, que permitem ao adulto o monitoramento das atividades. Nos banheiros, os cuidados com a acessibilidade, como sugerido, permitirão ainda, que um adulto auxilie uma criança durante a higiene pessoal, se necessário. Cuidados referentes à dimensão infantil e adulta também devem ser tomados, para aumentar a independência dos abrigados e diminuir a carga sobre os funcionários e o risco de acidentes.

Verificou-se, através das observações sistemáticas, que: quanto mais aberta e indefinida a estruturação do espaço, menores são as interações entre os abrigados. Assim, o setor social deve ter organização espacial bem definida. Isso pode ocorrer com os acabamentos, objetos e mobiliário. Por exemplo, com o piso colorido na área de brincar; na área de refeições, pela disposição das mesas e cadeiras; na de entretenimento, com os sofás ou outros móveis, como prateleiras cheias de brinquedos e livros. Assim, o setor social é integrado, mas as atividades são facilmente reconhecidas, e os abrigados definem os seus lugares preferidos no ambiente mais coletivo do abrigo.

No setor social, a importância dos ambientes integrados só deve ser descartada para a sala de estudos, fundamental para os abrigos de permanência continuada em função da ampla

faixa etária atendida. Essa deve dispor de mobília confortável, uma variedade de escolhas de assento (cadeiras, pufes, poltronas e sofás) e condições de conforto ambiental (lumínico, térmico e acústico) adequadas para atividades diurnas e noturnas. Ao contrário do que fora sugerido no Jogo, mas considerando as Observações realizadas no estudo de caso, sugere-se que haja mobiliário infantil e adulto. A sala de estudos segue as sugestões dadas, para que o mobiliário permita a apropriação e personalização.

Todos os materiais de acabamento arquitetônico e o mobiliário devem atender aos aspectos de segurança estabelecidos pelos órgãos responsáveis (e.g. ABNT e INMETRO). As aberturas não devem ser demasiadamente pesadas, devem possuir fechaduras de fácil manuseio e mecanismos que evitem o trancamento. As janelas podem possuir peitoril mais baixo, o que permitirá a visualização externa, mas os caixilhos devem ser fixos e possuírem redes de segurança.

O mobiliário deve atender as necessidades funcionais e de segurança, ser durável e de fácil manutenção, visualização, compreensão e uso. Deve ser executado em material atóxico e sem cantos vivos, que podem provocar injúrias. Armários, cômodas e estantes devem ser fixados no chão e nas paredes, para evitar tombamentos. Todas as gavetas e portas devem possuir mecanismos de trava de segurança. Deve ser evitada a colocação de mobiliário próximo às janelas e o uso de beliches. Se esses forem necessários, devem possuir grades de proteção lateral e escada para auxiliar o acesso à cama superior.

Na decoração, devem ser evitados objetos tóxicos, frágeis e cortantes. Para evitar o uso de tapetes, visto que podem provocar tropeços e acidentes, recomenda-se o uso do piso de madeira ou vinílico e nas áreas molhadas, o piso deve ser antiderrapante.

Também com relação à segurança nos ambientes, os pontos elétricos e fios de aparelhos eletrônicos devem ser embutidos ou camuflados. Caso não seja possível, é importante a colocação de protetores plásticos nos pontos elétricos.

Por fim, devem ser tomados outros cuidados, considerando as determinações do Corpo de Bombeiros, da Vigilância Sanitária e de outros órgãos de classe para as edificações e do INMETRO, da ABNT e de ONGs (e.g. Criança Segura) que trabalham com segurança doméstica. Afinal, mesmo diminuindo o número de abrigados e aumentando o de funcionários, a probabilidade de algum acidente ainda é muito grande.

Para que o atendimento seja personalizado e não haja (ou se minimize) o preconceito, é importante também, que a Arquitetura do abrigo acompanhe os padrões socioeconômicos do entorno urbano no qual está inserido. Desaconselha-se quaisquer identificações na fachada, em veículos ou noutros equipamentos que façam menção à natureza

dos serviços prestados ou aos horários de atendimento.

Na área externa, o lote e a edificação devem ser mantidos e operados sem riscos à saúde e à segurança física e psicológica dos abrigados e funcionários. É importante que a edificação seja implantada, preferencialmente, em terrenos planos ou pouco acidentados. Caso não seja possível, aconselha-se a presença de rampas e platôs. Devem ser priorizados pisos de fácil manutenção, antiderrapantes e anti-reflexo para evitarem injúrias. Esses devem possuir cores diferentes quando próximos a planos verticais (e.g. muros e floreiras).

As variações de vegetação e escala física - do pequeno inseto à grande árvore - contribuem como enredo para o desenvolvimento psicológico e cognitivo, como foi citado. Assim, nas áreas externas, podem existir brinquedos de parques infantis, como gangorras e balanços, mas não apenas isso. É preciso que haja árvores para subir, plantas nas quais se possa mexer, areia para brincar, gramado para correr e jogar bola.

Para contribuir com a sensação de liberdade que a medida de abrigo deve transmitir, sugere-se que não haja muros de alvenaria que impeçam a visualização do entorno, mas grades e outros materiais. A Arquitetura deve priorizar ainda, portas generosas, varandas cobertas e janelas que mostrem o mundo e permitam conhecê-lo. O posicionamento dessas ao nível dos olhos dos abrigados aumenta a relação interior e exterior e a sensação de liberdade.

Com relação ao conforto lumínico, é importante que haja iluminação natural e artificial suficientes em todos os ambientes. A iluminação natural é fundamental para o crescimento e desenvolvimento sadio das crianças e dos adolescentes. A artificial, além de pontual, deve ser posicionada ao lado dos leitos, contribuindo para o atendimento noturno individual, sem transtornos aos demais usuários dos ambientes. É necessário também, que todos os acionamentos sejam acessíveis aos abrigados. Tal procedimento além de proporcionar maior autonomia, evita injúrias.

Para o conforto acústico, sugere-se a organização espacial da edificação afastando o setor social do íntimo, porque a diferença de idade entre os abrigados estipula rotinas e horários diferentes.

IV - desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;

V - não desmembramento de grupos de irmãos;

VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;

VII - participação na vida da comunidade local;

É adequado que o abrigo de permanência continuada seja instalado num bairro residencial, dotado de infra-estrutura, de serviços públicos de saúde (hospital e posto de

saúde), transporte público, educação (escola e creche) e lazer (quadras esportivas e praças), conforme a realidade da comunidade.

Os gestores dos abrigos devem incentivar que os abrigados tenham amigos e vida social fora do perímetro do abrigo, que desfrutem das oportunidades de entretenimento, cultura e esportes e tenham liberdade para convidar os amigos para visitas ao abrigo.

VIII - preparação gradativa para o desligamento;

IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

As visitas de voluntários têm o papel de incluir socialmente as crianças e os adolescentes. É importante, portanto, que o abrigo disponha de um cadastro de voluntários e de espaço físico interno e externo para as atividades desenvolvidas.

Na área externa, para atividades como a prática de esportes, o abrigo deve dispor de piso regularizado (de preferência ter uma parte gramada e outra pavimentada, para facilitar o acesso do todos os tipos de usuários) e com condições de acessibilidade. Para a área interna, principalmente nas atividades artísticas, culturais e lúdicas, é interessante que haja mobiliário flexível e confortável.

A sala de estudos, sugerida anteriormente, pode ser utilizada para as atividades de voluntariado, porque possui mobiliário adequado e não interrompe a rotina do abrigo. Assim, os abrigados poderão optar pela participação ou não.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito das discussões acerca do atendimento à criança e ao adolescente em situação de vulnerabilidade social, constatou-se que muito se fala contra a institucionalização, mas pouco se compreende e estuda. Para essa dissertação, foi preciso então, decompor esse fenômeno em múltiplos aspectos, foram eles: a operação dos mecanismos envolvidos no processo, sejam eles os setores administrativos, jurídicos e até mesmo sociais; as reações e conseqüências da institucionalização nas crianças e nos adolescentes; e como os vínculos afetivos e, em especial o ambiente físico com aspectos familiares, podem auxiliar na superação dos danos causados pelo período de institucionalização.

As necessidades de mudança mostraram-se evidentes, apenas num olhar superficial sobre a realidade, e isso foi confirmado pela pesquisa aprofundada no tema, seja na teoria ou na prática. A solução, segundo a análise rigorosa do quadro, deve passar pela formação de uma rede de atendimento à infância e adolescência.

Enquanto essas mudanças de cunho político e social na raiz do problema – estrutura familiar – não são tomadas, é fundamental trabalhar para a melhoria dos ambientes institucionais, em especial os abrigos de permanência continuada, para que sejam minimizadas as conseqüências malélicas da institucionalização no desenvolvimento e na história de vida dos internos. Ressalva-se que esse aprofundamento na melhoria ambiental não excluiu o recado inesquecível, considerado antes da pesquisa e confirmado na conclusão: uma instituição, seja ela qual for e quão bem equipada e preparada esteja, não é lar permanente para crianças e adolescentes, mas lar provisório, de permanência excepcional e muito breve.

Essa dissertação objetivou: *definir critérios e diretrizes projetuais na concepção de abrigos de permanência continuada, que garantissem e permitissem às crianças e aos adolescentes em situação de vulnerabilidade social e medida de abrigamento a apropriação espacial harmônica sob os aspectos legal - lar provisório - e psicossocial – qualidade de vida*. Para que isso fosse possível, foram realizadas as etapas teórica e empírica, com revisão de literatura e estudo de caso.

Primeiramente, com o intuito de *compreender como as estruturas e procedimentos de atendimento às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social influenciam as decisões projetuais*, levantaram-se as características das políticas brasileiras para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, desde o Colonialismo até a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990. Foi possível constatar, então, que os modelos

arquitetônicos para atender crianças e adolescentes desvalidos, doentes ou delinquentes eram grandes edificações com ações baseadas na vigilância e na repressão, afastando os “desajustados” do convívio social e a comunidade dessa realidade incômoda. As crianças e adolescentes com histórias de vida e motivos de internações distintos eram tratados e acolhidos da mesma forma e no mesmo local. No entanto, com a aprovação do ECA, foram criadas novas modalidades de atendimento, entre elas o abrigo. Mas há diferentes formas de atender em abrigamento e o abrigo de permanência continuada é a modalidade mais comum no Brasil.

Após o reconhecimento desse modelo de abrigamento e das obrigações legais que devem ser respeitadas, foi construído embasamento teórico para *identificar como o regime de institucionalização afeta o desenvolvimento humano e, principalmente, o comportamento espacial das crianças e dos adolescentes em situação de vulnerabilidade social e medida de abrigamento*. Constatou-se, então, que a qualidade do cuidado recebida pela criança e pelo adolescente provoca efeitos significativos no desenvolvimento, principalmente no psicológico, e que os ambientes inadequadamente equipados, desprivilegiando a percepção, a expressão e as interações sociais contribuía, muitas vezes, para o aumento da agressividade e de outros tipos de estresses agravados pelas histórias de vida e pela medida de abrigamento.

Ainda, para confirmar como o ambiente físico influencia no desenvolvimento e no comportamento humano, em especial no aspecto espacial, foram indicados, *com base nos conceitos da Psicologia Ambiental, quais aspectos do ambiente físico podem interferir na apropriação espacial nos abrigos de permanência continuada pelas crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e medida de abrigamento*. Verificou-se que a privacidade e a territorialidade são os mecanismos reguladores do espaço mais inibidos pela medida de abrigamento. Mas são os mais necessários para que as crianças e os adolescentes não sofram perdas ou alterações no desenvolvimento, além de auxiliarem para que a medida de abrigamento seja um lar provisório, não um período de inércia das experiências de vida, e assim guarde aspectos da rotina que remetam ao cotidiano familiar.

Com os resultados dos dois últimos objetivos específicos citados, constatou-se que, para a promoção de ganhos psicossociais e o resgate (ou construção) dos vínculos afetivos e do ambiente familiar, era preciso que os ambientes se adequassem às necessidades funcionais e psicológicas dos internos. Uma das maneiras foi a identificação do papel principal dos abrigos de permanência continuada que é: viabilizar às crianças e aos adolescentes a interação com pessoas, objetos, ambientes e símbolos, com um ambiente interno – casa – e externo – sociedade e cidade – receptivo e acolhedor. Porque a impossibilidade de vivenciar o espaço da

mesma forma que quaisquer outras pessoas, representa uma barreira ao relacionamento social.

Quanto ao estudo de caso, o intuito era *levantar, onde fossem possíveis, aspectos arquitetônicos positivos e negativos no estudo de caso, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Psicologia Ambiental*. Para isso, foi necessária a utilização de instrumentos metodológicos que se complementaram de forma lógica e estratégica, alcançando o objetivo esperado. Obviamente, cada instrumento teve suas vantagens e desvantagens, que foram lapidadas ao longo da pesquisa.

O primeiro instrumento – observação assistemática – serviu não apenas para o reconhecimento da INSTITUIÇÃO do estudo de caso, mas para a identificação das atividades cotidianas e para permitir que as crianças e os adolescentes abrigados se acostumassem com a presença da pesquisadora. Após a adaptação, a observação sistemática foi aplicada sob a condição de controle – periodicidade - e registrou fatos e fenômenos referentes à *dimensão comportamental*, além de determinar os critérios da planilha de observação arquitetônica. As entrevistas não-estruturadas complementaram as informações coletadas, fazendo a Leitura Espacial das condições ambientais das sedes da INSTITUIÇÃO.

A aplicação dessa seqüência de instrumentos, no estudo de caso, permitiu a constatação de que as políticas de atenção às crianças e aos adolescentes devem atentar para a estrutura física das entidades de atendimento. Não somente no sentido de medir a eficiência dos metros quadrados construídos ou do valor agregado das benfeitorias espaciais, mas prevendo que o ambiente ideal para acolher provisoriamente crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social pode ser encontrado na simplicidade do lar, onde cada abrigado tem espaço para desenvolver as atividades comuns à sua faixa etária e expressar-se individualmente. Afinal, essas instituições são substitutas na falta da família e respondem analogamente, porque (re)formam os valores de cidadania.

Durante a revisão de literatura e posteriormente, no estudo de caso, constatou-se a dificuldade das crianças e dos adolescentes em verbalizar seus sentimentos e opiniões, principalmente acerca do ambiente no qual vivem. Para vencer a dificuldade de acesso a esse público e coletar informações de fonte primária, objetivou-se *definir um instrumento, ou instrumentos, para coletar informações de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e medida de abrigamento, visando analisar quais aspectos do ambiente físico fossem mais relevantes na ambiência de um abrigo de permanência continuada como um lar*.

O instrumento escolhido foi o Jogo de Imagens e Palavras. Durante os Jogos, quando apresentadas as imagens, os participantes imediatamente iniciavam a seleção, mostrando

grande interesse em participar e expor suas opiniões. É claro que foram necessárias adaptações ao longo da pesquisa, principalmente na escolha das imagens e na seleção dos participantes. Porém, foram realizados Jogos suficientes para identificarem opiniões relevantes acerca dos aspectos positivos e negativos do estudo de caso e das melhorias e/ou modificações no ambiente.

A combinação entre revisão de literatura e os instrumentos metodológicos aplicados no estudo de caso permitiram a compreensão de uma nova e possível forma de funcionamento dos abrigos de permanência continuada. Onde se considera a possibilidade de organização semelhante ao ambiente familiar, possibilitando uma condição para a formação de vínculos afetivos entre as pessoas e com o ambiente e constituindo um contexto de desenvolvimento, que favorece a socialização.

Com as ricas informações obtidas, foi possível propor critérios e diretrizes referentes não apenas aos aspectos legais, mas também psicossociais, fundamentais para o desenvolvimento sadio e pleno e para promoção da qualidade de vida das crianças e dos adolescentes durante o período de abrigamento, alcançando, portanto, o objetivo principal da pesquisa.

Vale ressaltar que essa dissertação não pretendeu, de forma alguma, desqualificar a INSTITUIÇÃO ou outras tantas que ainda não estejam adequadas segundo os critérios e diretrizes aqui elaborados. Muitas delas foram aprovadas segundo a legislação de obras e edificações existente em seus municípios e estão registradas nos conselhos municipais de direitos das crianças e dos adolescentes, da maneira como são. Isso indica que as alterações dessa ordem não dependem exclusivamente da iniciativa isolada e sim, de uma ação conjunta, como a que marcou a aprovação do ECA.

Por fim, espera-se que essa pesquisa, além de contribuir para o (re)planejamento de abrigos de permanência continuada, seja também, um estímulo ao desenvolvimento de novas investigações arquitetônicas relacionadas a institucionalização, em especial ao abrigamento, e que a combinação dos instrumentos metodológicos possa colaborar para novas pesquisas com públicos de difícil acesso para coleta de informações diretas.

8.1 Recomendações para futuras pesquisas e projetos

Na pesquisa científica, jamais a discussão sobre um tema se esgotará, porque são

vários os enfoques que podem ser dados e um estudo realizado sempre abre espaço ao desdobramento de novas pesquisas e projetos.

A necessidade de mudanças da realidade do abrigo mostrou-se evidente e é fundamental trabalhar na melhoria desses ambientes, porque as conseqüências da institucionalização são notadas no desenvolvimento e principalmente, na sociabilidade das crianças e dos adolescentes abrigados.

Nessa dissertação, desejou-se aprofundar as questões referentes ao comportamento espacial de crianças e adolescentes em abrigos de permanência continuada, mas se sabe que há ainda, diversos aspectos a serem pesquisados e complementados. Portanto, cabe sugerir algumas (mas não todas) investigações relacionadas ao tema em questão e vistas como importantes durante o desenvolvimento deste trabalho. São elas:

- a) a realização de pesquisas em outras grandes áreas do conhecimento para discriminação das necessidades ao crescimento e desenvolvimento saudável e pleno de crianças e adolescentes em medida de abrigo;
- b) a realização de pesquisas similares em outras formas de aplicação da medida de abrigo, inclusive nas casas-lares, que são as unidades mais próximas do ideal sugerido ao longo dessa dissertação;
- c) para complementar o estudo de caso realizado, sugere-se uma pesquisa das interfaces da institucionalização, em especial da medida de abrigo, com os aspectos sociais urbanos;
- d) a aplicação do método Jogo de Imagens e Palavras com o mesmo público, mas abordando outras *dimensões*, tais como a sensorial, fundamental para facilitar e promover o desenvolvimento psicológico e cognitivo;
- e) avaliação da *dimensão ambiental* com instrumentos metodológicos quantitativos e não apenas qualitativos, como foi realizado nessa dissertação;
- f) comparar as pesquisas brasileiras referentes ao tema, inclusive essa dissertação, com as realizadas em outros países, confrontando assim as diferentes realidades;
- g) com a realização das sugestões acima e a complementação com outras pesquisas, sugere-se o desenvolvimento de um instrumento de metodologia para avaliação de abrigos de permanência continuada para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDER, Christopher. **El modo intemporal de construir**. Barcelona: G. Gili, 1981. 419 p.
- ALEXANDRE, Diuvani Tomazoni; VIEIRA, Mauro Luís. Relação de apego entre crianças institucionalizadas que vivem em situação de abrigo. In: **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 09, n. 02, 2004. p. 207-210.
- ALTMAN, Irwin; RAPOPORT, Amos; WOHLWILL, Joachim F (Eds.). **Environment and culture**. New York: Plenum, 1980. 351 p.
- ÀRIES, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 1981. 279 p.
- AROLA, Ramon Llongueras. A intervenção social: uma ação construtiva?. In: **REVISTA DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**. Lorena, n. 06, v. 04, 2002. p. 115-136.
- _____, Ramon Llongueras. **Casa não é lar**: o abrigo como contexto de desenvolvimento psicológico. São Paulo: Ed. Salesiana, 2000. 120 p.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Tradução Antonio de Pádua Danesi. 3. ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1998. 242 p. (Original de 1993). (Coleção Tópicos).
- BALLONE, Geraldo José. Criança Adotada e de Orfanato – Parte 2. In: **PsiquWeb**, Psiquiatria Geral, 2003. Disponível em: <<http://www.psiqweb.med.br/infantil/adoc.html>>. Acessado em: 29 jan. 2005.
- _____, Geraldo José. Criança Adotada e de Orfanato – Parte 1. In: **PsiquWeb**, Psiquiatria Geral, 2003. Disponível em: <<http://www.psiqweb.med.br/infantil/adoc.html>>. Acessado em: 29 jan. 2005.
- BANDURA, Albert. **Aprendizaje social y desarrollo de la personalidad**. Madrid: Alianza, 1978. 293 p.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. Lisboa: Ed. Martins Fontes, 2004. 223 p. (Original de 1977).
- BELL, Paul A.; GREENE, Thomas C.; FISHER, Jeffrey D.; BAUM, Andrew. **Environmental Psychology**. Philadelphia: W.B. Baundere Company, 1976. p. 02-25.
- BINS ELY, Vera Helena Moro. Ergonomia + Arquitetura: buscando um melhor desempenho do ambiente físico. In: 3º CONGRESSO INTERNACIONAL DE ERGONOMIA E USABILIDADE DE INTERFACES HUMANO-TECNOLOGIA: PRODUTOS, PROGRAMAS, INFORMAÇÃO, AMBIENTE CONSTRUÍDO. **Anais do 3º Ergodesign**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. LEUI/PUC-Rio, 2003.
- BOWLBY, John. **Apego e perda**. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Ed. Martins Fontes,

1984. 3 v. (Original de 1973).

BRANT DE CARVALHO, Maria do Carmo (Coord.). **Trabalhando abrigos**. São Paulo: Ed. IEE/PUC-SP, CBIA-SP, 1993. 52 p.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente Lei 8.069/90**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2002. 156 p. (Coleção legislação brasileira 11).

_____. Decreto-lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987. In: PALMA, João Augusto da. **Profissões regulamentadas**: anotações, legislação, jurisprudência. São Paulo: Ed. LTr, 1997. 471 p.

BRONFENBRENNER, Urie; MORRIS, P. A. The ecology of developmental processes. In: DAMON, W.; LERNER, R. M. (Orgs.). **Handbook of child psychology**: Theoretical models of human development. v. 01. New York: John Wiley, 1998. p. 993-1028.

_____, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano**: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1996. 267 p. (Original de 1979).

CARREIRÃO, Úrsula Lehmkuhl. Modalidades de abrigo e a busca pelo direito à convivência familiar e comunitária. In: ENID ROCHA Andrade da Silva (Coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária**: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: Ed. IPEA/CONANDA, 2004. p. 303-323.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentistas. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 2000. p. 55-83.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. 2. ed. São Paulo, SP: Ed. Contexto; 2000. 444 p.

DISCHINGER, Marta. **Designing for all senses**: accessible spaces for visually impaired citizens. Department of Space and Process. Chalmers University of Technology, School of Architecture. Göteborg, Sweden, 2000. 260 f.

DOS SANTOS, Benedito Rodrigues. A implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente. In: JUNIOR, Almir Pereira; BEZERRA, Jaerson Lucas; HERINGER, Rosana. (Orgs.). **Os Impasses da Cidadania**. Rio de Janeiro: Ed. IBASE, Graphus, 1992. p. 66-79.

ELALI, Gleice Azambuja. Psicologia e Arquitetura: em busca do *locus* interdisciplinar. In: **Estudos de psicologia**. Natal, v. 2, n. 2, 1997.

ENID ROCHA, Andrade da Silva (Coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária**: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: Ed. IPEA/CONANDA, 2004. 416 p.

FERRARA, Lucrécia D' Aléssio. **Olhar periférico**: informação, linguagem, percepção ambiental. 2. ed. São Paulo: Ed. EDUSP, 1999. 277 p.

_____, Lucrécia D' Aléssio. **Leitura sem palavras**. São Paulo: Ed. Ática, 1997. 72 p.

- FISCHER, Gustave-N. **Psicologia social do ambiente**. Tradução Armando Pereira da Silva. Lisboa: Ed. Instituto Piaget, [19--]. 216 p.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimentos da prisão**. Tradução Raquel Ramallete. 27. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2003. 262 p. (Original de 1975).
- GIBSON, James Jerome. **The senses considered as perceptual systems**. Westport: Greenwood Press, 1983. 335 p. (Original de 1966).
- GIFFORD, Robert. **Environmental Psychology, principles and practice**. Boston: Allyn & Bacon, 1987. 472 p.
- GOFFMAN, Eving. **Manicômios, prisões e conventos**. Tradução Dante Moreira Leite. 5. ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1996. 312 p. (Original de 1974). (Coleção debates).
- GROZA, Victor; ROSENBERG, Karen F. **Clinical and practice issues in adoption: bridging the gap between adoptees placed as infants and as older children**. Westport, CT: Greenwood, 1998. 192 p.
- GRUBITS, Sonia. A casa: cultura e sociedade na expressão do desenho infantil. In: **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, 2003. p. 97-105.
- GUIRADO, Marlene. **Instituição e relações afetivas**. São Paulo: Summus ed., 1986. 213 p.
- HALL, Edward Twitchell. **A dimensão oculta**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1986. 258 p.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. 5. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.
- HOUAISS, Antonio (Ed.); VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001. 2922 p.
- IPEA; CONANDA. Base de Dados da Rede SAC. **Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC**. Brasília, out. 2003. (Relatório de pesquisa número 1). Disponível em: <<http://www.portaldovoluntario.org.br>>. Acesso em: 22 fev. 2007.
- ITTELSON, Willian H.; PROSHANSKY, Harold M.; RIVLIN, Leane G.; WINKEL, Gray H. **An Introduction to Environmental Psychology**. New York: David Dempsey Editorial Associate, 1974. p. 01-16.
- LEE, Terence. **Psicologia e Meio Ambiente**. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. 144 p.
- MALKIN, Jain. **Hospital interior architecture creating healing environments for special patient populations**. New York: John Wiley & Sons, Inc., 1991. 498p.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1998. 331 p.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**

planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ed. Atlas, 1990. 231 p. (Original de 1985).

MATURANA, Humberto Romesín. **Da biologia à psicologia.** Tradução Juan Acuña Llorens. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. 200 p.

_____, Humberto Romesín; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento:** as bases biológicas do entendimento humano. Tradução Jonas Pereira dos Santos. Campinas: Psy II, 1995. 281 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; BUSS, Paulo Marchiori. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. In: **Ciência saúde coletiva**, 2000, vol. 5, n.1, p. 7-18.

MONTESSORI, Maria. **A criança.** Tradução Luiz Horácio da Matta. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Nórdica, [199-]. 256 p.

MORAIS, Normanda Araújo de, *et al.* Notas sobre a experiência de vida num internato: aspectos positivos e negativos para o desenvolvimento dos internos. In: **Psicologia em estudo**. Maringá, v. 09, n. 03, 2004.

MUZA, Gilson Maestrini. Da proteção generosa à vítima do vazio. In: SILVEIRA, Paulo. **Exercício da paternidade.** Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1998. p. 143-150.

OLIVEIRA NETO, Francisco José Rodrigues de; VIEIRA JÚNIOR, Ênio Gentil; SCHMIDT, Carolina. Cartilha Abrigo Legal. In: **Campanha Mude um Destino.** Associação de Magistrado do Brasil. Disponível em: http://www.amb.com.br/mudeumdestino/?secao=cartilha_abrigo>. Acesso em: 03 ago. 2007.

NEWCOMBE, Nora. **Desenvolvimento infantil:** abordagem de Mussen. 8. ed. Porto Alegre: Ed. Artmed, 1999. 561 p.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Intenciones en arquitectura.** 2. ed. Barcelona: Gustavo Gilli, 1998. 240 p.

OKAMOTO, Jun. **Percepção Ambiental e comportamento:** visão holística da percepção ambiental na arquitetura e na comunicação. São Paulo: Ed. Mackenzie, 2002. 261 p.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **DSM-IV:** manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 4. ed. rev. Porto Alegre: Ed. ARTMED, 2002. 880 p.

_____. **CID 10,** classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde. 10. ed. São Paulo: Ed. Edusp, 2000. 3 v.

ORNSTEIN, Sheila; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, G.. **Ambiente construído & comportamento:** a avaliação pós-ocupação e a qualidade ambiental. São Paulo: Ed. Nobel, 1995. 212 p.

PASSARELI, Paola Moura; SILVA, José Aparecido da. Psicologia positiva e o estudo do

bem-estar subjetivo. In: **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 24, n. 4, 2007. p. 513-517.

PASSETTI, Edson. Crianças Carentes e Políticas Públicas. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 2000. p. 347-375.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. 22. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1997. 136 p.

_____, Jean. **A construção do real na criança**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1996. 392 p.

REHAL, Saddek; BIRGERSSON, Lisbeth. What happens when imagery is used to complement speech in dialogues involving changing in the built environment. In: **INTERNATIONAL CONFERENCE FOR INTEGRATING URBAN KNOWLEDGE & PRACTICE**. Gothenburg, 2005. Disponível em: http://www.design.chalmers.se/people/saddek_rehal/. Acesso em: 22 ago. 2007.

_____, Saddek. Words and images for exploration and communication of concepts in the early stages of the design task. In: **PROCEEDINGS OF PDC 2002 AT MALMÖ**. Editors Binder, T., Gregory, J., Wagner, I. Malmö, 2002. Disponível em: http://www.design.chalmers.se/people/saddek_rehal/. Acesso em: 22 ago. 2007.

RELPH, Edward. **Place and Placelessness**. London: Pion Limited, 1980. 156 p.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Ursula Amais, 1997. 301 p.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 30. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002. 144 p.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5. ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1994. 124 p.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. In: **Psicologia & Sociedade**. Porto Alegre, v. 18, n. 01, 2006. p. 71-80.

SNYDER, James C.; CATANESE, Anthony. **Introdução à Arquitetura**. Tradução Heloisa Frederico. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1984. p. 65-88.

SOMMER, Robert. **Espaço Pessoal: as bases comportamentais de projetos e planejamento**. Tradução Dante Moreira Leite. São Paulo: Ed. EPU/ EDUSP, 1973. 220 p.

STOKOLS, Daniel; ALTMAN, Irwin (eds.). **Handbook of environmental psychology**. 2 v. New York: Wiley, 1987.

TRANCIK, Anika M.; EVANS, Gary W. Spaces Fit for Children: Competency in the Design of Daycare Center Environments. In: **Children's Environments**. Colorado, v. 12, n. 03, 1995. p. 43-58. Disponível em: <http://www.colorado.edu/journals/cye>. Acesso em 23 set. 2006.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: Difel Ed., 1980. 288 p.

VASCONCELOS, Renata Thaís Bomm. **Humanização de ambientes hospitalares: características arquitetônicas responsáveis pela integração interior/exterior**. Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura. Florianópolis, 2004. 176 f.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A construção do pensamento e da linguagem**. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2001. 496 p.

_____, Lev Semenovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. Tradução Michael Cole. 5. ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1994. 191 p. (Coleção Psicologia e Pedagogia). (Original de 1930).

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2002. 205 p. (Original de 2001).

Apêndice A – Planilha de observação arquitetônica

PLANILHA DE OBSERVAÇÃO ARQUITETÔNICA	
SEDE: <i>antiga da INSTITUIÇÃO</i>	
AMBIENTE: <i>quarto das adolescentes do sexo feminino</i>	
1 – Categoria Física	
a) Função: <i>acolher 4 adolescentes do sexo feminino (acima de 10 anos)</i>	
b) Dimensão / Área: <i>19,75 m² (5,20 x 3,80 metros)</i>	
c) Características:	
c.1) Acabamento: <i>PISO – madeira (parquet); PAREDE – alvenaria (cores azul e amarela); FORRO – alvenaria (cor branca); ABERTURAS – madeira (cor branca) → TODOS OS MATERIAIS EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO</i>	
c.2) Mobiliário: <i>2 camas de solteiro (0,88 x 0,98 x 0,45 metros), uma com gaveteiro; 1 cama tipo beliche (0,80 x 1,90 x 1,60 metros); 1 cômoda com gavetas e sapateira (1,09 x 0,40 x 0,96 metros), 1 escrivaninha com gavetas (1,00 x 0,50 x 0,96 metros); 1 poltrona estofada; 2 armários, um com quatro (1,10 x 0,47 x 1,84 metros) e outro com cinco (1,60 x 0,47 x 1,84 metros) portas; televisão e videogame. → BERÇO E TROCADOR PORQUE UMA ADOLESCENTE ERA MÃE.</i>	
d) Segurança: <i>JANELA – com rede de proteção; PORTA – vidro; pontos negativos: beliche, pontos elétricos e bibelôs de material frágil.</i>	
Localização do ambiente na planta-baixa	Croqui da planta com layout
2 – Dimensão Comportamental	
a) Privacidade e Interação:	
a.1) a atratividade do elemento de integração (dimensão e conforto): <i>As meninas passam a maior parte do dia nesse quarto.</i>	
a.2) a existência de reguladores espaciais: <i>A porta é de vidro; Há cortinas na janela; Há permissão para fechar a porta, mas não trancar.</i>	
b) Informação:	
b.1) informação do exterior (fenômenos meteorológicos, dia/noite, fatos corriqueiros do entorno): <i>JANELA – difícil acesso, porque há móveis na frente.</i>	
b.2) distinção da temperatura externa: <i>OK.</i>	
b.3) mecanismos de controle da entrada de estímulos visuais, olfativos e/ou auditivos: <i>porta de vidro – janela com cortina – afastado dos outros cômodos do abrigo.</i>	
c) Territorialidade: <i>Apropriação do espaço com fotos das meninas, objetos de estimulação. As meninas são responsáveis por arrumar o quarto. INSTITUIÇÃO INCENTIVA A PERSONALIZAÇÃO.</i>	
3 – Dimensão Ambiental	
a) Condições de Iluminação: <i>Quarto bem claro, orientação sul, iluminação artificial pontual (parece atender à função).</i>	
b) Condições de Conforto Térmico: <i>POSSUI AR-CONDICIONADO. Ventilação natural satisfatória quando abertas a janela e a porta.</i>	
c) Condições de Conforto Acústico: <i>Quarto voltado para a rua de acesso principal. Movimento moderado do tráfego. Cômodo distante dos demais da INSTITUIÇÃO. Condições de conforto aparentemente boas.</i>	
OBSERVAÇÕES	
<i>As crianças pequenas entram no quarto apenas com companhia e autorização.</i>	

Apêndice B – Transcrição das Entrevistas não-estruturadas com os funcionários

Optou-se pela apresentação da transcrição das entrevistas com os funcionários acerca do quarto das adolescentes na sede antiga da INSTITUIÇÃO, para não estender os dados de apêndice. As falas transcritas são fidedignas aos entrevistados, à exceção dos erros gramaticais graves.

Sede Antiga - 02 – QUARTO DAS ADOLESCENTES (continua)	
<i>Dimensão Comportamental</i>	
Funcionário 01	<i>“[...] aqui ficam as meninas maiores, adolescentes e pré-adolescentes [...] elas fazem de tudo aqui, conversam, estudam, brincam, dançam, assistem televisão, fazem as tarefas da escola. Nós colocamos um videogame para elas também. Elas se divertem juntas, nesse quarto [...] tem vezes que impedimos as crianças pequenas de entrar aqui, porque as adolescentes têm miudezas que são de estimação e perigosas para os pequenos [...] não gosto da porta de vidro. A segurança é ruim e a privacidade das meninas também, elas sempre se trocam num cantinho. A janela tem cortina, mas na porta não tem nada disso”.</i>
Funcionário 02	<i>“As meninas maiores adoram esse quarto. Aqui elas fazem muitas atividades [...] brincam, conversam, jogam videogame, vêem televisão, fazem as tarefas e até dormem [risos]. A entrada das crianças menores é controlada porque as adolescentes têm enfeites e outras coisinhas que podem ser perigosas ou as crianças menores podem simplesmente desarrumar. Então para evitar conflitos, nós deixamos a porta fechada e os pequenos não entram [...] Essa porta eu acho um problema. Porque as meninas ficam com receio de se trocar perto dela, por causa do vidro. Isso não devia ser de vidro. Prejudica a privacidade”.</i>
Funcionário 03	<i>“Esse quarto é das adolescentes. Elas o usam para brincar, ver televisão e jogar videogame, fazer as tarefas da escola, conversar e, claro, dormir. A gente não deixa as crianças muito pequenas entrarem. Porque sempre vira briga. Elas entram e reviram. [...] As meninas têm um cuidado muito grande com esse quarto”.</i>
Funcionário 04	<i>“É o quarto das meninas maiores. Não é permitida a entrada das crianças pequenas, mas como nem sempre conseguimos controlar, o quarto fica com a porta fechada, só que não é chaveada. [...] as meninas dormem, brincam, vêem televisão e estudam aqui. A Diretora não gosta muito que elas estudem aqui, porque elas fazem isso nas camas, e não é um lugar ideal para a postura, mas têm dias que o barulho no abrigo é grande e elas vêm para cá [...] eu acho que devíamos é trocar a porta com uma parte de vidro. Prejudica a privacidade, incomoda principalmente as mocinhas”.</i>
Funcionário 05	<i>“Esse é um bom quarto na INSTITUIÇÃO. Ele é das adolescentes. Elas ficam muito tempo aqui. Quase o tempo todo, quando não estão na escola. Elas brincam, jogam videogame, conversam. O que eu não gosto é da porta com vidro. Ela força as meninas a se trocarem no canto do quarto. Não é bom para a privacidade”.</i>
Funcionário 06	<i>“[...] esse quarto fica fechado, mas sem chavear, durante todo o dia, porque é o quarto das meninas maiores. Elas têm muitos enfeites, tipo porta-retrato e bichinhos de pelúcia. Para evitar que as crianças pequenas entrem e façam uma bagunça, a gente permite que a porta seja fechada. Quando a gente não deixava fechar, dava muita confusão, porque elas arrumavam tudo certinho e vinha os pequenos e aí já viu [...] Para a privacidade a porta com vidro não é boa. As meninas se trocam no canto”.</i>
Funcionário 07	<i>“[...] é o quarto das adolescentes. Elas ficam muito tempo aqui. Vêem televisão e brincam. A partir de um pedido delas, a porta do quarto fica fechada para evitar que as crianças pequenas façam bagunça [...] elas adoram esse quarto [...] mas o que elas não gostam e nem eu, é da porta de vidro da porta. Tem vezes que elas ficam com vergonha, porque tem que se trocar num cantinho do quarto. Elas acham que podem ser vistas pelo vidro. O vidro não é liso, mas eu entendo o receio. Já são mocinhas e precisam de privacidade”.</i>

Sede Antiga - 02 – QUARTO DAS ADOLESCENTES (continuação)**Dimensão Comportamental**

Funcionário 08	<i>“É o quarto das adolescentes, onde elas ficam, praticamente, os dias todos. Elas ouvem música no radinho, vêem TV, brincam, dançam [...] elas adoram, porque podem enfeitar como querem. Elas colocam fotos, bichinhos, bonecas. Nós incentivamos isso. [...] para acabar com as confusões, que sempre tinham causa nos pequenos que desarrumavam o que elas tinham tanto carinho, nós permitimos que fechassem a porta”.</i>
Funcionário 09	<i>“[...] aqui são as adolescentes quem dormem. Elas também usam o espaço para brincar, estudar, ver televisão. Elas são incentivadas por nós a deixarem o ambiente limpo, bonito e arrumado com o que e como elas gostam. E para conservar assim, nós permitimos que elas fechem a porta e só deixem entrar os pequenos quando há um adulto junto. [...] Fizemos isso, porque antes tinha muita briga. Os pequenos desarrumavam o que elas tinham arrumado [...] a porta com uma parte de vidro não é boa para a segurança e nem para a privacidade”.</i>
Funcionário 10	<i>“[...] quem fica aqui são as adolescentes, as meninas mais velhas que nós temos na INSTITUIÇÃO. Elas dormem, brincam, estudam, vêem televisão, conversam. Acho que elas adoram o quarto, porque o conservam com carinho. Nós deixamos que elas arrumem como querem. Elas deixam a porta fechada para evitar confusões [...]”.</i>

Dimensão Ambiental

Funcionário 01	<i>“[...] aqui é o melhor lugar da casa. É bem iluminado e fresquinho, fica longe do quarto dos menores e dos agitos do refeitório [...]”.</i>
Funcionário 02	<i>“Aqui é muito iluminado pelo sol. Só se usa luz em dias muito nublados ou de chuva [...] é fresquinho também, porque é alto [...] é o lugar mais calmo da casa, porque é longe dos quartos dos pequenos”.</i>
Funcionário 03	<i>“[...] aqui é calmo, quieto, porque é longe do quarto das crianças. É bem iluminado, fresquinho, a janela grande ajuda e a casa ser bem alta em relação à rua também menos eu acho [...]”.</i>
Funcionário 04	<i>“Aqui é fresquinho e quieto porque é longe dos outros quartos e do refeitório. É bem iluminado [...] é difícil precisar da lâmpada acesa, a não ser quando é noite [...]”.</i>
Funcionário 05	<i>“[...] aqui é o melhor lugar da casa [...] tem luz natural de sobra. É fresquinho e longe da agitação do resto da casa”.</i>
Funcionário 06	<i>“[...] aqui é o melhor lugar da casa, muito bom em tudo que você [pesquisadora] citou”.</i>
Funcionário 07	<i>“[...] esse quarto é o melhor. É grande e tem boa iluminação, nunca usamos a luz elétrica durante o dia [...] tem um ventinho bom aqui, é porque é alto em relação à rua [...] aqui é bem quietinho, porque é longe de onde as crianças menores ficam”.</i>
Funcionário 08	<i>“Aqui tudo isso que você [pesquisadora] falou é bom. É fresquinho, bem claro e quieto”.</i>
Funcionário 09	<i>“[...] no quarto das adolescentes, é tudo muito bom. É bem claro, só à noite precisamos ligar a luz. É quieto, porque é longe de onde as outras crianças ficam. Sempre tem um ventinho bom aqui. [...] Há, o ar-condicionado, mas foi presente e no verão as adolescentes usam. [...] mas nem precisaria”.</i>
Funcionário 10	<i>“[...] aqui tudo é bom, é fresquinho, quieto e bem iluminado”.</i>

Categoria Física

Funcionário 01	<i>“O quarto tem um tamanho bom, é o maior que temos na INSTITUIÇÃO. [...] Os armários estão ruins e as camas não deveriam ser beliches, por medidas de segurança [...] o restante é útil e considero em bom estado. As meninas conservam com carinho o quarto. Deixam-no muito bonito”.</i>
Funcionário 02	<i>“As meninas arrumam o quarto com enfeites que elas ganharam. Isso deixa o ambiente do jeito que elas gostam e não do nosso jeito. O tamanho é bom, mas acho os móveis ruins. A cama não deveria ser beliche e os armários estão horríveis!”.</i>
Funcionário 03	<i>“O quarto tem tamanho bom, mas o que prejudica são os móveis. Eles não estão bem conservados e as camas tipo beliche não são ideais [...] O quarto com os enfeites das meninas fica do jeitinho que elas gostam [...]”.</i>
Funcionário 04	<i>“[...] o tamanho até que é bom. O quarto é o maior da casa. Não gosto dos armários quebrados. Eles são pequenos para guardar tudo e estão mal conservados. As meninas têm mesinhas para colocarem seus objetos. Isso eu acho importante e bonito”.</i>

Sede Antiga - 02 – QUARTO DAS ADOLESCENTES (conclusão)

Categoria Física

Funcionário 05	<i>“[...] o quarto tem espaço bom. Além disso, ele é o maior da casa. O problema é o armário. As meninas têm muitas roupinhas e outros acessórios e nós não temos onde guardar. Por mais que as meninas se esforcem para deixar o quarto arrumado, essa parte [armários] nunca está muito bonita”.</i>
Funcionário 06	<i>“O tamanho é bom. As meninas devem arrumá-lo. Podem colocar os enfeites que quiserem. Isso o deixa alegre e do jeitinho que elas gostam. O problema são os armários que possuem pouco espaço e estão velhos. A cama em beliche, tem gente que não gosta, mas não vejo problema, porque elas já são grandes. Não é o ideal, mas é um problema tão grande, quanto o armário [...]”.</i>
Funcionário 07	<i>“[...] o problema que posso falar são os armários. Eles estão velhos e não cabem todas as roupas das adolescentes. No mais, o tamanho do quarto é bom e as meninas têm muito capricho com ele. Decoram e cuidam com carinho”.</i>
Funcionário 08	<i>“O tamanho é bom. Tem o problema com os móveis. A cama é beliche. Eu acho isso ruim para arrumar e para a segurança. [...] Os armários são péssimos. Não tem espaço para guardar tudo. As meninas podem trazer objetos para decorar, podem colar fotos no painel, podem escolher as outras roupas de cama. Elas podem decorá-lo, mas tem o dever de mantê-lo arrumado. Isso dá responsabilidade a elas”.</i>
Funcionário 09	<i>“[...] o quarto é de bom tamanho e bonito, porque as meninas deixam sempre arrumadinho, com bichinhos de pelúcia, porta-retratos e outros bibelôs. O armário é horrível. Está quebrado e falta espaço”.</i>
Funcionário 10	<i>“O problema é o armário que está quebrado e não cabem todas as roupas. No mais, acho o quarto muito bom, com bom espaço e bem arrumado”.</i>

Apêndice C – Transcrição da Entrevista não-estruturada com a Diretora da INSTITUIÇÃO

LOCAL DA ENTREVISTA: Sala da Diretora (sede antiga)

DATA: 10/julho/2007. Início da entrevista: 14h15min Término da entrevista: 15h05min

Perfil do programa da INSTITUIÇÃO:

1) natureza do programa (federal, estadual, municipal, ONG);

É uma instituição não-governamental de natureza filantrópica. É formada por uma reunião de cidadãos reconhecidos no município, com o intuito de assistir o grande número de crianças e adolescentes vítimas de maus-tratos de toda a região sul do estado. [...] Quando fundaram a INSTITUIÇÃO, havia carência de lugares como esse, como ainda há em nossa região.

2) tipo de programa de abrigo (casa de passagem, albergue, casa-lar, institucional de permanência continuada, pensionato);

Nossa INSTITUIÇÃO é um abrigo de permanência continuada, a criança e o adolescente permanecem aqui até o retorno para a família de origem ou a adoção.

3) vinculação/orientação religiosa;

Aqui não possuímos nenhuma orientação religiosa, mas somos todos [funcionários] católicos praticantes e isso faz com que as crianças e os adolescentes se interessem pelos ritos e atividades aos quais participamos. No entanto, há adolescentes, principalmente, que possuem outras religiões e nós estimulamos que sejam preservadas e, algumas vezes, os acompanhamos nos cultos. As palavras de Deus são também proferidas durante algumas sessões de terapia, nada que faça referência há religiões específicas, apenas os sentimentos de paz, amor e fraternidade.

4) regime de permanência (podem visitar as famílias, realizam atividades fora, quais e por quê);

Nós incentivamos a participação como sujeito ativo, protagonista da sua própria história [...] As crianças e os adolescentes vão à escola todos os dias. Nós as levamos de carro quando pequenas e algumas vão a pé [...] A saúde é atendida nos postos municipais e nos hospitais, ou ainda, em consultórios particulares dos nossos voluntários. O lazer é feito aqui no abrigo. As crianças menores brincam no nosso parque infantil, sempre ‘montamos’ um playground e até uma piscina plástica no verão. [...] algumas vezes somos convidados a visitar pontos turísticos da região e vamos com todas as crianças de ônibus. [...] os adolescentes também podem ir ao cinema, mas sempre com algum funcionário acompanhando [...] temos a guarda dessas crianças e adolescentes e responsabilidade sobre as ações deles. Por isso, não podemos deixá-los sós. [...] O abrigo tem que ter um programa, não é simplesmente um corredor de espera. O tempo pode ser curto, mas dois ou três meses na vida de uma criança ou de um adolescente é muito longo [...] imagine-se esperando, com a vida suspensa [...] quais os planos e os sonhos que você pode criar e realizar assim? [...].

5) atividades que a INSTITUIÇÃO realiza (apoio/acompanhamento aos egressos e ex-abrigados; capacitação e aperfeiçoamento dos recursos humanos do abrigo; preparação gradativa das crianças/adolescentes para o desligamento institucional; programa

personalizado de atendimento; providência de documentação civil para crianças/adolescentes que não a possuem; relatórios periódicos sobre as crianças/adolescentes para a Justiça da Infância e da Juventude);

Todas as atividades que você citou nós fazemos aqui, afinal é obrigatória a realização delas [...] O apoio aos ex-egressos é feito através de visitas semanais e depois quinzenais, à casa da criança ou do adolescente. Ali se avaliam o tratamento dado pelos pais ou responsáveis à criança ou ao adolescente, seja material (alimentação e moradia) ou psicológico. A preparação gradativa para o retorno ou o encaminhamento para adoção é feito com visitas a casa em que o interno irá morar, com avaliação psicológica dos pais e da infra-estrutura da casa. [...] entenda que não buscamos uma casa rica, equipada com tudo que há de melhor, mas sim um lugar adequado ao desenvolvimento físico e psicológico, onde haja amor e paz para o desenvolvimento. A terapia com as crianças e os adolescentes também é feita, porque muitos sofrem de ansiedade para serem adotadas ou para retornarem à família de origem. O atendimento personalizado nós tentamos fazer. Cada criança e adolescente é atendido individualmente em terapia e durante o dia, sempre que percebemos [INSTITUIÇÃO] a necessidade.

6) voluntários (como procedente, o que fazem);

Temos os profissionais que nos ajudam em seus locais de trabalho, eles os fazem sem quaisquer custos para nós. Muitas vezes, vem até nos buscar para o atendimento. São eles: dentista, advogado, contador, enfermeiro, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, médico clínico e pediátrico, nutricionista e pedagogo. Temos os estagiários da Universidade, que vem através de uma bolsa de estudos [artigo 170]. Eles nos ajudam com os internos, brincando e auxiliando nas tarefas escolares. Temos grupos escolares, religiosos e de senhoras que vem, principalmente, em datas comemorativas. Eles trazem doações e ficam algumas horas com as crianças e os adolescentes, mas isso não é freqüente. Há os sentenciados a prestar serviços à comunidade. Eles nos ajudam em quaisquer serviços de manutenção da casa, mas não permitimos que interajam diretamente com as crianças e os adolescentes. Agora uma rede de voluntários fixos, como outras ONGs possuem, nós não temos.

7) capacidade (regime misto, passa do limite, por quê);

O regime é misto. A capacidade daqui [sede antiga] são 25 crianças e adolescentes, mas onde estamos construindo [sede atual] serão até 35 internos. Você pode pensar que são muitas crianças e adolescentes, mas a demanda aqui no município é muito grande. Muitas vezes, acolhemos mais crianças e adolescentes do que podemos [...] aí entramos num dilema: se não os acolhemos, onde serão colocadas?

8) faixa etária de atendimento (por quê);

Acolhemos meninas até os 18 anos e meninos até os 10. Essa grande diferença é porque não temos capacidade física e organizacional para dividir meninos e meninas a partir da pré-adolescência. É preciso citar que há períodos de grande número de crianças em idade de alfabetização, entre cinco e sete anos, outros em que recebemos muitos bebês [...] depende da demanda de investigações judiciais e dos Conselhos Tutelares, não é um fluxo contínuo, é difícil prever quando, quantos e como serão os abrigados.

9) restrição para o atendimento (idade, características físicas ou psicológicas, deficiências ou restrições);

Não restringimos o atendimento de crianças e adolescentes com quaisquer restrições ou deficiências. Em nosso quadro de ex-internos possuímos crianças com deficiências motoras e cognitivas. Confesso que não temos infra-estrutura adequada para atender portadores de

deficiência motora nessa sede [sede antiga], mas nos preocupamos com isso no projeto da sede nova [sede atual]. Quando atendemos crianças com deficiências cognitivas, pedimos auxílio da APAE [Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais]. Eles buscavam a criança e levam-na para as atividades [...] Nós também recebemos aulas [na APAE] para sabermos como cuidar melhor dela.

10) motivo do abrigamento (por quê);

A maioria é por motivos ligados à pobreza. [...] A pobreza faz com que os pais não tenham expectativas para as crianças, muitos deles se envolvem com as drogas e ignoram a presença e as necessidades infantis.

11) quem encaminha para a INSTITUIÇÃO (conselho tutelar, juizado, Ministério Público);

Na maioria das vezes é o Conselho Tutelar e o Juizado da Infância e Juventude. É o Juiz quem determina tudo: a internação, o tempo, o retorno para a família de origem e a adoção. Nós cumprimos as ordens. Claro que em algumas audiências nós [INSTITUIÇÃO] interferimos, expomos nossa opinião acerca da decisão, mas a decisão final acerca do destino da criança e do adolescente é da Justiça.

12) convivência familiar (como é preservada, visitas, formas de contato).

Antes de mais nada é feito o contato comigo, com a psicóloga e a assistente social visitamos os pais ou responsáveis. Se nós concluirmos que a visita não será benéfica aos internos, porque os pais são viciados em drogas, por exemplo, nós pedimos que seja negado o direito de visita através da Justiça. Se acharmos que os pais ou algum outro familiar pode visitar, nós permitimos que venha em horário comercial, sem precisar agendar, mas respeitando os horários do interno (alimentação, escola, descanso). Caso os pais não tenham condições financeiras para irem à INSTITUIÇÃO, nós financiamos o transporte. Em alguns casos, também permitimos que as crianças e os adolescentes retornem para as famílias de origem ou ampliada para visitarem, mas sempre com uma funcionária da INSTITUIÇÃO junto.

“[...] todos os ambientes dessa casa são pequenos [...] nos falta espaço para as questões práticas como guardar os mantimentos e objetos das crianças [e dos adolescentes] [...] e precisamos de local calmo para elas estudarem, local para brincarem em segurança, sem móveis atravancando o espaço [...] espaço para elas dormirem em segurança, sem beliches [...]” (em conversa durante a apresentação da INSTITUIÇÃO).

Números de abrigados entre 1999/2007: 510 crianças e adolescentes;

Período médio de permanência: cerca de 1 (um) ano;

Retorno à família de origem: cerca de 65% dos 510 (correspondendo à 331 crianças e adolescentes);

Retorno à INSTITUIÇÃO após recolocação na família de origem: 149 crianças e adolescentes.

**Apêndice D – Transcrição da Entrevista não-estruturada com o Arquiteto responsável
pelo projeto da sede atual da INSTITUIÇÃO**

ENTREVISTADO: Arquiteto

LOCAL DA ENTREVISTA: sede atual da INSTITUIÇÃO

DATA: 22/10/2007. Início da entrevista: 14h00min Término da entrevista: 14h40min

1) utilização de referencial de leitura para pesquisa;

A lista de exigências da INSTITUIÇÃO foi a referência que tive. Nessa constavam: considerar aspectos de segurança (os quartos deveriam ser afastados do acesso principal da casa); ter espaço para armazenar os equipamentos e demais objetos (roupa de cama, roupas dos internos, mantimentos); ter banheiros separados por sexo e um para o berçário; ter uma sala de estudos para as crianças maiores, onde fosse possível a colocação de computadores; ter espaço suficiente para a área de serviço (manutenção da casa); ter uma sala para audiências e outra, central na planta, para a Diretora [...] Posso considerar o Código de Obras outra literatura que consultei.

2) partido arquitetônico (aspectos marcantes do projeto e pontos focais);

Com o conjunto de necessidades passado a mim, com as condicionantes determinadas pela localização do norte e com as limitações financeiras para o projeto, o partido arquitetônico é uma casa térrea, com planta-baixa setorizada, onde a área de convivência é o ponto principal do projeto. Ali, as atividades são reunidas e as crianças brincam no mesmo ambiente. Como esse é o ponto principal, escolhi ali para a sala da Diretora. Assim, ela fica próximo do setor íntimo, de serviços e social. O setor social tem, ainda, comunicação com a área externa, outro desejo da INSTITUIÇÃO.

3) materiais utilizados;

Eu especifiquei os materiais utilizados na obra. No entanto, a escolha foi muito mais por questões financeiras, do que quaisquer outros motivos. Desde as telhas até as cerâmicas, tudo foi pensado a partir da possibilidade de se conseguir em doações.

4) estratégias para acessibilidade e segurança (material auxiliar);

As questões de acessibilidade que projetei, foram as exigidas pelo abrigo [...] os banheiros possuem área suficiente para manobras da cadeira de rodas. No entanto, não há colocação de barras de apoio nos banheiros, mesmo que no projeto eu tenha especificado. Com relação às medidas de segurança, todas as sugestões e alterações foram por parte da Diretora da INSTITUIÇÃO [...] ela sugeriu também a retirada de muitas das portas de correr. Por isso, diminuí os vãos e o número de “folhas” em vidro. Essa sugestão, segundo ela, era para evitar acidentes e também, para facilitar a manutenção. Com relação aos móveis, sei que a Diretora os conseguiu com uma fábrica de móveis planejados sob medida. No entanto, muitos eram do mostruário da fábrica e já estavam prontos, então não devem ter sido avaliadas as questões de acessibilidade e segurança. [...] medidas paliativas foram feitas, como a colocação de “ponteiros de silicone” nas quinas e a fixação dos móveis, para evitarem que tombem.

5) dimensão comportamental (privacidade, interação e controle);

Não considerei conscientemente essa dimensão, mas a setorização da planta pode ser

considerada uma forma de controlar a interação entre as pessoas [...].

6) dimensão ambiental (conforto térmico, acústico e lumínico);

Essa dimensão eu sempre considero nos meus projetos. Levo em conta a orientação do lote e a direção dos ventos. Isso fez com que esse projeto resultasse numa casa arejada e com boa iluminação natural. O conforto acústico, no entanto, não teve o mesmo cuidado. [...] Pude utilizar também no projeto, painéis solares para aquecimento da água, que contribuem no aspecto da sustentabilidade..

7) comente sobre a cozinha;

[...] a cozinha deveria ter espaço suficiente para o preparo de alimentos e a lavagem da louça [...] ela deveria ser próxima dos demais ambientes de serviço, para funcionalidade das atividades cotidianas [...] Resolvi proporcionar a comunicação entre refeitório e cozinha, porque não é permitido que os abrigados entrem e saiam da cozinha, como ocorrem em residências comuns. Através do passa-prato, amenizo esse problema [...] Com relação à dimensão comportamental, não considerarei tais fatores no meu projeto, muito menos na cozinha [...] A prioridade para colocação da cozinha nesse ponto da casa não foram as condicionantes ambientais e sim a localização no lote. Era preciso que fosse afastada da entrada principal, porque a cozinha é o local com menor segurança. Muitas pessoas entram e saem daí, seja para entregarem doações ou porque são funcionários [...].

8) comente sobre o quarto das adolescentes;

[...] nos quartos o pedido era retirar os beliches pela insegurança [...] e que não houvesse mais de cinco leitos por quarto. [...] essa falta de espaço para circular entre as camas, que aparece agora, é porque o layout não foi respeitado [...] eles [funcionários] preferiam as camas com a cabeceira de frente para a porta, assim as crianças poderiam ser vistas com mais facilidade. [...] Referente à dimensão comportamental, considerei apenas que cada adolescente tivesse lugar próprio para guardar seus pertences, por isso sugeri as camas com gavetas embaixo e as prateleiras aéreas [...] esse recurso permite a apropriação temporária, por um curto período de tempo ela coloca seus pertences e logo pode vir outra menina que utiliza o mesmo lugar, mas à sua maneira. [...] Na dimensão ambiental, os quartos foram todos colocados em orientação norte, isso condicionou todas as outras decisões. Ainda o quarto das adolescentes foi colocado mais afastado das demais crianças, para maior conforto [...] e o pé-direito é alto contribui para a sensação de conforto térmico [...].

9) comente sobre o refeitório/sala de estar;

[...] Na sala foi preciso colocar acabamentos que priorizassem a fácil manutenção. As paredes recebem azulejos e há o piso cerâmico. As aberturas foram o partido usado para integrar o ambiente interno e externo. [...] esse ambiente poderia ter um layout mais definido, através do mobiliário, por exemplo, mas foi opção da INSTITUIÇÃO que o espaço fosse amplo, sem limitar o uso, assim poderia ser aproveitado para eventos e atividades voluntárias [...] Referente à dimensão comportamental, não considerei esse condicionante no projeto. [...] Na dimensão ambiental, considero que as aberturas usadas para integração externa, contribuem para o conforto ambiental desse ambiente, mas claro, a sala é ampla e há os revestimentos em cerâmica, tudo isso auxilia [...].

10) comente sobre o quarto das meninas;

[...] esse quarto é similar ao quarto para as adolescentes [...] quando peguei o programa de necessidades vi que era necessário quatro quartos e um berçário, parti desse ponto, não determinei qual seriam os ocupantes do quarto [...].

11) comente sobre os banheiros.

[...] no programa de necessidades estava estipulado que os banheiros deveriam ser separados e com pelo menos quatro sanitários por sexo, mas fiz um lavabo social, um fraldário e um vestiário para os funcionários, assim foi possível reduzir o número de sanitários dos abrigados. [...] Os cuidados que tomei foram com relação à ergonomia da pia [...] nos vasos sanitários havia a idéia de fazer um com tamanho infantil, mas foi descartado em função de não conseguirmos doação do mobiliário. [...] no banheiro masculino, o conforto ambiental é prejudicado pela falta de aberturas. Por mais que tenhamos ventilação indireta, não é igual a uma janela aberta para a rua [...].

Apêndice E – Transcrição da Entrevista estruturada com Juiz da Vara da Infância e da Juventude

ENTREVISTADO: Juiz Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto.

LOCAL DA ENTREVISTA: Juizado da Infância e da Juventude, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

DATA: 22/08/2007. Início da entrevista: 13h35min Término da entrevista: 14h05min

1) Se o abrigo é, por Lei, um medida provisória e excepcional, como se explica a permanência média de um ano das crianças e dos adolescentes nessas instituições?

São vários os motivos. A Lei considera o abrigamento algo provisório e excepcional, o último recurso para proteger a criança [quando se cita a criança nessa entrevista, subentende-se também o adolescente] da violência. Por exemplo, com uma criança em situação de rua, primeiro se avalia o porquê dela estar na rua. Há todo um movimento para que ela retorne para a casa. Depois se tenta a família ampliada. Tentam-se várias alternativas. Se nenhuma delas obtiver sucesso, a alternativa final é o abrigamento. Este deve durar o tempo necessário para que se reorganize a situação familiar dessa criança e ela possa voltar ao lar. Contudo, não havendo essa condição, há o processo que chamamos de destituição do poder familiar. Ele é o rompimento jurídico dos laços entre pais e filhos. Feito esse rompimento a criança está apta à adoção [...] na pesquisa realizada pela Enid Rocha em parceria com o Ipea e o CONANDA, verificou-se que 87% das crianças abrigadas possuem pais, então, não são órfãs. Dessas, cerca de 60% recebem visitas regulares de suas famílias. Isso prova que não é falta de carinho e afeto o principal motivo para o abrigamento. [...] Elas são abrigadas por motivos de carência e a pobreza é a principal causa. Essas crianças não estão em abrigos por falta de afeto, nem falta de amor dos pais, mas sim por causas ligadas à miséria. Elas estão lá, para terem uma vida digna. [...] [Mas a pobreza não é motivo para destituição do poder familiar!] Esta é a principal questão! Ela é abrigada, mas não se pode destituir o poder familiar. Afinal, o artigo 23 diz que a pobreza, a falta de recursos financeiros – e ainda bem que diz isso - não pode ser motivo para rompimento dos laços familiares. Assim, ela permanece no abrigo até que o Estado, através de seus setores, tente reorganizar a família e isso muitas vezes, demora e pode durar toda a infância e adolescência. [...] Outra questão são as crianças disponíveis para a adoção. Estas tendem a permanecer no abrigo dependendo da idade e do perfil delas. [...] É importante destacar também, a cultura do abrigamento. No Brasil, assim como foi em relação aos doentes mentais, por exemplo, a cultura toda era de isolar. Todavia, o direito não é dos pais estarem com os filhos, mas dos filhos estarem com os pais [então, qual a responsabilidade do abrigo em estimular estes vínculos?]. A grande responsabilidade é estimular o retorno da criança para casa. Cuidar disso! Ter um histórico da criança, ir à casa dos pais, chama-los com frequência, para que não percam o contato com o filho. Fazer todo esse movimento com a ajuda do Poder Judiciário. [...] Ainda, a realidade do abrigamento é um problema oculto, uma vez que se dá muita atenção ao adolescente infrator e à adoção, mas se fala muito pouco das crianças que vivem em abrigos. É um assunto que não vem recebendo a atenção devida. Por isso, tivemos a idéia da campanha [Campanha Mude um Destino e Abrigo Legal], que não trata apenas da questão da adoção. [...] Ressalva-se, também, que o termo abandono é muito subjetivo e temos que olhar sempre a situação da criança. Algumas crianças, mesmo agredidas, ainda preferem voltar para suas famílias de origem. Isso dificulta o trabalho e faz com que seja necessário, até mesmo, convencer a criança de que esta não é uma boa opção.

2) Quais serviços o abrigo pode e/ou deve delegar ao poder público?

Eu acho que há um buraco nesse assunto. O Bolsa Família, por exemplo, não atinge os abrigos. Eu acho isso um grande equívoco. [...] O abrigo é ainda visto como um depósito. A obrigação está em reverter isso. A criança deve estudar junto com as outras e ter vida social. Não pode ser tratada como diferente por estar nesta condição. [...] Pela falta de ajuda financeira da grande maioria, os abrigos dependem da ajuda do Estado. Este deve agir, principalmente, através da assistência à saúde, educação e lazer.

3) No parágrafo único do artigo 91, cita-se que será negado o registro à entidade que “não ofereça instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança”. O que se entende por habitabilidade?

Não só o Estatuto, mas as Legislações brasileiras, ambas desenham o ideal. Mas esse nem sempre é o real. [...] Hoje a idéia de abrigo é que ele atenda poucas crianças, num sistema familiar, não mais o modelo de grandes abrigos com 50 ou 60 abrigados. O modelo ideal são casas com 5 até 10 crianças, onde haja o respeito às condições citadas [pelo artigo 91] [...] Este conceito de habitabilidade é extremamente amplo e aberto. O que a gente [Poder Judiciário] quer é um ambiente sadio.

4) No artigo 92, faz-se referência ao abrigo adotar o princípio de “desenvolvimento de atividades em regime de co-educação”. O que isso quer dizer?

[...] uma das bases do Estatuto é não tratar a criança de forma isolada, como se fosse uma criança deficiente. [...] Quando se fala em co-educação, é que a criança abrigada participe também do processo de educação, ou seja, que não seja impositivo.

5) Há algum responsável pela vistoria, estudo e possíveis melhorias arquitetônicas nos abrigos?

Não há nenhum profissional ligado à Arquitetura. A vistoria é feita pelo Ministério Público, Juizes, Promotores e Conselhos Tutelares. São avaliadas as questões previstas pela Lei [colocações referentes ao abrigamento e à infra-estrutura do abrigo] e questões particulares, como por exemplo, há um abrigo que não atende vários parâmetros, mas se fecharmos, colocaremos as crianças em outro distante 30 quilômetros? Isso se tornaria inviável aos pais e correríamos o risco de ocasionar a perda dos laços familiares.

6) Quais recursos o senhor considera indispensáveis num abrigo?

A alternativa é formar um ambiente familiar. [O que o doutor entende por ambiente familiar?] Eu acho que é o respeito à individualidade. Afinal, o que mais me choca quando eu vou numa instituição, é o ambiente excessivamente coletivo.

Apêndice F – Transcrição da Entrevista estruturada com a psicóloga da INSTITUIÇÃO

ENTREVISTADO: Psicóloga da INSTITUIÇÃO

LOCAL DA ENTREVISTA: refeitório da sede antiga da INSTITUIÇÃO

DATA: 12/07/2007. Início da entrevista: 14h15min Término da entrevista: 14h55min

1) Como é a rotina da INSTITUIÇÃO? Há horários rígidos a serem cumpridos?

Eles [crianças e adolescentes abrigados] têm uma rotina, mas não é rígida. Eles acordam, tomam café, alguns vão para a escola (outros vão à tarde). Alguns vão para o CENTRO [nome fictício para o órgão que desenvolve o programa de apoio pedagógico infantil], uma vez por semana. Quando retornam, [das atividades externas à INSTITUIÇÃO], assistem à televisão e jantam. Não há horário fixo para ir dormir, depende das monitoras. Às vezes, alguém fez uma “arte” [travessura] e vai dormir mais cedo, mas é raro.

2) Quais os procedimentos quando a criança ou o adolescente chega à INSTITUIÇÃO?

Quando eles chegam, seja na primeira vez ou não, é preciso conversar, perguntar e principalmente saber ouvir [...] É preciso investir nas crianças e nos adolescentes, pois esse momento será benéfico para todos os envolvidos, atenuando marcas negativas que irão acompanhar o abrigado pelo resto da vida. É necessário carinho, afago, criando assim, uma relação de confiança entre educadores, técnicos e demais abrigados da casa.

3) Como são as avaliações? As terapias são individuais?

Temos conversas individuais. Eu [psicóloga] e a assistente social conversamos com as crianças e os adolescentes. Perguntamos sobre a vida que eles levavam. Ouvimos mais do que falamos. Quando a criança ou o adolescente já possui capacidade para entender, explicamos a situação, como nós [INSTITUIÇÃO] vamos proceder e como a Justiça deve atuar no caso. As terapias, quando necessárias, são individuais. Mas muitas “coisas” são descobertas na convivência em grupo. Por isso consideramos importantíssimo ambientes que permitam que as crianças e os adolescentes interajam entre si. Ambientes que permitam as brincadeiras, conversas e atividades intelectuais, tudo junto! Se perguntares às crianças e aos adolescentes, eles responderam isso e nós [INSTITUIÇÃO] também. Esse é o ponto principal num abrigo.

4) Quais as características observadas quando a criança brinca, o adolescente conversa, enfim, as pessoas interagem?

Tu tiras tudo! Ela [criança] está brincando e joga a boneca na parede ou dá um tapa na boneca, por exemplo, com quem ela aprendeu? Ela mostra a agressividade que sofria em casa e como era o ambiente [onde convivia], se era calmo ou violento. Ainda, a criança aprende a agir corretamente ou não, observando as ações das pessoas. Por isso, é fundamental que ela interaja com outras. Eles [crianças e adolescentes] têm muitos problemas de relacionamento, porque muitas vezes eram tratados como “não pessoas”. Alguns não sabem exprimir suas vontades e sentimentos, porque não lhes era permitido. Então, um ambiente de convivência social onde é permitida a interação de diferentes grupos em harmonia, ensina aos abrigados valores fundamentais para formarmos cidadãos conscientes de sua importância. “Coisa” que até então, antes de chegarem aqui [INSTITUIÇÃO], muitos não possuíam essa consciência.

5) Quando as crianças brincam num grupo maior, como elas se separam (por idade,

afinidade)?

Elas [as crianças] brincam juntas e estipulam quem vai desempenhar os papéis no faz-de-conta. [...] As brigas ocorrem, mas são rápidas, logo as crianças brincam juntas novamente. [...] As brigas são, geralmente, porque alguém não fez o quê foi pedido ou combinado. [...] Quanto à exclusão, é difícil uma criança chegar aqui [INSTITUIÇÃO] e ser excluída por alguma coisa.

6) Tem alguma espécie de demarcação de território, quando elas brincam?

Tem, mas a gente [corpo de funcionários] tira. Se a criança fala, por exemplo: esse brinquedo é meu! Nós explicamos: não, aqui nada é teu! Tudo é de todo mundo! [...] Mas elas [as crianças] têm essa mania sim. [...] Aqui, até a roupa é coletiva. Só as maiores, as adolescentes acima de doze anos, têm as roupinhas delas.







7) Como ocorrem os relacionamentos entre os abrigados (relação de apego)?






Eles [crianças e adolescentes abrigados] têm um carinho fraternal. [...] É lógico que não são todos, alguns vêm com um histórico pesado. [...] Mas no geral, eles são muito carinhosos e querem ajudar, apesar de não deixarmos.



Apêndice G – Quadro de imagens utilizadas no Jogo de Imagens e Palavras

 <p>Fonte: ROYALTY FREE, 2008. Disponível em: <http://www.fotosearch.com.br>. Acesso em: 25 jan. 2008.</p>	<p style="text-align: center;">AMBIENTE CALMO</p> <p><i>Dimensão Comportamental:</i> Comportamento individual; Contexto ambiental (motivos infantis; brinquedos e aparelho eletrônico; sensação de conforto). <i>Dimensão Ambiental:</i> Aparência de conforto lumínico, térmico e acústico (aparente silêncio).</p>
 <p>Fonte: PEISL, 2007. Disponível em: <http://www.gettyimages.com>. Acesso em: 30 ago. 2007.</p>	<p style="text-align: center;">AMBIENTE AGITADO</p> <p><i>Dimensão Comportamental:</i> Relação social (alegria e companheirismo; adulto contando história para criança); Contexto ambiental (bem conservado). <i>Dimensão Ambiental:</i> Aparência de conforto térmico (cobertas e roupas adequadas), ambiente escuro e possibilidade de barulho, porque as crianças estão reunidas.</p>
 <p>Fonte: BANANA STOCK, 2008. Disponível em: <http://www.fotosearch.com.br>. Acesso em: 25 jan. 2008.</p>	<p style="text-align: center;">COOPERAÇÃO – ADULTO AJUDA CRIANÇA</p> <p><i>Dimensão Comportamental:</i> Relação social (companheirismo; adulto ajudando a criança); Contexto ambiental (bem conservado). <i>Dimensão Ambiental:</i> Aparência de conforto lumínico, térmico e possibilidade de conversa em volume normal de voz entre o adulto e as crianças.</p>
 <p>Fonte: DIGITAL VISION, 2007. Disponível em: <http://www.gettyimages.com>. Acesso em: 30 ago. 2007.</p>	<p style="text-align: center;">COOPERAÇÃO – CRIANÇA AJUDA ADULTO</p> <p><i>Dimensão Comportamental:</i> Relação social (companheirismo; criança ajudando o adulto); Contexto ambiental (bem conservado). <i>Dimensão Ambiental:</i> Aparência de conforto lumínico, térmico e possibilidade de conversa em volume normal de voz entre o adulto e a criança.</p>
 <p>Fonte: BANANA STOCK, 2008. Disponível em: <http://www.fotosearch.com.br>. Acesso em: 25 jan. 2008.</p>	<p style="text-align: center;">AMBIENTE INTERNO – AGLOMERAÇÃO</p> <p><i>Dimensão Comportamental:</i> Relação social (refeição; crianças sorrindo e adultos auxiliando as crianças); Contexto ambiental (bem conservado). <i>Dimensão Ambiental:</i> Aparência de conforto lumínico e térmico e possibilidade de barulho, porque as crianças estão reunidas.</p>
	<p style="text-align: center;">AMBIENTE INTERNO - VAZIO</p> <p><i>Dimensão Comportamental:</i> Relação social (refeição; adulto auxiliando as crianças); Contexto ambiental (bem conservado). <i>Dimensão Ambiental:</i> Aparência de conforto lumínico (ambiente claro) e</p>

<p>Fonte: ASIA STOCK, 2008. Disponível em: <http://www.fotosearch.com.br>. Acesso em: 25 jan. 2008.</p>	<p>térmico e possibilidade de conversa em volume normal de voz entre o adulto e as crianças.</p>
 <p>Fonte: RISER, 2007. Disponível em: <http://www.gettyimages.com>. Acesso em: 30 ago. 2007.</p>	<p style="text-align: center;">AMBIENTE ABERTO</p> <p><i>Dimensão Comportamental:</i> Relação social (crianças brincando); Contexto ambiental (bem conservado; local arborizado e com gramado).</p> <p><i>Dimensão Ambiental:</i> Aparência de conforto lumínico e térmico e possibilidade de conversa em tom normal de voz entre as crianças.</p>
 <p>Fonte: DIGITAL VISION, 2008. Disponível em: <http://www.fotosearch.com.br>. Acesso em: 25 jan. 2008.</p>	<p style="text-align: center;">AMBIENTE FECHADO</p> <p><i>Dimensão Comportamental:</i> Relação social (adultos interagindo com as crianças); Contexto ambiental (bem conservado).</p> <p><i>Dimensão Ambiental:</i> Aparência de conforto lumínico (ambiente claro) e térmico e possibilidade de conversa em volume normal de voz entre os adultos e as crianças.</p>
 <p>Fonte: DIGITAL VISION, 2008. Disponível em: <http://www.fotosearch.com.br>. Acesso em: 25 jan. 2008.</p>	<p style="text-align: center;">AMBIENTE COM MUITA INFORMAÇÃO</p> <p><i>Dimensão Comportamental:</i> Comportamento individual (pensativo); Contexto ambiental (muitos objetos com motivos infanto-juvenis; sensação de conforto e propriedade sobre o espaço).</p> <p><i>Dimensão Ambiental:</i> Aparência de conforto lumínico, térmico e acústico.</p>
 <p>Fonte: STOCKBYTE, 2008. Disponível em: <http://www.gettyimages.com>. Acesso em: 25 jan. 2007.</p>	<p style="text-align: center;">AMBIENTE COM POUCA INFORMAÇÃO</p> <p><i>Dimensão Comportamental:</i> Comportamento individual (pensativo, ouvir música e brincar com a bola); Contexto ambiental (motivos infanto-juvenis; sensação de conforto e propriedade sobre o espaço).</p> <p><i>Dimensão Ambiental:</i> Aparência de conforto lumínico, térmico e acústico.</p>
 <p>Fonte: IMAGE BANK, 2008. Disponível em: <http://www.gettyimages.com>. Acesso em: 25 jan. 2008.</p>	<p style="text-align: center;">AMBIENTE COM ILUMINAÇÃO NATURAL</p> <p><i>Dimensão Comportamental:</i> Relação social (alimentação; companheirismo e alegria); Contexto ambiental (bem conservado).</p> <p><i>Dimensão Ambiental:</i> Aparência de conforto lumínico, térmico e possibilidade de conversa em volume normal de voz entre as crianças.</p>
 <p>Fonte: DESIGN PICS, 2008.</p>	<p style="text-align: center;">AMBIENTE COM ILUMINAÇÃO ARTIFICIAL</p> <p><i>Dimensão Comportamental:</i> Relação social (companheirismo e alegria); Contexto ambiental (bem conservado).</p> <p><i>Dimensão Ambiental:</i> Aparência de conforto lumínico, térmico e possibilidade de conversa em volume normal de voz</p>

Disponível em: < http://www.fotosearch.com.br >. Acesso em: 25 jan. 2008.	entre as crianças.
 <p>Fonte: IMAGE SOURCE, 2008. Disponível em: <http://www.fotosearch.com.br>. Acesso em: 25 jan. 2008.</p>	<p align="center">DIMENSÃO INFANTIL x ADULTA</p> <p><i>Dimensão Comportamental:</i> Comportamento individual (criança sentada e sorrindo); Contexto ambiental (sensação de conforto; mobiliário em duas dimensões; bem conservado).</p> <p><i>Dimensão Ambiental:</i> Aparência de conforto lumínico, térmico e acústico.</p>
 <p>Fonte: DIGITAL VISION, 2008. Disponível em: <http://www.gettyimages.com>. Acesso em: 25 jan. 2008.</p>	<p align="center">DIMENSÃO NÃO ACESSÍVEL</p> <p><i>Dimensão Comportamental:</i> Comportamento individual (criança sobre o móvel; perigo; alimentação); Contexto ambiental (mobiliário com dimensões inacessíveis à criança, mas bem conservado).</p> <p><i>Dimensão Ambiental:</i> Aparência de conforto lumínico, térmico e acústico.</p>
 <p>Fonte: IMAGE BANK, 2008. Disponível em: <http://www.gettyimages.com>. Acesso em: 25 jan. 2008.</p>	<p align="center">DIMENSÃO INFANTIL - ACESSÍVEL</p> <p><i>Dimensão Comportamental:</i> Relação social (higiene pessoal e falta de privacidade); Contexto ambiental (mobiliário com dimensões acessíveis às crianças e bem conservado).</p> <p><i>Dimensão Ambiental:</i> Aparência de conforto lumínico, térmico e acústico.</p>
 <p>Fonte: DIGITAL VISION, 2008. Disponível em: <http://www.gettyimages.com>. Acesso em: 30 jan. 2008.</p>	<p align="center">DIMENSÃO NÃO ACESSÍVEL</p> <p><i>Dimensão Comportamental:</i> Comportamento individual (lavando a louça; sorrindo); Contexto ambiental (recurso para acessibilidade: banquinho; mobiliário com dimensões inacessíveis à criança, mas bem conservado).</p> <p><i>Dimensão Ambiental:</i> Aparência de conforto lumínico, térmico e acústico.</p>
 <p>Fonte: DIGITAL VISION, 2008. Disponível em: <http://www.gettyimages.com>. Acesso em: 30 jan. 2008.</p>	<p align="center">CONDIÇÕES AMBIENTAIS ADVERSAS</p> <p><i>Dimensão Comportamental:</i> Relação social (companheirismo e sorriso); Contexto ambiental (crianças com roupas para enfrentar a chuva; ambiente arborizado e bem conservado).</p> <p><i>Dimensão Ambiental:</i> Aparência de conforto lumínico e acústico, mas desconforto térmico (crianças com os braços cruzados).</p>
 <p>Fonte: BURCHAM, 2007. Disponível em: <http://www.gettyimages.com>.</p>	<p align="center">CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE CONFORTO</p> <p><i>Dimensão Comportamental:</i> Comportamento individual (sorrindo); Contexto ambiental (criança pendurada em brinquedo de parque).</p> <p><i>Dimensão Ambiental:</i> Aparência de conforto lumínico, térmico e acústico (criança gargalhando).</p>

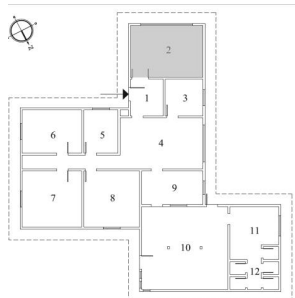
Acesso em: 30 ago. 2007.	
	<p align="center">AMBIENTE EXTERNO – AGLOMERAÇÃO</p> <p><i>Dimensão Comportamental:</i> Relação social (crianças sorrindo, conversando e brincando; companheirismo e alegria); Contexto ambiental (bem conservado).</p> <p><i>Dimensão Ambiental:</i> Aparência de conforto lumínico e térmico e possibilidade de barulho, porque as crianças estão reunidas.</p>
<p>Fonte: MAEERS, 2007. Disponível em: <http://www.gettyimages.com>. Acesso em: 30 ago. 2007.</p>	
	<p align="center">AMBIENTE EXTERNO – VAZIO</p> <p><i>Dimensão Comportamental:</i> Comportamento individual (criança sobre o brinquedo do parque); Contexto ambiental (bem conservado).</p> <p><i>Dimensão Ambiental:</i> Aparência de conforto lumínico, térmico e acústico (aparente silêncio).</p>
<p>Fonte: GP AGENCY, 2007. Disponível em: <http://www.gettyimages.com>. Acesso em: 30 ago. 2007.</p>	
	<p align="center">AMBIENTE EXTERNO - CONTEMPLAÇÃO</p> <p><i>Dimensão Comportamental:</i> Relação social (conversas e contemplação); Contexto ambiental (local arborizado e bem conservado).</p> <p><i>Dimensão Ambiental:</i> Aparência de conforto lumínico e térmico e possibilidade de conversas em volume normal de voz.</p>
<p>Fonte: PRIOR, 2007. Disponível em: <http://www.gettyimages.com>. Acesso em: 30 ago. 2007.</p>	
	<p align="center">AMBIENTE EXTERNO – AÇÃO E CONTEMPLAÇÃO</p> <p><i>Dimensão Comportamental:</i> Relação social (conversas, contemplação e brincadeiras); Contexto ambiental (local arborizado e bem conservado).</p> <p><i>Dimensão Ambiental:</i> Aparência de conforto lumínico e térmico e possibilidade de barulho por ocasião das brincadeiras.</p>
<p>Fonte: C. E., 2007. Disponível em: <http://www.gettyimages.com>. Acesso em: 12 dez. 2007.</p>	
	<p align="center">AMBIENTE DE ESTAR ESPAÇOSO</p> <p><i>Dimensão Comportamental:</i> Relação social (adulto interagindo com a criança); Contexto ambiental (bem conservado).</p> <p><i>Dimensão Ambiental:</i> Aparência de conforto lumínico (ambiente claro) e térmico e possibilidade de conversa em volume normal de voz entre o adulto e a criança.</p>
<p>Fonte: BUILDING INCLUSIVE CHILD, 2006. Disponível em: <http://www2.northampton.edu>. Acesso em: 12 jun. 2006.</p>	
	<p align="center">AMBIENTE DE ESTAR PEQUENO</p> <p><i>Dimensão Comportamental:</i> Relação social (adulto interagindo com as crianças); Contexto ambiental (bem conservado).</p> <p><i>Dimensão Ambiental:</i> Aparência de conforto lumínico e térmico e possibilidade de conversa em volume normal de voz entre o adulto e as crianças.</p>
<p>Fonte: P. CLARK, 2007. Disponível em: <http://www.gettyimages.com>. Acesso em: 30 ago. 2007.</p>	

 <p>Fonte: STOCKBYTE, 2008. Disponível em: <http://www.gettyimages.com>. Acesso em: 25 jan. 2007.</p>	<p style="text-align: center;">AMBIENTE ORDENADO</p> <p><i>Dimensão Comportamental:</i> Relação social (crianças arrumando e conversando; companheirismo); Contexto ambiental (bem conservado).</p> <p><i>Dimensão Ambiental:</i> Aparência de conforto lumínico e térmico e possibilidade de conversa em tom normal de voz entre as crianças.</p>
 <p>Fonte: SARTORE, 2007. Disponível em: <http://www.gettyimages.com>. Acesso em: 30 ago. 2007.</p>	<p style="text-align: center;">AMBIENTE DESORDENADO</p> <p><i>Dimensão Comportamental:</i> Comportamento individual (confusão); Contexto ambiental (desordem, mas boa conservação dos objetos e mobiliário).</p> <p><i>Dimensão Ambiental:</i> Aparência de conforto lumínico, térmico e acústico.</p>

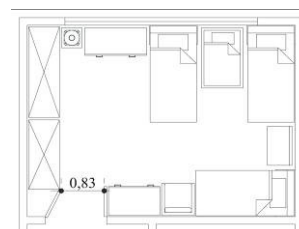
Apêndice H – Quadros da Leitura Espacial

QUARTO DAS ADOLESCENTES (continua)

Sede Antiga

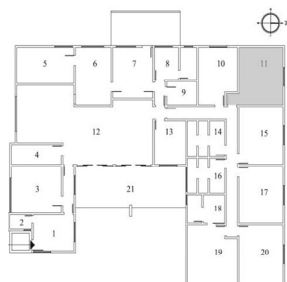


Planta-baixa com destaque para o quarto das adolescentes.
Fonte: AUTORA, 2007.

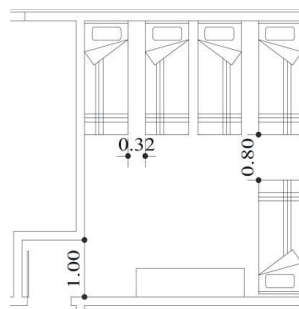


Planta-baixa do quarto das adolescentes com layout.
Fonte: AUTORA, 2007.

Sede Atual



Planta-baixa com destaque para o quarto das adolescentes.
Fonte: AUTORA, 2008.



Planta-baixa do quarto das adolescentes com layout.
Fonte: AUTORA, 2008.

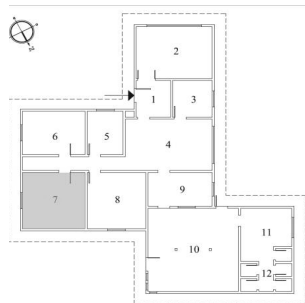
	Sede	Avaliação	Análise	
CATEGORIA FÍSICA	Função	Antiga	Quarto com 4 leitos, para as adolescentes do sexo feminino a partir do 10 anos, ou conforme a demanda. Usado para repousar, assistir televisão, brincar, ouvir música e estudar.	
		Atual	Quarto com 5 leitos, para acolher o mesmo perfil. Usado para dormir.	
	Área e Layout	Antiga	☺ ☹	A área de 19,75 m ² (5,20 x 3,80 metros) era suficiente às atividades. O layout prejudicava o acesso à janela e o uso dos armários.
		Atual	☺ ☹	A área de 19,40 m ² (4,00 x 4,85 metros) é suficiente às atividades. O layout prejudica a circulação entre as camas.
	Acabamentos e mobiliário	Antiga	☺ ☹	Os acabamentos e o mobiliário apresentavam-se bem conservados, mas os armários não atendiam às exigências de uso.
		Atual	☺	Os acabamentos e o mobiliário apresentam-se em bom estado de conservação.
	Segurança	Antiga	☺ ☹	Ponto positivo: rede de proteção na janela. Pontos negativos: porta com folhas de vidro; objetos decorativos frágeis; mobiliário sem quinas arredondadas e fixação na parede; beliche sem escada e grade lateral; e pontos elétricos de fácil acesso.
		Atual	☺ ☹	Ponto positivo: dispositivos plásticos de proteção nos pontos elétricos. Pontos negativos: idênticos a sede antiga.
	Funcionários ou Arquiteto	Antiga	☺ ☹	“As meninas podem colocar os enfeites que quiserem. Isso o deixa alegre e do jeitinho que elas gostam. O problema são os armários que possuem pouco espaço” (FUNCIONÁRIO 06).
		Atual	☺ ☹	“[...] nos quartos o pedido era: retirar os beliches [...] essa falta de espaço para circular entre as camas, que aparece agora, é porque o layout que sugeri não foi respeitado” (ARQUITETO).

QUARTO DAS ADOLESCENTES (conclusão)				
		Sede	Avaliação ☺ ☹	Análise
DIMENSÃO COMPORTAMENTAL	Privacidade	Antiga	☺ ☹	As adolescentes possuíam liberdade para controlar a interação, mas a porta com almofadas de vidro prejudicava a privacidade.
		Atual	☺	Os mesmos mecanismos de controle da sede antiga.
	Informação	Antiga	☺	As adolescentes controlavam as informações do entorno imediato.
		Atual	☺	Idêntico a sede antiga.
	Territorialidade	Antiga	☺	O ambiente era personalizado e mantido pelas adolescentes. As intervenções eram incentivadas, desde que não houvesse danos ao patrimônio.
		Atual	☺	Idêntico a sede antiga.
Funcionários ou Arquiteto	Antiga	☺ ☹	<i>"[...] às vezes impedimos as crianças de entrarem aqui"</i> (FUNCIONÁRIO 01).	
	Atual	☺	<i>"[...] considereí que cada adolescente tivesse lugar para guardar seus pertences [...]"</i> (ARQUITETO).	
DIMENSÃO AMBIENTAL	Conforto lumínico	Antiga	☺	Condições adequadas de conforto.
		Atual	☺	Idêntico a sede antiga.
	Conforto térmico	Antiga	☺	Condições adequadas de conforto.
		Atual	☺	Condições adequadas de conforto. Não há aparelhos de refrigeração.
	Conforto acústico	Antiga	☺	O quarto era afastado das áreas de convivência, garantindo conforto.
		Atual	☺	Idêntico a sede antiga.
	Funcionários ou Arquiteto	Antiga	☺	<i>"[...] aqui é calmo, porque é longe do quarto das outras crianças. É bem iluminado e fresquinho"</i> (FUNCIONÁRIO 03).
		Atual	☺	<i>"[...] o quarto das adolescentes foi colocado mais afastado das demais crianças, para maior conforto"</i> (ARQUITETO).

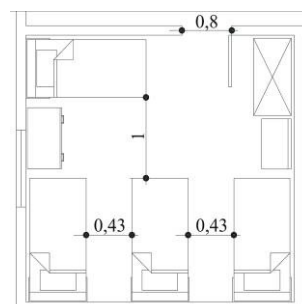
Quadro 19: Leitura Espacial do quarto das adolescentes nas sedes antiga e atual da INSTITUIÇÃO.
Fonte: AUTORA, 2008.

QUARTO DAS MENINAS (continua)

Sede Antiga

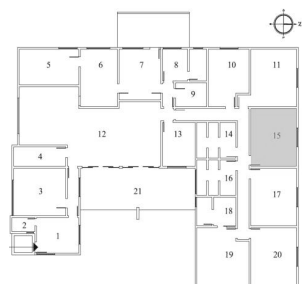


Planta-baixa com destaque para o quarto das meninas.
Fonte: AUTORA, 2007.

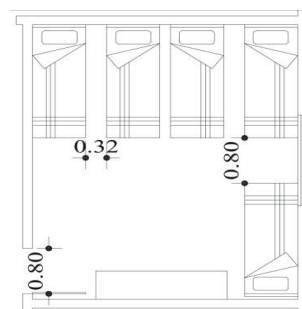


Planta-baixa do quarto das meninas com layout.
Fonte: AUTORA, 2007.

Sede Atual



Planta-baixa com destaque para o quarto das meninas.
Fonte: AUTORA, 2008.



Planta-baixa do quarto das meninas com layout.
Fonte: AUTORA, 2008.

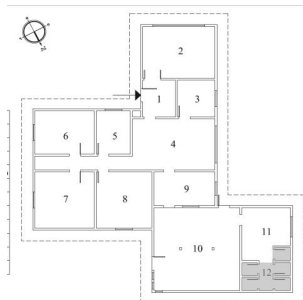
QUARTO DAS MENINAS (conclusão)				
	Sede	Avaliação ☺ ☹	Análise	
CATEGORIA FÍSICA	Função	Antiga	Quarto com 7 leitos, para meninas com idades entre 2 e 9 anos, ou conforme a demanda. Usado apenas, para repousar.	
		Atual	Quarto com 5 leitos que acolhem o perfil citado anteriormente. Uso somente, para repousar.	
	Área e <i>Layout</i>	Antiga	☹	A área de 17,85 m ² (4,30 x 4,15 metros) era insuficiente para a atividade e o <i>layout</i> dificultava o uso.
		Atual	☺ ☹	A área de 19,40 m ² (4,00 x 4,85 metros) é suficiente para a atividade, mas o <i>layout</i> prejudica a circulação entre as camas.
	Acabamentos e mobiliário	Antiga	☺ ☹	Os acabamentos e o mobiliário estavam em bom estado de conservação, mas este era insuficiente para armazenagem.
		Atual	☺ ☹	Os acabamentos e o mobiliário estão em bom estado de conservação. Destaca-se que as prateleiras são inacessíveis às meninas, a menos que subam nas camas.
	Segurança	Antiga	☺ ☹	Ponto positivo: nenhum objeto decorativo frágil ou cortante. Pontos negativos: mobiliário sem quinas arredondadas e travas de segurança; beliches sem grades laterais e escadas; pontos elétricos de fácil acesso e com protetores improvisados; e janela sem rede de proteção.
		Atual	☹	Ponto positivo: protetores plásticos nos pontos elétricos. Pontos negativos: janela sem rede de proteção; e mobiliário sem quinas arredondadas e travas de segurança.
	Funcionários ou Arquiteto	Antiga	☹	<i>“[...] aqui é pequeno. Usamos os beliches que não são seguros. Não podemos circular direito entre as camas para atender [...] Não tem espaço para guardar os objetos”</i> (FUNCIONÁRIO 01).
		Atual	☹	O Arquiteto repetiu as considerações feitas no quarto das adolescentes.
COMPORIMENTAL	Privacidade	Antiga	☺ ☹	Havia a possibilidade de fechar a porta, mas por questões de segurança, raramente, ocorria.
		Atual	☺ ☹	Idêntico a sede antiga.
	Informação	Antiga	☺ ☹	Possibilidade de coletar informações do entorno imediato, mas o controle era exclusivo dos funcionários.
		Atual	☺ ☹	Idêntico a sede antiga.
	Territorialidade	Antiga	☺ ☹	As meninas não possuíam “propriedade” sobre nenhum objeto, mas dormiam sempre nas mesmas camas.
		Atual	☺ ☹	Idêntico a sede antiga.
Funcionários ou Arquiteto	Antiga	☹	<i>“Esse é o quarto das meninas. Elas dormem aqui. Não brincam porque é pequeno e preferimos que elas fiquem próximas da gente [funcionários]”</i> (FUNCIONÁRIO 07).	
	Atual	☹	O Arquiteto repetiu as considerações do quarto das adolescentes.	
DIMENSÃO AMBIENTAL	Conforto lumínico	Antiga	☺	Condições adequadas de conforto.
		Atual	☺	Idêntico a sede antiga.
	Conforto térmico	Antiga	☹	O quarto recebia incidência do sol vespertino, prejudicando o conforto. Frequentemente, utilizavam-se ventiladores.
		Atual	☺	Condições adequadas de conforto.
	Conforto acústico	Antiga	☹	A localização próxima do parque infantil causava desconforto, principalmente para a soneca diurna das crianças.
		Atual	☺	Condições adequadas de conforto.
	Funcionários ou Arquiteto	Antiga	☺ ☹	<i>“[...] aqui é bem claro, mas é quente [...] o barulho também é grande, porque fica do lado do parquinho [parque infantil] onde as crianças brincam o dia todo”</i> (FUNCIONÁRIO 01).
		Atual	☹	O Arquiteto repetiu as considerações do quarto das adolescentes.

Quadro 20: Leitura Espacial do quarto das meninas nas sedes antiga e atual da INSTITUIÇÃO.

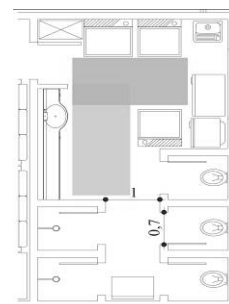
Fonte: AUTORA, 2008.

BANHEIROS (continua)

Sede Antiga

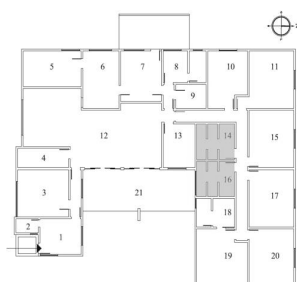


Planta-baixa com destaque para o banheiro.
Fonte: AUTORA, 2007.

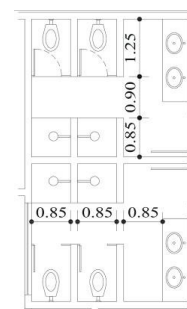


Planta-baixa do banheiro com layout.
Fonte: AUTORA, 2007.

Sede Atual



Planta-baixa com destaque para os banheiros.
Fonte: AUTORA, 2008.



Planta-baixa dos banheiros com layout.
Fonte: AUTORA, 2008.

	Sede	Avaliação ☺ ☹	Análise	
CATEGORIA FÍSICA	Função	Antiga	Atendia aos funcionários, abrigados e visitantes.	
		Atual	Há dois banheiros, um feminino e outro masculino. Ambos são de uso exclusivo dos abrigados. Ressalva-se que há outros banheiros para os funcionários, berçário e visitantes.	
	Área e Layout	Antiga	☹	A área de 9,10 m ² (1,05 m ² cada cabine) era insuficiente para as atividades. Não havia nenhuma cabine adaptada para deficientes, mas a INSTITUIÇÃO, freqüentemente, atendia esse perfil.
		Atual	☺ ☹	Cada banheiro possui 10,20 m ² , sendo suficiente para as atividades. Novamente, não há cabines adaptadas.
	Acabamentos e mobiliário	Antiga	☺ ☹	Os acabamentos não se encontravam em bom estado de conservação, ao contrário do mobiliário.
		Atual	☺	Os acabamentos e o mobiliário estão em bom estado de conservação.
	Segurança	Antiga	☺ ☹	Pontos positivos: grades de segurança removíveis na porta de acesso; chuveiros elétricos; e tapetes de borracha nas cabines de banho. Pontos negativos: piso de cerâmica sem tratamento antiderrapante; sem travas de segurança nos vasos sanitários; chuveiros sem ducha portátil; e mobiliário sem quinas arredondadas.
		Atual	☺ ☹	Idêntico a sede antiga.
	Funcionários ou Arquiteto	Antiga	☹	“O tamanho do banheiro não é suficiente. É difícil ajudar as crianças no banho sem se molhar e ficarmos em duas [funcionárias] sem nos esbarrarmos. Tem a pia também, que é na lavanderia e não no banheiro” (FUNCIONÁRIO 02).
		Atual	☺	“[...] no programa de necessidades estava estipulado que os banheiros deveriam ser separados por sexo” (ARQUITETO).
Privacidade	Antiga	☹	Não havia porta entre a lavanderia e o banheiro. As cabines eram pequenas, impossibilitando que a porta permanecesse fechada, quando um adulto auxiliava uma criança. Não havia trocador, assim os abrigados vestiam-se nas cabines de banho ou no corredor do banheiro.	

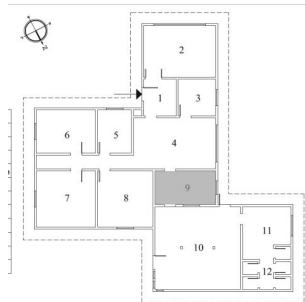
		BANHEIROS (conclusão)			
		Sede	Avaliação	Análise	
			☺ ☹		
DIMENSÃO AMBIENTAL	Informação	Atual	☹	Idêntico a sede antiga, a exceção está na divisão por sexo.	
		Antiga		Item não considerado porque é um ambiente de curta permanência.	
	Territorialidade	Atual		Item não considerado porque é um ambiente de curta permanência.	
		Antiga	☺	Os abrigados possuíam um armário com objetos pessoais, identificados por cores e iniciais dos nomes.	
	Funcionários ou Arquiteto	Atual	☺	Utiliza-se o mesmo sistema da sede antiga.	
		Antiga	☹	“[...] os banheiros não são divididos por sexo, por isso, quando as adolescentes tomam banho, nós controlamos a entrada e a saída, para que elas se tenham mais privacidade” (FUNCIONÁRIO 02).	
	DIMENSÃO AMBIENTAL	Conforto lumínico	Atual	☹	“[...] considere o público diversificado” (ARQUITETO).
			Antiga	☺	Condições adequadas de conforto.
		Conforto térmico	Atual	☹	A iluminação natural não é satisfatória. É necessária a luz artificial em qualquer parte do dia. Essa é pontual e atende à função.
			Antiga	☹	Desconforto provocado pela insolação direta no período vespertino.
Conforto acústico		Atual	☺ ☹	Condições adequadas de conforto no banheiro feminino. No masculino, a ventilação é indireta, prejudicando o conforto.	
		Antiga		Condições adequadas para um ambiente de curta permanência.	
Funcionários ou Arquiteto		Atual	☹	Idêntico a sede antiga.	
		Antiga	☺ ☹	“[...] é claro, mas quente [...] não circula o ar [...] a ventilação depende da lavanderia” (FUNCIONÁRIO 05).	
		Atual	☹	“[...] acho que no banheiro masculino o conforto é prejudicado pela falta de aberturas. Por mais que haja ventilação indireta, não é igual a uma janela aberta para a rua [...]” (ARQUITETO).	

Quadro 21: Leitura Espacial dos banheiros nas sedes antiga e atual da INSTITUIÇÃO.

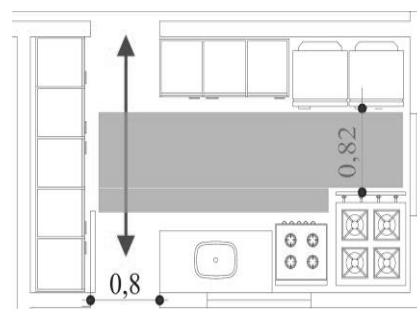
Fonte: AUTORA, 2008.

COZINHA (continua)

Sede Antiga

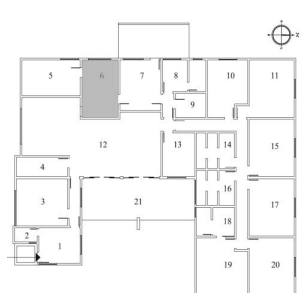


Planta-baixa com destaque para a cozinha.
Fonte: AUTORA, 2007.

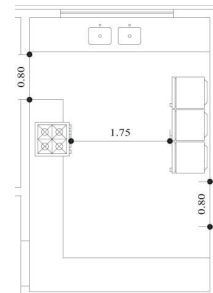


Planta-baixa da cozinha com layout.
Fonte: AUTORA, 2007.

Sede Atual



Planta-baixa com destaque para a cozinha.
Fonte: AUTORA, 2008.



Planta-baixa da cozinha com layout.
Fonte: AUTORA, 2008.

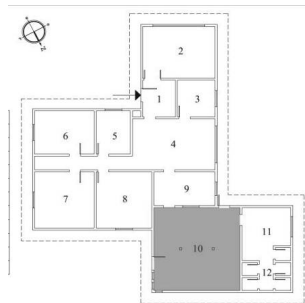
COZINHA (conclusão)				
	Sede	Avaliação ☺ ☹	Análise	
CATEGORIA FÍSICA	Função	Antiga	Destinava-se ao preparo das refeições servidas na INSTITUIÇÃO, além de servir de circulação entre o refeitório/sala de estar e o setor íntimo.	
		Atual	Destina-se ao preparo das refeições servidas na INSTITUIÇÃO.	
	Área e Layout	Antiga	☹	A área de 11 m ² (4,40 x 2,50 metros) era insuficiente para as atividades.
		Atual	☺	A área de 15,5 m ² (3,20 x 4,85 metros) é suficiente para as atividades, porque há uma despensa anexa onde são guardados os mantimentos e utensílios.
	Acabamentos e mobiliário	Antiga	☺	Os acabamentos e o mobiliário estavam em bom estado de conservação.
		Atual	☺	Os acabamentos e o mobiliário estão em bom estado de conservação.
	Segurança	Antiga	☹	Ponto positivo: botijão localizado no ambiente externo. Pontos negativos: ausência de detector de gases; mobiliário sem quinas arredondadas e travas de segurança; e pontos elétricos de fácil acesso.
		Atual	☹	Idêntico a sede antiga.
	Funcionários ou Arquiteto	Antiga	☹	<i>“A cozinha é pequena para a quantidade de refeições que servimos. Acho que deveria ter mais armários, uma bancada e duas pias”</i> (FUNCIONÁRIO 04).
		Atual	☺	<i>“[...] a cozinha deveria ter espaço suficiente para o preparo de alimentos e lavagem da louça [...] ela deveria ser próxima dos demais ambientes de serviço, para funcionalidade”</i> (ARQUITETO).
COMPORAMENTAL	Privacidade	Antiga	Esse item não foi considerado na Leitura Espacial da cozinha.	
		Atual	Esse item não foi considerado na Leitura Espacial da cozinha.	
	Informação	Antiga	☺ ☹	Possibilidade de coletar informações do entorno imediato, mas o controle era exclusivo dos funcionários.
		Atual	☺ ☹	Idêntico a sede antiga.
	Territorialidade	Antiga		Esse item não foi considerado na Leitura Espacial da cozinha.
		Atual		Esse item não foi considerado na Leitura Espacial da cozinha.
Funcionários ou Arquiteto	Antiga	☹	<i>“[...] temos muito conflito com a cozinha porque ela divide a casa, as crianças precisam passar por aqui [...] e isso faz com que coloquemos as grades de madeira que impedem os pequenos de passarem sem a nossa autorização”</i> (FUNCIONÁRIO 01).	
	Atual		Esse item não foi considerado pelo Arquiteto no projeto.	
DIMENSÃO AMBIENTAL	Conforto lumínico	Antiga	☺	Condições adequadas de conforto.
		Atual	☺	Idêntico a sede antiga.
	Conforto térmico	Antiga	☹	Desconforto proporcionado pela insolação direta no período da tarde.
		Atual	☺	Condições de conforto adequadas.
	Conforto acústico	Antiga	☺	Condições adequadas para um ambiente de média permanência.
		Atual	☺	Idêntico a sede antiga.
	Funcionários ou Arquiteto	Antiga	☺ ☹	<i>“A cozinha é quente [...] não tem uma circulação de ar, porque fica todo o cheiro de comida aqui e no refeitório [...] ela é bem iluminada, dificilmente, ligamos a luz [...] e o barulho? [...] esse não incomoda [...] estou acostumada”</i> (FUNCIONÁRIO 02).
		Atual		Esse item não foi considerado pelo Arquiteto no projeto.

Quadro 22: Leitura Espacial da cozinha nas sedes antiga e atual da INSTITUIÇÃO.

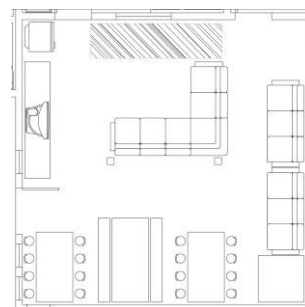
Fonte: AUTORA, 2008.

REFEITÓRIO/SALA DE ESTAR (continua)

Sede Antiga

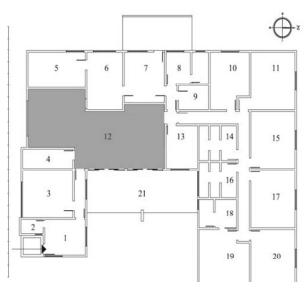


Planta-baixa com destaque para o refeitório/sala de estar.
Fonte: AUTORA, 2007.

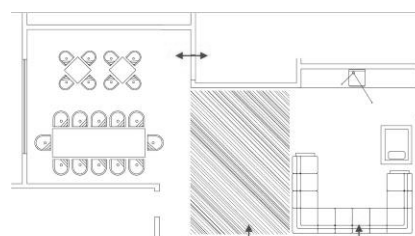


Planta-baixa do refeitório/sala de estar com *layout*.
Fonte: AUTORA, 2007.

Sede Atual



Planta-baixa com destaque para o refeitório/sala de estar.
Fonte: AUTORA, 2008.



Planta-baixa do refeitório/sala de estar com *layout*.
Fonte: AUTORA, 2008.

	Sede	Avaliação ☺ ☹	Análise	
CATEGORIA FÍSICA	Função	Antiga	Local de maior permanência dos abrigados. Usado para brincar, fazer as refeições, assistir televisão, ouvir música e estudar. Os funcionários, aos pares e sentados no sofá, supervisionavam. As atividades realizadas, não seguiam uma rotina programada, mas se repetiam.	
		Atual	Idêntico a sede antiga.	
	Área e <i>Layout</i>	Antiga	☹	A área de 37,82 m ² (6,20 x 6,10 metros) era insuficiente para as atividades e o <i>layout</i> dividia a sala em dois postos de atividades: sofá e mesas.
		Atual	☺ ☹	A área de 61,95 m ² é suficiente para as atividades. O <i>layout</i> define, novamente, dois postos, além de subutilizar a parte central do ambiente.
	Acabamentos e mobiliário	Antiga	☹	Os acabamentos e o mobiliário (à exceção das mesas) estavam avariados.
		Atual	☺	Os acabamentos e o mobiliário estão em bom estado de conservação.
	Segurança	Antiga	☺ ☹	Ponto positivo: grades de segurança removíveis nas portas. Pontos negativos: mobiliário sem quinas arredondadas, travas de segurança e fixação na parede ou no chão; objetos de decoração frágeis; almofadas com espuma de consistência mole; e pontos elétricos desprotegidos.
		Atual	☺ ☹	Ponto positivo: dispositivos plásticos de proteção nos pontos elétricos. Pontos negativos: idênticos a sede antiga.
	Funcionários ou Arquiteto	Antiga	☹	“[...] aqui as condições dos materiais [acabamentos] estão muito ruins. [...] os móveis também não são adequados [...]” (FUNCIONÁRIO 02).
		Atual	☺ ☹	“[...] Na sala, foi preciso colocar acabamentos que priorizassem a manutenção fácil [...] O partido foi as aberturas, para integrarem o ambiente interno e externo” (ARQUITETO).

REFEITÓRIO/SALA DE ESTAR (conclusão)				
	Sede	Avaliação ☺ ☹	Análise	
DIMENSÃO COMPORTAMENTAL	Privacidade	Antiga		
		Atual	Item não considerado na Leitura Espacial do refeitório/sala de estar.	
	Informação	Antiga	☺ ☹	Possibilidade de coletar informações do entorno imediato, mas o controle era exclusivo dos funcionários.
		Atual	☺ ☹	Idêntico a sede antiga.
	Territorialidade	Antiga	☺	Disputa pelos melhores lugares no sofá (posição frontal à televisão) ou pela atenção dos funcionários. O domínio psicológico era dos abrigados com maior faixa etária ou maior tempo de internação.
		Atual	☺	Idêntico a sede antiga.
Funcionários ou Arquiteto	Antiga	☺	<i>“Esse é o refeitório, mas eu diria que é uma sala de estar. Aqui ficamos [funcionários e abrigados] todo o dia. Nós [funcionários] sentamos no sofá e observamos as crianças [...] as adolescentes passam grande parte do dia, vendo televisão [...] os bebês também ficam aqui [...] as crianças brincam no chão, no sofá ou na mesa”</i> (FUNCIONÁRIO 03).	
	Atual		Esse item não foi considerado pelo Arquiteto.	
DIMENSÃO AMBIENTAL	Conforto lumínico	Antiga	☹	
		Atual	☺	
	Conforto térmico	Antiga	☹	Desconforto provocado pela orientação das aberturas e as características dos acabamentos.
		Atual	☺	Condições adequadas de conforto.
	Conforto acústico	Antiga	☹	O conflito ocorria pelas diferentes atividades, brincar e assistir televisão.
		Atual	☹	Idêntico a sede antiga.
Funcionários ou Arquiteto	Antiga	☹	<i>“[...] a gente usa a luz elétrica todo o dia. Como nossas janelas abrem pouco, aqui é muito quente no verão [...] o que nos força a usar o ventilador [...] e muito frio no inverno, não podemos deixar nenhuma das portas abertas, que fica uma corrente de ar muito incomoda”</i> (FUNCIONÁRIO 05).	
	Atual	☺	<i>“[...] considero que as aberturas usadas para integração com a área externa, contribuem para o conforto ambiental”</i> (ARQUITETO).	

Quadro 23: Leitura Espacial do refeitório/sala de estar nas sedes antiga e atual da INSTITUIÇÃO.
Fonte: AUTORA, 2008.

Anexo A – Termo de consentimento livre e esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1) Título da Pesquisa:

Abrigo ou lar? Um olhar arquitetônico sobre os abrigos de permanência continuada para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

2) Descrição:

Esta pesquisa é realizada pela pesquisadora responsável/orientadora Marta Dischinger e pela pesquisadora principal/orientanda Aline Eyng Savi junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (Pós-ARQ) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na linha de pesquisa Planejamento e Projeto de Arquitetura, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

2.1) Justificativa para a realização da pesquisa:

Pesquisas mostram que as internações em medida de abrigo não são temporárias. A estadia prolongada torna o abrigo um momento crucial na vida do jovem, substituindo o referencial de lar e os laços de parentesco. Então, é necessário investir nesse espaço como um local de socialização. Afinal, o meio ambiente físico pode ser extremamente libertador, quando levadas em conta as diferentes competências e restrições da diversidade humana e a eliminação dos obstáculos reais pode contribuir para a diminuição da barreira invisível: o preconceito com que são vistos as crianças e os adolescentes abrigados.

2.2) Objetivos:

A pesquisa tem com objetivo geral: *Definir critérios e diretrizes projetuais na concepção de abrigos de permanência continuada, que garantam e permitam às crianças e aos adolescentes em situação de vulnerabilidade social e medida de abrigo a apropriação espacial harmônica sob os aspectos legal - lar provisório - e psicossocial – qualidade de vida.*

2.3) Procedimento Metodológico:

Esta entrevista servirá de recurso justificativo, possibilitando avaliação e comparação da teoria com a prática. As perguntas foram elaboradas pelas pesquisadoras, conforme estudos teóricos realizados.

Esta data, hora e local ficaram a cargo do entrevistado, conforme disponibilidade.

Estipulou-se, anteriormente, o tempo aproximado de 40 minutos para esta entrevista, que será gravada, transcrita e tratada por análise de conteúdo, conforme o objetivo geral descrito anteriormente.

3) Benefícios esperados com a pesquisa:

Com base nos resultados na aplicação de todos os métodos (incluindo esta entrevista), serão elaborados critérios e diretrizes projetuais, a partir dos parâmetros: legal – prover a criança e o adolescente de um lar provisório – e psicossocial – promover sua qualidade de vida.

4) Garantias ao participante da pesquisa:

Desde já, as pesquisadoras se colocam à disposição para quaisquer esclarecimentos a respeito da pesquisa. As pesquisadoras declaram que não há nenhum risco ao participante, seja moral ou físico.

O entrevistado tem o direito de recusar a participação ou retirar este consentimento a qualquer momento do andamento da pesquisa, sem pena, bastando para isso informar à pesquisadora principal, através do seguinte e-mail: xxxxxx@xxxxx.xxx.xx, telefone: (XX) XXXX-XXXX e fax: (XX) XXXX-XXXX. Destaca-se que a pesquisa tem prazo de término no mês de junho de 2008.

É garantido ao entrevistado o sigilo e a privacidade de suas identidades assim, o nome não será arquivado junto aos dados da pesquisa, sendo citado, apenas, a profissão que desempenha.

Florianópolis, ___/___/____.

Pesquisador principal/orientando: Aline Eyng Savi

Entrevistado (nome legível) / Entrevistado (assinatura)